REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS SOBRE AS MULHERES > N.º 49 > 2024

# ex æquo

49
2024

Edições Afrontamento | APEM

# ex æquo

Revista semestral • Nº 49, 2024 • preço: 15€

Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

**Edições Afrontamento**

**2024**

***ex æquo*** – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres
Revista semestral • N.º 49, junho 2024

**Diretora**
Virgínia Ferreira – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

**Diretoras/es Associadas/os**
Cristina C. Vieira – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra
Maria João Silveirinha – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra
Lina Coelho – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Sara Isabel Magalhães – Centro de Psicologia, Universidade do Porto
Carla Cerqueira – Universidade Lusófona do Porto
Manuel Abrantes – Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública

**Diretoras de Secções**
Cristina C. Vieira – Recensões; Maria João Silveirinha – Estudos e Ensaios

**Diretoras Anteriores**
Virgínia Ferreira (1999-2003); Helena Costa Araújo (2003-2007); Teresa Pinto (2007-2014)

**Revisão:** Teresa Mourinho Tavares

**Coordenação do dossier: Antónia Coutinho**, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal; **Gabriele Diewald**, Leibniz Universität Hannover, Alemanha; **María Muelas-Gil**, Universidad Autónoma de Madrid, España.

**Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM**
NIPC: 502914513
N.º Registo no ex-ICS, atual ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 123506

**ISSN: 0874-5560; ISSN eletrónico: 2184-0385**

**Depósito Legal:** 136336/99

**Sede da Redação:** Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações, Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, 1300-054 Lisboa

**Telefone:** 962730527 **E-mail:** apem1991@gmail.com

**URL:** http://exaequo.apem-estudos.org/

**Edição/Impressão:** Edições Afrontamento; Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda./Santa Maria da Feira/Portugal

**Sede da Editora/Impressão/Encomendas:** Edições Afrontamento, Rua de Santa Catarina, 895 – 2º Dtº – 4000-455 Porto / geral@edicoesafrontamento.pt

**Capa:** Departamento Gráfico/Edições Afrontamento

**Tiragem:** 500 exemplares

**Publicação apoiada por:**

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

**A *ex æquo* é uma revista com dupla arbitragem científica, sob anonimato**.

DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.00

**Indexação**: **SCOPUS – https://www.scopus.com/sources;**
**SciELO Citation Index da Thomson Reuters:** *SciELO Citation Index*
http://wokinfo.com/products_tools/multidisciplinary/scielo/;
**SciELO/Portugal – Scientific Eletronic Library Online:**
http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_serial&pid=0874-5560&lng=pt;
**DOAJ (Directory of Open Access Journals) – https://doaj.org/toc/2184-0385**
**SHERPA/RoMEO: http://www.sherpa.ac.uk/romeo/issn/0874-5560/pt/**
**Catálogo Latindex** – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal:
http://www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?folio=14734;
**ERIH PLUS (European Reference Index for the Humanities):**
https://dbh.nsd.uib.no/publiseringskanaler/erihplus/periodical/info?id=482587;
**Qualis CAPES (Brasil):** https://qualis.capes.gov.br/

**Nota:** Ver Estatuto Editorial e composição do Conselho Científico no final da revista.

## ÍNDICE

Editorial da *ex æquo* 49 ..... 5
*Virgínia Ferreira*

Dossier: Género e Linguagem: perspectivas e desafios | Gender and Language: Perspectives and Challenges ..... 9
Coordenação de | Edited by *Maria Antónia Coutinho, Gabriele Diewald & María Muelas-Gil*

Introduction – Gender and Language: Perspectives and challenges ..... 11
*Antónia Coutinho, Gabriele Diewald & María Muelas-Gil*

Quem inclusivo fala, sempre acerta: uma discussão sobre linguagem inclusiva ..... 19
*Daniela Leal, Jorge Peixoto Freitas, Sara Isabel Magalhães e Marisa Matias*

Da inexistência à inclusão: análise linguística do direito ao voto das mulheres em Portugal ..... 35
*Violeta Amélia Magalhães*

Le pari glottoféministe, un agenda de recherche ..... 53
*Erika Velandia et Ernesto Cuba*

Gender, Sexuality, and Shifting Styles: Knowledge production and codifying language use in style guides ..... 69
*Meg Robertson & Riki Thompson*

"Que degenerados, uma vergonha": a reação conservadora contra a linguagem não binária no discurso de posse da acadêmica Heloísa Teixeira ..... 87
*Gabriel Chagas, Cristiane Soares e Gláucia V. Silva*

Implicit Sexist Bias in Language and its Impact on Artificial Intelligence ..... 103
*Andrea Ariño-Bizarro & Iraide Ibarretxe-Antuñano*

Third Gender Marking in Spanish: Evaluation of current options from a linguistic change point of view ..... 123
*Irene Checa-García*

**Estudos e Ensaios**

Género e auto-rastreio: a utilização de *smartphones* por jovens em idade adulta em Portugal ..... 141
*Eduardo Antunes, Rita Basílio de Simões, Inês Amaral, e Ana Marta M. Flores*

Dos direitos aos 'pós-direitos': a plataformização jornalística dos direitos das mulheres 161
*Elizângela Carvalho Noronha*

Entre 'la mujer brava' y 'el poder del moño'. Estereotipos de género y acoso sexual en el trabajo en Ecuador ..... 179
*Ana Tamarit, Belén Puñal y Juan Carlos Cevallos*

A jangada de Fedra: a ibericidade de Natália Correia ..... 197
*Miguel Filipe Mochila*

Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas em Portugal: uma análise bibliométrica comparativa entre Web of Science e Scopus (1995-2021) ..... 215
*Caynnã de Camargo Santos, Mónica Lopes, Rosa Monteiro, Cristina C. Vieira e Virgínia Ferreira*

**Recensões**

*O Papel do Direito e dos Tribunais na violência contra as mulheres*, de Madalena Duarte. Porto: Edições Afrontamento, 2023 ..... 243
*Rui do Carmo*

*Direitos Humanos das Mulheres*, organizado por Margarida Martins, Mariana Cunha e Paulo Pinto de Albuquerque. Lisboa: UPC Editora, 2022 ..... 248
*Adelina Barradas de Oliveira*

*Menino, Menina*, by Joana Estrela. Carcavelos: Planeta Tangerina, 2020 ..... 252
*Susana Amante*

**Estatuto Editorial** ..... 257

**Normas de preparação, publicação e submissão de artigos** ..... 259

**PRÉMIOS *EX ÆQUO*/APEM** ..... 265

**Direitos de publicação** ..... 265

**Declaração de ética e de boas práticas da *ex æquo*** ..... 267

**Conselho Científico/Scientific Board** ..... 271

**Proposta de assinatura** ..... 273

**Os conteúdos dos textos publicados são da responsabilidade de quem os assina, não refletindo, necessariamente, a posição da APEM ou da Direção da *ex æquo*.**

DIAMOND OPEN ACCESS

A ***ex æquo*** integra a categoria de *Open Access Diamond Journals*, por ser de acesso livre para quem lê e para quem nela publica (sem qualquer pagamento) / ***ex æquo*** is an *Open Access Diamond Journal* – free of charge for readers and for authors..

Relembramos que a ***ex æquo*** está indexada nas seguintes plataformas:

Scopus · SciELO Portugal · DOAJ Directory of Open Access Journals · ERIHPLUS European Reference Index for the Humanities and Social Sciences · Clarivate Analytics · Web of Science Trust the difference · latindex

# EDITORIAL DA *EX ÆQUO* 49

*Virgínia Ferreira**

A temática central do quadragésimo nono número da ***ex æquo*** apresenta-se sob o título "**Género e linguagem: perspetivas e desafios**", compondo um dossier, organizado por três colegas das Ciências da Linguagem: Antónia Coutinho, CLUNL, da Universidade NOVA de Lisboa, Portugal, Gabriele Diewald, da Leibniz Universität Hannover, Alemanha, e María Muelas-Gil, da Universidad Autónoma de Madrid, Espanha. O propósito do lançamento deste dossier foi "trazer para a discussão argumentação científica que proporcione uma visão ampla e esclarecida da problemática em análise e, nessa mesma medida, contribua para apoiar, em termos práticos, a implementação e a operacionalização de estratégias de linguagem inclusiva linguisticamente sustentadas" (do apelo a contribuições).

O desafio para a abordagem desta problemática foi lançado pelo Conselho Editorial da revista, preocupado em encontrar bases que fundamentem a sua estratégia editorial no que respeita à adoção de uma linguagem inclusiva, que se constitua em alternativa ao masculino como neutro universal, quer a definamos como não sexista, paritária ou sensível ao género.

Em resultado do desafio lançado foram muitas as propostas que nos chegaram, mas poucas as selecionadas, numa demonstração da dificuldade de abordar com bases sólidas as mutações por que passam hoje os usos linguísticos e a resistência que encontram por parte da norma. O modo como a linguagem produz e reproduz as desigualdades de género tem sido objeto de análise, pelo menos, desde a década de 1970, em especial no contexto da língua inglesa. Encontramos bons exemplos em textos publicados em 1973, concretamente o texto seminal de Robin Lakoff sobre "Language and woman's place". O combate ao androcentrismo linguístico, traduzido no uso de palavras gramaticalmente masculinas ou palavras com morfologia masculina aplicadas a mulheres, grupos mistos ou seres humanos em geral, no contexto da língua portuguesa é muito mais recente. Em Portugal, encontramos um contributo muito importante para esta denúncia no livro de Maria Isabel Barreno sobre *O falso neutro* (1985). Até recentemente, a opção de linguagem inclusiva mais frequente e preferencial determinava a explicitação das palavras nas suas duas fórmulas – a feminina e a masculina. Ou, como opção menos apreciada, o uso de barras para que a mesma palavra tivesse as duas fórmu-

* Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Endereço eletrónico: vf.virginiaferreira@gmail.com

las, mas numa morfologia mais abreviada. Assim, enquanto no primeiro caso se dirá "as autoras e os autores", no segundo bastará escrever "autoras/es". A ascensão das perspetivas *queer* tem vindo acompanhada da contestação do binarismo destas duas vias e, no propósito de incluir as pessoas de identidade "não-binária", têm surgido propostas como o recurso a letras (como o x) ou sinais gráficos (como o @) e o "Sistema Elu ou Linguagem Neutra em Género", de Pedro Valente (2020), por exemplo. De algum modo, as duas primeiras alternativas são subparadigmáticas, adaptam-se à norma vigente, enquanto a última propõe a substituição da norma por outra, pelo que se lhe adivinhará um caminho bastante mais difícil até ser aceite. Se é certo que o objetivo será encontrar uma norma alternativa, espera-se que esta contribua para a visibilização inclusiva e não para o recurso a uma designação tão abstrata que acaba por invisibilizar todas as pessoas.

Os textos incluídos no dossier trazem ajudas para equacionar os problemas, e não necessariamente para apontar soluções definidas. Contêm, no entanto, propostas de leituras da problemática do *Género e Linguagem* que se mostram frutíferas para pensar sobre as práticas em uso e a construção de alternativas, claramente em aberto.

## Estudos e Ensaios

Na secção de artigos extra-dossier, a ***ex æquo*** traz à estampa cinco artigos sobre temáticas muito diferentes, que se inserem em áreas disciplinares diferenciadas, de autorias singulares e coletivas sediadas em diversos países e continentes. O primeiro artigo e o segundo filiam-se na área das Ciências da Comunicação. Eduardo Antunes, Rita Basílio de Simões, Inês Amaral e Ana Marta M. Flores investigaram as práticas de auto-rastreio e dão-nos conta do estudo realizado no texto "**Género e auto-rastreio: a utilização de *smartphones* por jovens em idade adulta em Portugal"**. Segundo as conclusões a que chegaram, ainda que exploratórias, os padrões de utilização captados reproduzem os padrões patriarcais de responsabilização das mulheres pela sua capacidade reprodutiva. No segundo artigo, Elizângela Carvalho Noronha apoiou-se na Análise Crítica do Discurso para analisar as conceções de direitos humanos de mulheres veiculadas em plataformas digitais de mulheres jornalistas. No artigo intitulado "**Dos direitos aos 'pós-direitos': a plataformização jornalística dos direitos das mulheres**", a autora escalpeliza as notícias publicadas em duas das plataformas com maior difusão em Portugal e no Brasil e põe a nu uma engenharia discursiva que faz das mulheres "os sujeitos neoliberais ideais", através da recontextualização dos discursos feministas.

De outro continente, Ana Tamarit, Belén Puñal e Juan Carlos Cevallos apresentam-nos um estudo a que deram o título de "**Entre 'la mujer brava' y 'el poder del moño'. Estereotipos de género y acoso sexual en el trabajo en Ecuador**". Com base na análise dos testemunhos captados em dezasseis grupos de discussão, realçam a agressividade que os homens mostram para com as suas colegas e a condescendência com que estas justificam o assédio sexual da parte deles. Ressalvam, no entanto, a emergência de um modelo de mulher 'brava', que se defende do assédio. Numa perspetiva completamente diferente, é com muito gosto que, pouco

depois da celebração do centenário do nascimento de Natália Correia, incluímos o texto de Miguel Filipe Mochila sobre a sua obra: "**A jangada de Fedra: a ibericidade de Natália Correia**". O autor traz-nos uma "leitura do iberismo de Natália Correia, atendendo tanto aos seus substratos cultural e geopolítico, em torno da defesa do valor da pluralidade, presentes no ensaio *Somos todos hispanos*, como à sua articulação com um discurso feminista na sua produção poética".

Por fim, a equipa do Projeto ENGENDER apresenta o resultado de um estudo bibliométrico no qual se compara a expressão da produção científica de filiação institucional portuguesa presente nas plataformas *Web of Science* e *Scopus*, enquadrável na área de Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas, para concluir que ela é bastante semelhante em ambas as plataformas, com diferenciação da *Scopus*, que apresentou uma cobertura mais abrangente de documentos publicados em português, assim como uma maior diversidade de periódicos de diferentes países. O texto "**Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas em Portugal: uma análise bibliométrica comparativa entre *Web of Science* e *Scopus* (1995-2021)**" é de autoria de Caynnã de Camargo Santos, Mónica Lopes, Rosa Monteiro, Cristina C. Vieira e Virgínia Ferreira.

## Recensões

No capítulo das recensões, Rui do Carmo, Adelina Barradas de Oliveira e Susana Amante sugerem-nos as suas próprias leituras, respetivamente, das seguintes obras: *O papel do direito e dos tribunais na violência contra as mulheres*, de Madalena Duarte; *Direitos humanos das mulheres*, organizado por Margarida Martins, Mariana Cunha e Paulo Pinto de Albuquerque; e *Menino, Menina*, de Joana Estrela.

Fica o desafio para leituras que queremos, e cremos, inspiradoras…

## Referências bibliográficas

Barreno, Maria Isabel. 1985. *O falso neutro: um estudo sobre a discriminação sexual no ensino.* Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Lakoff, Robin. 1973. "Language and Woman's Place." *Language and Society* 2(1): 45-80. DOI: https://doi.org/10.1017/S0047404500000051

Valente, Pedro. 2020. "O 'x' e o '@' não são a solução: Sistema Elu e Linguagem Neutra em Género." *Medium*, 13 de abril. Disponível em https://medium.com/@pedrosttv/sistema-elu-linguagem-neutra-emg%C3%A9nero-pt-pt-9529ed3885cf [Acesso em 1/06/2024].

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:
Ferreira, Virgínia. 2024. "Editorial da *ex æquo* 49." *ex æquo* 49: 5-8. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.01

[Segundo a norma APA adaptada]:
Ferreira, Virgínia (2023). Editorial da *ex æquo* 49. *ex æquo* 49, 5-8. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.01

# Dossier

## Linguagem e género: perspectivas e desafios | Language and Gender: Perspectives and Challenges

# INTRODUCTION
# GENDER AND LANGUAGE: PERSPECTIVES AND CHALLENGES

*Antónia Coutinho**
*Gabriele Diewald***
*María Muelas-Gil****

The issue of inclusive, non-sexist, gender-equal or gender-sensitive language has taken hold at a social and political level, with different positions (as happens whenever the *status quo* is shaken). This development is not restricted to one particular language or to one particular country, but is relevant in many Western countries no matter which language is concerned. The issue has also entered the academic field, within the scope of linguistics or language sciences, with considerable dynamism at the international level, focusing on both morphological aspects and the history of the language(s) as well as factors linked to discursive uses (see Constantin de Chanay, Chevalier & Gardelle 2017; Cerquiglini 2018; Rabatel & Rosier 2019; de Miguel 2022; Diewald & Steinhauer 2022; Diewald forthcoming; Yeaton, Muelas-Gil, & Scontras 2023, a.o.). In Portugal, however, scientific discussion has remained limited, despite extensive legislation which, at least since 2009, has recommended the use of inclusive language, particularly in public administration, and the publication of numerous inclusive language manuals. Recent research on gender bias and possible gender markers in women's and men's discourse (see Joaquim 2021; 2022; Magalhães 2019; 2022; Pinto *et al*. 2021, a.o.) can be highlighted. Yet, academic work focusing directly on (non)sexist, inclusive, or neutral language is limited (see Matos 2020; Coutinho 2021; Delgado 2023). Thus, there is no generally accepted terminology so far. Furthermore, there are voices negating the use-

* Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (NOVA FCSH), 1061-061 Lisboa, Portugal.
Postal address: Av. de Berna, 26-C, 1061-061 Lisboa, Portugal.
Electronic address: acoutinho@fcsh.unl.pt

** Leibniz Universität Hannover, 30167 Hannover, Germany.
Postal address: Welfengarten 1, 30167 Hannover, Germany.
Electronic address: gabriele.diewald@germanistik.uni-hannover.de

*** Universidad Autónoma de Madrid, 28049 Madrid, España.
Postal address: Ciudad Universitaria de Cantoblanco, 28049 Madrid, España.
Electronic address: maria.muelas@uam.es

fulness of the pursuit of gender-appropriate language, as can be seen in an article by Veloso (2017), posted on his personal website, somewhat outside of his academic work, where the author uses linguistic argumentation to deny the relevance of the issue in linguistic terms (for further details, see Coutinho 2021, 55-57).

In short, we can say that there are signs of resistance from both society and the linguistic community – as well as positions that seek and push for change. Therefore, we need to develop consistent thought from a linguistic point of view, which is the target of this volume.

Different perspectives can be considered. First, several layers of analysis must be distinguished, particularly between the notions of grammatical gender, semantic or lexical gender, social gender, and sex. While grammatical gender and lexical gender are a linguistic property of (individual) languages, social gender, and sex *per se* are language-independent factors; however, they interact with linguistic phenomena in various ways. In this sense, pragmatic and discursive approaches become a second relevant perspective, as they constitute a tool for bridging the gap between formal descriptions of languages and their contextualized uses: in this case, uses guided by feminist choices, which are politically and ideologically oriented. It can also be emphasized that, from a social interactionist conception of language (Voloshinov 1977 [1929]), the praxeological and gnoseological dimensions are part of how language intervenes in the social, permanently (re)constructing the world, or the so-called 'real'. In this sense, choosing to speak about the world in a generic masculine way or choosing to do it in an inclusive way is a more or less conscious decision – made by those who use language, at the moment they use it. The question is not whether one language or another is sexist or not, but rather the possibilities that each language offers for speaking about the world in a radically non-sexist way. In fact, it would be more accurate to use a different terminology and refer to "sexist and non-inclusive communication", rather than language *per se*. It is true that the norm – naturally fulfilling its role of regulation – acts as a brake on more or less improbable or even controversial choices. But its power is certainly no greater than that of the dynamism of language itself: as Coseriu (1987, 23) pointed out, a language should be considered "as a permanent 'systematization' rather than a closed system". Consequently, it is expected that linguistic description should be able to cope with that same dynamism.

From this point of view, resistance is opposed to (meta)linguistic reflection and sustained research, which can provide a theoretical framework for the current state of affairs – or, more precisely, the state of gender-fair language(s). In fact, we are currently seeing a considerable diversity of solutions and strategies in this respect – some parity-based, others more broadly inclusive, some that use the system's possibilities, others that force it intrusively. The linguistic contribution is not supposed to validate or not validate any of those solutions; instead, it is a matter of looking at what is in use and describing it – without prejudice or ideological

bias. If the description does not deal with regular and stable phenomena, it is worth remembering that this is a familiar process in the history of language(s) – only attenuated by the relative stability that writing and the multiple instances of linguistic normalization ensure. A linguistic approach is not supposed to condemn or deny this solution or that one; on the contrary, it can recognize the current experimentation and – where appropriate, or when appropriate – record (systematize, standardize) the uses (some uses) that may today fall outside the norm. A linguistic approach to gender-fair language can provide a means of understanding and analyzing current solutions, contributing to consolidating linguistic resources to meet the demands of equal and inclusive citizenship.

No one knows what language(s) will become tomorrow, in a hundred or five hundred years. That is not the point – at least when we take the point of view of descriptive linguistic research (and not just a normative approach). The important thing is not to silence or block the ongoing change (in the name of a non-existent immutability). As Coseriu (1988, 150) pointed out, "Nevertheless, the same is true for language as for other forms of culture: in language too, 'change' and growth is the primary event, and the product handed down the secondary one: *in linguistics too we should look forwards, not backwards*" (author's italics).

These were the concerns that motivated our thematic dossier. The aim is to take a closer look at the perspectives and challenges that arise, from a linguistic point of view, from the relationship between language and gender – and from the tension (or even conflict) between grammar and (generally conservative) normative issues, on the one hand, and innovative and controversial gender-sensitive strategies in use in different languages, on the other. Let us emphasize this: the articles gathered here use different theoretical frameworks, but all are concerned with the social impact of language use and adopt a linguistic point of view – even if it is far from the mainstream of linguistics.

The first paper, "Quem inclusivo fala, sempre acerta: uma discussão sobre linguagem inclusiva", signed by Daniela Leal, Jorge Peixoto Freitas, Sara Isabel Magalhães and Marisa Matias, develops a general approach to inclusive communication, assuming an intersectional approach (or the interaction between language, discrimination and performance) and emphasizing the role of language in defying stereotypes – with particular attention to gender stereotypes. In this sense, the paper reviews linguistic, political, and social forms of resistance to inclusive language, as well as institutional good practices, favoring the change of attitudes.

In the next paper, "Da inexistência à inclusão: análise linguística do direito ao voto das mulheres em Portugal", Violeta Magalhães looks at constitutional and other legal documents relating to women's right to vote in Portugal (from 1822 to 1979). Subscribing to a feminist critical discourse point of view, she aims to highlight that socio-political constraints, power structures, and patterns of gender inequality are expressed and can be understood through syntactic-semantic aspects, such as grammatical gender, among others.

Erika Velandia and Ernesto Cuba sign the third article – "Le pari glottoféministe, un agenda de recherche". Assuming a social conception of language (in opposition to formal and mechanical conceptions), and embracing the performance paradigm (which establishes, following the work of Judith Butler, the anteriority of gender in relation to sex), the paper argues for a glottopolitical and glottofeminist point of view, as the title shows. This is the general framework to discuss the opposition between the hegemonic impositions of linguistic norms and subversive language practices.

In "Gender, Sexuality, & Shifting Styles: Knowledge production and codifying language use in style manuals", Meg Robertson and Riki Thompson are concerned with language change and gender-neutral pronouns from the queer linguistic point of view. The paper reviews style guides (AMA, AP, APA, and MLA), focusing on the academic and professional attitudes concerning the singular *they* (as a strategy to overcome the binary gender categories). Their conclusions point out a general trend to promote gender-inclusive language; despite this, the singular *they* seems to remain unaccepted or to be treated with ambiguity.

The fifth article also proposes a reflection on gender neutrality and nonbinary language – associated, in this case, to decoloniality issues. Entitled "'Que degenerados, uma vergonha': a reação conservadora contra a linguagem inclusiva no discurso de posse da acadêmica Heloísa Teixeira", and signed by Gabriel Chagas, Cristiane Soares and Gláucia V. Silva, the paper draws a parallel between colonial power relations and conservative attitudes towards non-binary language. The analysis of the comments on the discourse referred to in the title highlight a poor argumentation, against a strong concern for (hypothetical) linguistic purity.

The paper "Implicit Sexist Bias in Language and its Impact on Artificial Intelligence" assumes that languages are not sexist, but the way people use linguistic resources can produce sexist communication. This reinforces the need to think about inclusive language in a broader way, not exclusively focused on gender marking, as Andrea Ariño-Bizarro and Iraide Ibarretxe-Antuñano point out. And that's why they analyze the sexist bias in explicit gender-marked structures and through pragmatic inferences associated to unmarked-gender structures. In a second section, the authors discuss the implications of sexist bias as a challenge for AI, particularly relevant when unmarked cases are taken in consideration.

The last paper is "Third Gender Marking in Spanish: Evaluation of current options from a linguistic change point of view", where Irene Checa-García discusses the normative dimension of top-down approaches to language change, in contrast with the complexity of bottom-up ones. She argues for the advantages of a third gender in Spanish (in opposition to no gender, as an inclusive gender strategy), and compares different gender-inclusive strategies in use, evaluating them according to linguistic criteria that can point out the possibly most successful options.

As this brief presentation has shown, the diversity of perspectives within this thematic dossier is considerable. It includes different theoretical approaches (e.g. linguistic change, pragmatics and discourse analysis, queer linguistics), several languages analyzed (Portuguese, English, Spanish and French), various analytical topics in focus (sexist bias, stereotypes through language, gender-inclusive strategies, etc.), and different research attitudes (some more assertive, others more cautious or reflexive). We believe that this diversity is typical of the current state of language and gender issues, and we hope that it will stimulate further research on a significant issue at the interface between linguistics and society.

## Acknowledgements

The research of Antónia Coutinho is supported by Portuguese national funding through the FCT – Portuguese Foundation for Science and Technology, I.P., as part of the project UIDB/LIN/03213/2020 and UIDP/LIN/03213/2020 – Linguistics Research Centre of NOVA University Lisbon (CLUNL).

## References

Cerquiglini, Bernard. 2018. *Le ministre est enceinte*. Paris: Seuil.

Chanay, Hugues Constantin de, Yannick Chevalier, & Laure Gardelle (dirs.). 2017. Special issue on "Écrire le genre." *Mots* 113. DOI: https://doi.org/10.4000/mots.22596

Coseriu, Eugenio. 1987. *O homem e sua linguagem*. 2nd ed. Translated by Carlos Alberto da Fonseca & Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença.

Coseriu, Eugenio. 1988. "Linguistic change does not exist." *Energeia und Ergon*, *Band 1: Schriften von Eugenio Coseriu (1965-1987)*, edited by Jörn Albrecht, 147-157. Tübingen: Gunter Narr Verlag. DOI: http://dx.doi.org/10.15496/publikation-10853

Coutinho, Antónia. 2021. "Identidades textuais, linguagem inclusiva e (re)formulação." In *Reformuler, une question de genres? | Reformular, uma questão de géneros?*, edited by Driss Ablali, Matilde Gonçalves, & Fátima Silva, 51-65. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus. URL: http://hdl.handle.net/10362/140042

Delgado, Carolina Agostinho. 2023. "Linguagem inclusiva: problemas e estratégias de revisão linguística em meio editorial." Internship report, Master's in Language Sciences, specialization in Linguistic Revision and Consultancy, NOVA FCSH. URL: http://hdl.handle.net/10362/167621

de Miguel, Elena. 2022. "Lengua, norma y mundo: relaciones y puntos de fricción. A propósito del lenguaje inclusivo." *Puntoycoma* 174: 5-30.

Diewald, Gabriele [forthcoming]. "Gender fair language in German." In *Language and Gender*, edited by Benjamin Fagard & Ana Margarida Abrantes. Lisboa: UCP Editora.

Diewald, Gabriele, & Anja Steinhauer. 2022. *Handbuch geschlechtergerechte Sprache*. 2. aktualisierte und erweiterte Auflage. Berlin: Duden.

Joaquim, Carolina. 2021. "A repetição como estratégia de (re)formulação em discursos políticos de autoria feminina e masculina: uma questão de géneros." In *Reformuler, une question de genres? | Reformular, uma questão de géneros?*, edited by Driss Ablali, Matilde

Gonçalves, & Fátima Silva, 313-334. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus. URL: http://hdl.handle.net/10362/140041

Joaquim, Carolina. 2022. "Mulheres em posição de liderança: a representação discursiva do agir." PhD dissertation in Linguistics, Universidade NOVA de Lisboa. URL: http://hdl.handle.net/10362/148133

Magalhães, Violeta. 2019. "O discurso de homens e de mulheres: marcas linguísticas sob uma perspetiva de género." *ElingUP: Revista eletrónica de Linguística dos Estudantes da Universidade do Porto* 8(1): 39-53. URL: https://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP/article/view/6402/6001

Magalhães, Violeta. 2022. "O Movimento #MeToo: Argumentação, enviesamento e negação polémica." *Language and Law/Linguagem e Direito* 8(2): 86-103. DOI: https://doi.org/10.21747/21833745/lanlaw8_2a5

Matos, João. 2020. "Poderá uma língua natural ser sexista? Avaliação do impacto de informação gramatical e de estereótipos de género na compreensão de enunciados com sujeitos masculinos genéricos em Português Europeu." Master's thesis in Language Sciences, NOVA FCSH. URL: http://hdl.handle.net/10362/110814

Pinto, Alexandra Guedes, Catarina Vaz Warrot, Henrique Lopes Cardoso, Isabel Margarida Duarte, & Rui Sousa-Silva. 2021. "Deteção de linguagem tendenciosa em decisões judiciais." *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* 8: 203-217. DOI: https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln8ano2021a14

Rabatel, Alain, & Laurence Rosier (coords.). 2019. *Le discours et la langue*. Tome 11.1: *Les défis de l'écriture inclusive*. Louvain-la-Neuve: EME Éditions.

Veloso, João. 2017. "Exmº Srº Drº, Senhora Presidenta, Car@s Amig@s e o Sexo dos Anjos." Blog at WordPress.com. URL: https://ojoaoveloso.wordpress.com/2017/02/26/exmo-sro-dro-senhora-presidenta-cars-amigs-e-o-sexo-dos-anjos/

Voloshinov, Valentin Nikoláievitch. 1977. *Le marxisme et la philosophie du langage* (1st edition: 1929). Translated by Marina Yaguello. Paris: Minuit.

Yeaton, Jeremy, María Muelas-Gil, & Gregory Scontras. 2023. "Gender-Inclusive Language as a Rational Speech Act in Spanish." *Proceedings of the Linguistic Society of America* 8(1): 5529. DOI: https://doi.org/10.3765/plsa.v8i1.5529

**Antónia Coutinho.** Associate Professor (with 'Agregação') at Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH, Linguistics Department) and member of CLUNL – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (Grammar & Text research group). She is developing research on Text and Discourse Linguistics, favoring the Socio-Discursive Interactionism epistemological framework and deepening the perspectives of Saussurian linguistics. Her main interests are writing, formulation and reformulation, didactics (L1), and gender-fair language.

**Gabriele Diewald.** Gabriele Diewald has held the Chair for German Linguistics, Leibniz Universität Hannover, Germany, since 2002. Her main research areas are grammaticalization and grammatical categorization, language change, modality, evidentiality, argument structure, pragmatics, language and gender. She has written several handbooks on gender-equitable language in German (e.g. together with Anja Steinhauer *Duden Handbuch geschlechtergerechte Sprache*, 2nd edition. Berlin: Duden 2022).

**María Muelas-Gil.** PhD in Philosophy and Language Science from the Universidad Autónoma de Madrid, where she works as a professor and researcher. Her main areas of interest are Cognitive Linguistics, Pragmatics, and English as a Foreign Language. She is currently working on the relation between gender and language and how they are inherently linked. She is carrying out a multidisciplinary study of gender stereotypes in Spanish and English (International Research Networking Project "Language and Gender: Academic Research and Practical Implementation").

How to cite this article

[Chicago Style]:
Coutinho, Antónia, Gabriele Diewald, & María Muelas-Gil. 2024. "Introduction – Gender and Language: Perspectives and challenges." *ex æquo* 49: 11-17. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.02

[APA Style – adapted]:
Coutinho, Antónia, Diewald, Gabriele, & Muelas-Gil, María (2024). Introduction – Gender and Language: Perspectives and challenges. *ex æquo,* 49, 11-17. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.02

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial re-use, please contact apem1991@gmail.com

# QUEM INCLUSIVO FALA, SEMPRE ACERTA: UMA DISCUSSÃO SOBRE LINGUAGEM INCLUSIVA

*Daniela Leal**

*Jorge Peixoto Freitas***

*Sara Isabel Magalhães****

*Marisa Matias*****

**Resumo**

Este trabalho explora o papel da linguagem na (des)construção de desigualdades, identificando a comunicação inclusiva enquanto estratégia para a promoção da diversidade e de combate aos estereótipos. Através da revisão bibliográfica sugerem-se boas-práticas para a adoção de uma linguagem inclusiva e, numa abordagem interseccional, discute-se a interação entre linguagem, discriminação e desempenho em diferentes grupos de pertença social. Propõe-se uma reflexão sobre as resistências linguísticas, políticas e sociais, propondo direções futuras, capazes de favorecer a mudança de atitudes, perceções e comportamentos, contribuindo para a concretização dos princípios da igualdade e da não-discriminação.

**Palavras chave:** Linguagem inclusiva, discriminação, igualdade de género, interseccionalidade.

* Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), 4200-135, Porto, Portugal.
Endereço postal: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua Alfredo Allen, s/n, 4200-135, Porto, Portugal.
Endereço eletrónico: danielaleal@fpce.up.pt

** Reitoria da Universidade do Porto (REIT.UP), 4200-135, Porto, Portugal.
Endereço postal: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua Alfredo Allen, s/n, 4200-135, Porto, Portugal.
Endereço eletrónico: jorgefreitas@fpce.up.pt

*** Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), 4200-135, Porto, Portugal.
Endereço postal: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua Alfredo Allen, s/n, 4200-135, Porto, Portugal.
Endereço eletrónico: saramagalhaes@fpce.up.pt

**** Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), 4200-135, Porto, Portugal.
Endereço postal: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua Alfredo Allen, s/n, 4200-135, Porto, Portugal.
Endereço eletrónico: marisa@fpce.up.pt

**Abstract**

**Those Who Speak Inclusively Always Get it Right: A discussion about inclusive language**

This article explores the role of language in the (de)construction of inequalities, identifying inclusive communication as a strategy for promoting diversity and defying stereotypes. Based on a review of the state of the art, it presents institutional good practices for adopting inclusive language and, in an intersectional approach, discusses the interaction between language, discrimination, and performance in different groups of people. It reflects on linguistic, political, and social resistances, proposing directions for the use of inclusive language, which favor changes in attitudes, perceptions, and behaviors, contributing to achieving the principles of equality and non-discrimination.

**Keywords:** Inclusive language, discrimination, gender equality, intersectionality.

**Resumen**

**Quién habla de forma inclusiva siempre acierta: discusión acerca del lenguaje inclusivo**

Este artículo explora el papel del lenguaje en la (de)construcción de las desigualdades, identificando la comunicación inclusiva como una estrategia para promover la diversidad y combatir los estereotipos. A partir de una revisión del estado del arte, presenta buenas prácticas institucionales para la adopción del lenguaje inclusivo y, en un enfoque interseccional, discute la interacción entre lenguaje, discriminación y actuación en diferentes grupos de pertenencia. Reflexiona sobre las resistencias lingüísticas, políticas y sociales, proponiendo orientaciones futuras para el uso del lenguaje inclusivo, favoreciendo cambios de actitudes, percepciones y comportamientos, contribuyendo a la realización de los principios de igualdad y no discriminación.

**Palabras clave:** Lenguaje inclusivo, discriminación, igualdad de género, interseccionalidad.

## Introdução

A comunicação consiste no processo pelo qual se compreende e partilha significados. Neste processo contamos, pelo menos, com oito elementos nucleares: (i) fonte/emissor, (ii) mensagem, (iii) canal, (iv) recetor, (v) *feedback*, (vi) ambiente, (vii) contexto e (viii) interferência (Pearson e Nelson 2000). A fonte ou a pessoa emissora é quem imagina, cria e envia a mensagem: primeiro concebe-a e depois encontra uma forma de a transmitir à audiência. Aqui, a mensagem representa então o estímulo, conteúdo ou significado que é transmitido. Ora, para a transmissão é necessário encontrar um canal por onde a mensagem possa ser veiculada de quem a emite para quem a recebe. Este último elemento recebe a mensagem da fonte, analisa-a e interpreta-a de uma forma que pode estar mais ou menos alinhada com aquela que a fonte intencionava. Neste sentido, quem recebe pode responder a quem emite a mensagem, transmitindo então *feedback*, de forma verbal ou não verbal. Contudo, nenhuma comunicação acontece sem estar enquadrada num ambiente e contexto. O ambiente está relacionado com a atmosfera física e

psicológica onde a comunicação se desenvolve, enquanto o contexto implica o cenário e as expectativas envolvidas na interação, obviamente imbuídas em dinâmicas sociais pré-existentes, enquanto o ambiente oferece determinadas pistas para a construção desta partilha. Por último, a interferência representa tudo aquilo que pode bloquear ou impedir a mensagem de ser transmitida ou que influencia a sua compreensão e o seu significado original (McLean 2005). Todo este processo de comunicação é então facilitado por ferramentas, como a linguagem, que promovem a interação.

Como ferramenta de comunicação fundamental na interação humana, a linguagem abarca a expressão de pensamentos, sentimentos e emoções. Esta expressão pode acontecer de forma escrita, oral ou visual. Todavia, a linguagem está intrinsecamente imbuída de uma construção social constituída por um complexo sistema de crenças, atitudes e valores que influenciam marcadamente a forma como estruturamos as nossas crenças, redes relacionais e posições que assumimos socialmente (Cerqueira e Magalhães 2018; DeFranza, Mishra e Mishra 2020). Por tudo isto, a linguagem sofre influências notáveis baseadas em questões económicas, (pós)coloniais e de género que se refletem na nossa organização comunicativa em termos de estrutura, conteúdo e organização. A linguagem é então, ao mesmo tempo, um meio resultante da desigualdade produzida através das influências referidas e um eixo estrutural capaz de operar, ele mesmo, processos que podem resultar em diferença e desigualdade (De Varennes 1996; Cavanaugh 2020). Exatamente pelo reconhecimento destas complexas dinâmicas, importa problematizar o conceito de género, enquanto construção sociocultural que influencia e é influenciado pela estrutura linguística.

O género é, portanto, um termo complexo na sua génese e definição. Numa perspetiva tradicional, é usualmente apresentado como binário (i.e., feminino e masculino), apesar da compreensão científica sobre este termo o alargar a mais possibilidades e diversidades (Richards *et al*. 2016). Neste sentido, o género apresenta-se como a construção de categorias sociais que contribuem para o desenho e atribuição de expectativas, papéis e responsabilidades em função de se identificar alguém como sendo homem ou mulher (EIGE 2016; Cerqueira e Magalhães 2018). Ao longo do tempo e em diferentes contextos, o género tem sido muitas vezes associado e/ou definido em função do contexto sociolegal onde é vivido, podendo por isso ser legalmente definido – ainda que equivocamente – com base no sexo atribuído à nascença (Lindqvist, Sendén e Renström 2020). No entanto, em qualquer contexto, pela dimensão sociológica envolvida, as categorias de género estão imbuídas em estereótipos que acabam por traduzir-se em situações de desigualdade social. Aqui, a linguagem assume um papel preponderante na manutenção ou alteração de atitudes e comportamentos reprodutores de desigualdade (Scharrón-del Río e Aja 2020). Por outras palavras, a linguagem deve ser encarada como mutável pelo seu papel organizador de significados sociais, necessitando por isso de revisões que contribuam para a desconstrução da vulnerabilidade e des-

vantagem psicossocial em que se encontram determinados grupos sociais (Pereira *et al*. 2022; APA 2023). Esta vulnerabilidade envolve processos de estigma e discriminação que colocam esses mesmos grupos numa posição socialmente minoritária: e aqui, minoria não se refere ao número exato de pessoas representadas, mas sim à vulnerabilidade social a que estas pessoas estão sujeitas e as coloca em desvantagem no acesso a direitos, bens e serviços (Meyer 2003; Perkins e Wiley 2014).

No que concerne ao combate às desigualdades associadas à linguagem e comunicação, as características linguísticas inerentes a cada língua devem ser consideradas. As línguas apresentam-se como sistemas de comunicação com regras próprias de operação (Crystal 2011). A língua portuguesa pende, por exemplo, para uma perspetiva binária de género e essencialmente "masculina por defeito". Por exemplo, é socialmente validada a utilização de formas masculinas para nos dirigirmos a um grupo de pessoas onde possa existir apenas um homem, invisibilizando as outras pessoas presentes. Contudo, pensar sobre uma comunicação inclusiva implica considerar os recursos disponíveis na língua para assegurar o processo de abolir e transformar a aplicação de palavras e expressões que possam ter um pendor discriminatório e estigmatizante para com determinadas pessoas e/ou grupos (Mikić, Mrčela e Golob 2018).

Assim, pensar em linguagem inclusiva está intimamente ligado ao conceito de autodeterminação. Aqui, falamos do processo de cada pessoa se reconhecer dentro de determinadas características que vê como definidoras da sua identidade, como por exemplo, o nome, género e características com as quais se identifica (APA 2023). Uma população socialmente vulnerabilizada, sobretudo devido a questões de autodeterminação, é a comunidade trans. Por constrangimentos legais ou de outro foro, as pessoas trans podem possuir um nome legal que não corresponde ao nome com o qual se autoidentificam e, neste caso, é crucial o tratamento pelo nome escolhido. Sobre este tópico, estudos recentes corroboram o efeito positivo do tratamento destas pessoas pelo respetivo nome social escolhido nos *outcomes* de sintomatologia depressiva, ansiosa e na ideação e comportamento suicida desta população (e.g., Russell *et al*. 2018). As questões da utilização de linguagem capacitista seguem na mesma direção: por exemplo, utilizar o termo "pessoa com deficiência" é considerada uma forma inclusiva de abordar a questão, pois a tónica é colocada na pessoa e não na sua condição de saúde, como se toda a sua identidade se reduzisse a isso (Baierle e Karnopp 2023). Aliás, o termo capacitismo assume uma configuração ainda mais abrangente: além de estereotipar as pessoas com deficiência, perspetiva-as em oposição ao que se espera como "normal", subestimando a capacidade dessas pessoas, ao mesmo tempo que veicula esta perspetiva através de expressões que o sujeito emissor até pode considerar positivas (e.g., "Aquela pessoa nem parece que tem deficiência").

Deste modo, a literatura científica parece corroborar que o investimento em formas de comunicação inclusiva permite incitar a diversidade e, ao mesmo tempo, combater o estigma e a discriminação, favorecendo a mudança de atitudes,

perceções e comportamentos, contribuindo para a concretização dos princípios da igualdade e da não-discriminação (Pérez e Tavits 2019; Koster 2020). É no sentido de contribuir para estas reflexões e apontar algumas direções futuras, que este trabalho se desenha como, ao mesmo tempo, uma revisão do estado da arte e das múltiplas contribuições sobre este tópico em Portugal, e uma posição crítica e prática sobre as mesmas.

## Linguagem e género: de uma preocupação geral a uma perspetiva afirmativa

Se a pertinência da utilização de linguagem inclusiva não parece já ser um tema de debate – pela sua indiscutível importância na identidade, saúde mental e visibilidade das identidades (Mikić, Mrčela e Golob 2018; Russell *et al.* 2018; APA 2023) – a discussão parece agora cair sobre as formas de criar uma linguagem efetivamente inclusiva e capaz de abraçar a maior diversidade possível. Sobre isto, a linguagem pode ser então um mecanismo afirmativo da identidade, pelo facto de a pessoa ou grupo se sentir visível e representado (APA 2023). Assim sendo, e pensando em diferentes órgãos e instituições nacionais e internacionais com ascendência sobre estas dimensões (e.g. Abranches 2009; EIGE 2018; Parlamento Europeu 2018; Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia 2018), vale a pena revisitar alguns dos avanços sobre esta temática.

Por exemplo, em 2018 o Parlamento Europeu adotou várias diretrizes para assegurar a utilização de linguagem neutra e sensível à diversidade de género, privilegiando, além da neutralidade, a utilização de formas gramaticais passivas. Da mesma forma, associações profissionais internacionais, como a *American Psychological Association* (APA 2023) têm promovido linhas orientadoras para a utilização de linguagem inclusiva na ciência. Aqui, a APA reforça o respeito pela autodeterminação de género, a neutralidade quando não há conhecimento efetivo da categoria de autoidentificação e a não utilização de categorias de identidade como adjetivação. Contudo, não só as ciências sociais têm investido na preocupação com a utilização de linguagem inclusiva: nas áreas de *STEM [science, technology, engineering and mathematics*] e na utilização da inteligência artificial [IA] têm-se feito diferentes esforços. Por exemplo, a utilização de *softwares* de escrita que, eles próprios, possam reconhecer e apresentar alternativas mais inclusivas a quem os utiliza (Sullivan 2019), ou a concetualização de anúncios de recrutamento ou adjacentes a práticas profissionais não-genderizados (Faulkner 2008).

Também em Portugal, ao longo do tempo, diferentes ferramentas têm sido utilizadas neste âmbito. Pela perceção da categoria de género enquanto binária, algumas destas estratégias foram baseadas nessa premissa, como é exemplo o *Guia para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens na Administração Pública* (Abranches 2009). Na academia, meio privilegiado para a promoção de

estratégias de igualdade de género e não-discriminação, criaram-se vários documentos em diferentes instituições, de que são exemplo o guia para a promoção de linguagem inclusiva na Universidade do Porto (Leal *et al*. 2023), o guia para a promoção da comunicação inclusiva no Técnico de Lisboa (2021), ou o guia para uma comunicação inclusiva do Instituto Politécnico do Porto (Serrão, Martins e Rocha 2020). Esta preocupação partilhada reforça a importância de políticas promotoras da igualdade e diversidade de género, onde as questões socioculturais necessitam de especial atenção de modo a serem devidamente enquadradas nesta utilização de linguagem inclusiva (Cavanaugh 2020). As ações empreendidas neste sentido apresentam um caráter afirmativo, pela emancipação social que podem representar para os grupos envolvidos (Nogueira 2013; 2017; Trujillo 2015). Contudo, sobretudo por se apresentarem como estratégias mais associadas à governação local do que a medidas centralizadas e academicamente reforçadas, é importante abrir o debate e analisar as resistências e caminhos futuros (Erdocia 2022). De facto, pelo mundo, têm-se levantado resistências sociopolíticas à promoção da utilização de linguagem inclusiva que importa serem, além de referidas, analisadas através dos mecanismos psicológicos e sociais que as sustentam e, por isso, as fazem prevalecer no tempo.

## Mecanismos psicossociais na construção de uma linguagem (mais) inclusiva

Primeiramente, vale revisitar o conceito de estereótipo e as dimensões que acarreta para quem é visado. Por estereótipo entende-se um conjunto de conceitos pré-concebidos, padronizados e sem fundamento científico sobre determinadas pessoas ou grupos, que enfatizam determinadas características com conotação socialmente negativa em detrimento da realidade e individualidade das pessoas visadas (Straub e Niebel 2021). Os estereótipos constituem então assunções que informam a nossa leitura da realidade e a leitura dos grupos a que pertencemos, influenciando o nosso processamento de informação e polarizando-o facilmente, como se de uma luta binária de género se tratasse (Ellemers 2018). Assim, a expectativa social em relação a pessoas de diferentes géneros não é, de todo, neutra e espelha-se na comunicação dirigida a cada um desses grupos, resultando na desvantagem, por exemplo, de mulheres no acesso a lugares de liderança (Ellemers 2018; Peixoto-Freitas *et al.* 2023). Efetivamente, em qualquer contexto, pela dimensão sociológica envolvida, as categorias de género baseiam-se em estereótipos que alimentam a desigualdade social. A linguagem tem então um papel fulcral na redução destas desigualdades (Scharrón-del Río e Aja 2020). Com o seu papel organizador de significados sociais, a linguagem é mutável e, com alterações reflexivas, pode contribuir para a desconstrução da vulnerabilidade e desvantagem de determinados grupos sociais (Pereira *et al.* 2022; APA 2023).

Note-se ainda que os estereótipos não estão circunscritos ao género, mas a outras características como, por exemplo, a idade, orientação sexual, etnia, estatuto socioeconómico ou condição de saúde. Emerge então o conceito de interseccionalidade que procura compreender como o cruzamento e a articulação das diferentes categorias de pertença social supracitadas influenciam a vida das pessoas e as torna mais vulneráveis a situações reprodutoras de desigualdades. A discriminação sofrida em função da interseccionalidade das categorias identitárias cria e reproduz hierarquias de poder socialmente rigidificadas que contribuem para a criação e manutenção de representações estereotipadas que vão, também elas, manter as relações assimétricas de poder social (Crenshaw 1989; 1991; Bowleg 2008; Davis 2008; Bose 2012; Nogueira 2013; 2017; Magalhães 2016). A conotação negativa implícita nos estereótipos socialmente criados pode ser internalizada pelas pessoas alvo dos mesmos (Puckett e Levitt 2016). Imaginemos uma mulher que internaliza o estereótipo de que não deve, ou deve evitar, manifestar a sua opinião pessoal em contextos sociais: esta pessoa pode ter mais dificuldade em ter comportamentos assertivos. Nos processos associados à liderança, por exemplo, é comum encontrarem-se dificuldades nos grupos de mulheres em perspetivar-se nestas posições, por acreditarem não possuir naturalmente esse perfil (Ellemers 2018).

Os estereótipos contribuem para a criação de esquemas cognitivos que, por sua vez, influenciam a perceção individual sobre nós e sobre as outras pessoas. Uma das consequências destes esquemas é o desenvolvimento de profecias autorrealizadas (Merton 1968): algo que não corresponde à verdade sobre uma situação, mas que, ao tornar-se uma crença, pode suscitar na pessoa um novo comportamento que contribui para que a conceção inicial se torne verdadeira. Sobre isto, o conceito de profecia autorrealizada está intimamente ligado ao "efeito Pigmaleão" (Rosenthal 1987). Falamos da expectativa atribuída ao desempenho de determinada pessoa ou situação que vai influenciar em larga medida o desempenho e resultado da mesma. Se pensarmos em situações relacionadas com as categorias de género, facilmente ilustramos este efeito. Imaginemos uma situação de desempenho em que atribuímos o sucesso a uma causa instável, como a sorte ou o esforço, por contraste com uma causa estável, como aptidão ou competência; esta explicação autoatribuída ou atribuída pelos outros terá implicações na forma como as pessoas abordarão nova situação de desempenho. Ora sabemos que o desempenho bem-sucedido das mulheres em tarefas que são estereotipicamente masculinas é alvo de mais avaliações relativas a causas instáveis, enquanto o dos homens é atribuído a causas estáveis (Swim e Sanna 1996). Parece então mais provável que em situações futuras semelhantes os homens continuem a manter um melhor rendimento por o atribuírem a características disposicionais (internas e estáveis) e as mulheres apresentem mais ansiedade de desempenho, por acreditarem estar dependentes de características contextuais (externas e instáveis), o que pode resultar num desempenho de menor quali-

dade. Estas expectativas sociais possuem também um cunho interseccional e a sua influência no desempenho dos indivíduos vem sendo estudada ao longo do tempo, reforçando o efeito dos estereótipos e esquemas cognitivos no desempenho e autoconceito de pessoas pertencentes a grupos socialmente estigmatizados (Swim e Sanna 1996).

Considerando todos os processos anteriormente apresentados, deve compreender-se a transversalidade dos mesmos: nenhuma pessoa, independentemente da sua identidade, contexto educacional e cultural, é imune a estas estruturas e representações que, ainda que inconscientemente, representam um viés de género. Falamos então sobre uma interpretação ou representação consciente ou inconsciente de um fenómeno, favorecendo de forma recorrente um ponto de vista ou categoria específica em detrimento de outra (Chandler e Munday 2020). Uma das maiores barreiras à desconstrução do viés de género relaciona-se com ser, tantas vezes, inconsciente e até invisível, sobretudo para os grupos que possam ser, aparentemente, beneficiados por este processo. Por atravessar dimensões sociais, familiares, políticas, individuais e culturais parece haver, de facto, desafios vários para encontrar soluções capazes de diminuir estas desigualdades (Chichilnisky 2008).

Considerando todas estas questões, é evidente a existência de resistências várias a mudanças linguísticas que tornem a linguagem, não só mais inclusiva, mas mais representativa, ainda que determinadas posições na própria linguística procurem argumentar o género gramatical como um fenómeno exclusivamente linguístico, despido de qualquer associação às construções sociais de género (Roca 2005). É relevante, por isso, revisitar na próxima secção algumas referências sobre este tópico, ao mesmo tempo que as problematizamos no sentido de contribuir para a reflexão académica, ativista e inclusiva da questão com uma perspetiva construtiva destas adaptações.

## A linguagem e a interseccionalidade: resistências, direções futuras e contributos para a reflexão

Um considerável número de línguas, onde se inclui o português, apresenta um sistema de género binário. Quando falamos, por exemplo, da língua inglesa, percebemos uma maior facilidade na utilização de género neutro, adotando-se recentemente a possibilidade da utilização do pronome *they/them* para o representar na escrita científica (APA 2023). Assim, na língua portuguesa, no sentido de contornar esta estrutura binária de género, parece necessária uma reestruturação mais pensada, de modo a eliminar a utilização do masculino genérico que parece afetar não só o bem-estar, mas o próprio desempenho das mulheres (Cohen *et al.* 2023). A este nível, até pelo envolvimento próximo do ativismo, várias foram as tentativas realizadas, não só na língua portuguesa, mas noutras línguas de origem

latina, como por exemplo, o espanhol (Erdocia 2022). A utilização de símbolos como o @, x, ou formas duplas de masculino-feminino (e vice-versa) vão sendo estratégias recorrentes. Contudo, estes mecanismos levantam dificuldades de utilização institucional e oficial, da mesma forma que dificultam o acesso à informação para pessoas que se encontram em outras situações socialmente vulnerabilizadas (e.g., com perturbações da aprendizagem, algum tipo de incapacidade que afete o acesso à descodificação de informação) (Leal *et al.* 2023).

Estes obstáculos refletem a necessidade de encarar o processo de linguagem inclusiva como interseccional (Crenshaw 1989, 1991; Bowleg 2008; Davis 2008; Bose 2012; Nogueira 2013; 2017; Magalhães 2016), sendo uma das argumentações nesse sentido a procura de expressões ou palavras mais neutras em termos de género (e.g., estudantes e não alunos/as). Até porque, de uma perspetiva mais conservadora das estruturas linguísticas, a neutralidade de género utilizando os recursos linguísticos comuns não exige mudanças fonéticas ou de grafia profundas. Note-se que as reivindicações relativas à neutralidade da linguagem no sentido de desconstrução do sistema patriarcal remontam às décadas de 1970 e 1980 (Pauwels 2003) e têm-se revelado cada vez mais fulcrais e emergentes. É exatamente devido a esta necessidade que se assiste à criação de alguns instrumentos de apoio à utilização de uma linguagem mais inclusiva, neutra e representativa (e.g., Serrão, Martins e Rocha 2020; Conselho Económico e Social 2021; Leal *et al.* 2023). Portanto, a opção pela utilização da linguagem neutra de género inclui, à partida, todas as pessoas. No entanto, levantam-se resistências sobre este tópico, com diversos argumentos a si associados: por exemplo, a ideia de a linguagem neutra poder invisibilizar o género feminino, de as alterações linguísticas comprometerem a qualidade da comunicação e até de a linguagem neutra poder ser uma ameaça a entidades mais normativas (Erdocia 2022; Vergoossen *et al.* 2020). Naturalmente que todos estes argumentos devem ser alvo de debate continuado, entre diferentes agentes, não apenas políticos, mas científicos e de participação das principais populações visadas nesta discussão (e.g., mulheres, pessoas de género diverso) (Erdocia 2022).

Note-se, no entanto, que antes da discussão sobre as possibilidades de construção de uma linguagem mais inclusiva, estão resistências políticas e sociais à sua utilização que chegam a rejeitar, sequer, a possibilidade desta concetualização e debate. Não surpreendentemente, estas resistências parecem estar intimamente relacionadas com crenças e perceções sexistas (Sarrasin, Gabriel e Gygax 2012). Para facilitar a implementação, e até a discussão pública consciente e construtiva, da linguagem inclusiva é então necessária uma posição governamental, não só nacional, mas local, que facilite este processo, mas que aconteça com uma configuração participativa e cientificamente informada (Erdocia 2022). Em Portugal, apesar de várias recomendações da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) e outras da Comissão Europeia, não há uma obrigação legal relativamente à utilização de linguagem inclusiva. Recentemente, devido à formalização

do direito à autodeterminação (Lei sobre identidade de género)[1], que abriu a possibilidade de alteração de nome legal e do género nos documentos legais de identificação, as escolas têm de garantir o direito de crianças e jovens expressarem a sua autodeterminação de género, com a criação de mecanismos de "canais de comunicação e deteção" que passam pela utilização do nome social, ainda que seguido das iniciais do nome registado no documento legal. De forma também pioneira em Portugal, o Projeto lei nº 762/XV (CACDLG 2023), aprovado na reunião plenária nº 130, mas vetado num primeiro momento pelo Presidente da República, apresentava a possibilidade de adoção de nomes neutros em termos de género, um passo de maior importância para as identidades não-binárias.

Ainda que de grande importância, estes passos legais e recomendações institucionais sobre a utilização de linguagem inclusiva e de outras medidas de inclusão adjacentes não estabelecem obrigatoriedade na utilização de linguagem inclusiva (seja neutra ou baseada em formas duplas de género). De facto, a promoção da sua utilização vai acontecendo por diversas vias, mas as posições de resistência e oposição parecem nem sempre ser incluídas em debate, o que torna esta questão uma matéria, sobretudo, de tensão política. Pelo afastamento entre este debate alargado e a politização da utilização de linguagem inclusiva, podemos até assistir a um processo contraproducente de implementação desta forma de inclusão (Erdocia 2022).

## Conclusão

Sobre as direções futuras da utilização de linguagem inclusiva – ou pelo menos, mais inclusiva, encarando este processo como uma contínua discussão participativa (Erdocia 2022) – é de maior relevância considerar o tempo necessário para enquadrar estas mudanças e refleti-las como decisivas no bem-estar psicossocial de várias populações vulnerabilizadas (Anthony e Cook 2012; APA 2023; Erdocia 2022; Hord 2016; Kabba 2011; Sarrasin, Gabriel e Gygax 2012). Posto isto, é necessária uma janela temporal adequada para que a evolução possa existir, convidando ao conhecimento das recomendações nacionais e internacionais existentes. Este processo pode e deve ser acompanhado de perto pelas estruturas governativas, podendo enquadrar as questões da linguagem inclusiva noutras dimensões relacionadas com a igualdade e a diversidade (e.g., Planos para a Igualdade de Género e Não-Discriminação) (Erdocia, Nocchi, e Ruane 2020; Erdocia 2022). Vale aqui refletir sobre quem deve ocupar os pontos centrais de discussão. Aqui, falamos do lugar de fala (Ribeiro 2017), ou seja, das pessoas que, devido às condições associadas à não-utilização de linguagem inclusiva, são dire-

[1] Lei n.º 38/2018 de 7 de agosto, publicada no *Diário da República* n.º 151/2018. Série I. Disponível em https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/38-2018-115933863

tamente prejudicadas por isso, sobretudo, no exercício da sua cidadania. Afinal, as resistências são sempre esperadas em processos de mudança social, o que não significa que devam condicioná-los, sobretudo em questões como a utilização de linguagem inclusiva que parecem, claramente, assentes em preconceitos e estereótipos estruturais reprodutores de desigualdades e mal-estar psicológico (Sczesny, Moser e Wood 2015).

Desta perspetiva, as pessoas autoras deste trabalho alinham-se com a literatura que aponta a formação e informação sobre a temática como um meio fulcral para quebrar mitos ideológicos associados à mesma e ressaltar o papel de cada agente social, profissional e legal na promoção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva (Sarrasin, Gabriel e Gygax 2012). Esta formação e estruturação não pode ser ainda dissociada do aconselhamento linguístico profissional (Erdocia 2022), garantindo que a universalidade das mudanças realizadas são um mote para relações sociais mais equitativas e imbuídas de significado (Kabba 2011). Espera-se, portanto, que este breve debate possa ser informativo no sentido de, ao revisitar os avanços existentes e questionar os caminhos que parecem continuar inexplorados, se suscite interesse científico e político que inclua diferentes posicionamentos epistemológicos, reflexivos, críticos e políticos sobre a utilização da linguagem inclusiva e da sua construção, não afastando do debate e da implementação os grupos que no campo do ativismo pela sua afirmação identitária desbravam caminhos e impulsionam reflexões (Erdocia 2022; Vergoossen *et al*. 2020).

## Contributo de cada autor/a

**DL:** Concetualização e estruturação; análise formal (principal); investigação; metodologia; redação do rascunho original.

**JPF:** Concetualização e estruturação; análise formal; metodologia; validação; revisão e edição.

**SIM:** Concetualização e estruturação; metodologia; validação; revisão e edição.

**MM:** Concetualização e estruturação; análise formal; metodologia; validação; revisão e edição.

## Agradecimentos

O projeto recebeu financiamento do programa de investigação da União Europeia programa de investigação e inovação Horizonte 2020 da União Europeia, ao abrigo do acordo de subvenção n.º: 101006560. Este trabalho foi apoiado por financiamento nacional da Fundação para a Ciência e Tecnologia (UIDB/00050/2020).

## Conflito de interesses

Não existem conflitos de interesse que possam ter influenciado os conteúdos apresentados.

## Referências bibliográficas

Abranches, Graça. 2009. *Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública*. Lisboa: CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Disponível em https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-Linguagem.pdf

Anthony, Elizabeth R., & Sarah L. Cook. 2012. "Assessing the impact of gender-neutral language on disclosure of sexual violence." *Psychology of Violence* 2(3): 297–307. DOI: https://doi.org/10.1037/a0028562

American Psychological Association. 2023. *Inclusive language guide*. 2nd ed. Disponível em https://www.apa.org/about/apa/equity-diversity-inclusion/language-guidelines.pdf

Baierle, Mariana, e Lodenir Karnopp. 2023. "De portador à pessoa com deficiência: mudanças linguísticas e inclusão social." *TEXTURA – Revista de Educação e Letras* 25(62): 170-186. DOI: https://doi.org/10.4322/2358-0801.2023.25.62.08

Bose, Christina. 2012. "Intersectionality and Global Gender Inequality." *Gender & Society* 26(1): 67-72. DOI: https://doi.org/10.1177/0891243211426722

Bowleg, Lisa. 2008. 'When Black + Lesbian + Woman ≠ Black Lesbian Woman: The Methodological Challenges of Qualitative and Quantitative Intersectionality Research." *Sex Roles* 59(5-6): 312-325. DOI: https://doi.org/10.1007/s11199-008-9400-z

Cavanaugh, Jillian R. 2020. "Language as Social Action." In *Oxford Research Encyclopedia of Anthropology*. DOI: https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190854584.013.119

Cerqueira, Carla, e Sara Isabel Magalhães. 2018. "(Des)Fazer género, (des)construir futuros." *Faces de Eva* 39: 121-128. Disponível em https://scielo.pt/pdf/eva/n39/n39a11.pdf

Chandler, Daniel, & Rod Munday. 2020 *A Dictionary of Media and Communication*. Oxford University Press. Disponível em https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780198841838.001.0001/acref-9780198841838

Chichilnisky, Graciela. 2008. "The Gender Gap." *Review of Development Economics* 12(4): 828-844. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1467-9361.2008.00456.x

Cohen, Alma, *et al*. 2023. "Gender-Neutral Language and Gender Disparities." *National Bureau of Economic Research* Workingpaper No. w31400. DOI: https://doi.org/10.3386/w31400

CACDLG – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. 2023. Texto Final e relatório da discussão e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.ºs 332/XV/1.ª (PS), 21/XV/1.ª (PAN) e 359/XV/1.ª (BE). Disponível em https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063484d364c793968636d356c6443397a6158526c63793959566b786c5a793944543030764d554e425130524d5279394562324e31625756756447397a5357357059326c6864476c3259554e7662576c7a633246764c7a51325a6a6c694e5441334c5467314f5755744e475577595331684f474a694c544a6b4d3249774d6a41314f4759354f5335775a47593d&fich=46f9b507-859e-4e0a--a8bb-2d3b02058f99.pdf&Inline=true

Conselho Económico e Social. 2021. *Manual de Linguagem Inclusiva*. Lisboa: CES.

Crenshaw, Kimberlé. 1989. "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics." *University of Chicago Legal Forum* 1989(1): Art. 8. Disponível em http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8

Crenshaw, Kimberlé. 1991. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity, Politics and Violence against Women of Color." *Stanford Law Review* 43(6): 1241-1299. DOI: https://doi.org/10.2307/1229039

Crystal, David. 2011. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. Malden, MA: Blackwell.

Davis, Kathy. 2008. "Intersectionality as buzzword: A sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful." *Feminist Theory* 9(1): 67-85. DOI: https://doi.org/10.1177/1464700108086364

De Varennes, Fernand. 1996. "Law, Language, and the Multiethnic State." *Language & Communication* 16(3): 291-300.

DeFranza, David, Himanshu Mishra, & Arui Mishra. 2020. "How language shapes prejudice against women: An examination across 45 world languages." *Journal of Personality and Social Psychology* 119(1): 7-22. DOI: https://doi.org/10.1037/pspa0000188

EIGE – European Institute for Gender Equality. 2016. "Gender." In EIGE – Glossary & Thesaurus. Disponível em https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus/terms/1046

EIGE – European Institute for Gender Equality. 2018. *Toolkit on Gender-sensitive Communication: A resource for policymakers, legislators, media and anyone else with an interest in making their communication more inclusive*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. DOI: https://doi.org/10.2839/93859

Ellemers, Naomi. 2018. "Gender Stereotypes." *Annual Review of Psychology* 69: 275-298. DOI: https://doi.org/10.1146/annurev-psych-122216-011719

Erdocia, Iker. 2022. "Participation and deliberation in language policy: the case of gender-neutral language." *Current Issues in Language Planning* 23(4): 435-455. DOI: https://doi.org/10.1080/14664208.2021.2005385

Erdocia, Iker, Susanna Nocchi, & Mary Ruane. 2020. "Language policy-making in Ireland: A preliminary study of the consultation process of Languages Connect." *TEANGA, The Journal of the Irish Association for Applied Linguistics* 27: 98-127. DOI: https://doi.org/10.35903/teanga.v27i.224

Faulkner, Wendy. 2008. "Doing gender in engineering workplace cultures. I. Observations from the field." *Engineering Studies* 1(1): 3-18. DOI: https://doi.org/10.1080/19378620902721322

Hord, Levi C. 2016. "Bucking the Linguistic Binary: Gender Neutral Language in English, Swedish, French, and German." *Western Papers in Linguistics 3*(1): Art. 4.

Kabba, Kadija. 2011. "Gender-neutral language: an essential language tool to serve precision, clarity and unambiguity." *Commonwealth Law Bulletin* 37(3): 427-434. DOI: https://doi.org/10.1080/03050718.2011.595141

Koster, Dietha. 2020. "Do representations of gender and profession change over time? Insights from a longitudinal corpus study on Dutch language textbooks (1974–2017)." *Journal of Gender Studies* 29(8): 883-896. DOI: https://doi.org/10.1080/09589236.2020.1754176

Leal, Daniela, *et al*. 2023. Guia para a Utilização de Linguagem Inclusiva. Universidade do Porto. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1FrUFVemO6bbcyTpT7aYSv0Y_tj-OwgdF/view

Lindqvist, Anna, Marie Gustafsson Sendén, & Emma A. Renström. 2021. "What is gender,

anyway: a review of the options for operationalising gender." *Psychology & Sexuality* 12(4): 332-344. DOI: https://doi.org/10.1080/19419899.2020.1729844

Magalhães, Sara I. 2016. "Interseccionalidade". In *Dicionário – Crime, Justiça e Sociedade,* editado por Rui L. Maia *et al*., 276-277. Lisboa: Edições Sílabo.

McLean, Scott. 2005. *The Basics of Interpersonal Communication*. Boston: Pearson.

Merton, Robert K. 1968. *Social Theory and Social Structure*. New York: Free Press.

Meyer, Illan H. 2003. "Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence." *Psychological Bulletin* 129(5): 674-697. DOI: https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674

Mikić, Jasna, Aleksandra K. Mrčela, & Monika K. Golob. 2018. "Gendered and 'Ageed' Language and Power Inequalities: An Intersectional Approach." *Gender a výzkum/Gender and Research* 19(2): 32-54. DOI: https://doi.org/10.13060/25706578.2018.19.2.425

Nash, Jennifer. 2008. "Re-Thinking Intersectionality." *Feminist Review* 89(1): 1-15. DOI: https://doi.org/10.1057/fr.2008.4

Nogueira, Conceição. 2013. "A teoria da interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de 'novas possibilidades' no projeto de uma psicologia feminista crítica." In *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos,* editado por Ana Lídia Brizola *et al*., 227-248. Florianópolis: Abrapso/Nuppe/CFH/UFSC.

Nogueira, Conceição. 2017. *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Salvador da Bahia: Editora Devires.

Parlamento Europeu. 2018. Linguagem neutra do ponto de vista do género no Parlamento Europeu. Disponível em https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/187108/GNL_Guidelines_PT-original.pdf

Pauwels, Anne. 2003. "Linguistic Sexism and Feminist Linguistic Activism." In *The Hand--book of Language and Gender,* editado por Janet Holmes & Miriam Meyerhoff, 550-572. Malden, MA: Blackwell. DOI: https://doi.org/10.1002/9780470756942.ch24

Pearson, Judy, & Paul Edward Nelson. 2000. *An Introduction to Human Communication: Understanding and Sharing*. Boston: McGraw Hill.

Peixoto-Freitas, Jorge, *et al*. 2023. RESET – Infografia U.Porto 2022. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1TSYX2qWX0hsMegiYeYs_Dl3IGYjhp4zP/view?pli=1

Pereira, Vanessa, *et al*. 2022. Comunicação Institucional Inclusiva: um instrumento de autoanálise para as organizações. Disponível em https://bridges.fpce.up.pt/wp-content/uploads/sites/688/2022/09/Matriz-de-Autoanalise-de-Comunicacao-Inclusiva.pdf

Pérez, Efrén O., & Margit Tavits. 2019. "Language Influences Public Attitudes toward Gender Equality." *The Journal of Politics* 81(1): 81-93. DOI: https://doi.org/10.1086/700004

Perkins, Krystal, & Shaun Wiley. 2014. "Minorities." In *Encyclopedia of Critical Psychology,* editado por Thomas Teo, 1192-1195. New York: Springer. DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4614-5583-7_188

Puckett, Jae A., & Heidi M. Levitt. 2016. "Internalized Stigma Within Sexual and Gender Minorities: Change Strategies and Clinical Implications." *Journal of LGBT Issues in Counseling* 9(4): 329-349. DOI: https://doi.org/10.1080/15538605.2015.1112336

Ribeiro, Djamila. 2017. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.

Richards, Christina, *et al*. 2016. "Non-binary or genderqueer genders." *International Review of Psychiatry* 28(1): 95-102. DOI: https://doi.org/10.3109/09540261.2015.1106446

Roca, Ignacio M. 2005. "La Gramática y la Biología en el género del español (1ª parte)." *Revista Española de Lingüística* 35(1): 17-44.

Rosenthal, Robert. 1987. "Pygmalion Effects: Existence, Magnitude, and Social Importance." *Educational Researcher* 16(9): 37-40. DOI: https://doi.org/10.3102/0013189X016009037

Russell, Stephen. T., *et a*l. 2018. "Chosen Name Use Is Linked to Reduced Depressive Symp-

toms, Suicidal Ideation, and Suicidal Behavior Among Transgender Youth." *Journal of Adolescent Health* 63(4): 503-505. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2018.02.003

Sarrasin, Oriane, Ute Gabriel, & Pascal Gygax. 2012. "Sexism and Attitudes Toward Gender-Neutral Language: The Case of English, French, and German." *Swiss Journal of Psychology* 71(3): 113-124. DOI: https://doi.org/10.1024/1421-0185/a000078

Scharrón-del Río, María. R., & Alan A. Aja. 2020. "Latinx: Inclusive Language as Liberation Praxis." *Journal of Latinx Psychology* 8(1): 7-20. DOI: https://doi.org/10.1037/lat0000140

Sczesny, Sabine, Franziska Moser, & Wendy Wood. 2015. "Beyond Sexist Beliefs: How Do People Decide to Use Gender-Inclusive Language?" *Personality and Social Psychology Bulletin* 41(7): 943-954. DOI: https://doi.org/10.1177/0146167215585727

Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia. 2018. Comunicação Inclusiva no SGC. Disponível em https://www.consilium.europa.eu/media/35437/pt_brochure-inclusive-communication-in-the-gsc.pdf

Serrão, Carla, Teresa Martins, e Rosa M. Rocha. 2020. Guia P. Porto para uma Comunicação Inclusiva. Disponível em https://issuu.com/politecnicodoporto/docs/guia_inclus_o_issuu

Straub, Jürgen, & Viktoria Niebel. 2021. *Kulturen verstehen, kompetent handeln. Eine Einführung in das interdisziplinäre Feld der Interkulturalität.* Gießen: Psychosozial-Verlag.

Sullivan, Mark. 2019. "Microsoft Word is getting politically correct." August 05. *Fast Company.* Disponível em https://www.fastcompany.com/90346224/microsoft-word-is-getting-politicallycorrect

Swim, Janet K., & Lawrence J. Sanna. 1996. "He's Skilled, She's Lucky: A Meta-Analysis of Observers' Attributions for Women's and Men's Successes and Failures." *Personality and Social Psychology Bulletin* 22(5): 507-519. DOI: https://doi.org/10.1177/0146167296225008

Técnico de Lisboa. 2021. Igualdade de Género. Promoção da comunicação inclusiva no Técnico. Disponível em https://tecnico.ulisboa.pt/files/2021/05/04-linguagem-inclusiva-2021-web.pdf

Trujillo, Gracia. 2015. "Pensar desde otro lugar, pensar lo impensable: hacia una pedagogía *queer*." *Educação & Pesquisa* 41: 1527-1540. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-9702201508142550

Vergoossen, Hellen Petronella, *et al*. 2020. "Four Dimensions of Criticism Against Gender-Fair Language." *Sex Roles* 83: 328-337. DOI: https://doi.org/10.1007/s11199-019-01108-x

**Daniela Leal**. Psicóloga, Investigadora no Projeto RESET – *Redesigning Equality and Scientific Excellence Together*, em curso na UPorto. Doutorada em Psicologia pela Universidade do Porto e Presidente da Associação *It Gets Better* Portugal. Com formação em igualdade de género, intervenção familiar e violência doméstica como Técnica de Apoio à Vítima. É autora e coautora de várias publicações e comunicações científicas nacionais e internacionais sobre diversidade sexual e de género.

**Jorge Peixoto Freitas**. Mestre em Psicologia e estudante do Programa Doutoral em Sexualidade Humana. Investigador e gestor do projeto RESET – *Redesigning Equality and Scientific Excellence Together*, em curso na UPorto. É psicoterapeuta certificado exercendo atividade clínica com enfoque em Intervenção Sistémica e Terapia de Casal. Trabalhou em vários projetos de investigação e intervenção. Ativista em igualdade de direitos e igualdade de género em várias ONG.

**Sara Isabel Magalhães**. Doutorada em Psicologia (Universidade do Minho, Portugal). Investigadora do Centro de Psicologia da Universidade do Porto onde estuda as múltiplas dimensões da idade, do envelhecimento e do género, através da lente dos feminismos interseccionais. Participou e coordenou vários projetos financiados (CE Horizon2020 SwaftS; EEAGrants/FSE/CIG; POPH/QREN/FSE/CIG; POISE/CIG; FCT). Especialista em Igualdade de Género, é ativista colaborando com a sociedade em várias ONG.

**Marisa Matias**. Doutorada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto onde é atualmente docente e investigadora. Os seus interesses de investigação centram-se em questões de género, articulação trabalho-família e relações familiares, tendo participado e coordenado vários projetos de investigação nacionais e internacionais nesta área (e.g. RESET; COPAGLOBA; HomeWork; Grupo de Investigação em Burnout Parental; VOICES; EurofamNet; LEAVES; INTERFASOL).

*Artigo recebido a 30 de janeiro e aceite para publicação em 22 de abril de 2024.*

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]
Leal, Daniela, Jorge Peixoto Freitas, Sara Isabel Magalhães, e Marisa Matias. 2024. "Quem inclusivo fala, sempre acerta: Uma discussão sobre linguagem inclusiva." *ex æquo* 49: 19-34. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.03

[Segundo a norma APA adaptada]
Leal, Daniela, Freitas, Jorge Peixoto, Magalhães, Sara Isabel, e Matias, Marisa (2024). Quem inclusivo fala, sempre acerta: Uma discussão sobre linguagem inclusiva. *ex æquo,* 49, 19-34. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.03

Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

# DA INEXISTÊNCIA À INCLUSÃO: ANÁLISE LINGUÍSTICA DO DIREITO AO VOTO DAS MULHERES EM PORTUGAL

*Violeta Amélia Magalhães**

**Resumo**

Neste trabalho analisaremos alguns textos legais referentes ao direito ao voto das mulheres em Portugal. O *corpus* é constituído por excertos da Constituição de 1822, da Carta Constitucional de 1826, das Constituições de 1838, de 1911, de 1933, de 1976 e outras leis eleitorais relevantes. Como género textual com uma dimensão política e sociocultural, o texto constitucional evidencia interações entre poder, ideologia e género, gravadas linguisticamente. A análise encetada apontará para aspetos de ordem sintático-semântica, como a quantificação ou o género gramatical. Defenderemos que a legislação eleitoral não se isenta de considerações ideológicas sobre o papel das mulheres na sociedade, numa relação entre língua, lei e poder patriarcal.

**Palavras-chave**: Feminismo, análise crítica e feminista do discurso, texto jurídico, género gramatical, discurso.

**Abstract**

**From Non-existence to Inclusion: Linguistic analysis of women's right to vote in Portugal**

In this paper we will analyze some legal documents relating to women's right to vote in Portugal. The *corpus* consists of excerpts from the Constitution of 1822, the Constitutional Charter of 1826, the Constitutions of 1838, 1911, 1933 and 1976, and other relevant electoral laws. As a genre with political and sociocultural features, the constitutional text highlights interactions between power, ideology and gender. Our analysis will point out syntactic-semantic aspects, such as quantification or the grammatical gender. We will argue that the (electoral) law is permeated by ideological considerations about the role of women in society, in a close association between language, law and patriarchal power.

**Keywords**: Feminism, feminist critical discourse analysis, legal text, grammatical gender, discourse.

---

* Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP), 4150-564 Porto, Portugal.
Endereço postal: Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal.
Endereço eletrónico: violetadmag@gmail.com

**Resumen**

**De la inexistencia a la inclusión: análisis lingüístico del derecho al voto de las mujeres en Portugal**

En este trabajo analizamos textos legales relacionados con el derecho al voto de las mujeres en Portugal. El *corpus* consta de extractos de la Constitución de 1822, la Carta Constitucional de 1826, las Constituciones de 1838, 1911, 1933, 1976 y otras leyes electorales relevantes. Como género textual con una dimensión política y sociocultural, el texto constitucional evidencia las interacciones entre poder, ideología y género, inscritas lingüísticamente. El análisis realizado apuntará a aspectos sintáctico-semánticos, como la cuantificación o el género gramatical. Sostenemos que la legislación electoral contiene consideraciones ideológicas sobre el papel de la mujer en la sociedad, en una relación entre lengua, derecho y patriarcado.

**Palabras clave**: Feminismo, análisis crítico y feminista del discurso, texto jurídico, género gramatical, discurso.

## 1. Introdução

À data da submissão do presente trabalho encontra-se a sociedade portuguesa às portas da comemoração dos cinquenta anos da Revolução de 25 de Abril de 1974, responsável por instituir um novo regime político e democrático na sociedade portuguesa (Assembleia da República 2019). Essa efeméride, embora possa ser perspetivada por diferentes ângulos, constitui um marco importante no desenvolvimento dos direitos das mulheres em Portugal, pois muito embora se possa considerar que as conceções vigentes nas vanguardas da época lateralizaram o movimento feminista (Tavares 2008, 258), a introdução de um sistema democrático iniciou um caminho em direção à participação livre e à tomada de palavra por parte de um grupo – as mulheres – que até então não assumia politicamente (e, talvez, conceptualmente) um lugar na sociedade portuguesa (Tavares 2008, 256-259).

A construção desse novo regime de organização democrática teve por base uma mudança primordial: a introdução do sufrágio universal. É sobre esse assunto, mais concretamente sobre o direito ao voto por parte das mulheres em Portugal, que versará o presente trabalho. Nas próximas páginas procuraremos analisar, do ponto de vista linguístico, os discursos que legitimam a (in)capacidade eleitoral das/os cidadãs/ãos. Fá-lo-emos por entendermos que, sob a luz do interacionismo social e sociodiscursivo (Coutinho 2021), a análise de discursos de cariz político e sociocultural nos dará pistas sobre a interação que a linguagem estabelece com os fatores praxiológicos e histórico-sociais que a envolvem. Com efeito, a relação entre o texto jurídico e as mulheres e, mesmo, a evolução do direito ao voto das mulheres são temas que têm sido estudados nas mais diversas áreas de investigação ao longo dos anos (Guimarães 1986; Esteves 1998; Lousada 2015; Almeida 2016). Todavia, entendemos ser pertinente perguntar de que forma a linguagem se relaciona e acompanha esses mesmos fenómenos, uma vez que assumimos que as práticas sociais (no caso, as práticas de atribuição de direitos de voto) estarão

interrelacionadas com as representações textuais dessas mesmas práticas (a saber, as leis eleitorais). O objetivo será, por isso, apresentar uma análise linguística da legislação referente ao sufrágio eleitoral nas diferentes constituições que vigora(ra)m em Portugal, assim expondo padrões de desigualdade e ideologia de género inscritos na e através da linguagem, ao mesmo tempo que contribuiremos para o conhecimento e a descrição dos géneros textuais jurídicos.

Em suma, pretendemos com a presente contribuição iluminar dinâmicas de poder inscritas na lei através do uso linguístico (Coutinho 2021), oferecendo simultaneamente uma modesta mas declarada homenagem a esse momento *inicial* da História moderna em que foi possível começar a caminhar em direção a uma igual valorização de homens e mulheres na sociedade.

## 2. Questões de investigação, procedimento metodológico e *corpus* reunido

O movimento sufragista pode ser considerado um assunto histórico não só se considerarmos as suas origens em Inglaterra no século XIX, como também se tivermos em conta a origem nacional do movimento em 1911 com a criação da Associação de Propaganda Feminista (Esteves 1998). Contudo, e contrariamente a outros temas e géneros textuais jurídicos (vd. por exemplo, Carapinha 2018), o género textual constitucional e, mais concretamente, a lei eleitoral não têm sido alvo (na medida do nosso conhecimento) de análises e estudos de âmbito linguístico. Assim, pretendemos abordar o tema, formulando para tal duas principais questões de investigação:

- Como é que em termos históricos, bem como sincronicamente, aparecem retratadas as mulheres na lei eleitoral?
- Como é que linguística e discursivamente se modifica a formulação relativa ao direito ao voto das mulheres?

Para responder às questões formuladas analisaremos um conjunto de discursos produzidos no âmbito da legislação eleitoral. Desse modo, o *corpus* foi constituído a partir de excertos dos seguintes documentos, consultados *online* através dos *websites* da Assembleia da República, Diário da República, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Biblioteca Nacional Digital e Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna[1]:

- Constituição de 1822
- Carta Constitucional de 1826
- Constituição de 1838

[1] Na última página encontram-se as hiperligações relativas a cada um dos documentos elencados.

- Constituição de 1911, Lei eleitoral de 1911 e Lei eleitoral de 1913
- Constituição de 1933 e Lei eleitoral (provisória) de 1933
- Lei eleitoral de 1974, Constituição de 1976 e Lei eleitoral de 1979

A seleção de certas leis eleitorais como as nomeadas ocorre quando, pela natureza do documento constitucional em causa, as informações legais relativas aos critérios de sufrágio se encontram nesses outros documentos.

A análise desencadeada focou-se em aspetos da interface Sintaxe-Semântica, tais como os tipos de oração e de quantificação introduzidos no discurso, bem como o uso do género gramatical.

## 3. Algumas premissas relevantes

Antes de avançarmos para a apresentação dos resultados da análise linguística do *corpus* selecionado será importante apresentar algumas premissas teóricas que fundamentam o presente trabalho.

### *3.1. O texto constitucional*

Tendo por base o trabalho de Silva (2016), iremos considerar a Constituição um texto fundamental e hierarquicamente superior ao restante ordenamento jurídico, que alicerça a construção de uma estrutura jurídica assente na limitação de poder.

De acordo com a mesma fonte, o texto constitucional, i.e., o objeto linguístico que a autora designa por "constituição formal" consiste no "texto da lei", que deverá refletir a "constituição material" (Silva 2016, 20), ou seja, o conjunto de princípios e valores que agregam os indivíduos de uma determinada comunidade.

Em resumo, o género textual constitucional pode ser caraterizado pelo facto de incluir uma soma de considerações de caráter moral e ético e, nesse sentido, poderá constituir um espelho da realidade político-socio-cultural de uma determinada comunidade (Silva 2016, 13).

### *3.2. A linguagem como filtro ideológico*

Considerando o artigo de Ehrlich e King (1994), defenderemos que a linguagem pode servir como um filtro ideológico, muitas vezes androcêntrico, sobre o mundo, operando, como referem as autoras, como um instrumento político para a imposição (ou, pelo contrário, diluição) de certas ideias sobre o mundo. Nesse sentido, valores, atitudes, juízos e convicções podem atuar através do campo lin-

guístico e a análise linguística (como, por exemplo, das unidades lexicais) possibilita a sua identificação.

Em sentido semelhante, Lazar (2005) advoga a favor de uma análise crítica e feminista do discurso que permitirá a revelação de estruturas patriarcais inscritas na prática linguística. Para a autora, todo o discurso é potencialmente um local de exercício de poder, onde simultaneamente podem ser operadas mudanças linguísticas transformadoras e criadoras de um novo paradigma social e político.

O artigo de Kukla (2014) oferece uma análise mais concreta das mesmas questões, aliando ideias clássicas de performatividade e força ilocutória (Austin 1962) a uma ideia de (in)justiça epistémica. Para a autora, o uso de certas construções discursivas relaciona-se com a perpetuação de desigualdades e opressões sociais. De acordo com Kukla (2014), a dimensão acional da linguagem é demasiado imperativa para que possa ser ignorada e, como tal, a autora propõe uma abordagem crítica que permita dar voz a realidades oprimidas como é caso de certas experiências femininas.

De uma forma geral, as três fontes referidas permitem justificar uma análise crítica e feminista sobre a linguagem que parte da assunção de que considerações sociopolíticas e estruturas de poder são impostas e desvendáveis através da análise de material linguístico.

### *3.3. A teoria da referenciação como suporte à reflexão*

Contrariamente a propostas de índole estruturalista, que encaram a língua como um sistema gramatical fechado em si mesmo, evocaremos como particularmente relevantes para o presente trabalho perspetivas interacionistas que enfatizam pressupostos dinâmicos na interpretação dos enunciados (Coutinho 2021). Um desses casos é a teoria da referenciação (Koch e Marcuschi 1998; Leite e Martins 2013), que permite analisar não só o léxico e o discurso, mas também a estrutura interna do sistema gramatical (leia-se, morfologia) como uma construção intersubjetiva, assente na negociação entre distintas conceções e modelos do mundo. De forma sintética, poderemos afirmar que a teoria da referenciação permite olhar para a linguagem como uma atividade sociocognitiva, na qual interferem fatores de ordem sociocultural, assim como as próprias experiências da interação do(s) sujeito(s) com o mundo (Leite e Martins 2013).

Ao longo das próximas páginas, o nosso foco não estará na defesa de uma relação (mais ou menos estreita) entre palavras e coisas, seguindo uma tradição determinista que, culminada na hipótese de Sapir-Whorf, revela salientes traços de etno e androcentrismo (Moure 2022). Pelo contrário, centrar-nos-emos na revelação dos fatores de ordem histórica e sociocultural que se inscrevem no uso da linguagem e que condicionam as imposições que, do ponto de vista psicolinguístico, as/os falantes enfrentam no processamento do discurso (Matos 2020).

### *3.4. Considerações de caráter linguístico*

Do ponto de vista linguístico, será importante referir que consideraremos a conexão entre as unidades linguísticas e as estruturas conceptuais que lhes estão associadas, entendendo assim os enunciados como redes interconectadas de significados que contribuem para o entendimento e a categorização do mundo.

De entre os tópicos linguísticos que serão abordados mais à frente importa, porém, referir um em concreto, na medida em que em línguas românicas como o português constitui uma porta de entrada para a consideração de fatores de inclusão social e linguística (Coutinho 2021): o género gramatical. Não pretendendo fazer uma descrição exaustiva sobre o assunto – que pode ser encontrada em Matos (2020) – importa afirmar que o género gramatical é uma propriedade morfossintática, de natureza flexional, que se aplica ao sintagma nominal mas que, por via da sua coocorrência com a classe dos nomes, muitas vezes se refere ao sexo biológico ou ao género social (Matos 2020).

Além disso, embora do ponto de vista linguístico o género seja uma propriedade gramatical, a própria regra de expansão da forma masculina para a formação do plural constitui, como afirma Lopes (1971, 68), um "privilégio linguístico com óbvias razões histórico-sociais", mais concretamente na evidente integração linguística que, por via de processos de gramaticalização, se impõe a partir de modelos conceptuais androcêntricos e tipicamente patriarcais. Assim sendo, a consideração do género gramatical revela-se um aspeto crucial para a discussão em torno da importância de opções linguísticas que permitam incluir cognitivamente as mulheres no discurso (Braun, Sczesny e Stahlberg 2005).

## 4. Resultados da análise linguística do *corpus*

### *4.1. A Constituição de 1822, a Carta Constitucional de 1826 e a Constituição de 1838: a opção pela nominalização*

Um primeiro ponto da análise diz respeito à forma como se intitulam as secções relativas à lei eleitoral na Constituição de 1822, na Carta Constitucional de 1826 e na Constituição de 1838 (vd. quadro 1). Nos três documentos, o tema da secção é invocado com recurso ao nome 'eleição' ou 'eleições', recorrendo-se de forma uniforme à nominalização, um recurso típico da linguagem jurídica por permitir enfatizar o caráter menos dinâmico de uma situação que, quando introduzida por um verbo (no caso, 'eleger') implicaria aspetualmente maior dinamismo no discurso e, por consequência, menor abrangência do assunto em questão (Tiersma 2008).

**Quadro 1**
O título na Constituição de 1822, na Carta Constitucional de 1826
e na Constituição de 1838

| Constituição de 1822 | Carta Constitucional de 1826 | Constituição de 1838 |
|---|---|---|
| CAPÍTULO I<br>Da **eleição** dos Deputados das Cortes<br><br>ARTIGO 32º — A Nação Portuguesa é representada em Cortes (...) que **a mesma Nação** para esse fim elege com respeito à povoação de todo o território Português. | CAPÍTULO V<br>DAS **ELEIÇÕES**<br><br>Art. 63º - As nomeações dos Deputados (...) serão feitas por Eleições indirectas, elegendo **a massa dos Cidadãos activos** (...) os Eleitores de Província, e estes os Representantes da Nação. | CAPÍTULO QUINTO<br>Das **eleições**<br><br>ARTIGO 71º — A nomeação dos Senadores e Deputados é feita por **eleição directa**. |

Fonte: Compilação da autora.

Contudo, a designação dos indivíduos envolvidos no ato eleitoral exibe variação ('a mesma nação', 'a massa dos Cidadãos activos' ou a estrutura passiva 'por eleição direta'), algo que – embora não seja objeto de análise neste trabalho – seria relevante investigar, no sentido de uma reflexão crítica sobre as intenções e consequências sociodiscursivas da diluição ou, pelo contrário, singularização da figura do sujeito-eleitor presentes nestes documentos.

### *4.2. A Constituição de 1822, a Carta Constitucional de 1826 e a Constituição de 1838: as opções sintático-semânticas e o uso do género gramatical masculino não genérico*

Após o artigo introdutório de explicação da lei eleitoral (vd. quadro 1), são apresentados os requisitos que endossam os cidadãos de capacidade eleitoral. Neste ponto, os três textos constitucionais em análise nesta secção são semelhantes e, por esse motivo, iremos debruçar-nos exclusivamente sobre a Constituição de 1822, sendo que as ilações reunidas poderão ser generalizadas aos restantes documentos em causa. Assim, da leitura do artigo 33º da Constituição de 1822 (vd. quadro 2) poderemos argumentar em favor de três principais argumentos.

Em primeiro lugar, a oração relativa presente na primeira frase desencadeia uma pressuposição relevante do ponto de vista sociopolítico: nem todos os portugueses estão no exercício dos direitos de cidadão, o que significará que o ato eleitoral não decorre de forma universal.

Em segundo lugar, uma análise da terminologia nominal presente nos pontos I-VI evidencia não só processos de categorização da sociedade da época, como também mecanismos de conotação (no caso, negativa, visto que o preenchimento da categoria impede o acesso ao voto) associados a essa mesma terminologia.

**Quadro 2**
O direito ao voto na Constituição de 1822, na Carta Constitucional de 1826 e na Constituição de 1838

| Constituição de 1822 (~ Carta Constitucional de 1826, ~ Constituição de 1838) |
|---|
| ARTIGO 33º — Na eleição dos Deputados têm voto os Portugueses, **que estiverem no exercício dos direitos de cidadão** (arts. 21º, 22º, 23º e 24º), tendo domicílio, ou pelo menos residência de um ano, em o concelho onde se fizer a eleição. O domicílio dos Militares da primeira linha e dos da armada se entende ser no concelho, onde têm quartel permanente os corpos a que pertencem.<br>Da presente disposição se exceptuarão:<br>I — Os menores de vinte e cinco anos; entre os quais **contudo se não compreendem os casados que tiverem vinte anos**; os oficiais militares da mesma idade; os bacharéis formados; e os clérigos de Ordens Sacras;<br>II — Os **filhos-famílias**, que estiverem no poder e companhia de seus pais, salvo se servirem ofícios públicos;<br>III — Os **criados de servir**, não se entendendo nesta denominação os feitores e abegões, que viverem em casa separada dos lavradores seus amos;<br>IV — Os **vadios**, isto é, os que não têm emprego, ofício ou modo de vida conhecido;<br>V — Os **Regulares**, entre os quais se não compreendem os das Ordens Militares, nem os secularizados;<br>VI — **Os** que para o futuro, em chegando a idade de vinte e cinco anos completos, não souberem ler e escrever, se tiverem menos de dezassete quando se publicar a Constituição. |

Fonte: Compilação da autora.

Ainda em relação ao aspeto lexical, note-se que a introdução do conetor adversativo 'contudo' no ponto I serve a legitimação do estatuto de 'casado' como beneficiador de direito ao voto. Deste ponto de vista, torna-se possível argumentar que o léxico é ideologicamente selecionado como forma de salientar a valorização social do casamento como um modo de organização da esfera privada, evidenciando-se assim um dos principais pressupostos da teoria da referenciação: a discursivização dos modos de organização sociocognitiva do mundo (Leite e Martins 2013).

Por fim, será relevante analisar o uso do género gramatical masculino plural que, nestes contextos, não pode ser lido com uma interpretação genérica uma vez que, nas épocas em causa, as mulheres nunca poderiam votar (Almeida 2016). Este dado será particularmente relevante para a análise dos excertos que se seguem pois, como veremos, a defesa do caráter genérico do masculino plural conflitua com a impossibilidade que a análise histórica impõe a tal interpretação. Mais uma vez, isso justifica-se pela incorporação que o discurso faz de atitudes socioculturais patriarcais que acabam sendo gramaticalizadas, na medida em que a forma masculina plural que é não-genérica num momento da História de negação do direito ao voto às mulheres passa posteriormente a norma linguística que as inclui.

*4.3. A Constituição de 1911: aspetos lexicais e a cabal utilização não genérica do masculino plural*

A Constituição de 1911 distingue-se das anteriores por ordenar o tópico da lei eleitoral sob a designação de 'poder legislativo', o que permite deslocar o foco do ato de eleição política para o ato de exercício de poder. A própria legislação relativa à lei eleitoral é transposta para um documento externo à Constituição de 1911 servindo, tal como o título indica, uma eleição em concreto – a eleição de deputados à Assembleia Constituinte de 1911 (vd. quadro 3).

**Quadro 3**
O direito ao voto na Constituição de 1911 e em documentos legais relacionados

| Constituição de 1911 | Lei eleitoral para servir na eleição de deputados à Assembleia Constituinte de 1911 | Lei eleitoral de 1913 |
|---|---|---|
| SECÇÃO I<br><br>Do **poder legislativo**<br>Artigo 8.º A Câmara dos Deputados e o Senado são eleitos pelo sufrágio directo dos **cidadãos eleitores**.<br>§ único. A organização dos colégios eleitorais das duas câmaras e o processo do eleição serão regulados por lei especial. | CAPÍTULO II – DOS **ELEITORES**<br><br>Art. 5.º São eleitores todos **os portuguezes** maiores de vinte e um annos, á data de 1 de maio do anno corrente, residentes em território nacional, comprehendidos em qualquer das seguintes categorias:<br>1.º Os que souberem ler e escrever;<br>2.º Os que forem chefes de família, entendendo-se como taes aquelles que, ha mais de um anno, á data do primeiro dia do recenseamento, viverem em commum com qualquer ascendente descendente, tio, irmão, ou sobrinho, ou com a sua mulher e proverem aos encargos de familia.<br><br>Art. 6.° Não podem ser eleitores:<br>1° Os que receberem algum subsidio de beneficencia publica ou particular.<br>2.° Os pronunciados com transito em julgado;<br>3-° Os interdictos, por sentença, da administração de sua pessoa ou bens, os fallidos não rehabilitados e os incapazes de eleger por effeito de sentença penal;<br>4.° Os portuguezes por naturalização. | (…)<br><br>Artigo 1.º São eleitores de cargos legislativos e administrativos todos **os cidadãos portugueses do sexo masculino**, maiores de 21 anos ou que completem essa idade até (...). |

Fonte: Compilação da autora.

É nessa lei eleitoral de 1911 que se encontram os dados mais relevantes à análise crítica que aqui propomos. Por um lado, o capítulo é introduzido por uma decisão lexical inovadora que coloca o foco nos sujeitos da ação. Ao serem nomeados os 'eleitores', enfatiza-se o papel que o indivíduo desempenha no ato de 'eleger'. Porém, será essa decisão lexical a dar o mote para a caraterística mais

preponderante do documento legal em causa: a ambiguidade do escopo da forma masculina plural. Tal como nos documentos anteriormente analisados (vd. secção 4.2.), a figura do sujeito-eleitor é introduzida pelo uso do masculino plural e é o aproveitamento da natureza potencialmente alargada do seu escopo que faz de Carolina Beatriz Ângelo a primeira mulher a exercer o direito ao voto em Portugal a 28 de maio de 1911. Reivindicando com sucesso o estatuto de chefe de família, esta faz uma interpretação genérica da forma masculina plural presente na legislação, podendo assim ser incluída no grupo de sujeitos com capacidade eleitoral (Tavares 2008, 100). Este caso legitima preponderantemente o caráter ambíguo de enunciados pluralizados através da norma masculina, ao mesmo tempo que enfatiza a dimensão acional da linguagem ao mostrar que, falar (no caso, interpretar) pode mesmo significar agir (Austin 1962; Kukla 2014).

Não obstante, tal como nos documentos legais anteriores (vd. secção 4.2.), todos os critérios delimitadores do direito ao voto na Constituição de 1911 pressupõem uma interpretação histórica específica: o escopo do sintagma nominal 'os portuguezes' introduzido no artigo 5º deve ser apenas o conjunto de cidadãos homens. O perigo de uma interpretação genérica causada pela ambiguidade semântica (e pela ação rebelde de Carolina Beatriz Ângelo) terá, por isso, de ser resolvido, uma vez que as mulheres não podem, à época, ser sociocognitivamente incluídas na expressão pluralizada. Assim, desfaz-se em 1913 essa ambiguidade por via de uma formulação explícita que introduz linguisticamente a discriminação de género através do modificador 'do sexo masculino' (vd. quadro 3).

A Constituição de 1911 revela-se, assim, um documento potencialmente relevante para uma atual discussão em torno das relações entre linguagem e sociedade e da necessidade de uma linguagem inclusiva, por evidenciar a diferença entre potencialidades semânticas de um enunciado e a interpretação imposta em termos sociopolíticos. Além do mais, esse documento é também prova da ambiguidade como parte estrutural da língua, quer por via da polissemia e intersubjetividade caraterísticas dos enunciados verbais (Leite e Martins 2013), quer por via de uma relação entre linguagem e mundo suscetível à subversão (Ehrlich e King 1994).

### *4.4. A Constituição de 1933: linguagem e ideologia*

Tal como se pode ler em Almeida (2016), a Constituição de 1933 é um documento com pouca atenção à prática política, estando mais orientada para a criação de uma determinada e predefinida imagem ideológica de Estado. Nesse sentido, é necessário considerar documentos adjacentes a essa Constituição para encontrar a formulação linguística relativa ao direito ao voto. Destarte, optámos por analisar a lei eleitoral (provisória) de 1933, por ser o primeiro documento legal relativo à capacidade eleitoral, surgindo imediatamente após a entrada em vigor da Constituição em causa.

**Quadro 4**
O direito ao voto na Constituição de 1933 e em documentos legais relacionados

| Constituição de 1933 | Lei eleitoral (provisória) de 1933 |
|---|---|
| TÍTULO III<br>DA ASSEMBLEIA NACIONAL<br>CAPÍTULO 1<br>DA CONSTITUIÇÃO<br>DA ASSEMBLEIA NACIONAL<br><br>ARTIGO 85.º<br>A Assembleia Nacional é composta por noventa deputados eleitos por sufrágio directo **dos cidadãos eleitores**, durante o seu mandato quatro anos.<br>§1.º – Em lei especial serão determinados os requisitos de elegibilidade dos deputados, a organização dos colégios eleitorais e o processo de eleição.<br>(...) | Artigo 1.º As juntas de freguesia são eleitas pelos cidadãos portugueses de **um e outro sexo**, com responsabilidade de chefes de família (…).<br>§ 1.º Têm responsabilidade de chefes de família para os efeitos do corpo deste artigo:<br>1.º Os cidadãos portugueses do sexo masculino com família legìtimamente constituída (…).<br>2.º **As mulheres portuguesas**, **viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas de pessoas e bens e as solteiras, maiores ou emancipadas, com família própria e reconhecida idoneidade moral**, bem como as casadas cujos maridos estejam exercendo a sua actividade nas colónias ou no estrangeiro, umas e outras se não estiverem abrangidas na última parte do número anterior;<br><br>Art. 2.º As câmaras municipais são eleitas na proporção a estabelecer no Código Eleitoral:<br>(...)<br>3.º **Pelos cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever**, (...).<br>4.º **Pelos cidadãos portugueses do sexo masculino** (...) que **embora não saibam ler e escrever**, **paguem** ao Estado e corpos administrativos (...) por algum ou alguns dos seguintes impostos (...).<br>5.º **Pelos cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, com curso especial, secundário ou superior, comprovado pelo diploma respectivo, domiciliados** no concelho há mais de seis meses ou nêle **exercendo funções públicas** no dia 2 de Janeiro anterior à eleição. |

Fonte: Compilação da autora.

Um primeiro aspeto a apontar é o facto de, pela primeira vez, as mulheres serem conceptualmente inscritas na lei eleitoral por via de uma formulação linguística explícita (vd. no quadro 4, o segundo ponto do primeiro parágrafo do artigo 1º da lei eleitoral), o que consequentemente permite, pela primeira vez, uma interpretação genérica do masculino plural presente na Constituição (vd. primeira coluna do quadro 4). No entanto, como explica Tavares (2008), a realidade histórico-política da época justifica a incorporação das mulheres no conjunto de sujeitos-eleitores, não por tal constituir um direito até então interdito, mas porque, num quadro ideológico de controlo e manipulação, a construção de uma identidade feminina servil era indispensável ao sucesso do regime.

Do ponto de vista linguístico, alguns aspetos devem ser elucidados. Em primeiro lugar, o uso da coordenação copulativa na estrutura de quantificação 'um e outro sexo' (vd. quadro 4) estipula um fechamento da sociedade em duas opções restritas ao sexo biológico dos indivíduos, criando assim duas classes descontínuas à qual os cidadãos deverão invariavelmente pertencer. Essa conceptualização predeterminada do género volta a inscrever-se na forma linguística, mais à frente, quando são enumeradas as condições que permitem o acesso ao voto. Retomando Tiersma (2008), as enumerações na linguagem jurídica constituem tentativas de abranger na maior extensão possível um determinado fenómeno, abrindo-se assim uma janela para a observação do que seriam, na época, estatutos sociais moralmente valorizados.

A introdução de uma vincada ideologia de género no e por via do discurso culmina com a introdução da expressão de avaliação subjetiva ('reconhecida idoneidade moral') que exemplifica a relação entre léxico e conceptualização do mundo, evidenciando-se assim que as escolhas lexicais podem revelar diretamente formas de categorização do mundo. Simultaneamente, esse mesmo enunciado revela também a influência que a organização e os comportamentos sociais exercem na construção discursiva, numa relação interacionista entre linguagem e mundo (Leite e Martins 2013).

Adicionalmente, o artigo 2º da lei eleitoral de 1933 vai ao encontro das ideias defendidas por Tavares (2008) na medida em que, sendo conhecida a realidade sociocultural da época, se verifica um desfasamento entre os direitos preconizados no documento legal e a verificação na prática dos requisitos para acesso ao voto por parte dos sujeitos da sociedade portuguesa de então.

Para além disso, a questão do género gramatical volta a ser relevante pois, no ponto 5º do artigo 2º da lei eleitoral de 1933 (vd. quadro 4), o uso do masculino plural ocorre em *sobreutilização*, visto que o sintagma preposicional em causa poderia ter sido flexionado no feminino. Essa opção flexional conduz-nos à hipótese de que o uso do masculino plural constitua o padrão flexional não marcado mesmo quando conceptualmente o grupo plural é composto exclusivamente por elementos (gramatical e socialmente) femininos, o que comprova a persistência de um padrão conceptual androcêntrico que se reflete no uso linguístico.

### *4.5. A Constituição de 1976: a vitória da interpretação genérica do masculino plural*

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a introdução de um novo regime político em Portugal, surge de imediato uma nova lei eleitoral que passa a considerar a temática sob a designação de 'capacidade eleitoral activa' (vd. quadro 5), no que podemos considerar uma designação mais orientada para o conjunto de poderes de que serão dotadas as cidadãs e os cidadãos no exercício do seu direito ao voto.

**Quadro 5**
O direito ao voto na Constituição de 1976 e em documentos legais relacionados

| Lei eleitoral de 1974 | Constituição de 1976 | Lei eleitoral de 1979 |
|---|---|---|
| ARTIGO 1.º<br>(**capacidade eleitoral activa**)<br>1 – São eleitores da Assembleia Constituinte **os cidadãos portugueses de ambos os sexos,** maiores de 18 anos (...). | CAPÍTULO I<br>Estatuto e eleição<br>(...)<br>ARTIGO 124.º<br>(**Eleição**)<br>1. O Presidente da República é eleito por sufrágio universal, directo e secreto **dos cidadãos portugueses eleitores**, recenseados no território nacional.<br>(...) | Artigo 1.º<br>**Capacidade eleitoral activa**<br>1 – Gozam de capacidade eleitoral activa **os cidadãos portugueses maiores de 18 anos**.<br>2 – **Os portugueses** havidos também como cidadãos de outro Estado não perdem por esse facto a capacidade eleitoral activa. |

Fonte: Compilação da autora.

Note-se, porém, que na lei eleitoral de 1974 (vd. quadro 5), onde se decreta um sufrágio universal, mantém-se uma quantificação binária exata ('ambos os sexos') que expõe a conceção que, à data, seria feita da sociedade relativamente ao sexo, revelando simultaneamente a preponderância que esse fator teria ao ser escolhido para uma formulação exaustiva do direito ao voto.

Repare-se também que, a partir deste momento e, sobretudo, na formulação adotada a partir da Constituição de 1976, há uma mudança linguística significativa: o uso da forma morfológica masculina plural passa a ter uma interpretação genérica obrigatória (i.e., em nenhuma interpretação do sintagma 'os portugueses' se pode considerar que o conjunto plural de átomos se refere apenas a indivíduos do sexo masculino).

Além disso, podemos afirmar que uma formulação mais curta (em termos de extensão) aparece agora como sinónimo de menos restrições na atribuição de direito ao voto, abdicando-se de considerações ideológicas sobre o género social e o papel das mulheres na sociedade e ficando o direito ao voto apenas ligado a critérios de idade e cidadania (vd. terceira coluna do quadro 5).

Não obstante, as alterações à lei eleitoral que os documentos presentes no quadro 5 introduzem mantêm um traço comum aos primeiros documentos analisados (vd. quadro 1): a designação dos sujeitos-eleitores através de um sintagma nominal flexionado no masculino plural ('os portugueses'), que passa agora de uma interpretação especificamente masculina para uma interpretação genérica que pressupõe necessariamente um conjunto alargado de homens e mulheres.

## 5. Considerações finais

De acordo com Almeida (2016, 4), o constitucionalismo português tem três fases. A primeira (1822-1933) é intitulada de constitucionalismo liberal por se focar na consagração do princípio da separação de poderes e nos direitos individuais. A segunda fase (1933-1974) é designada de constitucionalismo autoritário por ter originado uma anulação dos direitos políticos, das instituições representativas e do Estado de Direito. Por fim, a partir de 1974 inicia-se a fase do constitucionalismo democrático, que tem como caraterística fundamental a consagração de um sufrágio universal.

Respondendo às questões de investigação formuladas (como é que linguística e discursivamente se modifica a formulação relativa ao direito ao voto das mulheres e como é que estas são retratadas na lei eleitoral), evocaremos essa categorização histórico-jurídica para propor quatro fases na formulação linguística do direito ao voto das mulheres em Portugal.

Entre 1822 e 1913, as mulheres são invisíveis na lei eleitoral e inexistentes enquanto sujeito jurídico, sendo que nesses casos o uso da flexão no masculino plural assume uma interpretação preferencialmente específica e não genérica.

Uma segunda e curta fase encontra-se entre 1913 e 1933, quando a legislação eleitoral assume uma posição explicitamente patriarcal, inscrevendo linguisticamente a negação do direito das mulheres ao voto no texto jurídico. Esta fase é particularmente relevante do ponto de vista linguístico na medida em que, como vimos, foi motivada pelo aproveitamento que Carolina Beatriz Ângelo fez da ambiguidade semântica do escopo da forma plural, nomeadamente pela interpretação genérica da forma morfológica do masculino plural na Constituição de 1911 que lhe concedeu direito a votar. Como consequência, é publicada uma lei eleitoral em 1913 que explicitamente restringe a interpretação do forma masculina plural a um conjunto especificamente masculino de indivíduos.

Posteriormente, a terceira fase ocorre entre 1933 e 1974, num período em que o texto jurídico é caraterizado por opções lexicais e construções enunciativas fortemente ideológicas no que ao género e ao papel das mulheres diz respeito.

A partir de 1974 inicia-se o que consideramos ser a quarta fase da formulação linguístico-discursiva do direito ao voto das mulheres, caraterizada por um texto curto e não restritivo, mas que, ainda assim, mantém uma opção pela formulação genérica através do uso do masculino plural.

A extensão textual parece colocar-se em estrita oposição com a criação de um texto generalista e não restritivo, i.e., quanto mais curta a formulação linguística relativa ao direito ao voto, mais abrangente parece ser o sufrágio.

A construção linguística no género textual Constituição revela níveis de enviesamento e uma ideologia de género provavelmente refratoras de determinadas realidades sociais, pois verifica-se uma interação entre uso linguístico e conceções extralinguísticas.

Por fim, o uso da flexão masculina plural como opção única é também revelador de um percurso que parte de uma interpretação necessariamente específica para uma atual interpretação genérica. Assim, poderemos afirmar que os mecanismos linguísticos começam por excluir a mulher da lei eleitoral, passando depois a restringi-la declaradamente e, mais tarde, aceitando a sua entrada no paradigma (linguístico) vigente.

Tal como defende Tavares (2008), a história das mulheres insere-se na história da humanidade e, desse modo, um estudo da intersecção entre género e linguagem é também um passo em direção ao conhecimento das formas de organização social humana. Como argumentámos ao longo das páginas anteriores, a linguagem como produto sociocultural e ferramenta para a interação social não deve ser isentada de uma análise em função do papel que desempenha enquanto complexa estrutura legitimadora de poder e conceções dominantes. Esperamos, por isso, ter contribuído para um melhor entendimento dessas intrincadas relações, apelando à continuação do estudo iniciado, nomeadamente na análise de outras sequências do texto constitucional.

**Agradecimentos**

Este trabalho resulta de uma anterior comunicação apresentada na 4ª Conferência Internacional da IAFLL, que decorreu na FLUP em julho de 2022. Às restantes palestrantes do painel, bem como ao público presente na sessão, agradeço o interesse demonstrado e os enriquecedores comentários. Aproveito também para agradecer à comissão organizadora e à comissão científica do evento pela oportunidade concedida. Agradeço também às revisoras ou revisores os indispensáveis comentários que em muito contribuíram para a consistência da versão que aqui se apresenta.

**Conflito de interesses**

A autora não tem conflitos de interesse a declarar.

**Referências bibliográficas**

Almeida, José Pedro. 2016. "A evolução do Direito de Sufrágio na história Constitucional Portuguesa." *Observatório Político*, Working Paper #65. Disponível em https://observatoriopolitico.pt/working-papers-2/

Assembleia da República. 2019. "A construção da democracia (1974-1976). Os primeiros anos após a Revolução de 25 de Abril." *Comunicar. Boletim da Assembleia da República* 4.

Disponível em https://app.parlamento.pt/comunicar/V1/202104/72/artigos/art2.html [Consultado em 14/01/2024].

Austin, John L. 1962. *How To Do Things with Words*. London: Oxford University Press.

Braun, Friederike, Sabine Sczesny, e Dagmar Stahlberg. 2005. "Cognitive Effects of Masculine Generics in German: An Overview of Empirical Findings." *Communications* 30(1): 1-21. DOI: https://doi.org/10.1515/comm.2005.30.1.1

Carapinha, Conceição. 2018. "A linguagem jurídica. Contributos para uma caracterização dos Códigos Legais." *Redis: Revista de Estudos do Discurso* 7: 91-118. DOI: https://doi.org/10.21747/21833958/red7a4

Coutinho, Antónia. 2021. "Identidades textuais, linguagem inclusiva e (re)formulação." In *Reformuler, une question de genres? | Reformular, uma questão de géneros?*, organizado por Ablali Driss, Matilde Gonçalves, e Fátima Silva, 51-65. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus. Disponível em http://hdl.handle.net/10362/140042

Ehrlich, Susan, e Ruth King. 1994. "Feminist meanings and the (de)politicization of the lexicon." *Language in Society* 23: 59-76. DOI: https://doi.org/10.1017/S004740450001767X

Esteves, João. 1998. *As origens do sufragismo português. A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Guimarães, Elina. 1986. "A mulher portuguesa na legislação civil." *Análise Social* XXII(92/93): 557-577.

Koch, Ingedore Villaça, e Luiz Antônio Marcuschi. 1998. "Processos de referenciação na produção discursiva." *D.E.L.T.A.* 14: 169-190.

Kukla, Rebbeca. 2014. "Performative Force, Convention, and Discursive Injustice." *Hypatia* 29(2): 440-457. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2012.01316.x

Lazar, Michelle M. 2005. "Politicizing Gender in Discourse: Feminist Critical Discourse Analysis as Political Perspective and Praxis." In *Feminist Critical Discourse Analysis. Gender, Power and Ideology in Discourse*, organizado por Michelle M. Lazar, 1-28. London: Palgrave Macmillan.

Leite, Maria Alzira, e Renata Martins. 2013. "Referenciação." *Cadernos CESPUC* 23: 43-48.

Lopes, Óscar. 1971. *Gramática simbólica do português (um esboço)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lousada, Isabel Cruz. 2015. "Vozes e ecos de sufragistas britânicas em Portugal." *Gaudium Sciendi* 8: 122-143. DOI: https://doi.org/10.34632/gaudiumsciendi.2015.2866

Matos, João. 2020. "Poderá uma língua natural ser sexista? Avaliação do impacto de informação gramatical e de estereótipos de género na compreensão de enunciados com sujeitos masculinos genéricos em Português Europeu." Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem, NOVA FCSH. Disponível em http://hdl.handle.net/10362/110814

Moure, Teresa. 2022. *Linguística escreve-se com A. A perspetiva de género nas ideias sobre a linguagem*. Santiago de Compostela: Através Editora.

Silva, Suzana Tavares da. 2016. *Direito Constitucional I*. Coimbra: Instituto Jurídico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Tavares, Maria Manuela Paiva Fernandes. 2008. "Feminismos em Portugal (1947-2007)." Tese de Doutoramento, Universidade Aberta.

Tiersma, Peter. 2008. "The nature of legal language." In *Dimensions of Forensic Linguistics*, organizado por John Gibbons e M. Teresa Turell, 7-25. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company. DOI: https://doi.org/10.1075/aals.5.03tie

## Hiperligações

Constituição de 1822: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1822.pdf
Carta Constitucional de 1826:
https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CartaConstitucional.pdf
Constituição de 1838: https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/1058.pdf
Constituição de 1911: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1911.pdf
Lei eleitoral de 1911: https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/viewer/92866/download?-file=sc-11086-11-p_0000.pdf&type=pdf&navigator=1
Lei eleitoral de 1913: https://app.parlamento.pt/upload/Comunicar/Anexos/2015/N10/codigoeleitoral1913.pdf
Constituição de 1933: https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf
Lei eleitoral (provisória) de 1933: https://files.dre.pt/1s/1933/12/29500/22112213.pdf
Lei eleitoral de 1974: https://files.diariodarepublica.pt/1s/1974/11/26602/00030013.pdf
Constituição de 1976: https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf
Lei eleitoral de 1979: https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/EleicoesReferendos/AssembleiaRepublica/Documents/AR2022/Lei%20Eleitoral%20da%20Assembleia%20da%20Rep%C3%BAblica_2022_WEB.pdf

**Violeta Amélia Magalhães.** Doutoranda em Ciências da Linguagem na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, licenciada em Ciências da Linguagem e mestre em Linguística pela mesma instituição. Assistente Convidada na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

*Artigo recebido em 15 de janeiro e aceite para publicação em 29 de abril de 2024.*

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:
Magalhães, Violeta Amélia. 2024. "Da inexistência à inclusão: análise linguística do direito ao voto das mulheres em Portugal." *ex æquo* 49: 35-51. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.04

[Segundo a norma APA adaptada]:
Magalhães, Violeta Amélia (2024). Da inexistência à inclusão: análise linguística do direito ao voto das mulheres em Portugal. *ex æquo*, 49, 35-51. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.04

Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

# LE PARI GLOTTOFEMINISTE, UN AGENDA DE RECHERCHE

*Erika Velandia**

*Ernesto Cuba***

**Résumé**

Cet article défend le développement d'un agenda de recherche glottoféministe. Á partir d'une critique féministe du langage, puis en affirmant sa filiation théorique au paradigme de la performativité, ce texte propose des principes théoriques comme cadre d'une approche glottoféministe. Défendant l'apport de cette approche dans le champ des études de genre et du langage, cet article entend renouveler le débat scientifique sur les relations conflictuelles entre la norme langagière hégémonique et les pratiques langagières contre-hégémoniques, tout en explorant les tensions autour du langage inclusif, entre les institutions de l'État et telles pratiques langagières.

**Mots-clés**: Langage inclusif, politiques linguistiques, glottopolitique, français, espagnol.

**Resumo**

**O desafio glotofeminista, uma agenda de investigação**

Este artigo defende o desenvolvimento de uma agenda de pesquisa glotofeminista. Partindo de uma crítica feminista da linguagem e, em seguida, afirmando sua filiação teórica com o paradigma da performatividade, este texto propõe princípios teóricos como estrutura para uma abordagem glotofeminista. Defendendo a contribuição dessa abordagem para o campo dos estudos de gênero e linguagem, este artigo tem como objetivo renovar o debate científico sobre as relações conflitantes entre a norma linguística hegemônica e as práticas linguísticas contra-hegemônicas, ao mesmo tempo em que explora as tensões em torno da linguagem inclusiva, entre as instituições do Estado e tais práticas linguísticas.

**Palavras-chave:** Linguagem inclusiva, políticas linguísticas, glotopolítica, francês, espanhol.

---

* Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle, 75013 Paris, France.
Adresse postale : 13 rue Santeuil 75013 Paris, France.
Courrier électronique : erika.velandia-otalora@sorbonne-nouvelle.fr

** The Graduate Center, City University of New York (CUNY), New York, NY 10016, USA.
Adresse postale : 365 Fifth Avenue, New York, NY 10016, USA.
Courrier électronique : jcuba@gradcenter.cuny.edu

**Abstract**
**The Glottofeminist Venture, a Research Agenda**
This article advocates the development of a glottofeminist research agenda. Starting from a feminist critique of language, and affirming its theoretical affiliation with the paradigm of performativity, this text proposes theoretical principles as a framework for a glottofeminist approach. Defending the contribution of this approach to the field of gender and language studies, this article aims to renew the scientific debate on the conflicting relations between the hegemonic language norm and counter-hegemonic language practices, while exploring the tensions around inclusive language, between state institutions and such language practices.

**Keywords:** Inclusive language, language policies, glottopolitics, French, Spanish.

## 1. 1. Conceptions du langage et critiques féministes

« Cela fait déjà trois siècles que la Real Academia Española (RAE) nous réduit à néant, nous malnommées, nous réduisant ainsi au silence […] et voilà où on en est arrivé […] nous exigeons la dissolution immédiate de la RAE […] et la rémission offerte à toutes les victimes de l'institution pour avoir perpétué l'usage machiste de la langue »[1]. C'est l'une des revendications du collectif péruvien «Entraremos[2]», qui, à l'instar de nombreux autres groupes féministes et LGBTIQ+ militants, dénonce les usages sexistes du langage. Ce collectif de femmes perpétue, ici en utilisant la satire comme outil, une tradition réflexive fondamentale pour identifier la subordination des femmes et proposer des horizons individuels et collectifs de changement : la critique du langage. Cette prise de conscience féministe requiert de concevoir le langage comme une pratique sociale inscrite dans une lutte de pouvoirs, c'est-à-dire, comme un phénomène fondamentalement glottopolitique. La perspective glottopolitique, que nous développerons au long de cet article, cherche à comprendre les régimes de la légitimité, de normativité et les relations de pouvoir qui parcourent les pratiques langagières. Notre objectif dans ce texte est d'offrir quelques principes théoriques de la glottopolitique, plus précisément d'une perspective glottoféministe que nous proposons non pas comme une "nouvelle" discipline des sciences du langage mais comme une perspective qui pourrait apporter une optique d'analyse dans les domaines de l'analyse du discours, la traduction ou encore l'analyse critique du discours[3].

---

1 "Hace ya tres sits que la RAE nos viene ninguneando, malnombrando, silenciando [...] y hasta aquí hemos llega'o […] [L]a disolución inmediata de la RAE […] y el perdón a las víctimas de la institución por perpetuar el uso machuno de la lengua".

2 Nous entrerons!

3 Il y a quelques années, au sein de l'école de l'analyse critique du discours (ACD), un lien entre l'ACD et les études féministes a été proposé sous le nom *d'analyse critique du discours féministe* (Lazar 2007). Ceci partage certains fondements théoriques avec le glottoféminisme, en particulier en ce qui concerne la conceptualisation du genre et du pouvoir. Cependant, alors que l'ACDF est une approche interdisciplinaire avec une composante méthodologique distincte, le glottofé-

A partir de la critique du langage actualisée par le collectif "Entraremos!", nous souhaitons interroger un ensemble de présupposés qui infusent la linguistique lorsque la problématique de la relation entre sexisme et langage est posée. En effet, la conception formaliste et référentielle du langage sur laquelle se fonde une partie de la linguistique moderne produit une vision politique supposément neutre et, en même temps, invalide le travail entrepris par le féminisme et les sciences sociales pour dévoiler le sexisme linguistique. Par exemple, lors d'une interview, la linguiste de l'Académie Mexicaine de la Langue, Concepción Company, répond à une question portant sur des propositions de langage inclusif[4] (LI) : « Cette bataille [pour l'égalité des genres] ne se livre pas dans la grammaire, elle se livre dans la société. Quand les sociétés seront égalitaires, je suis on ne peut plus certaine que les habitudes grammaticales se modifieront »[5] (Company 2018). Une telle opposition entre langage et matérialité, qui parcourt les controverses entre féminismes matérialistes et féminismes post-structuralistes (Cervulle et Clair 2017), provient notamment d'une conception mécanique du langage, selon laquelle les changements sociétaux provoqueront nécessairement un changement dans le langage. Une telle conception, en posant le langage comme reflet et non comme pratique sociale, fait nécessairement apparaître les propositions pour réformer le langage, notamment via des formes de langage inclusif, comme superfétatoires et accessoires (Becker 2019).

En niant le langage comme pratique sociale, et ainsi sa matérialité (Kunert 2016), la question des conséquences sociales du sexisme dans le langage est impossible à formuler. Par ailleurs, de tels présupposés produisent un mépris vis-à-vis des pratiques des locuteur.ices qui s'alignent avec les réformes linguistiques féministes. Il suffit de voir comment même Company les discrédite en les qualifiant de « broutille »[6] (2018). De la même manière, les auteur.es du ***Libro de estilo*** de la RAE et de l'Asociación de Academias de la Lengua Española (ASALE) oblitèrent toute interprétation androcentrique potentielle (c'est-à-dire, qu'en lisant ou en écoutant « les petits » le ou la locuteur.rice s'imagine un groupe exclusivement composé d'hommes), se retranchant derrière la supposée neutralité du système linguistique. La RAE et la ASALE (2018) souhaitent mettre un terme au débat sur le sexisme linguistique avec une phrase sans appel qui pourrait être formulée de la sorte : « il n'y a pas de raison de penser que le langage – ni comme système ni comme pratique sociale – puisse être sexiste ». Aussi, la critique féministe à l'en-

---

minisme se présente comme une perspective libre de tout programme méthodologique et donc plus flexible pour être appropriée par celleux qui étudient la relation entre le langage, le genre et le pouvoir.

4 Nous utiliserons les termes « langage inclusif » et « écriture inclusive » pour englober toutes les stratégies orales et écrites de langage non sexiste.

5 "Y esta batalla no se da en la gramática, se da en la sociedad. Cuando las sociedades sean igualitarias estoy segurísima de que los hábitos gramaticales se van a modificar".

6 "Una tontería".

contre de la linguistique est parfaitement synthétisée dans le communiqué déjà évoqué du collectif de femmes : « Et même plus encore, on en a plein le cul de la RAE qui ne veut pas comprendre que la langue véhicule toujours une idéologie »[7] (Instituto República y Democracia 2018).

Or, d'une certaine manière, l'entreprise de délégitimation des revendications féministes organisée par les institutions dominantes, à travers la réitération constante de la norme hégémonique, révèle son caractère instable, c'est-à-dire sa contingence. Les institutions, en rappelant la règle, entendent riposter face aux développements de pratiques langagières contre-hégémoniques, comme c'est le cas avec les guides de langage inclusif et d'autres initiatives activistes. En effet, certains groupes politiques emploient les morphèmes « x », « @ » ou encore « = » en espagnol, ou le « E » en plus du point médian en français – parmi d'autres stratégies d'intervention orthographique – pour combattre le biais patriarcal, y compris dans leurs revues et publications (Acosta e Cuba 2018 ; Estévez-Dávila, Cuba e Rivera Alfaro 2022).

Quelle alternative théorique, quelle épistémologie alternative à la conception formaliste et mécaniciste du langage mobiliser pour construire une approche critique des enjeux de pouvoir qui parcourent ce dernier ? Afin de comprendre comment les pratiques langagières alternatives mettent en difficulté la norme de genre hégémonique, jusqu'à susciter des rappels à l'ordre des institutions officielles, il est nécessaire de mobiliser la notion de performativité du genre.

## 2. Le paradigme de la performance et la performativité du genre

Les trois grands paradigmes de recherche qui structurent les études de genre et du langage incluent le paradigme de la domination, le paradigme de la différence, et celui de la performativité. Ce dernier s'est constitué à la base des contributions de J. Butler, dans lesquelles elle établie une antériorité du genre sur le sexe. Pour Butler (2005, 69),

> le genre, c'est aussi l'ensemble des moyens discursifs/culturels par quoi la « nature sexuée » ou un « sexe naturel » est produit et établi dans un domaine « prédiscursif », qui précède la culture, telle une surface politiquement neutre sur laquelle intervient la culture après coup.

Aussi, le sexe, c'est « *par définition, du genre de part en part* » (Butler 2005, 71). Le genre n'est pas la mise en sens du sujet, mais sa condition d'existence. Ainsi, J. Butler présente le genre comme *performatif*. Il n'y a pas d'identité derrière les *expressions* du genre. Le genre est simplement l'ensemble de ses expressions. C'est

7 "Y más aún [estamos hasta el coño de la RAE] por no acabar de entender que la lengua siempre transmite una ideología".

une structure *itérative*, qui fonctionne tel un mimétisme sans origine, une copie sans original (Butler 2005).

Le paradigme de la performativité permet ainsi d'appréhender le langage comme le médium de la construction sociale des représentations dominantes du genre, que nous appelons la norme de genre hégémonique. Il questionne la manière avec laquelle les stéréotypes et les représentations du genre sont reproduits, dans la sphère publique comme dans la sphère privée. De ce fait, l'usage de la langue dès les manuels scolaires aux textes publics et académiques (Rivera Alfaro ***et al.*** 2021), ainsi que la présentation de la morphologie et de la grammaire nous permettent d'entrevoir cette performativité dont nous parlons : « La domination prend place à travers un langage qui [...] crée une ontologie artificielle de second ordre [...], et dont la performativité lui assure de devenir une réalité sociale » (Butler 2005, 233).

Nous sommes contraint.es en permanence de réguler nos pratiques corporelles et discursives en suivant les normes qui nous précèdent historiquement, lesquelles ne sont pas transcendantes, mais bel et bien contingentes. Par le biais de cette répétition encadrée par le pouvoir régulateur de l'hétérosexualité obligatoire, la norme de genre hégémonique parvient à sédimenter une illusion d'essence (Jagger 2008, 21). Alors que les écoles sociologiques comme celle de Goffman (1959) – l'un des pionniers de l'exploration du concept de performance dans l'étude de la vie sociale – assument qu'il existe un « véritable moi » ou un « créateur » pré-discursif, pour Butler, le genre est l'effet – et non pas la cause – de l'action (Jagger 2008, 22). En ce sens, la performativité du genre non seulement est une proposition critique sur le genre, mais aussi une réévaluation radicale du rôle du langage dans la configuration des identités :

> Le genre est un acte qui est à l'origine de ce qu'il nomme […]. Les identités de genre sont construites par et constituées du langage, ce qui signifie qu'il n'y a pas une identité de genre qui précède au langage. En d'autres termes, il ne s'agit pas qu'une identité « fasse » le genre ou le langage, c'est tout le contraire : le langage et le discours « font » le genre[8]. (Salih 2002, 64)

Cette critique post-structuraliste de l'identité exige que nous repensions, comme chercheurs.euses, comment concevoir la relation entre la praxis linguistique et les individus. En termes sociolinguistiques, la performativité nous dit que les identités sont le produit (une illusion de substance) – et non l'origine ni l'explication – des pratiques linguistiques, érotiques et corporelles[9].

---

8 "Gender is an act that brings into being what it names [...]. Gender identities are constructed and constituted by language, which means that there is no gender identity that precedes language. If you like, it is not that an identity 'does' discourse or language, but the other way around – language and discourse 'do' gender".

9 Si « A » représente l'identité, « X » la parole et « ∴ » la relation de cause à effet (exprimée par le connecteur « donc »), nous pouvons (grossièrement) représenter ce changement de proposition ontologique par « A∴X → X∴A ».

L'approche glottopolitique se construit donc sur le fondement théorique du paradigme de la performativité. En pensant avec le paradigme de la performance et la performativité du langage (Greco 2014), il apparaît que ce dernier acquiert un rôle central dans l'organisation sociale et dans la reproduction des rapports sociaux. Ainsi, le langage constitue à la fois le lieu et l'enjeu d'une lutte politique pour la (re)définition de la norme de genre. Comment, en mobilisant le paradigme de la performativité du langage, et à travers une perspective glottopolitique, peut-on étudier les conflits politiques autour de la norme de genre ?

## 3. Le pari glottoféministe

Le glottoféminisme, telle que nous choisissons de le définir, est une approche en études de genre et du langage, qui, s'appuyant sur le paradigme de la performativité, prend comme objet les pratiques et stratégies langagières en problématisant les rapports d'oppression et la construction des identités. Dans la lignée de Del Valle (2018), nous concevons l'action féministe sur le langage comme une « politique de l'inconfort »[10], qui introduit une tension, un conflit autour de la norme de genre hégémonique. La perspective glottoféministe cherche ainsi à étudier la manière avec laquelle les institutions qui réglementent officiellement la langue répondent à ces mises en tension. Nous appréhendons le glottoféminisme non pas comme une discipline mais comme une perspective, qui problématise les rapports de pouvoir et le politique dans l'analyse du langage et de ses pratiques, de manière transdisciplinaire. A travers la prise en compte explicite des rapports de force qui construisent le langage, c'est plus largement pour une contextualisation forte du langage que plaide l'approche glottopolitique :

> La glottopolitique, l'analyse critique du discours et la linguistique féministe coïncident pour souligner le rôle reproductif du langage, tout en reconnaissant la possibilité d'inclure dans leur champ de réflexion des discours et des pratiques linguistiques de résistance ou de transformation[11]. (Furtado 2021, 180)

Par ailleurs, le glottoféminisme, englobant les principes théoriques de la glottopolitique préalablement exposés, intègre également une perspective intersectionnelle (Crenshaw 2013). Cette approche, au sein de l'analyse linguistique, a pour objectif de problématiser l'interaction des rapports sociaux de classe, race et genre. Il ne s'agit pas ici de définir au préalable la nature des rapports sociaux pertinents pour interpréter les conflits politiques qui se jouent dans le langage,

---

10 La política de la incomodidad.

11 "La glotopolítica, el análisis crítico del discurso y la lingüística feminista coinciden en señalar el rol reproductivo del lenguaje, al tiempo que reconocen la posibilidad de incluir los discursos y prácticas lingüísticas de resistencia o transformación".

mais bien, dans chaque situation donnée, de chercher à déterminer comment les rapports sociaux s'articulent.

Ainsi, à la lumière des apports de la linguistique féministe et de la théorisation du langage établie depuis la glottopolitique, nous voudrions présenter un agenda de recherche qui s'appuie sur des principes méthodologiques, théoriques et politiques glottoféministes, susceptibles de guider de futures recherches académiques.

– Tout d'abord, nous défendons un point de vue anti-essentialiste et résolument contextuel des identités et catégories de genre.
– Puis, notre agenda de recherche met en avant un intérêt critique pour la distribution inégale des ressources linguistiques entre les locuteur.rices selon leurs genres et sexualités, en problématisant de manière centrale l'exclusion des femmes et des personnes LGBTI du marché linguistique. Nous cherchons à analyser les dynamiques de pouvoir qui sous-tendent ces inégalités linguistiques.
– En outre, nous envisageons la binarité du genre, les rôles de genre hégémoniques et de l'hétérosexualité obligatoire comme des institutions historiques qui (re)produisent également des normativités discursives. Comprendre ces constructions historiques permet d'explorer la manière avec laquelle les normes de genre sont incorporées dans le langage quotidien et comment elles peuvent être remises en question.
– Enfin, nous défendons un engagement réflexif dans notre démarche de recherche. Notre travail se veut solidaire envers les instances et les gestes glottoféministes, en soutenant les mouvements de subversion de la norme de genre hégémonique dans le langage, et plus encore, accepte que la préconisation puisse faire partie intégrante du travail scientifique.

Une fois avoir établi ces principes de recherche, comment opérationnaliser une étude glottoféministe ? Comment, concrètement, problématiser les rapports de pouvoir, les conflits de sens qui parcourent le langage dans son rapport à la norme de genre dominante ? Un exemple est le travail de Furtado (2021) dans lequel, à travers l'analyse du discours et l'analyse critique du discours, elle analyse les pratiques discursives politiques du féminisme uruguayen contemporain, et qui inscrit son travail dans une perspective glottoféministe : celle d'être une chercheuse féministe ou une féministe qui fait aussi de la recherche. De même, Favila (2020) adopte la perspective glottoféministe dans sa recherche sur la traduction juridique, où elle analyse et propose différentes stratégies pour une traduction inclusive et contre-hégémonique. Dans la partie suivante, nous présentons une piste de recherche particulièrement riche à explorer depuis la perspective glottoféministe : l'étude des politiques linguistiques du langage inclusif.

## 4. Un agenda de recherche glottoféministe : l'étude des politiques linguistiques du langage inclusif

En adoptant une perspective glottoféministe, nous proposons un agenda de recherche qui a pour but d'étudier les conflits politiques autour de la norme de genre, particulièrement dans leur relation à l'État. Aussi, compte tenu de la centralité du langage dans la production de la norme de genre, un cas particulièrement parlant pour éclairer de tels conflits est celui de des politiques linguistiques du langage inclusif.

### *4.1. L'intégration du langage inclusif dans les institutions de l'État*

En France, dans un moment politique caractérisé par la stigmatisation et la délégitimation des sciences humaines et sociales critiques, notamment féministes, les controverses autour de l'écriture inclusive (EI) ont mené l'ex-ministre de l'éducation J. M. Blanquer à l'interdire à l'école, puis en 2023 le président Emmanuel Macron a suivi les mêmes propos en rappelant que « le masculin fait le neutre » dans la langue française, en même temps que le Sénat adoptait la lecture d'un texte visant à interdire l'EI. De la même façon que la RAE, l'Académie française a émis des réserves à l'égard de l'écriture inclusive, arguant que cette pratique, visant à promouvoir l'égalité des genres en introduisant des marques graphiques spécifiques, nuit à la clarté et à la compréhension. Une position très similaire est observée chez d'autres académies linguistiques dans le monde, telles que la l'Académie brésilienne des lettres (ABL) et l'Académie mexicaine de la langue (AML), qui soulignent que l'écriture inclusive peut complexifier inutilement la langue et entraver la communication claire.

Cependant, en Espagne comme en France, certaines formes d'EI sont plus ou moins acceptées que d'autres. Depuis leurs origines, les réformes linguistiques féministes font partie d'un ensemble plus vaste de réformes pour l'égalité des genres. Les linguistes Susan Ehrlich et Ruth King (1992, 164) résument très bien le caractère holistique de ce type de réformes linguistiques :

> La mise en œuvre fructueuse [de ce type de politiques et/ou de guides] dépend d'un certain nombre de facteurs, dont la visibilité d'un soutien institutionnel, le soutien de sous-groupes (par exemple, les femmes d'un département académique) et d'une perception qui considère qu'une réforme linguistique fait partie d'une réforme sociale[12].

[12] "Successful implementation depends on a number of factors, including visible institutional support, support by subgroups (e.g. women faculty) and the perception that language reform is part of social reform".

Si les pratiques langagières et discursives féministes sont délégitimées par les institutions, ces dernières mobilisent tout de même certaines stratégies discursives et mettent en place des réformes destinées à diminuer le sexisme linguistique, dans le cadre des politiques d'égalité entre les sexes. C'est le cas par exemple du *Guide d'aide à la féminisation* (Becquer *et al.* 1999), produit et mis en avant par les institutions publiques françaises pour pallier le sexisme dans la langue, notamment en incluant les noms de métiers au féminin; ou encore le cas du document *Guías para el uso no sexista del lenguaje*[13], proposé par le gouvernement de l'Espagne, et le *Manual para el uso de un Lenguaje Ciudadano e Incluyente para el Instituto Nacional Electoral*[14], au Mexique (Aniceto et Becker 2023). Ainsi, en dehors des rejets, délégitimation et même interdictions de certaines formes de langage inclusif que produisent les institutions de l'État, ces dernières mettent également en place des politiques linguistiques du langage inclusif. Les institutions hégémoniques féminisent elles-aussi, bien que dans des formes différentes, en ajoutant systématiquement la forme féminine, « *les français et les françaises* », comme l'illustrent les allocutions présidentielles d'Emmanuel Macron et Charles de Gaulle, par exemple.

Pour autant, comme nous l'avons souligné, toutes les formes de langage inclusif ne sont pas validées et légitimées par les instances étatiques. Au contraire, l'incorporation du langage inclusif dans les institutions publiques s'effectue au prix de sa standardisation et de son homogénéisation.

### *4.2. Réglementation et standardisation du langage inclusif*

L'État, notamment en France, cherche à réglementer le langage inclusif (LI). Par conséquent, certaines pratiques sont privilégiées par rapport à d'autres (Velandia 2021). Dans cette entreprise de légitimation sélective, les institutions tant françaises mais aussi européennes jouent un rôle actif. Le Haut Conseil de l'Égalité[15], mais aussi différents guides et circulaires (Philippe 2017 ; Blanquer 2021) utilisés par l'administration française – qui proposent de nombreuses recommandations pour éviter l'usage sexiste du langage – *officialisent* certaines pratiques langagières d'écriture inclusive. Berten (2006) énonce que la légitimation est un processus par lequel les individus reconnaissent la légitimité du pouvoir de l'État (institutions, comportement, discours, pratiques). Même si les personnes et les acteurs collectifs

---

13 Disponible sur https://www.inmujeres.gob.es/servRecursos/formacion/GuiasLengNoSexista/docs/Guiaslenguajenosexista_.pdf

14 Disponible sur https://igualdad.ine.mx/wp-content/uploads/2017/10/MANUAL-PARA-EL-USO-DE-LENGUAJE-CIUDADANO-E-INCLUYENTE-PARA-EL-INE.pdf

15 Haut Conseil à l'Égalité entre les femmes & les hommes. 2016. *Pour une communication publique sans stéréotype de sexe : guide pratique*. La Documentation française. Disponible sur https://www.haut-conseil-egalite.gouv.fr/IMG/pdf/guide_pour_une_communication_publique_sans_stereotype_de_sexe_vf_2016_11_02.compressed.pdf

qui utilisent l'EI telle qu'elle est réglementée n'ont pas l'intention explicite d'asseoir le pouvoir de légitimation des institutions, le fait qu'elles se réfèrent constamment à ce que l'administration française accepte et utilise, perpétue l'exercice du pouvoir des établissements : « Les formes de discussion dans les institutions, les organisations, les administrations, les groupes en général, quand elles font appel à ce qui est légitime, juste, justifié, correct, marquent sans aucun doute des positions de pouvoir et cherchent à les légitimer » (Berten 2006, 90).

De la sorte, les locuteurs.trices peuvent se rassurer sur leur pratique du LI puisqu'elle est ***correcte***, plébiscitée par l'État. Les locuteurs.trices, de manière générale, ont besoin d'une entité académique et institutionnelle qui leur dise comment, quand et où le LI peut et doit être utilisée, non seulement pour se sentir libres de performer d'autres pratiques, mais aussi pour accepter, comprendre et surtout respecter le choix des autres. Sans réglementation, les locuteurs.trices se sentent perdus et illégitimes dans leur manière de parler (Velandia 2021).

En dehors des pratiques discursives légitimes, un ensemble de pratiques subsistent, mais sont reléguées à la marge de la norme langagière acceptable. Ces pratiques, bien souvent, sont celles qui, par leur construction, interrogent radicalement la norme de genre hégémonique, jusqu'à parfois questionner son binarisme. Ainsi, le point médian reste un sujet sensible autant que les changements morphologiques16 tels que le « E », « x », et « u », ou encore la féminisation universelle, autant que le pronom *iel*, qui permet de désigner une personne qui refuse d'accepter l'assignation binaire du genre (Swamy et Mackenzie 2019). Dans la pratique également, certaines personnes mobilisent successivement différents pronoms. Ces pratiques de LI introduisent un *trouble dans le genre* qui n'est pas appropriable par les institutions de l'État sans impliquer une remise en cause fondamentale de la norme de genre hégémonique : elle est donc maintenue à la marge, en dehors de la langue standard promue par ces dernières.

Les politiques linguistiques du langage inclusif mises en place par l'État et ses institutions, en dépit du fait qu'une telle politique n'est ni officielle ni formalisée, conduisent ainsi à intégrer les formes de langage inclusif dans la « variété standard » de la langue, en les homogénéisant et en les régulant. La variété standard est la forme de variété linguistique hégémonique dans le marché linguistique (Garvin & Mathiot 1974). C'est une variété de prestige qui fonctionne comme un cadre de référence et sert de prescription linguistique. La variété standard est le résultat d'une planification linguistique et a toujours un caractère idéologique, sociologique, socioculturel, etc. Garvin et Mathiot (1974) affirment que, pour fonctionner efficacement, la variété standard doit avoir une certaine stabilité, tout en étant suffisamment flexible pour permettre des modifications qui permettent de s'adapter aux changements culturels. Cependant, la variété standard veille à encadrer ces modifications afin de contrôler les pratiques linguistiques. En ce sens,

16 Règles de féminisation. Règles de féminisation, *Bulletin officiel* n° 18 du 6 mai 2021.

l'aménagement linguistique de la variété standard vise à reprendre certains éléments du langage inclusif et à les légitimer à travers les appareils étatiques. Ainsi, les institutions étatiques peuvent simplement refuser d'adopter les innovations et stratégies linguistiques féministes, mais peuvent aussi s'approprier sélectivement certaines pratiques tout en continuant à reproduire la norme de genre hégémonique, particulièrement en maintenant son binarisme fondateur.

En effet, les formes de LI promues et réglementées par les institutions sont généralement les noms de métiers féminins, la double flexion, ainsi que les mots épicènes (neutres), c'est à dire des formes considérées comme moins abruptes, constituant ainsi une politique linguistique qui régule les usages du LI. Une telle évolution pourrait certes être interprétée comme une petite victoire en faveur d'une évolution vers un langage moins sexiste. Il est certain que la promotion de certaines formes de LI par les institutions permet la construction de nouvelles représentations, moins sexuées et stéréotypées. Cependant, on ne pourrait considérer qu'il s'agisse d'une réussite complète, car la variété standard est obligée d'intégrer ces nouvelles formes dans la mesure où elles ont déjà acquis une visibilité importante et que leur utilisation s'est étendue, mais aussi car il s'agirait d'un moyen d'alléger la pression exercée par les mouvements sociaux. De même, en constituant une politique linguistique du langage inclusif, non seulement elle limite et réglemente les usages, marquant d'autres pratiques comme incorrectes, mais elle pourrait également assurer la préservation de la langue française et la préservation des valeurs de l'identité nationale qui tendent à homogénéiser les pratiques langagières. Inconsciemment, la variété standard en France, comprise comme un instrument de l'État et vecteur de l'idéologie nationaliste, exercerait une violence symbolique où les locuteurs.trices participent à la reproduction de ces idées et à la légitimation du pouvoir de l'Établissement.

## 5. Conclusion

Le langage inclusif constitue en soi une pratique de résistance, par laquelle les sujets exercent leur agentivité, dénonçant les inégalités de genre et tentant de construire des formes de langage moins normées, qui défient l'actualisation et la reproduction de la domination patriarcale et la norme de genre hégémonique par le langage. Le LI cherche à subvertir la normalité, à générer un malaise, afin de susciter une réflexion sur les privilèges dont jouissent les hommes et les femmes cisgenres. En questionnant directement les rapports entre langage, genre et politique, la perspective glottoféministe crée un malaise, un inconfort porteur, à même d'ouvrir des pistes de recherche fructueuses dans différents champs des sciences du langage, tels que la didactique des langues, la traduction ou encore l'analyse du discours. Alors que discours hétéronormatif, binaire et cisgenre est loin d'être mis en difficulté, une telle démarche de recherche permet aux chercheur.euses de pro-

duire un malaise politique, qui met à l'agenda les questions de genre, mais aussi la perspective intersectionnelle dans les pratiques langagières. Ainsi, il nous semble que l'étude des politiques linguistiques du langage inclusif est un objet dont l'analyse via l'approche glottoféministe détient un potentiel heuristique considérable pour la linguistique féministe : comment les institutions hégémoniques s'approprient-t-elle la critique féministe dans le champ du langage ? Comment la norme de genre hégémonique est-elle (re)produite dans le cadre des politiques linguistiques de l'écriture inclusive au sein de l'État et de ses institutions ? La perspective glottopolitique permet, en problématisant les luttes de sens entre les acteurs politiques et l'État autour des normes langagières, d'interroger les reconfigurations du langage et leurs implications en termes de rapports sociaux.

L'approche glottoféministe émerge ainsi comme un cadre essentiel pour comprendre les phénomènes linguistiques issues des résistances inscrites dans et par le langage. En revisitant les principes méthodologiques, théoriques et politiques glottoféministes que nous avons explorés, cette perspective offre une vision critique des normes de genre ancrées dans les politiques linguistiques des institutions hégémoniques. En mettant l'accent sur un point de vue anti-essentialiste, la distribution inégale des ressources linguistiques, et la conceptualisation des rôles de genre hégémoniques, l'approche glottoféministe nous guide vers une analyse approfondie des pratiques langagières. Par ailleurs, l'investissement dans cette approche s'avère d'autant plus crucial lorsqu'on examine les tensions entre les stratégies langagières alternatives adoptées par les pratiques militantes et féministes, et les réponses des appareils de l'État. L'exploration des questions liées à la reproduction ou à la déconstruction des binarismes constitutifs de la norme de genre hégémonique souligne la nécessité de repenser notre compréhension du langage comme un site de lutte et de résistance. En somme, l'approche glottoféministe offre une lentille analytique précieuse pour décrypter les dynamiques complexes entre la langue hégémonique, ses institutions, et les initiatives langagières émancipatrices.

## Contribution de chaque auteur.e

**EV :** Conceptualisation ; recherche ; rédaction – version originelle ; rédaction – révision et correction.

**EC :** Conceptualisation ; méthodologie ; rédaction – version originelle ; rédaction – révision et correction.

**Remerciements**

Certaines des idées contenues dans cet article ont déjà été publiées dans Cuba (2018). Nous remercions Estelle Familien, Maîtresse de Conférence à l'Université Grenoble Alpes, pour sa traduction du texte original. Nous remercions également Maël Alonzo, doctorant en sciences de l'information et de la communication à l'Université Paris 8, pour ses relectures du présent document.

**Conflit d'intérêts**

Il n'y a pas de conflits d'intérêts à déclarer.

**Références**

Acosta, Mariel, & Ernesto Cuba. 2018. « L'agitation du quotidien. Une conversation sur la réflexion Anarchiste face au sexisme dans la langue. » *GLAD ! Revue sur la langue, le genre, les sexualités* 4: 211-223. DOI : https://doi.org/10.4000/glad.1074

Aniceto, Paulo Damián, & Lidia Becker. 2023. "Lenguaje inclusivo de género y lenguaje claro: (Dis)continuidades sociosemióticas entre dos fenómenos glotopolíticos." *Traslaciones. Revista latinoamericana de Lectura y Escritura* 10(20): 19-44.

Becker, Lidia. 2019. "Glotopolítica del sexismo: Ideologemas de la argumentación de Ignacio Bosque y Concepción Company Company contra el lenguaje inclusivo de género." *Theory Now. Journal of Literature, Critique, and Thought* 2(2): 4-25. DOI: https://doi.org/10.30827/tnj.v2i2.9827

Becquer, Anne-Marie, *et al*. 1999. *Femme, j'écris ton nom. Guide d'aide à la féminisation des noms de métiers, titres, grades & fonctions*. Paris : Centre national de la recherche scientifique, Institut national de la langue française.

Berten, André. 2006. « Légitimité, légitimation, normativité. Recherches en Communication. » *Légitimation et communication* 25: 77-90. DOI : https://doi.org/10.14428/rec.v25i25.50043

Blanquer, Jean-Michel. 2021. « Règles de féminisation dans les actes administratifs du ministère de l'Éducation nationale, de la Jeunesse et des Sports et les pratiques d'enseignement. » *Bulletin officiel de l'éducation nationale, de la jeunesse et des sports* 18: 4-5.

Butler, Judith. 2005. *Trouble dans le genre. Le féminisme et la subversion de l'identité.* Traduit par Cynthia Kraus. Paris: La Découverte.

Cervulle, Maxime, & Isabelle Clair. 2017. « Lire entre les lignes: le féminisme matérialiste face au féminisme poststructuraliste. » *Comment s' en sortir* ? 4: 1-22.

Company, Concepción. 2018. "El lenguaje inclusivo es una tontería." Interviewé par Elisa Álvarez. Cultura. *La Voz de Galicia*, 1 mai. Disponible sur https://www.lavozdegalicia.es/noticia/cultura/2018/01/05/lenguaje-inclusivo-tonteria/0003_201801G5P34991.htm

Crenshaw, Kimberlé W. 2013. "Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color." En *The Public Nature of Private Violence*, édité

par Martha Albertson Fineman & Roxanne Mykituk, 93-118. London/ New York: Routledge.

Cuba, Ernesto. 2018. "Lingüística Feminista y apuesta glotopolítica." *Anuario de Glotopolítica* 2: 21-40. Disponible sur https://glotopolitica.files.wordpress.com/2018/04/aglo-20220201820final.1.pdf

Del Valle, José. 2018. "La política de la incomodidad." *Anuario de Glotopolítica*, 21 août. Disponible sur https://glotopolitica.com/2018/08/21/la-politica-de-la-incomodidad

Ehrlich, Susan, & Ruth King. 1992. "Gender-Based Language Reform and the Social Construction of Meaning." *Discourse & Society* 3(2): 151-166.

Estévez-Dávila, Danelys, Ernesto Cuba, & Silvia Rivera Alfaro. 2022. "Conversando sobre lenguaje inclusivo: tramas y nudos entre identidad, política feminista y gramática." En *Dossier de Lingüística Feminista: una experiencia indisciplinada*, édité par Paula Salerno & Natalia Villarroel Torres, 140-161. *LL Journal of the Students of the Ph.D. Program in Latin American, Iberian and Latino Cultures* 17. Disponible sur https://lljournal.commons.gc.cuny.edu/wp-content/blogs.dir/2068/files/2022/08/Dossier-Linguistica-Feminista-2022.pdf

Favila-Alcalá, Mariana. 2020. "La traducción jurídica como práctica incluyente y contrahegemónica." *Mutatis Mutandis. Revista Latinoamericana de Traducción* 13(2): 375-399. DOI: https://doi.org/10.17533/udea.mut.v13n2a09

Furtado, Victoria. 2021. "Decir la rebelión. Las prácticas político-discursivas del feminismo uruguayo contemporáneo." *Anuario de Glotopolítica* 4: 179-208.

Garvin, Paul, & Madeleine Mathiot. 1974. "La urbanización del idioma guaraní. Problema de lengua y cultura." En *Antología de estudios de etnolingüística y sociolingüística*, édité par Paul Garvin & Yolanda Lastra, 303-313. México: UNAM.

Goffman, Erving. 1959. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Garden City, NY: Doubleday Anchor Books.

Greco, Luca. 2014. « Les recherches linguistiques sur le genre: Un état de l'art. » *Langage et société* 2(148): 11-29. DOI: https://doi.org/10.3917/ls.148.0011

Instituto República y Democracia. 2018. "COMUNICADO del colectivo ENTRAREMOS pidiendo la disolución de la RAE." Vidéo sur YouTube, 2:30. Publié le 17 avril. Disponible sur https://youtu.be/Yn2VJt6LxP4

Jagger, Gill. 2008. *Judith Butler: Sexual Politics, Social Change and the Power of the Performative*. London/ New York: Routledge.

Kunert, Stéphanie. 2016. «Monique Wittig: de la matérialité du langage.» En *Matérialismes, culture et communication. Vol 2. Cultural Studies, théories féministes et décoloniales*, édité par Maxime Cervulle, Nelly Quemener, & Florian Vörös, 143-164. Paris: Presses des Mines.

Lazar, Michelle M. 2007. "Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis 1." *Critical Discourse Studies* 4(2): 141–164. DOI: https://doi.org/10.1080/17405900701464816

Philippe, Édouard. 2017. « Circulaire du 21 novembre 2017 relative aux règles de féminisation et de rédaction des textes publiés au Journal officiel de la République française. » *Journal Officiel de la République Française* 272.

Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española. 2018. *Libro de estilo de la lengua española según la norma panhispánica*. Madrid: Espasa.

Rivera Alfaro, Silvia, & Ernesto Cuba. 2021. "El lenguaje inclusivo como oportunidad epistemológica en la escritura académica." En *Escritura académica con perspectiva de género. Propuestas desde la comunicación científica*, coordonné par César Jiménez-Yañez &

Rosalba Mancinas-Chávez, 19-36. Mexicali, Sevilla: Universidad Autónoma de Baja California et Universidad de Sevilla.
Salih, Sara. 2002. *Judith Butler*. London/New York: Routledge.
Swamy, Vinay, & Louisa Mackenzie. 2019. "Legitimizing 'iel'? Language and Trans communities in Francophone and Anglophone Spaces." *H-France Salon* 11(14): 1-7.
Velandia, Erika. 2021. « L'enseignement du langage inclusif. Entre la résistance et la standardisation. » Mémoire non publié, Université Sorbonne-Nouvelle-Paris 3.

**Erika Velandia**. Titulaire d'un master en sociolinguistique de l'Université Sorbonne-Nouvelle à Paris et diplômée du programme d'enseignement des langues étrangères de la Universidad Pedagógica Nacional à Bogota, Colombie. Ses travaux de recherche portent sur la sociolinguistique, les études sur le genre et le langage, ainsi que la didactique des langues, notamment les pratiques pédagogiques alternatives tel que l'enseignement du langage inclusif en espagnol et en français.

**Ernesto Cuba.** Doctorant en linguistique hispanique de The Graduate Center of the City University of New York. Licence en linguistique et diplôme en études de genre à la Pontificia Universidad Católica del Perú. Son domaine de recherche est l'intersection de la langue, du genre et de la sexualité dans les communautés hispanophones. Le sujet de sa recherche doctorale porte sur les pratiques discursives et linguistiques de *Féminas*, un groupe de militants pour les droits des transgenres basé à Lima, au Pérou.

*Article soumis le 31 janvier et accepté pour publication le 6 mai 2024.*

Comment citer cet article

[Chicago Style]
Velandia, Erika, & Ernesto Cuba. 2024. "Le pari glottoféministe, un agenda de recherche." *ex æquo* 49: 53-67. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.05

[APA Style – adapté]
Velandia, Erika, & Cuba, Ernesto (2024). Le pari glottoféministe, un agenda de recherche. *ex æquo*, 49, 53-67. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.05

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial re-use, please contact apem1991@gmail.com

# GENDER, SEXUALITY, AND SHIFTING STYLES: KNOWLEDGE PRODUCTION AND CODIFYING LANGUAGE USE IN STYLE GUIDES

*Meg Robertson**

*Riki Thompson***

**Abstract**

Recent sociopolitical movements concerning gender identity have shifted conversations about language use and meaning. Style guides reflect this shift, updating and expanding sections on inclusive language in newer editions, and codifying written communication, enabling them to dictate language practices and ideologies. By comparing editions of commonly used guides, specifically AMA, AP, APA, and MLA, we employ queer linguistics to document language change regarding singular *they* in academic and professional spheres. In our research on gender-non-discriminatory language, we found consistent integration of gender inclusivity into popular style guides, yet guides tend to recommend avoidance of singular *they* and are ambiguous about usage.

**Keywords:** Queer linguistics, transgender, language change, gender-neutral pronouns, gender identity.

**Resumo**

**Género, sexualidade e estilos em transformação: produção de conhecimento e codificação do uso da linguagem em guias de estilo**

Movimentos sociopolíticos recentes relacionados com a identidade de género têm alterado a discussão sobre o uso e significado da linguagem. Os guias de estilo refletem essa mudança, atualizando e expandindo as seções sobre linguagem inclusiva em edições mais recentes e codificando a comunicação escrita, possibilitando a prescrição de práticas e ideologias linguísticas. Ao comparar edições de guias comummente utilizados, especificamente AMA, AP, APA e MLA, usamos a linguística *queer* para documentar a mudança na linguagem em relação ao uso de *they* no singular em esferas académicas e profissionais. Na nossa pesquisa sobre linguagem não discriminatória de género, encontrámos uma integra-

* Department of English, University of South Carolina (USC), Columbia, SC 29208, USA.
Postal address: Humanities Office Building, 1620 College Street, Rm 107, Columbia, SC 29208, USA.
Electronic address: meganpr@email.sc.edu

** School of Interdisciplinary Arts and Sciences, University of Washington Tacoma (UWT), Tacoma, WA 98402-3100, USA.
Postal address: Campus Box 358436, 1900 Commerce Street, Tacoma, WA 98402-3100, USA.
Electronic address: rikitiki@uw.edu

ção consistente da inclusão de género nos guias de estilo mais usados, mas estes tendem a recomendar que se evite o pronome singular *they* e são ambíguos quanto ao seu uso.

**Palavras-chave:** Linguística *queer*, transgénero, mudança de linguagem, pronomes de género neutro, identidade de género.

**Résumé**

**Genre, sexualité et évolution des styles: Production de connaissances et codification de l'usage de la langue dans les guides de style**

De récents mouvements sociopolitiques autour de l'identité de genre ont impacté les conversations autour de l'utilisation et de la signification du langage. Certains manuels de style notent cette évolution en mettant à jour et en développant les sections sur le langage inclusif des éditions plus récentes, codifiant ainsi la communication écrite et permettant l'expansion de pratiques linguistiques et d'idéologies. En comparant les différentes éditions des manuels couramment utilisés, en particulier l'AMA, l'AP, l'APA, et le MLA, nous utiliserons la linguistique *queer* pour analyser les changements de discours autour du pronom singulier *they* dans les sphères académiques et professionnelles. Dans notre recherche sur le langage non discriminatoire de genre, nous avons constaté une intégration cohérente de l'inclusivité de genre dans les manuels de style, bien que ces manuels prescrivent majoritairement l'évitement de pronom et restent ambigus quant à son utilisation.

**Mots-clés :** Linguistique *queer*, transgenre, changement linguistique, pronoms neutres en genre, identité de genre.

## 1. Introduction

While discourse on gender-neutral pronouns (GNPs) has been documented since the 13th century (Nabila, Setiawan & Widyastuti 2021), the linguistic landscape has undergone a transformative shift in recent years, propelled by sociopolitical movements related to changing perceptions of gender identity in many Western societies. This shift has sparked intense debates, especially regarding the acceptance of singular *they*, as individuals who identify outside traditional binary gender categories are increasingly acknowledging it as their self-identified pronoun. Opponents of the epicene pronoun often argue that singular *they* as a GNP is grammatically incorrect and potentially impedes communication despite research disproving such claims.

The historical origins of indefinite uses of singular pronouns *he* and *they* date back to the 15th century, wherein writers have exercised flexibility in employing either *he* or *they* interchangeably when referencing singular indefinite gender-neutral antecedents (Curzan 2003). There is also a vast history of neutral pronoun usage in literature dating back to Shakespeare and Austen (Bjorkman 2017) and in recent publications like the *Washington Post* and the *Economist* (Jones & Mullany 2019). In spoken language, Bjorkman (2017) has shown there is precedent of native English speakers using singular *they* as a pronoun to refer to individuals of known

gender, though people rarely use singular *they* consciously to refer to an individual due to "pragmatic or cultural assumptions about the binarity of gender" (11).

In the past decade, a notable rise in research has focused on gender-neutral language and pronouns across various languages with those promoting inclusivity advocating for GNPs as an alternative to binary ways of knowing gender identity. Research has shown how representation in various languages, including English, French, German, and Swedish, can be laboring for people on account of linguistic contexts and grammatical gender systems that rely on binary pronoun models (Hord 2016; Konnelly, Bjorkman, & Airton 2022). Auxland (2020) has examined proposed changes to Portuguese, such as replacing the traditional masculine "o" or feminine "a" with the neutral "e" as a gender-neutral option (68), and Tudisco (2022) has illustrated how neo-pronouns like *iel* provide alternatives to the traditional *il* and *elle* in spoken French for nonbinary identity representation.

In English, more specifically, Moser and Deveraux (2016: 332) suggest pronoun forms like *e/er/ers/erself* to lessen the ambiguity of other singular nonbinary pronouns, like singular *they*, which "feel awkward, violate grammar rules […] and do not resemble standard pronouns sufficiently; [nor] have been accepted by any influential group or […] used consistently". However, responses to Moser and Deveraux's proposal of using *e/er/ers/erself* unanimously agree that a more inclusive pronoun like singular *they* is preferred for a number of reasons, most prominently because it is gaining acceptance in a number of contexts, including institutional ones (Jones & Mullany 2019). Conrod (2018) has also shown that an increasing number of English speakers have embraced the use of singular *they,* with younger speakers more likely to accept its use as it "is an example of a grammatical innovation that has happened in concert with (and perhaps due to) significant social-cultural changes that are underway" (14). In recognition of its rising prominence, the American Dialect Society voted singular *they* as Word of the Year in 2015 and Word of the Decade in 2020.

As a result of rising visibility of transgender individuals and related linguistic challenges, scholars have engaged in language reform efforts (Zimman 2017) to create affirming standards and promote education about nonbinary pronoun use (Crowley 2022, 165). Descriptive grammarians (Green 2019) point out that singular *they* follows a pattern similar to other words that have become commonplace in the English language like *transgender* and *cisgender,* which have arisen in everyday discourse in the past decade. Examining nonbinary GNPs from a descriptive standpoint reveals how prescribing pronoun usage restricts language, undermining the purpose of using language for gender expression. Bodine (1975) argued that while prescriptivist cries against the problematics of singular *they* date back to the 1700s, contemporary discussions largely reflect the backlash against feminist and queer movements' goals of neutralizing language that grammatically privileges patriarchal and cisnormative ways of being in the world. However, few scholars mention style guides and how such guides dictate the rules of writing.

Through an exploration of pronoun use in style guides, specifically singular *they*, we attend to this gap in research, demonstrating how refusals to accept descriptive language patterns as functionally "correct" perpetuate cisnormative standards, delegitimizing marginalized people who utilize such linguistic innovations.

The codification of style can be traced back to 1906 with the first edition the *Manual of Style*, now recognized as *The Chicago Manual of Style* (CMS). In the following fifty years, several widely-used guides were introduced, including *The Associated Press Stylebook* (AP) in 1909, *American Psychological Association Stylebook* (APA) in 1929, *The Modern Language Association Style Manual* (MLA) in 1951, *The Computer Science & Engineering Manual: Scientific Style and Format* (CSE) in 1960, and *American Medical Association Manual of Style* (AMA) in 1962. Numerous other styles and style manuals emerged as professional organizations, academic presses, and industries developed their distinct house style. To keep pace with linguistic variance, shifts in societal norms, legal considerations, and educational curricula, style guides undergo frequent updates, setting standards for writing and document design, codifying written communication, and dictating language practices and ideologies. Updated editions reflect changes in language use, address emerging concerns, adapt to technological advancements, and incorporate feedback from users implicated by the discussions of pronoun usage and integration of singular *they* in influential manuals in the US and UK (Paterson 2020).

This study focuses on the linguistic evolution of English pronouns in four popular style guides in their two most recent editions, examining how different disciplines and writing contexts adapt to shifts in societal norms related to gender expression and language inclusivity. By comparing editions of AMA, AP, APA, and MLA, we document language changes around singular *they* to analyze gender inclusivity in academic and professional spheres. Our research adds to the unexplored area of style guides and inclusive language, contributing to emerging scholarship on language reform and gender-discriminatory language (Grove 2021; Robertson 2024 [in press]).

## 2. Theoretical Framework

Our research examines language, power, and gender with an eye to exposing ideological work at play. By positioning ourselves within critical sexuality studies, we recognize the pervasive impact of "epistemological violence" in language use (Fahs & McClelland 2016, 393). With our *queer linguistics* approach, we align with objectives of critical discourse studies to delve into these intersectional dynamics, unveiling social injustices and scrutinizing structures of normative authority and regulatory power (Leap 2015; Motschenbacher 2019; Thompson 2024). Our commitment also extends to contribute to the evolving field of *trans linguistics*, focusing on GNPs and inclusive language, responding to Zimman's (2020, 2021) call for

studies that aim to positively influence the lives of transgender individuals, and advocating for social and linguistic justice for all gender communities.

Specifically, our analysis explores ways style guides shape states of being through explicit guidance about pronoun use in writing and acknowledge the intricate connection between gendered language and power, highlighting how these dynamics often contribute to power imbalances that extend to academic and professional spaces. These imbalances perpetuate ideologies that present experiences as universally applicable, through homogenizing all genderqueer experiences (Fahs & McClelland 2016). Our analysis will demonstrate that when style guides recommend avoiding the pronouns *they/them/theirs*, it results in an act of linguistic violence by excluding and dismissing individuals with gender nonconforming identities who use these pronouns. We also show how moves to embrace GNPs are tied into social change and corresponding linguistic innovation that allows people to rename themselves as identities evolve.

We openly acknowledge our biases toward gender inclusivity and nonbinary language as activists and observers for the genderqueer[1] community and researchers of queer language practices. Our claims are strictly rooted in data and literature collection, yet our analysis is influenced by our identification as queer, white, cisgender women whose pronouns are *she/her/hers*. We align with the insights of scholars like Galupo (2017) and Jones (2022) who highlight the need to recognize the implicit bias ingrained in a privileged cisgender positionality, and refrain from claiming to represent the entire queer community, which intersects with diverse defining characteristics and complex identities. While our research advocates for gender inclusive language and increased research involving genderqueer communities, we acknowledge that our language may not universally resonate with all individuals or those speaking from personal experience on this research topic. Ultimately, we strive to identify points of concern, offer perspectives on why they are problematic, and provoke thought to facilitate awareness and change.

## 3. Methods

We survey shifting guidelines around language and gender in style guides to understand how these manuals are, or are not, reflective of the ideologies surrounding singular *they*. Our goal is to examine guides reflective of current academic, teaching, and professional practices across disciplines to explore the current limitations of research regarding singular *they* use. We wondered whether higher learning institutions were privileging certain styles and strategies, so we began at the local level to identify which guides were being recommended to

[1] We are using the term genderqueer to include individuals whose identities may fall or resonate outside of normative binary gender labels (McGuire *et al*. 2020).

students at our regional institutions on the US East and West coasts. Next, we expanded to the national and global level, using the top ten schools listed in *Best Colleges Rankings* (2022) and *Best Global Universities in Europe* (2022). Then, we reviewed library and writing center websites from these schools to identify recommended style guides in their respective regions. We found that APA (*American Psychological Association Publication Manual*), MLA (*Modern Language Association Handbook*), and CMS (*The Chicago Manual of Style*) were most consistently recommended across regions. In North America, other guides commonly recommended included Turabian, AMA (*American Medical Association Manual of Style*), AP (*Associated Press Stylebook*), and CSE (*The Computer Science & Engineering Manual*) whereas *Harvard* and *Vancouver* were popular in Europe. While all of these styles were developed in North America, all are utilized in various countries around the world.

To evaluate recent language change and guidance around pronoun usage we selected style guides with editions published no earlier than 2020, and compared them to their previous edition (Table 1). These guides represent a cross section of academic disciplines and professionally oriented guides focused on writing about people and experiences related to gender identity. To cover a variety of contexts, we selected APA for social sciences, MLA for Humanities, AP for journalism in mainstream media, and AMA for medical professional environments.

**Table 1**
Style Guides Publication Data

| Style Guide | Edition | Year | Edition | Year |
|---|---|---|---|---|
| AMA | 10th | 2007 | 11th | 2020 |
| AP | 55th | 2020-2022 | 56th | 2022-2024 |
| APA | 6th | 2010 | 7th | 2020 |
| MLA | 8th | 2016 | 9th | 2021 |

Source: Compiled by Meg Robertson.

We aimed to identify "language pedagogies" (Daniels 2019, 20), examining sections on pronoun usage, inclusive or non-discriminatory language, and references to gender identity, sexuality[2], and genderqueer language. We used an iterative process (Robertson 2024 [in press]), conducting four levels of inquiry to address inclusive language use and language change, with specific attention to inclusive language for creating descriptive trends.

[2] In these style guides, gender and sexuality are often conflated via organizational categories with pronoun discussions in sections related to both sexuality and gender.

First, we conducted an index word search for "pronoun," "personal pronouns," and "gender" to drive our discourse analysis within the guide. We looked for direct commentary on pronouns *he/she,* genderqueer language like "nonbinary," "transgender," and "singular *they,*" and frequently used phrases like "nonsexist language," "inclusive language," and "biased/bias-free language." The final analysis detailed the guides' overarching perspectives and directives, which largely related to correct usage and avoidance strategies for singular *they* use and identified trends that spoke to prescriptive or descriptive grammar rules throughout the various manuals.

## 4. Style Guide Changes Over Time

While each guide has changed over time, some have progressed more than others. Most notably, APA (social sciences) demonstrates the most growth from the 6th edition (2010) to the 7th edition (2020) with the addition of a chapter on bias-free language where only general guidelines for "reducing bias in language" (70) were previously offered. The new chapter discusses gender, sex, sexual orientation, and pronouns extensively, including a section on intersectionality and gender and sex in terms of cultural, racial, and ethnic contexts. This insertion drastically marks growth from the 6th edition, which is dominated by binary wording, considering gender and sex as only "referring to women and men" (71) and "one sex or both sexes" (73). Additionally, while the 6th edition mentions transgender individuals, it problematically considers "transsexual" and "cross-dresser" appropriate terms, and while noting that "*transgender* refers to persons whose gender identity or gender expression differs from their sex at birth" (74), it equates gender to sex, identifying transgender individuals as only "female-to-male" (or vice versa) and suggests a switch of pronouns (*she* to *he* or *he* to *she*) as appropriate (74). Comparatively, the 7th edition not only notes that "transsexual is largely outdated," but also addresses other terms that could be "disparaging" to transgender individuals (139). The 7th edition also includes specific discussions of gender identity, transgender and gender nonconforming people, sex assignment, pronoun usage, and "terms that imply binaries" (138-140). Words like *agender, cisgender, gender diversity, gender expansiveness, gender-fluid, genderism, gender-neutral, gender-nonconforming people, genderqueer, gender variance,* and *nonbinary gender* were added to the index or discussed in various sections. Overall, the 7th edition shows great attention to explaining gender and how to use and understand it in writing.

Similarly, MLA's (Humanities) guide changes were notable as the 9th edition (2021) now includes a chapter on "Principles of Inclusive Language" where the 8th edition (2016) was strictly stylistic: no mention of gender, people pronouns, inclusive language, or sex. While the added chapter is brief, words like *gender-neutral language, generic pronouns, inclusive language, Latinx, man, pronouns, sexual orienta-*

*tion, singular they, they/them,* and *transgender people* have been added to the index and discussed in the chapter sections. Furthermore, MLA makes note of referencing authors whose names have changed, especially "trans authors" (117), and advises to not use former names when referencing. While still focused on formatting and stylistics, the inclusive language chapter and discussion of how to refer to transgender authors marks a progressive approach to language around gender and sex, addressing the importance of humanizing writing.

AP (Journalism) also takes a stance on humanizing written discourse in journalism and professional writing. While most changes happened between the 54th (2019) and 55th (2020) editions, the 56th edition (2022) progresses in relation to section extensivity and nuance, in particular, transitioning from the umbrella term "gender and sexuality" to "gender, sex, and sexual orientation". This rewording allows for inclusion of words like *deadnaming, gender-dysphoria, gender identity, genderqueer, sexuality, sexual identity, sexual orientation,* and *transphobia,* resulting in an additional page of content and explanation dedicated to exploring singular *they*, aspects of gender and sex, and key components of language use when writing about individuals. Likewise, much of the 56th edition moves away from binary language, including to "avoid references to *both, either* or *opposite sexes or genders*" (119) where previously using "*men and women, boys and girls, males and females*" was acceptable (121). As this guide is geared toward newsroom and media platforms, their adherence to identity demonstrates the continued efforts to approach gender-neutral language as acceptable and preferred.

In terms of inclusion and additional sections, AMA (medical publishing) also made distinguished subsections for gender and sex specific words in its 11th edition (2020) that were not included in the 10th edition (2007). These sections define terms like *cisgender* and *transgender* and discuss *gender-inclusive language, he/she construction,* and *singular they*. However, the guide largely stays the same in perpetuating binary language patterns, including recommending pronoun constructions *s/he, he/she,* and *he or she* (429) and offering language like "sex-specific pronouns" (544) in relation to gender. Despite having the greatest time gap between editions, this guide made the least amount of changes; it demonstrated a slight evolution but lacked detail relating to overarching language patterns.

## 5. Gender Bias Avoidance

Across all four style guides examined, the latest editions advise writers to employ gender-neutral language and avoid gender bias. Traditionally, avoiding gender bias focused on nouns, coinciding with removing the generic masculine (*man* or *he*) and replacing it with more neutral and recognized suffixes or terms like *firefighter* vs *fireman*, *chair* vs *chairman*, or *police officer* vs *policeman*. However, recently guides have expanded gender-neutral language to address pronoun

usage. Each guide provides multiple methods for achieving neutrality, but also offers other strategies for rewording and adjusting sentences and sentence structure to avoid gender bias. These avoidance strategies are described as: replacing a pronoun or noun for a more concrete noun or article, changing the verb to imperative mood, rewriting or rephrasing the totality of a sentence, dropping the pronoun completely, rewording as plural, or a conditional use of singular *they*. Table 2 demonstrates one avoidance strategy from each guide.

**Table 2**
Style Guides Gender Bias Avoidance Strategy Examples

| Style Guide | Avoidance Strategy | Avoid | Preferred |
|---|---|---|---|
| AMA | Using a neutral noun equivalent | The physician and his (her, their) office staff can do much to alleviate a patient's nervousness (545). | The physician and the office staff can do a lot to alleviate a patient's nervousness (545). |
| AP | Eliminating the pronoun | Hendricks said Hendricks is thrilled about the new job or Hendricks said they are thrilled about the new job (239). | Hendricks said the new job is a thrill (239). |
| APA | Replacing the pronoun with an article | A researcher must apply for his grant by September 1 (121). | A researcher must apply for the grant by September 1 (121). |
| MLA | Rephrasing for plural | When a student studies abroad, his or her communication skills in the target language are likely to improve dramatically (91). | When students study abroad, their communication skills in the target language are likely to improve dramatically (91). |

Source: Compiled by Meg Robertson.

AMA and APA provide five different avoidance strategies for navigating gender bias (AMA 2020, 544; APA 2020, 121), and AP and MLA each offer four (AP 2022, 239; MLA 2021, 91). However, despite all guides recommending avoiding gender bias, each simultaneously illustrates how to avoid singular *they* while discussing its acceptance. Only APA considers singular *they* as a strategy to employ regularly and provides examples of how to use it (121). AP and MLA also provide examples of how to use singular *they*, but these guidelines are listed with limitations as to when the construction is appropriate.

These regulations demonstrate ideologies about language change related to gender, which now reflect an emphasis on gender avoidance. Avoiding gender-specific language, such as AP determining pronoun elimination as a best practice, and the avoidance of addressing gendered language, such as AMA's recommendation to use a neutral noun equivalent instead of including a pronoun, does

not address the problem of language perpetuating cisnormative standards, and therefore, encourages hegemonic practices.

## 6. Singular *They* Guidelines

In looking at the changes across guides, the question arose: how is singular *they* being recognized or allowed in stylization manuals? As nonsexist language use has previously been analyzed, it was important to explore the gap around singular *they* use, particularly when considering formal vs informal writing, and identify if and how singular *they* was discussed in guides. To determine this specificity, we considered three types of singular *they* usage from Bjorkman (2017):

1. Specific *they*, a pronoun for individuals with a known binary gender (*Jason's girlfriend is on their way*).
2. Generic *they*, a pronoun for individuals of unknown gender (*The anonymous contributor shared their feedback*).
3. [Direct[3]] *they,* a pronoun for individuals of known, nonbinary gender (*My close friend, Joyner, went to their first concert yesterday*).

These three distinctions are similarly defined by Saguy and Williams (2022, 5) as:

1. a nonbinary personal pronoun
2. a universal gender-neutral pronoun
3. an indefinite pronoun when a person's self-identified gender is unknown

Between 2015 and 2022, each of the guides affirmed the use of singular *they*, with some introducing changes via their online platform before integration into print version. These announcements, as illustrated in Figure 1, cover the construction's role in framing inclusive language or creating rules for clarity, ranging from stylistic concerns to ontological ones.

AMA allows for specific *they* usage, particularly when "patient identifiability is a concern (e.g., removal of gender-specific pronouns)" (430). However, AMA sees singular *they* as a last resort for clarity and stylistic preference, only permitting *they* "as a singular pronoun when rewriting the sentence as plural would be awkward or unclear" (430), or "when rewriting [in general] would be awkward or unclear" (544). The emphasis on technical and scientific specificity is the guide's predominant concern for users.

---

3 Bjorkman (2017) defines this third type of singular they, but we put forth the label "direct they" to distinguish it more clearly.

**Figure 1**
Timeline of gender inclusive language change in style guides between 2015-2022

Source: Created by Riki Thompson.

Similarly, AP allows for specific *they* when a "source's gender must be shielded" (239), and direct and generic *they* as preferable to *he/she* or *he or she* with the caveat that "clarity is paramount" (239). AP acknowledges that singular *they* "may be confusing to some readers and amount to a roadblock" to further reading, but also notes that "efforts to write without pronouns to avoid confusion may make people feel censored or invisible" (238-239). Thus, as AP style is used for mainstream journalism, it reflects a goal of informing the widest public audiences through grammatical accessibility.

Alternatively, APA embraces singular *they*. They affirm all uses of singular *they* are allowed and are "part of APA Style", "inclusive of all people [and] helps writers avoid making assumptions about gender" (121). From an ontological and epistemological perspective, APA approves singular *they* as a successful way for writers to avoid making assumptions about gender.

Likewise, MLA allows for all uses of singular *they*, most notably, direct *they,* acknowledging that "writers who wish to use a non-gender-specific pronoun to refer to themselves may prefer *they* or *their* […] [and] should follow the personal pronoun of individuals they write about, if individuals' pronouns are known" (91-92). They also assert that "Writers wishing to use inclusive pronouns sometimes use both feminine and masculine pronouns, use only feminine pronouns, or alternate between feminine and masculine pronouns" (91). MLA also adds that singular *they* is "considered a less desirable option" even if it has emerged as "a tool for making language more inclusive" (92), positioning singular *they* as an instrumental writing device rather than an implement for gender inclusivity.

## 7. Comparative Analysis Across Guides

While each of these statements about singular *they* is an improvement from each previous edition, which either omit mention of the epicene pronoun or provide incomplete explanations, they still harbor problematic assumptions. For AMA, lack of acknowledgement around singular *they* can be detrimental for patients discussed in medical contexts, particularly as the guide does not mention direct *they* for individuals of known nonbinary gender or generic *they* when an individual's gender identity is unknown. This lack of information reinforces the pattern of assuming individuals' identities and beliefs that gender is binary. Patient identifiability, bodily maladies, and biological elements influence treatment for illnesses and often confront physical and cultural perceptions of sex and gender, underscoring the importance for biological sex and gender to be navigated and explored within the content and parameters of the guide. As AMA claims to be "'the bible of medical publishing'" (v), it should differentiate gender and sex in practice as well as discussion, but as seen in examples such as "sex-specific pronouns" (544) there is a lack of language clarity which affects medical accuracy when discussing patients.

Similarly, AP is used for public and professional writing and designating stipulations like using singular *they* only "as much as possible" (238), even if a subject's pronouns are *they/them/theirs,* offers contradictive guidelines for respecting and assuming a person's identity. As the guide serves writers who deal with current events, pop culture, and is attuned to reader consumption, advocating for language most commonly understood by broad and diverse audiences is useful but can also be a disservice to the media's informative objectives. Moreover, while

AP provides ample explanations on biological sex vs gender, the lack of contextual language and inconsistent directives related to gender inclusive singular pronouns undercuts the definitions and inclusion of concepts that affect the lives of genderqueer individuals.

Conversely, while APA is the most progressive style guide in endorsing singular *they*, their approach may be too generalizing, particularly in fields concerning mental health and clinical and research settings. As a guide for social sciences and reflective of the American Psychological Association, an organization that acknowledges "people [should be] described using language that affirms their worth and dignity" (2024), the designation that "singular *they* is inclusive of all people" (121) is perhaps too broad and blanketing of individuals' experiences. This could result in misrepresentation for those who do not want to be referred to with singular *they* as a pronoun. As such, despite providing detailed guidelines that dictate the precise usage of singular *they* and offering extensive sections on gender and sex, including discussion of LGBTQIA+ related content and centering subjects/participants as individuals, APA's approach might be overly prescriptive and erase important nuances.

Alternatively, MLA allows for the use of singular *they*, but the discussion around the construction is minimal. MLA, an organization that serves the Humanities to understand the human condition through language, places focus on aesthetics of that expression rather than the effects of it. Although the guide notes common missteps when using biased language and encourages terms that respect subjects' identities, its attention to precise language and clear grammatical structures overrides common questions prioritized by the field about the human experience. Without adequate explanations and minimal coverage of singular *they*, users may perceive the usage as irrelevant or fail to grasp the significance of incorporating the pronoun into published work.

Collectively, these guides are moving toward singular *they* inclusion, yet discussions on its usage and reasoning remain underdeveloped and inconsistent. Thus, it's important to note how direct, specific, and generic *they* translate to others' ideas and definitions as the descriptions challenge binarities in language in different ways from acknowledging that gender is beyond a binary construct, assumptions about gender in social, political, and cultural contexts, and encouraging writer accountability and intentionality with syntactic and diction choices in respect to people.

## 8. Conclusion

Our goals have been to examine shifting guidelines around gender and language use to demonstrate how style guides are participating in language change by responding to bottom-up innovations of speakers and as top-down prescribers.

This research contributes to descriptivist projects around the impacts of institutional language change relating to GNPs and activist goals of countering marginalization and misrepresentation of genderqueer individuals. Embracing language change in regard to singular *they* and queer linguistic forms and finding common ground across contexts is vital to efforts to improve inclusivity and accessibility.

This research highlights the growing acceptance of unconventional constructions, revealing the evolving landscape of gender and sexuality in grammar and formal writing styles and the queering of language to varying degrees. Major changes have been made to all updated editions of AMA, AP, APA, and MLA style guides with singular *they* now being accepted in all these manuals. However, there is much ambiguity about how these guides approach gender-neutral language and singular *they*. While the guides now include a statement about singular *they* and describe how to avoid gender bias, some still advocate for avoidant rather than inclusive strategies. Inconsistent recommendations and patterns within guides reflect dominant binary frameworks that contribute to struggles to enact effective inclusionary language to describe people. However, despite this normative stance, our analysis demonstrates that gender-neutral language is increasingly addressed in style guides, which has the potential to further legitimize these forms.

As language evolves to promote inclusivity and affirm visibility of marginalized individuals, style guides should also adapt. The power endowed on manuals of style as authorities on language use places them directly in the center of political debates on language policy. These guides that prescribe rules for writing are not neutral, but rather, reflect the language ideologies of those who create (and revise) them.

In many ways, style guides take a normative stance as they must account for stylistic constraints, language use in the fields they cover, possible opposing views of the editorial staff, and as self-reported and perceived authorities on language use across academic and professional domains. As linguistic activists, we argue that editors of style guides have a responsibility to be aware of linguistic discrimination embedded in their texts. While editors are bound by the aims of their disciplines and writing contexts, we hope to see editors move away from pervasive cisnormative practices and gender prescriptiveness to support linguistic innovations that improve inclusivity. Recognizing their impact on written discourse, editors of guides should be working to offer descriptive discursive grammatical constructions to suit all individuals. Incorporating singular *they* into style guides as an acceptable gender-neutral option is a step forward, yet there is room for style guides to further deconstruct social injustices and challenge normative, silencing regulatory powers.

We advocate for continuing research and education that centers the experiences of people most affected by language change, or lack of change. Much more can be done in terms of affirming and supporting linguistic innovation through style guides, such as continuing explorations of prescriptivism, linguistically

including genderqueer experiences in various spheres, and extending education and development of tools for new literacies. Future research is needed to examine other popular style guides to document gender-inclusive language change, user experience research, and further enhancement of our understanding of language, gender, and power intersectionality.

**Authors' contributions:**

**MR:** Conceptualization; formal analysis; research; methodology; validation; writing of original draft; review & editing.

**RT:** Conceptualization; formal analysis; methodology; software; validation; writing of original draft; review & editing.

**Conflict of interests**

The authors have no conflicts of interest to declare.

**References**

American Psychological Association. 2010. *Publication Manual of the American Psychological Association*. 6th ed. Washington, DC: American Psychological Association.

American Psychological Association. 2020. *Publication Manual of the American Psychological Association*. 7th ed. Washington, DC: American Psychological Association.

American Psychological Association. 2024. About APA Style. Available on https://apastyle.apa.org/about-apa-style

Associated Press. 2020. *Associated Press Stylebook 2020-2022*. 55th ed. New York: Associated Press.

Associated Press. 2022. *Associated Press Stylebook 2022-2024*. 56th ed. New York: Associated Press.

Auxland, Morrigan. 2020. "Para Todes: A Case Study on Portuguese and Gender-Neutrality." *Journal of Languages, Texts and Society* 4: 60-83.

Bjorkman, Bronwyn M. 2017. "Singular *They* and the Syntactic Representation of Gender in English." *Glossa: A Journal of General Linguistics* 2(1): 1-13. DOI: https://doi.org/10.5334/gjgl.374

Bodine, Ann. 1975. "Androcentrism in Prescriptive Grammar: Singular 'They', Sex-Indefinite 'He', and 'He or She.'" *Language in Society* 4(2): 129-146.

Conrod, Kirby. 2018. "Pronouns and Gender in Language." In *The Oxford Handbook of Language and Sexuality*, edited by Kira Hall and Rusty Barrett. Oxford: Oxford University Press. DOI: https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190212926.013.63

Crowley, Archie. 2022. "Language Ideologies and Legitimacy among Nonbinary YouTubers." *Journal of Language and Sexuality* 11(2): 165-189. DOI: https://doi.org/10.1075/jls.20021.cro

Curzan, Anne. 2003. *Gender Shifts in the History of English*. Cambridge: Cambridge University Press.

Daniels, Julia R. 2019. "'Never Tell Me How to Say It': Race, Language Ideologies, and Harm Reduction in Secondary English Classrooms." In *Language and Social Justice in Practice,* edited by Netta Avineri *et al*., 19-26. New York: Routledge.

Fahs, Breanne, & Sara I. McClelland. 2016. "When Sex and Power Collide: An Argument for Critical Sexuality Studies." *The Journal of Sex Research* 53(4–5): 392-416. DOI: https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1152454

Galupo, M. Paz. 2017. "Researching While Cisgender: Identity Considerations for Transgender Research." *International Journal of Transgenderism* 18(3): 241-242. DOI: https://doi.org/10.1080/15532739.2017.1342503

Green, Jamison. 2019. "The Problematic Case of Gender-Neutral Pronouns: A Transgender Writer's Response to 'a Modest Proposal.'" *International Journal of Transgenderism* 20(2–3): 333-334. DOI: https://doi.org/10.1080/15532739.2018.1462750

Grove, Kenna. 2021. "'Where Is *They*?': The Globalization of English and Gender-Inclusive Language." *The English Languages: History, Diaspora, Culture* 7 (December): 10-21.

Hord, Levi C. R. 2016. "Bucking the Linguistic Binary: Gender Neutral Language in English, Swedish, French, and German." *Western Papers in Linguistics* 3(1). Available on https://ojs.lib.uwo.ca/index.php/wpl_clw/article/view/966

JAMA. 2007. *AMA Manual of Style: A Guide for Authors and Editors*. 10th ed. Oxford/New York: Oxford University Press.

JAMA. 2020. *AMA Manual of Style: A Guide for Authors and Editors*. 11th ed. New York: Oxford University Press.

Jones, Lucy. 2022. "'I'm a Boy, Can't You See That?': Dialogic Embodiment and the Construction of Agency in Trans Youth Discourse." *Language in Society* 52(4): 549-570. DOI: https://doi.org/10.1017/S0047404522000252

Jones, Lucy, & Louise Mullany. 2019. "The Problematic Case of Gender-Neutral Pronouns: A Response to 'A Modest Proposal.'" *International Journal of Transgenderism* 20(2-3): 337-340. DOI: https://doi.org/10.1080/15532739.2016.1261061

Konnelly, Lex, Bronwyn M. Bjorkman, & Lee Airton. 2022. "Towards an Engaged Linguistics: Nonbinary Pronouns as a Site of Advocacy in Research and Teaching." *Journal of Language and Sexuality* 11(2): 133-140. DOI: https://doi.org/10.1075/jls.21024.kon

Leap, William L. 2015. "Queer Linguistics as Critical Discourse Analysis." In *The Handbook of Discourse Analysis,* edited by Deborah Tannen, Heidi E. Hamilton, & Deborah Schiffrin, 661-680. Chichester: John Wiley & Sons, Ltd. DOI: https://doi.org/10.1002/9781118584194.ch31

McGuire, Jenifer K. *et al*. 2020. "The Genderqueer Identity (GQI) Scale: Measurement and Validation of Four Distinct Subscales with Trans and LGBQ Clinical and Community Samples in Two Countries." In *Non-binary and Genderqueer Genders*, edited by Motmans Joz, Timo Nieder, & Walter Bouman, 171-186. Abingdon, Oxon: Routledge.

Modern Language Association of America. 2016. *MLA Handbook*. 8th ed. New York: Modern Language Association of America.

Modern Language Association of America. 2021. *MLA Handbook*. 9th ed. New York: Modern Language Association of America.

Moser, Charles, & Maura Devereux. 2016. "Gender Neutral Pronouns: A Modest Proposal." *The International Journal of Transgenderism* 20(2–3): 331-332. DOI: https://doi.org/10.1080/15532739.2016.1217446

Motschenbacher, Heiko. 2019. "Language and Sexual Normativity." In *The Oxford Handbook of Language and Sexuality,* edited by Kira Hall & Rusty Barrett. Oxford: Oxford University Press. DOI: https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190212926.013.14

Nabila, Izzatia, Slamet Setiawan, & Widyastuti. 2021. "To Disclose a Less Generic Pronoun: Addressing Non-Binary 'They.'" *Lakon: Jurnal Kajian Sastra Dan Budaya* 10(2): 84-93. DOI: https://doi.org/10.20473/lakon.v10i2.30961

Paterson, Laura L. 2020. "Non-Sexist Language Policy and the Rise (and Fall?) Of Combined Pronouns in British and American Written English." *Journal of English Linguistics* 48(3): 258-281. DOI: https://doi.org/10.1177/0075424220938949

Robertson, Meg. 2024 [in press]. "Breaking the Rules of Guided Language." In *Critical Sexuality Studies, Lavender Languages, and Everyday Life*, edited by Michelle Marzullo & William Leap. London: Bloomsbury Publishing.

Saguy, Abigail C., & Juliet A. Williams. 2022. "A Little Word That Means A Lot: A Reassessment of Singular *They* in a New Era of Gender Politics." *Gender & Society* 36(1): 5-31. DOI: https://doi.org/10.1177/08912432211057921

Thompson, Riki. 2024. "Beyond the Gender Binary: Digital Dating, Discourse, Design, & Normativity." In *(Critical) Discourse Studies and the (New?) Normal: Analyzing Discourse in Times of Crises*, edited by Stefania Maci & Mark McGlashan. Bern: Peter Lang.

Tudisco, Jordan J. 2022. "'But… If You Define Your Gender through Binary Sexed Characteristics… How Can You Call Yourself Not Binary?': Linguistic Self-Determination, Gatekeeping and Trans Identities in the French-Speaking Context." Paper presented at the Spring Conference of the Society for Linguistic Anthropology (SLA), "Future Imperfect: Language in Times of Crisis and Hope," 7-9 April. Boulder, CO.

Zimman, Lal. 2017. "Transgender Language Reform: Some Challenges and Strategies for Promoting Trans-Affirming, Gender-Inclusive Language." *Journal of Language and Discrimination* 1(1): 84-105. DOI: https://doi.org/10.1558/jld.33139

Zimman, Lal. 2020. "Transgender Language, Transgender Moment: Toward a Trans Linguistics." In *The Oxford Handbook of Language and Sexuality*, edited by Kira Hall & Rusty Barrett, 1-23. Oxford University Press. DOI: https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190212926.013.45

Zimman, Lal. 2021. "Beyond the Cis Gays' Cis Gaze: The Need for a Trans Linguistics." *Gender and Language* 15(3): 423-429. DOI: https://doi.org/10.1558/genl.20883

**Meg Robertson**. PhD student at the University of South Carolina studying Composition and Rhetoric. Her background in English and Women's and Gender Studies informs her critical research on gender-neutral language use, first-year composition textbooks, and rhetorical action and enaction to challenge linguistic violence in the U.S. Her chapter, "Breaking the Rules of Guided Language," will be published in *Critical Sexuality Studies, Lavender Languages, and Everyday Life* (Bloomsbury, Sept. 2024).

**Riki Thompson.** Associate Professor of Digital Rhetoric & Writing Studies, University of Washington Tacoma. Her interdisciplinary work joins queer linguistics, digital discourse, and gender and sexuality studies to explore intersections of language, power, technology, literacies, and identity to advocate for linguistic justice. Other works: "Beyond the gender binary: Digital dating, discourse, design, and normativity," in (*Critical) Discourse Studies and the (New?) Normal* (Peter Lang, 2024).

*Received on 28 January and accepted for publication on 6 May 2024.*

How to cite this article

[Chicago Style]
Robertson, Meg, & Riki Thompson. 2024. "Gender, Sexuality, and Shifting Styles: Knowledge production and codifying language use in style guides." *ex æquo* 49: 69-86. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.06

[APA Style – adapted]
Robertson, Meg, & Thompson, Riki (2024). Gender, sexuality, and shifting styles: Knowledge production and codifying language use in style guides. *ex æquo*, 49, 69-86. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.06

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial re-use, please contact apem1991@gmail.com

# "QUE DEGENERADOS, UMA VERGONHA": A REAÇÃO CONSERVADORA CONTRA A LINGUAGEM NÃO BINÁRIA NO DISCURSO DE POSSE DA ACADÊMICA HELOÍSA TEIXEIRA

*Gabriel Chagas**

*Cristiane Soares***

*Gláucia V. Silva****

**Resumo**

O uso da marcação de gênero não binário tem causado reações conservadoras de vários setores da sociedade brasileira. Ao usar "outres" em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, Heloísa Teixeira trouxe à luz a relevância do debate sobre a linguagem não binária em português. Neste trabalho, analisamos comentários postados no vídeo do seu discurso de posse. Examinamos a reincidência de uma retórica patologizante e/ou moralizante como forma de deslegitimar a linguagem não binária e quem a usa. A partir de uma abordagem decolonial, mostramos que as reações contra a linguagem não binária são reverberações da colonialidade do poder e do conhecimento que reproduzem uma narrativa de "degeneração" em nome de uma falaciosa pureza linguística.

**Palavras-chave:** Gênero neutro, linguagem neutra, linguagem não binária, decolonialidade.

**Abstract**

**"What degenerates, shameful": The conservative reaction against nonbinary language in Heloísa Teixeira's inauguration speech**

The use of nonbinary gender markings has generated conservative reactions from various sectors of Brazilian society. By using the word "outres" in her inauguration speech

* University of Miami, Department of Modern Languages and Literatures, Coral Gables, FL 33146, USA.
Endereço postal: 5202 University Drive, Room 212, Coral Gables, FL 33146, USA.
Endereço eletrônico: gxd574@miami.edu

** Harvard University, Department of Romance Languages and Literatures, Cambridge, MA 02138, USA.
Endereço postal: Boylston Hall, 4th Floor, Cambridge, MA 02138, USA.
Endereço eletrônico: cristianesoares@fas.harvard.edu

*** University of Massachusetts Dartmouth, Department of Portuguese, N. Dartmouth, MA 02747, USA.
Endereço postal: 285 Old Westport Rd, N. Dartmouth, MA 02747, USA.
Endereço eletrônico: gsilva@umassd.edu

at the Brazilian Academy of Letters, Heloísa Teixeira brought to light the relevance of the debate about nonbinary language in Portuguese. In this article, we analyze comments posted on the video of her inauguration speech. We examine the recurrence of pathologizing and/or moralizing rhetoric in the comments as a way of delegitimizing nonbinary language and its users. From a decolonial perspective, we show that reactions against nonbinary language echo the coloniality of power and knowledge and reproduce a narrative of "degeneration" in the name of a fallacious linguistic purity.

**Keywords:** Neutral gender, neutral language, nonbinary language, decoloniality.

**Resumen**

**"Qué degenerados, una vergüenza": la reacción conservadora contra el lenguaje no binario en el discurso de toma de posesión de la académica Heloísa Teixeira**

El uso de la indicación del género no binario ha provocado reacciones conservadoras en diversos sectores de la sociedad brasileña. Al utilizar "outres" en su discurso de inauguración de la Academia Brasileña de Letras, Heloísa Teixeira demostró la relevancia del debate sobre el lenguaje no binario en portugués. En este artículo, analizamos los comentarios publicados en el video de su discurso. Planteamos que existen dos formas recurrentes para deslegitimar su uso: primero, como ataque desde una retórica moralizante; segundo, indicando que su uso es una patología. Desde un enfoque decolonial, mostramos que las reacciones contra el lenguaje no binario son reverberaciones de la colonialidad del poder y del saber que reproducen una narrativa de "degeneración" en nombre de una falaz lengua pura.

**Palabras clave:** Género neutro, lenguaje neutro, lenguaje no binario, decolonialidad.

## 1. Introdução

Há uma relação estreita entre linguagem e colonialidade que se observa desde os primeiros relatos de colonizadores portugueses no Brasil, como é o célebre caso de Pero de Magalhães Gândavo ao descrever a fonética do tupi: "não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente" (2008, 65). Entretanto, a presença de uma mentalidade excludente e autoritária atravessa os séculos e chega ao mundo contemporâneo com contundentes reverberações. Frantz Fanon, por exemplo, que se dedicou longamente à relação entre língua e submissão colonial, afirma que "existe na linguagem uma extraordinária potência" (2008, 34).

Neste artigo, mostramos como pretensos defensores da língua e dos bons costumes utilizam normas linguísticas para cercear identidades destoantes do que prescreve a hegemonia. Assim, analisamos criticamente a reação conservadora no *YouTube* ao discurso de posse da acadêmica Heloísa Teixeira na Academia Brasileira de Letras (ABL). Ao utilizar o vocábulo "outres" em sua fala, a renomada intelectual e ativista chama atenção ao item lexical, convidando-nos a repensarmos o binarismo da linguagem, inclusive nos círculos acadêmicos. Em resposta ao seu discurso, dezenas de comentários surgiram, criticando o uso de linguagem não

binária, também chamada linguagem neutra, no discurso da acadêmica. Esses comentários, além de ignorarem o conteúdo do discurso, tentam deslegitimar a trajetória intelectual de Teixeira por conta do "desvio" de uma norma que, em teoria, deve ser impositiva num contexto solene.

Tendo isso em mente, nossa análise almeja demonstrar que a reação conservadora ao uso de "outres" é, na verdade, uma perpetuação do legado colonial que se inscreveu no Brasil como mentalidade coletiva. Lilia Schwarcz (2019) argumenta que o autoritarismo brasileiro se infiltrou como discurso em nossas práticas sociais, cerceando as conquistas históricas de grupos marginalizados. É o caso da população LGBTQIA+, cujos avanços em direitos civis são constantemente limitados por reações conservadoras de vários tipos. No que se refere à linguagem não binária (doravante LNB), os setores conservadores da sociedade brasileira, muitas vezes alinhados às pautas da extrema-direita, fazem da pretensa "defesa" da língua uma justificativa para atacarem a diversidade.

Neste artigo, oferecemos uma base teórica do contexto geral em que se insere o problema e do referencial sobre o qual nos apoiamos. Antes de analisarmos os comentários no vídeo, passamos a uma breve discussão sobre pesquisas anteriores que são relevantes para a nossa análise. Em seguida, apresentamos um levantamento dos diferentes comentários feitos no *YouTube* da ABL, organizando-os por categorias. Por fim, tecemos algumas considerações sobre a reencenação de uma mentalidade colonial por meio desses ataques.

## 2. Língua e colonialidade

Com a chegada europeia às Américas no século XVI, o sistema cultural eurocristão do Ocidente passou a se articular como retórica dominante. Consequentemente, a conexão entre língua e colonialidade tem uma relação próxima com a expansão colonial. Por isso, argumentamos que a retórica contrária à LNB se alicerça nos mesmos pressupostos que deram forma à empreitada colonial da Idade Moderna. Assim, essa discussão tão contemporânea se inscreve num terreno amplo de reflexões pós-coloniais e decoloniais, uma vez que, na raiz da questão, está um *modus operandi* similar ao que tem ocorrido no Brasil há cinco séculos. Afinal, como ressaltam Gabriel Nascimento (2019) e, antes dele, Fanon (2008) e Lélia Gonzalez (1984), é preciso pensar o papel da linguagem em relação às questões simbólicas da colonialidade. O que está em jogo, portanto, é um imaginário "civilizatório" que se desdobra em ataques infundados à LNB.

Ao fazermos alusão à ideia de colonialidade como chave interpretativa do *corpus*, encontramos nosso alicerce na tradição do pensamento decolonial latino-americano. Partindo de Aníbal Quijano (1992), o marcador social da raça foi um dos elementos fundadores do processo colonial nas Américas, junto ao qual se desenvolveu um processo de colonialidade do saber. Assim, as epistemologias

afroindígenas foram empurradas para a categoria de saberes "primitivos" num contexto em que a língua se tornou um elemento crucial da expansão do imperialismo europeu. No caso do Brasil, o português lusitano tornou-se, gradativamente, norma única em um país com milhares de idiomas, um processo cujo resultado sentimos até hoje nos africanismos identificados como "erro de português" (Gonzalez 1984). Isso abre margem para pensarmos na própria ideia de norma padrão como justificativa para a exclusão de grupos sociais afastados das posições de poder.

Em se tratando da linguagem não binária no Brasil, a extrema-direita, sobretudo após a ascensão do bolsonarismo, tem cooptado tal debate a fim de promover um pânico moral (Borba 2019) e desviar a atenção de projetos de poder mais abrangentes e de consequências graves, tal como o envolvimento da milícia no governo federal, como tragicamente ilustrado pelo assassinato de Marielle Franco. Assim, para a população em geral, o desejo de defesa da norma linguística se infiltra no senso comum como reprodução de um projeto de poder dedicado a eleger "ameaças" à "pureza" linguística da nação. Ademais, em perspectiva transnacional, críticas ao uso da LNB se tornam recorrentes não apenas em português, como também em muitos outros idiomas e outros contextos, inclusive na Europa atual, visto que a mentalidade colonial ainda está enraizada nas antigas metrópoles. Quando reproduzido por pessoas que em geral desconhecem o funcionamento de uma língua, esse mesmo desejo faz com que a binariedade de gênero seja alçada ao posto de tesouro nacional a ser "protegido". Tudo isso se desdobra numa linguagem bélica de "ameaças" a serem exterminadas por quem, supostamente, zela pela moral.

Historicamente, os momentos de crise do capital tendem a abrir espaço para ideias extremas que conduzem grupos autoritários a elegerem, de maneira falaciosa, responsáveis pela situação em que se encontram. Com a ascensão do bolsonarismo no Brasil, as minorias sexuais passaram a ocupar esse lugar junto com demais setores perseguidos pela extrema-direita, como feministas, intelectuais de esquerda e praticantes de religiões de matriz africana. Nesse sentido, João Cezar de Castro Rocha (2021), ao analisar o que intitula como "Brasil pós-político", afirma que a retórica do ódio ganhou vulto no país a partir de 2019. Analisando a ascensão de figuras caras à extrema-direita, como Jair Bolsonaro e Olavo de Carvalho, Rocha argumenta que, para que possa existir, o bolsonarismo necessita de uma linguagem bélica ultranacionalista baseada em teorias da conspiração, como a hipotética "ideologia de gênero" e os supostos riscos da LNB.

Para Maldonado-Torres (2007), o princípio racional do Ocidente, ilustrado pela máxima cartesiana "Penso, logo existo", exclui da categoria de Ser a vasta maioria dos povos, crenças e saberes. Essa ideia está diretamente ligada à discussão da não binariedade, uma vez que a própria noção dicotômica de gênero masculino ou feminino é um princípio que não se aplica a muitos dos povos originários das Américas. Estevão Fernandes, por exemplo, no livro *Existe Índio Gay?* (2017), demonstra como as sexualidades foram colonizadas durante o período de invasão espanhola e portuguesa nas Américas. A compreensão de gênero dos pri-

meiros colonizadores europeus partia de uma premissa religiosa que não condizia com as múltiplas formas indígenas de estar no mundo. Fernandes reconta o caso de Tibira, um indígena assassinado por tropas francesas por performar gênero de uma forma "inadequada" e "pecaminosa" diante do padrão eurocristão.

Tibira não foi apenas assassinado, mas trucidado por um tiro de canhão. Seu corpo foi explodido em diversas partes e aniquilado, assim como muitos dos casos atuais de crimes de ódio contra mulheres trans. Em 2022, 65% dos assassinatos de transexuais e travestis no Brasil se deu com requinte de crueldade (Benevides 2023). Essa conexão do século XVI com o XXI aponta para o desejo de não apenas interromper a existência de quem destoe da norma, mas exterminá-la ao ponto de reduzir a cinzas quaisquer vestígios desse corpo outrificado. Trata-se de um fenômeno análogo ao que simbolicamente ocorre na reação conservadora contra a LNB porque quem se opõe a ela, na maioria dos casos, não se contenta em apenas não a utilizar, mas faz questão de combatê-la como um mal a ser extirpado. Assim sendo, a aversão que hoje aumenta contra a LNB tem uma raiz de, pelo menos, cinco séculos no Brasil e ecoa um projeto que se apropria da "moral" e dos "bons costumes" para delimitar o que é "correto" ou "natural". Como postulam Ursula Brevilheri, Fabio Lanza e May Sartorelli (2022, 4) a LNB proporciona uma "ruptura com estruturas da cisnormatividade, ou seja, um literal rompimento com o sistema moderno colonialmente construído".

No que diz respeito à maneira como o gênero é imposto a partir de categorias binárias, María Lugones (2014) explora o conceito de colonialidade do gênero ao argumentar a favor da necessidade de um feminismo decolonial na América Latina. Lugones postula que "a missão civilizatória usou a dicotomia hierárquica de gênero como avaliação, mesmo que o objetivo do juízo normativo não fosse alcançar a generização dicotomizada dos/as colonizados/as. Tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial" (2014, 938). Essa ideia é reforçada por Rodrigo Borba e Tommaso Milani (2019) que, ao discorrer sobre o olhar colonial, apontam que as metáforas usadas para indígenas mostravam essas pessoas como menos do que humanas. Assim, com o desdobramento da empreitada colonial ao longo dos séculos, a ideia original de corpos "impuros" pela ausência de fé se converteu no discurso eugenista dos "perversos" e "anormais", patologizando, como ensina Foucault (2015), sexualidades não normativas no contexto da sociedade burguesa. Em outras palavras, os corpos confinados à categoria de pecaminosos em 1500 foram pouco a pouco sendo associados à degeneração pseudocientífica própria do século XIX.

Desse modo, a relação entre fé e ciência como retóricas autoritárias do projeto colonial europeu encontra correspondente na lúcida síntese de Walter Mignolo (2017, 5): "no século XVIII, o 'sangue' como marcador de raça/racismo foi transferido para a pele, e a teologia foi deslocada pela filosofia secular e pelas ciências". É assim que se definem os dois momentos de violência colonial do Ocidente, ou seja, a expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI impôs-se pela religião,

sendo seguida pelo imperialismo neocolonial dos séculos XIX e XX, cuja base foi a missão "civilizatória" do homem branco. Nossa hipótese, portanto, é que o que hoje se observa é uma reencenação colonial desses mesmos princípios, uma vez que o ataque à ocorrência de "outres" no discurso de Heloísa Teixeira faz uso recorrente de um léxico patologizante próprio da retórica ocidental da "degeneração" e da "vergonha".

Logo, ao nos referirmos à "degeneração", almejamos demonstrar que as premissas higienistas da "civilização" se transformaram em linguagem social no Brasil. Assim como a catequese do século XVI ou a violência eugenista do século XIX, os comentários feitos contra o discurso de Heloísa Teixeira no *YouTube* revelam como pouco mudou em relação à mentalidade colonial do Brasil. O fato de que os ataques ao discurso da acadêmica se dão em resposta ao uso de apenas um termo não binário ao longo de todo o discurso é particularmente representativo do estado em que essa discussão se encontra, uma vez que um vocábulo foi suficiente para ofuscar todo o resto de sua fala na vasta maioria dos comentários ao vídeo da ABL. Os estudos discutidos na próxima seção abordam reações à inclusividade, focando principalmente o ambiente virtual.

## 3. Reações à inclusividade

Os povos colonizados, como nos lembra Nascimento (2019, cap. 4), "conhecem – e bem – o jogo da identidade e diferença". Os ataques à LNB sublinham a "hierarquia das sexualidades" (Oliveira, Sarmento e Mendonça 2014, 59), em que a heterossexualidade e o binarismo são considerados a norma e o que difere disso é desviante. Cristiane Soares e Gláucia Silva (2024) observam que em várias línguas românicas – nomeadamente, francês, italiano, português e espanhol – práticas que promovem inclusividade são recebidas frequentemente com resistência e hostilidade. Atilio Butturi Junior, Nathalia Camozatto e Bianca da Silva (2022, 324) observam que "a problematização da linguagem neutra no Brasil [...] parte de estratégias de normalização que cindem as modalidades de vida entre aquelas mais saudáveis e morais, por um lado, e as demais, lançadas à precarização e ao questionamento de sua validade".

O fato é, no entanto, que até mesmo formas binárias podem ser questionadas, como aconteceu com a escolha de Dilma Rousseff, que exerceu a presidência do Brasil entre 2011 e 2016, de ser chamada "presidenta" em vez de "presidente". Leilane Stauffer (2019, 21) argumenta que a flexão da palavra no feminino teria sido "a marcação política de Dilma Rousseff em negar a política cristalizada no Brasil" e, através da análise de seis matérias disponibilizadas em veículos de imprensa diferentes entre 2011 e 2016, mostra que houve uma tentativa de se deslegitimar e silenciar a expressão "presidenta", que salientava o fato de que uma mulher e não um homem ocupava o cargo político mais elevado do país.

A deslegitimação da não binariedade vai, como mencionado, muito além da linguagem. Voltando a atenção ao ambiente virtual, Manoela Gonçalves e Bianca Guizzo (2021) analisaram comentários em dois canais do *YouTube* de pessoas não binárias e destacaram a falta de compromisso com os direitos de pessoas que escapam de normas estabelecidas pelos padrões coloniais. A análise de Gonçalves e Guizzo (2021) revela alguns padrões nos comentários negativos nos dois canais. Um deles é a equiparação entre gênero e sexo biológico, apontada anteriormente por Judith Butler (2004), e a consequente patologização da não binariedade: se o gênero é determinado biologicamente, as pessoas não binárias são doentes. Gonçalves e Guizzo identificam ainda a caracterização da não binariedade como ficção científica, o que aproxima as pessoas não binárias da monstruosidade. O imaginário de "monstros", a propósito, está na raiz da dominação colonial, que busca desumanizar sujeitos em regiões a serem invadidas. No prefácio ao clássico *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon, Sartre (1968, 17) afirma que "o europeu só pode fazer-se homem fabricando escravos e monstros", ou seja, paralelamente à escravização de povos não-brancos, a retórica da monstruosidade fundamenta a linguagem colonial do Ocidente. Como ressaltam Butturi Junior, Camozzato e Silva (2022, 343), uma das táticas do bolsonarismo (e, por extensão, da extrema-direita em geral, tanto no Brasil como no mundo) é insistir que a infância deve ser protegida da "monstruosidade moral representada pelas comunidades gênero dissidentes e feministas". E continuam:

> É justamente no interior destes dispositivos que aparecerá a discussão sobre a linguagem neutra e as estratégias de sua desqualificação, sustentada quando a decadência dos costumes é relacionada aos homossexuais e às feministas, quando o neoconservadorismo elege a família como vértice com as estratégias neoliberais, quando emerge, no Brasil, uma série de práticas e discursos que têm como mote a racialização das pessoas gênero-dissidentes, nos limites da morte. (326)

A moralidade e a necessidade de proteção de crianças está presente no debate sobre o uso da LNB, tal como discutimos em texto anterior (Chagas, Soares e Silva 2024). A "moralidade do idioma" é destacada também por Mara Glozman (2022), que ressalta que parte da população vê a LNB como deturpação de normas representativas de marcas sociais. Para Glozman, portanto, é preciso desfazer a visão normativa e moral da variação linguística.

O olhar moral sobre questões de gênero é reproduzido até mesmo por crianças, como demonstra Gabrielle Pedra (2019), que analisou questões relacionadas a gênero em quatro vídeos produzidos por crianças. Dois dos vídeos discutem a chamada "ideologia de gênero" e reproduzem o discurso predominantemente religioso que entende o gênero como algo "natural" e diz que não se nasce homem ou mulher, mas "Deus os fez e as fez", e "Deus nunca erra" (Pedra 2019, 155). Volta-se, portanto, à equiparação entre gênero e sexo biológico. Como ressalta

Pedra, esses vídeos revelam falta de empatia por parte das crianças que os realizaram. Por outro lado, os outros dois vídeos discutidos por Pedra desconstroem a ideia de brinquedos para menino e para menina, e revelam o entendimento infantil sobre questões de gêneros como construções.

Katie Slemp, Martha Black e Giulia Cortiana (2020) analisam a incorporação da LNB em espanhol nas plataformas *Twitter* e *YouTube* e os comentários sobre o tema, comparando-os às posições oficiais da Real Academia Española (RAE) e da Academia Argentina de Letras (AAL). Os comentários foram classificados como positivos, negativos e neutros. Observou-se uma reação geralmente positiva na plataforma *YouTube* (76% dos comentários), o que contrasta com a posição prescritivista da RAE e da AAL. A plataforma *Twitter*, por outro lado, apresentava 45% de reações negativas (e 39% positivas). Verificou-se, além da falta de compreensão sobre mudança linguística e sobre sistemas linguísticos em geral, a discriminação persistente contra a comunidade LGBTQIA+.

Enquanto a RAE considera que o masculino genérico é a única forma correta de fazer referência a grupos mistos (RAE s.d.), a Academia Brasileira de Letras não se posicionou sobre o tema da LNB/linguagem neutra. As reações ao discurso de Heloísa Teixeira cobram tal posicionamento, como vemos a seguir.

## 4. A linguagem da "vergonha", da "destruição" e da "safadeza": análise dos comentários

O vídeo da posse de Heloísa Teixeira na cadeira 30 da Academia Brasileira de Letras (ABL), publicado no canal do *YouTube* da ABL no dia 28 de julho de 2023, gerou 80 comentários até o dia 1/11/2023. Todos eles foram postados à época da publicação do vídeo e manifestavam, na sua maioria, críticas ao uso da palavra "outres", usada por Teixeira ao final de sua fala. Em seu discurso, a intelectual destaca, dentre outros pontos, sua filiação aos Estudos Feministas e de Gênero e sua postura enquanto acadêmica que sempre vinculou a pesquisa ao ativismo político. Particularmente relevante para nossa análise são as reflexões da acadêmica sobre o conceito e o papel da língua como instituição social e que tem, desse modo, uma responsabilidade social e democrática: "A língua é, principalmente, a raiz onde se atuam as discriminações, o controle de minorias, etnias e territórios. Dessa forma, os usos da língua podem ser o espaço de pertença, de exclusão, de separação e até da eliminação do outro" (ABL 2023, 34:31). Teixeira termina seu discurso dizendo que "sentados junto comigo nessa cadeira de número 30 estarão os sonhos e as propostas de muitos outros, outras e outres dessa cidade, infelizmente, ainda partida" (ABL 2023, 35:00). Ao mencionar o pronome "outres", portanto, Teixeira revela uma escolha explícita e consciente de usar a língua e a cadeira 30 da Academia como espaços de inclusão. Essa postura, já anunciada em seu discurso e que tem lhe servido de base em toda sua trajetória profissional, não

deveria causar espanto ou estranhamento: ao usar "outres", Teixeira renova o compromisso assumido há décadas com a multidão de pessoas marginalizadas que sempre foram foco de seus estudos e de sua dedicação profissional. "O que me move e o terreno onde trabalho e sonho são as culturas emergentes, mulheres, negros, periferias, direitos humanos e o poder excludente das instituições", declara ela em seu discurso (ABL 2023, 32:54).

O "outres" usado por Teixeira está, sem dúvidas, carregado de posicionamentos claramente assumidos e abertamente declarados e que poderiam gerar profundos debates e profícuas discussões. Os comentários que acompanham o vídeo, no entanto, são na maioria breves, repetitivos, vazios de qualquer argumentação teórica e surpreendem, esses sim, por não trazerem à discussão outras passagens do discurso de Teixeira com traços políticos e ideológicos mais marcados. Esse excesso de atenção a apenas uma palavra em um discurso com mais de trinta minutos indica como a reação contrária à LNB se baseia, de fato, num imaginário "civilizatório", dado que todo o conteúdo de sua fala foi ofuscado por uma suposta "ameaça" à pureza linguística.

Para fins de análise, os comentários postados foram, num primeiro momento, categorizados como positivos (que emitem cumprimentos e opiniões elogiosas sobre Heloísa Teixeira e seu discurso), neutros (que não emitem juízo de valor nem contêm marcas linguísticas – como exclamações, letras em caixa alta ou ironia – que pudessem evidenciar um posicionamento contrário ou a favor) ou negativos (que claramente evidenciam críticas, acusações ou comentários depreciativos através do emprego de linguagem e marcas linguísticas). Nesta análise nos detemos apenas nos comentários neutros e negativos.

Quando analisados cronologicamente, começando pelos comentários mais antigos, percebe-se que, a partir da postagem nove, apenas comentários neutros ou negativos associados ao uso da palavra "outres" são registrados. A única exceção seria uma breve nota ("Nelida Pinon [*sic*] ainda vive") na postagem de número 63, potencialmente positiva. Mesmo esta, no entanto, poderia ser uma crítica negativa, uma vez que pode sugerir que Teixeira não é digna de ocupar a cadeira que anteriormente pertencia a Nélida Piñon.

Dentre os nove comentários classificados como neutros, sete limitam-se a repetir a mesma pergunta ou pedido, sem tecer outros comentários a respeito da questão: "Qual a posição oficial da ABL sobre a linguagem neutra?" (cinco); "Gostaria de solicitar um posicionamento da ABL [...]. Poderiam emitir uma nota oficial?"; "Também me interesso em saber o posicionamento da ABL em relação à linguagem neutra. Então?". Outros dois limitam-se a questionar "Outres?". Embora o simples pedido de posicionamento denote estranhamento ou a denúncia de que houve um desvio da norma, como fica claro no uso de aspas ("outres"), a falta de palavras que denunciem algum juízo de valor ou ironia fez-nos considerar que não havia subsídios suficientes para classificar esses comentários como negativos. É

possível que algumas pessoas estivessem realmente interessadas em saber o posicionamento da ABL e estivessem fazendo pedidos genuínos de esclarecimento.

Os comentários depreciativos, que caracterizam a maioria das ocorrências (N=62), foram classificados em quatro subgrupos, sendo importante notar que a maioria das postagens pode ser enquadrada em mais de um subgrupo: 1. comentários que exigem posicionamento ou nota oficial da ABL sobre o uso da linguagem neutra (N=51); 2. postagens que justificam esse pedido por reconhecerem a Academia como defensora da língua portuguesa (N=15); 3. comentários que classificam o uso de "outres" (ou de LNB em geral) como desvio linguístico e/ou moral (N=36); 4. ataques pessoais a Heloísa Teixeira (N=6). Comentários com conteúdos diversos que não totalizaram cinco ou mais registros não foram colocados em grupos específicos.

Dos 80 comentários postados, a maioria (N=51) questiona sobre o posicionamento ou exige uma nota oficial da ABL sobre o uso da linguagem neutra, também referida nos comentários como "pronome neutro", "dialeto não binário", "ideologia de linguagem neutra", "linguagem ideológica" ou "pronome supostamente neutro". Os exemplos (1) a (3) ilustram esse tipo de comentário.

(1) OUTRES existe na língua portuguesa? Qual a opinião da ABL sobre a linguagem neutra? Queremos um posicionamento definitivo dessa instituição sobre isso.
(2) A postura da Heloísa sobre 'linguagem neutra' corresponde a [*sic*] mesma da ABL sobre o tema? Quando sai a nota oficial da ABL?
(3) A casa de machado [*sic*], que tinha como amor a lingua [sic], precisa se esclarecer [*sic*].

Embora a maioria dos comentários desse grupo permita inferir que o posicionamento exigido e esperado seja de repúdio ao uso de "outres", apenas os exemplos (4) a (7) o declaram diretamente.

(4) Faz-se urgente uma nota de repúdio da ABL contra a 'linguagem neutra'.
(5) É de suma importância que a ABL se manifeste contrário [*sic*] ao pronome supostamente neutro.
(6) Outres, que vergonha!
(7) Outres, ABL? Vergonha! Vergonha! Vergonha!

Uma última postagem chama atenção ao condenar a Academia por "coroar a D. Heloísa usando TODES", palavra nunca utilizada por Teixeira em seu discurso. Comentários repetidos, breves e o equívoco do último ("TODES") fazem-nos pensar que algumas pessoas não viram o vídeo, pelo menos não na íntegra, engajando na discussão simplesmente por se oporem ao uso da LNB e aproveitando a ocasião para registrar seu descontentamento, abjeção ou "vergonha". A tendência de nomear como vexatórias as identidades destoantes da norma imposta é, mais

uma vez, um recurso discursivo de natureza colonial. No livro *Devassos no Paraíso* (2018), João Silvério Trevisan oferece um panorama sobre a homossexualidade brasileira desde os tempos coloniais e argumenta que o discurso dominante da "moral" marginaliza populações LGBTQIA+ desde a chegada portuguesa. Assim, o tratamento da LNB como uma ameaça aos "bons costumes" e uma monstruosidade moral (Butturi Junior, Camozzato e Silva 2022) ressoa com o discurso cristão de salvação do pecado, bem como com a missão "civilizatória" justificada por tais discursos entre os séculos XVI e XX.

As 15 postagens que compõem o segundo subgrupo se caracterizam por atribuir à Academia o papel de defensora, de "guardiã da língua", criticando a ABL ("não respeita sua missão"; "está debochando da história da casa? Da história dos fundadores?") ao permitir o uso do pronome neutro. A ABL é acusada também de não ter amor ou respeito pela língua portuguesa, e alguns comentários pedem que "não destruam a casa de Machado", afirmando que a "casa de Machado merece respeito". A omissão por parte da ABL é classificada ainda como "falta [de] seriedade", "ofensa à sua história" (da ABL), uma prática que estaria ligada a algum tipo de militância ("Machado não fundou uma casa de militância") ou prostituição ("Ou a ABL defende a língua portuguesa, ou ela se prostitui por respeito humano"), o que "envergonha sua história". Além da recorrência de princípios "civilizatórios", como "respeito" e "vergonha", fica muito evidente nesse grupo de comentários que a ABL é vista como órgão que deve defender a língua a qualquer custo, e por "defender a língua" entende-se não permitir que nenhuma transgressão da norma ocorra. Fica evidente também a ideia de língua como um sistema rígido e estanque, um conjunto de regras que se limita ao seu funcionamento interno, a regras intrínsecas que estão totalmente desvinculadas de quaisquer fatores externos, incluindo as necessidades de quem a usa. Mais uma vez, seria interessante ver ao lado dessas postagens qualquer argumento que fizesse menção às colocações feitas por Teixeira, que classifica a língua como um construto social em seu discurso. Afinal, conforme a hipótese de Foucault (1996, 10), "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar". Ao utilizar LNB em seu discurso, Teixeira evidencia, mesmo que involuntariamente, a importância da LNB como uma questão em disputa do nosso tempo.

Também é curioso observar a escolha de palavras que permitem estabelecer uma relação entre desvio linguístico e algum tipo de desvio moral. Nos 36 comentários do subgrupo 3, o uso de "outres" é rotulado como "desrespeito" e "desprezo" pela língua, "falta de zelo com o idioma", "linguagem ideológica", "escárnio com a língua", "desvio" ou tentativa de "destruição" e "desmantelamento" da língua portuguesa ("as letras não valem mais nada"). Nesse grupo ainda, a palavra "vergonha" é a que aparece com mais frequência. Utilizada 13 vezes (em 10 comentários), a palavra "vergonha" (ou vocábulos dela derivados, como "envergonhando") é acompanhada de outras que são igualmente usadas na tentativa de

imprimir ao uso da LNB um caráter de desvio tanto linguístico quanto moral ("inadmissível", "equívoco", "deboche", "vilipêndio", "patético", "malfadado"), dando a essa linguagem, e por extensão às pessoas que a utilizam ou são por ela representadas, uma índole igualmente libertina ou patológica ("safadeza", "tenebroso", "aberração", "bizarrice", "degenerados" "hediondo", "maligno"). Borba e Milani (2019) propõem a noção de intertextos coloniais para nomear conexões linguístico-visuais entre o arquivo colonial e a representação de corpos outrificados. Tal conceito nos ajuda a entender como, nos comentários sob análise, tenta-se deslegitimar a LNB tratando-a como uma "devassidão" à "moralidade" e à "salvação", de modo a reencenar discursos europeus sobre povos africanos e ameríndios. Vale lembrar que, desde o século XIX, quando o discurso médico desenvolve a noção moderna de homossexualidade, o questionamento da índole tem sido uma ferramenta poderosa para perseguir os "pequenos perversos" (Foucault 2015, 48). Repete-se nesses comentários a patologização da não binariedade e a discriminação contra a comunidade LGBTQIA+ verificadas em estudos anteriores (Slemp, Black e Cortiana 2020; Gonçalves e Guizzo 2021; Brevilheri, Lanza e Sartorelli 2022). O "perigo", que parece ser reforçado na utilização de algumas palavras e expressões, fica também evidente nos comentários de cunho nacionalista ou religioso, como os exemplificados nos itens (6) a (9).

(6) Respeitem a nação brasileira!
(7) A nossa nova imortal, Heloísa Teixeira, cometeu um pecado mortal contra a língua portuguesa ao utilizar-se da linguagem neutra no seu pronunciamento.
(8) Vocês continuarão a permitir que a língua portuguesa, o nosso maior patrimônio cultural, aquilo que é a base da nossa definição como brasileiros, continue a ser vilipendiado desse jeito?
(9) A academia, portanto, se põem no [*sic*] lado hediondo do novo movimento identitário com todos seus elementos facistas [*sic*] e ideologicamente segregadores bem no seio da nossa cultura. A [*sic*] academia parece interessar estar do lado maligno da história e de cuidar de destruir nosso patrimônio que é a língua portuguesa e sua cultura. [...] Que Deus abençoe a Academia de Machado de Assis e proteja-a da tradição de destruição patrimonial brasileira.

A retórica do ódio a que já fizemos referência (Rocha 2021) aparece com maior concretude nesse grupo de comentários, visto que o léxico ufanista, associado à abordagem normativa sobre a língua, faz da LNB uma "ameaça". É o que vemos nas menções à "pátria", ao "patrimônio" e ao "povo", noções em geral recorrentes no imaginário da extrema-direita.

Por fim, os seis comentários que compõem o subgrupo de ataques pessoais a Heloísa Teixeira se caracterizam por criticar seu suposto desconhecimento ou desrespeito das regras da língua portuguesa ("Uma imortal que não sabe a própria língua!"; "A nova ocupante da ABL não respeita a própria língua materna"; "Para

todos que não conheciam sua obra ou antepassado, infelizmente, a conhecerão pelo desprezo da língua em momento solene") e por ridicularizarem ou ofenderem Teixeira ("Acredito que ela estava um pouco 'alta'"; "Essa senhora está senil e incapaz!"; "Isso [Teixeira] vai envelhecer podre").

O uso de "outres", portanto, põe abaixo a trajetória de lutas, aprendizados e conquistas de Teixeira. Não importa quem ela seja ou que título tenha: o emprego da LNB a insere instantaneamente no grupo de pessoas delinquentes e degeneradas que, no discurso de ódio e no plano de extermínio do outro, merecem ser desmoralizadas e ridicularizadas. O etarismo praticado contra Teixeira, assim como os comentários que questionam sua capacidade mental ou intelectual, são exemplos da violência que quem "defende a ordem e a moral" se dispõe a praticar em nome de uma pureza linguística e do "saneamento" dos corpos e da sociedade brasileira.

## 5. Comentários finais

Em qualquer contexto de investida colonial de um discurso dominante, o uso de estratégias que subvertam o padrão exige coragem. A ousadia maior de Teixeira, no entanto, não está em simplesmente usar um pronome neutro, o que por si só já seria alvo de críticas por vários setores da sociedade brasileira. Seu maior "crime" está em fazê-lo na Academia Brasileira de Letras e como uma imortal dessa instituição que, como já mencionamos anteriormente, é vista como tendo "um dos deveres [...] o de defesa da língua portuguesa". Em tais postagens, observa-se, portanto, o intuito de denunciar essas duas "inimigas" – da nação, da língua portuguesa e dos bons costumes – presentes nesta cerimônia de posse: Heloísa Teixeira e a linguagem não binária. Fica declarado, assim, o confronto contra um mal que deve ser denunciado, combatido, e, preferencialmente, eliminado. A mensagem clara que essas postagens veiculam é que o uso de uma linguagem "degenerada", de pessoas "incultas" e "transgressoras", não cabe na Academia ou na sociedade brasileira como um todo. Discursos como esses devem ser repudiados, e pessoas e instituições que os utilizam ou defendem devem ser desacreditadas. Essa é a consequência contemporânea de uma lógica colonial oriunda da Idade Moderna que, com o passar dos séculos, é reinventada pelos grupos no poder a fim de manter rígida as hierarquias sociais. Por esse motivo, pesquisas que nos ajudem a compreender esse tipo de investida autoritária contra a LNB são cada vez mais necessárias.

## Contributos do autor e das autoras

**GC:** Conceptualização; análise formal; investigação; metodologia; redação do rascunho original; revisão e edição.

**CS:** Conceptualização; análise formal; investigação; metodologia; redação do rascunho original; revisão e edição.

**GVS:** Conceptualização; análise formal; investigação; metodologia; redação do rascunho original; revisão e edição.

## Conflito de interesses

O autor e as autoras declaram não haver nenhum conflito de interesses.

## Referências bibliográficas

ABL (Academia Brasileira de Letras). 2023. "Cerimônia de Posse da Acadêmica Heloísa Teixeira." *YouTube*, vídeo (1:12:33), 31 de julho. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=pOnZn5TnHII

Benevides, Bruna G. 2023. *Dossiê. Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Brasília: ANTRA. Disponível em https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf

Borba, Rodrigo. 2019. "Gendered Politics of Enmity: Language Ideologies and Social Polarisation in Brazil." *Gender and Language* 13(4): 423-448. DOI: https://doi.org/10.1558/genl.38416

Borba, Rodrigo, e Tommaso M. Milani. 2019. "Colonial Intertexts: Discourse, Bodies and Stranger Fetishism in the Brazilian Media." *Discourse, Context & Media* 30: 100290. DOI: https://doi.org/10.1016/j.dcm.2019.01.003

Brevilheri, Ursula B. L., Fabio Lanza, e May R. Sartorelli. 2022. "Neolinguagem e 'linguagem neutra': potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras." *Research, Society and Development* 11(11): e52311133741. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i11.33741

Butler, Judith. 2004. *Undoing Gender*. Abington, OX: Routledge.

Butturi Junior, Atilio, Nathalia M. Camozatto, e Bianca F. da Silva. 2022. "Uma monstruosidade linguístico-moral: os discursos sobre a linguagem neutra nos projetos de lei do Brasil." *Calidoscópio* 20(1): 322-350.

Chagas, Gabriel, Cristiane Soares, e Gláucia V. Silva. 2024. "For the Children: Brazilian Portuguese and the Rainbow Scare." In *Inclusiveness Beyond the (Non)Binary in Romance Languages: Research and Classroom Implementation*, organizado por Gláucia V. Silva e Cristiane Soares, 33-49. Abington/New York: Routledge.

Fanon, Frantz. 2008. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.

Fernandes, Estevão. 2017. *"Existe índio gay?" A colonização das sexualidades indígenas no Brasil*. Curitiba: Editora Prismas.

Foucault, Michel. 1996. *A ordem do discurso.* Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola.

Foucault, Michel. 2015. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber.* Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra.

Gândavo, Pero de Magalhães. 2008. *Tratado da Terra do Brasil: História da Província de Santa Cruz, a que Vulgarmente Chamamos Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal.

Glozman, Mara. 2022. "Contribuições para intervir na esfera pública." In *Linguagem 'neutra': língua e gênero em debate*, organizado por Fábio Ramos Barbosa Filho e Gabriel de Ávila Othero, 161-176. São Paulo: Parábola.

Gonçalves, Manoela C., e Bianca S. Guizzo. 2021. "'O que as pessoas acham de não-binários?' Disputas representacionais e comentários de ódio no YouTube." *Revista Diversidade e Educação* 9(2): 40-65. DOI: https://doi.org/10.14295/de.v9i2.13539

Gonzalez, Lélia. 1984. "Racismo e sexismo na cultura brasileira." *Revista Ciências Sociais Hoje* 3: 223-244.

Lugones, María. 2014. "Rumo a um feminismo descolonial." *Revista Estudos Feministas* 22(3): 935-952. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013

Maldonado-Torres, Nelson. 2007. "On the Coloniality of Being: Contributions to the Development of a Concept." *Cultural Studies* 21(2/3): 240-270. DOI: https://doi.org/10.1080/09502380601162548

Mignolo, Walter. 2008. "Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política." *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade* 34: 287-324.

Nascimento, Gabriel. 2019. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento.

Oliveira, Wesley M., Rayza Sarmento, e Ricardo F. Mendonça. 2014. "Deliberação no YouTube? Debates em torno da questão LGBT." *Revista Compolítica* 4(1): 53-80. DOI: https://doi.org/10.21878/compolitica.2014.4.1

Pedra, Gabrielle Farias. "Infâncias no YouTube: analisando discussões sobre gênero em vídeos de crianças." *Revista Diversidade e Educação* 6(2): 152-161. DOI: https://doi.org/10.14295/de.v6i2.8722

Quijano, Aníbal. 1992. "Colonialidad y Modernidad/Racionalidad." *Perú Indígena* 13(29): 11-20.

RAE (Real Academia Española). s.d. "'Los ciudadanos y las ciudadanas', 'los niños y las niñas'." Disponível em https://www.rae.es/espanol-al-dia/los-ciudadanos-y-las-ciudadanas-los-ninos-y-las-ninas [Consultado em 4 de dezembro de 2023].

Rocha, João Cezar de Castro. 2021. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos.

Sartre, Jean-Paul. 1968. Prefácio a *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon, 3-22. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Schwarcz, Lilia. 2019. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Slemp, Katie, Martha Black, e Giulia Cortiana. 2020. "Reactions to Gender-Inclusive Language in Spanish on Twitter and YouTube." In *Actes du Congrès Annuel de l'Association Canadienne de Linguistique 2020 / Proceedings of the 2020 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association*, organizado por Angelica Hernández e M. Emma Butterworth, artigo 39. Disponível em https://cla-acl.ca/actes/actes-2020-proceedings.html

Soares, Cristiane, e Gláucia V. Silva. 2024. "Introduction." In *Inclusiveness Beyond the (Non) Binary in Romance Languages: Research and Classroom Implementation*, organizado por Cristiane Soares e Gláucia V. Silva, 1-6. Abington/New York: Routledge.

Stauffer, Leilane T. 2019. "Presidenta com a: notas sobre marcações históricas e políticas da língua." *Scripta* 23(47): 11-24. DOI: https://doi.org/10.5752/P.2358-3428.2019v23n47p11-24

Trevisan, João Silvério. 2018. *Devassos no Paraíso*. Rio de Janeiro: Objetiva.

**Gabriel Chagas**. Mestre e doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cursa o seu segundo PhD na University of Miami, EUA, onde ensina língua portuguesa. Pesquisa principalmente Literatura Comparada, Estudos Negros Transnacionais e Interseccionalidade. Em 2020, recebeu o Prêmio Antônio Candido de melhor dissertação de mestrado do Brasil. Seus artigos e ensaios discutem a cultura brasileira e estadunidense numa perspectiva multidisciplinar focada em decolonialidade.

**Cristiane Soares**. *Senior Preceptor* e Coordenadora de Língua Portuguesa na Harvard University, EUA. Tem PhD em Estudos e Teoria Luso-Afro-Brasileiros (University of Massachusetts Dartmouth) e mestrado em Linguística Aplicada (University of Massachusetts Boston). Leciona português como língua estrangeira e língua de herança nos EUA há mais de 15 anos. A sua pesquisa centra-se em pedagogia da língua portuguesa, português como língua estrangeira, e linguagem inclusiva e não binária em português.

**Gláucia V. Silva.** Leciona nos Departamentos de Português e de Educação da University of Massachusetts Dartmouth, EUA. É autora de *Word Order in Brazilian Portuguese* (Mouton de Gruyter, 2001) e coautora de quatro manuais de língua portuguesa, além de vários artigos e capítulos de livros. A sua pesquisa atual lida com diversos tópicos relativos ao ensino e aprendizado de língua portuguesa, como compreensão e produção de estruturas linguísticas, necessidades de instrutores/as e linguagem inclusiva.

*Artigo recebido em 14 de janeiro e aceite para publicação em 29 de abril de 2024.*

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:
Chagas, Gabriel, Cristiane Soares, e Gláucia V. Silva. 2024. "'Que degenerados, uma vergonha': a reação conservadora contra a linguagem não binária no discurso de posse da acadêmica Heloísa Teixeira." *ex æquo* 49: 87-102. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.07

[Segundo a norma APA adaptada]:
Chagas, Gabriel, Soares, Cristiane, e Silva, Gláucia V. (2024). 'Que degenerados, uma vergonha': a reação conservadora contra a linguagem não binária no discurso de posse da acadêmica Heloísa Teixeira. *ex æquo*, 49, 87-102. DOI: https://doi,org/10.22355/exaequo.2024.49.07

Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

# IMPLICIT SEXIST BIAS IN LANGUAGE AND ITS IMPACT ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE

*Andrea Ariño-Bizarro**

*Iraide Ibarretxe-Antuñano***

**Abstract**

In this article we discuss the possible sexist biases that arise in the use of gender-marked and unmarked linguistic structures in Spanish and their impact on the treatment of language in artificial intelligence. The first part analyses sexist biases that arise in explicit gender-marked linguistic structures and those triggered by pragmatic inferencing in unmarked structures. The second part explores the consequences that these biases may bring into the world of AI, especially in relation to tasks such as programming virtual assistants, machine translation, and sentiment analysis.

**Keywords:** Sexist communication, gender-unmarked structures, intentionality, artificial intelligence, Spanish.

**Resumo**

**Preconceito sexista implícito na linguagem e o seu impacto na inteligência artificial**

Neste artigo são discutidos os possíveis preconceitos sexistas que surgem no uso de estruturas linguísticas marcadas e não marcadas pelo género em espanhol e o seu impacto no tratamento da linguagem na inteligência artificial. Na primeira parte, são analisados os preconceitos sexistas que surgem em estruturas linguísticas explícitas marcadas pelo género e os que são desencadeados por inferências pragmáticas em estruturas não marcadas. Na segunda parte são exploradas as consequências que estes preconceitos podem trazer para o mundo da IA, especialmente em relação a tarefas como a programação de assistentes virtuais, a tradução automática e a análise de sentimentos.

**Palavras-chave:** Comunicação sexista, estruturas neutras em termos de género, intencionalidade, inteligência artificial, espanhol.

---

* Departamento de Lingüística y Literaturas Hispánicas, Universidad de Zaragoza, 22003 Huesca, Spain.
Postal address: Valentín Carderera, 4, 22003 Huesca, Spain.
Electronic address: aribiz@unizar.es

** Departamento de Lingüística y Literaturas Hispánicas, Universidad de Zaragoza, 50009 Zaragoza, Spain.
Postal address: Pedro Cerbuna, 12, 50009 Zaragoza, Spain.
Electronic address: iraide@unizar.es

**Resumen**

**Los sesgos sexistas implícitos en el lenguaje y su impacto en la inteligencia artificial**

En este artículo son analizados los posibles sesgos sexistas que surgen en el uso de estructuras lingüísticas con o sin marca de género en español y su impacto en el tratamiento del lenguaje en la inteligencia artificial. En la primera parte se analizan los sesgos sexistas que surgen en estructuras lingüísticas marcadas explícitamente por el género y los provocados por inferencias pragmáticas en estructuras no marcadas. La segunda parte explora las consecuencias que estos sesgos pueden traer al mundo de la IA, especialmente en relación con tareas como la programación de asistentes virtuales, la traducción automática y el análisis de sentimientos.

**Palabras clave:** Comunicación sexista, estructuras sin marca de género, intencionalidad, inteligencia artificial, español.

## 1. Introduction: Is language sexist?

Language is the ability that human beings possess to acquire and use the more than 6500 languages that exist in the world. Thanks to this ability, speakers are not only able to communicate with each other, but also to represent the world around them. This is why our way of thinking and our way of exchanging information are inseparable.

Current literature in neuropsycholinguistics has shown that language may influence various domains of cognition such as memory, attention, and categorisation (for a review see Ibarretxe-Antuñano & Valenzuela 2021). This implies that our way of describing, naming and addressing others also reflects how we see and understand the world. The interplay between language and cognition underscores the importance of conscientiously observing how we articulate the world around us in our communication. This practice is crucial not just for understanding how others perceive reality and from which standpoint, but also for reshaping our own thought processes. It allows us to actively address and dispel preconceptions, stereotypes, or biases that may be ingrained in our thinking, even when we are unaware of them at times.

Language, however, is not an independent mirror of the world: it also constructs and shapes it; language reflects what society is at any given moment. It is is a social construct and, as such, is subject to historical, social and cultural changes (Barker & Galasinski 2001).

These changes in language are everywhere. A few decades ago, terms such as *cyberbullying* and *nomophobia* would have been unimaginable in the absence of the so-called Internet revolution. Even today, they may remain unclear for people or societies far removed from the digital world and social networks. Language contributes to classifying and interpreting experience, to constructing and representing identities, and to organising social relations (Butler 2004). In fact, the use or the absence of certain words contributes to the (in)visibilisation and to the recognition and identification of individuals.

Not in vain, in recent decades, society has claimed the need for language to accompany many of the social changes that have taken place. The evolving presence of women in public life and their changing roles has significantly influenced language, prompting speakers to reconsider their linguistic habits. This shift aims to align their speech with the desired egalitarian reality – e.g., the redefinition of *alcaldesa* (mayor.fem) from being just 'the mayor's wife' to 'the mayor herself', or the incorporation of feminine forms in professions such as *jueza* (judge.fem), *doctora* (doctor.fem), or *ingeniera* (engineer.fem). It is in this context that the concept of "sexist language" emerges, that is, when one gender mark is preferred over the other and, as a result, the presence and contributions of one of the sexes in a particular issue or field is downplayed (Sánchez-Apellániz 2009).

However, the question that immediately arises is this: Is language truly sexist then? Indeed, language is not inherently sexist since all individuals possess the same cognitive tools. Therefore, languages that serve as communication systems cannot be inherently sexist either. What can truly assume a sexist character is the way in which their speakers employ those languages: only speakers and their conscious, and sometimes unconscious, use of their languages is sexist. Hence, it is more convenient to speak of "sexist communication" and its nemesis solution as "inclusive communication", i.e., a communication that seeks to use language to celebrate human diversity and make people's rights visible (Alario *et al*. 2000; Suardiaz 2002; *i.a.*).

However, sexist communication does not only arise when certain formal elements of a particular language such as gender marking are used. Sometimes, the sexist biases arise implicitly, that is, when the choice of a certain linguistic structure to report an issue or event hides or highlights certain information. This article focuses on the possible biases that arise in the use of language beyond explicit gender marking and their impact on the treatment of language in Artificial Intelligence (AI). The first part reviews sexist biases that arise due to the use of explicit gender-marked linguistic structures (section 2) and those triggered by pragmatic inferencing in unmarked structures (section 3). The second part explores the consequences that these biases may bring into the world of AI, especially in relation to tasks such as programming virtual assistants, machine translation, and sentiment analysis. The language of study in this article is Spanish, a language with gender-marked morphology; however, some of the descriptions and, above all, conclusions are applicable to any language in general with or without explicit marking.

## 2. Sexist biases in gender-marked linguistic structures

In the field of linguistics, a bias occurs when a speaker employs certain linguistic structures with the intention of discriminating against a particular group in

society. This discrimination can be rooted in factors such as sex, race, religion, or any other distinctions based on a particular physical or cognitive condition. In sexist communication, issues such as the use of the generic masculine in Spanish have been highly debated in society. In the past few years, most of the debate has focused on whether the use of this generic masculine triggers sexist biases and on proposing alternative ways to address these situations in a more inclusive manner (see Medina Guerra 2016; RAE 2020).

Unfortunately, much of this social debate on the inclusive masculine shows unawareness of what sexist communication is all about. On the one hand, from a formal perspective, the difference between biological sex and grammatical gender is sometimes blurred (Harris 1991). Sex is a biological trait inherent in some living beings, objectively delineated through hormonal and reproductive characteristics. Grammatical gender is a linguistic resource available in some languages to classify word categories such as nouns, thus facilitating certain syntactic dependency relations. Sometimes grammatical gender coincides with biological sex as in *el niño alto* (det.mas.sg child.mas.sg tall.mas.sg) vs. *la niña alta* (det.fem.sg child.fem.sg tall.fem.sg), but this is neither a universal nor a compulsory trait.

There are many languages around the world that lack explicit gender marking (e.g., Basque), as well as languages whose noun classifiers are categorised by means of factors unrelated to sex; noun classes require an understanding of the speakers' worldview (e.g., Dyirbal) (Corbett 1991; Aikhenvald 2016). In languages where gender is explicit, its assignment and gender types are not necessarily the same. This is why the Autumn is masculine in Spanish but neuter in Greek, and the system is binary (masculine/feminine) in Spanish but ternary (masculine/feminine/neuter) in German, Polish, and Greek. In fact, these differences happen even in genetically-closed languages: the Morning is feminine in Spanish (*la mañana*), but masculine in Aragonese (*lo maitín*).

Although gender assignment is not sexist per se, recent literature on Spanish and other gender-marked languages (Menegatti & Rubini 2017; Gygax *et al*. 2019; Stetie & Zunino 2021) has shown that the choice of a certain gender marking as the generic form may actually trigger certain sexist biased interpretations. The gender the word takes influences the processing of the word and its information. In other words, the use of the masculine as a generic renders women and other non-masculine communities invisible and helps maintaining societal stereotypes such as the division of professions: highly-qualified or stamina/strength-demanding jobs for men (*médicos* 'medical doctors', *catedráticos* 'professors', *soldadores* 'welders', *bomberos* 'fire-fighters', etc.), and assistance and care service jobs for women (*enfermeras* 'nurses', *cuidadoras* 'care-givers', *limpiadoras* 'cleaners', etc.).

Moreover, explicit uses of sexist communication extend beyond gender marking. On many occasions, the specific use of a female/masculine related word conveys a sexist message that reflect societal stereotypes, gender constructs, and evaluative connotations. There are many examples: the pejorative meaning in *machirulo*

'tomboy; butch' and *nenaza* 'sissy, mummy's boy', absent in their underived words *macho* 'male' and *nena* 'little kid.feminine'; the request to provide information about marital status (compare, *señora* 'Mrs.' vs. *señorita* 'Ms.' and *señor* 'Mr.'; the positive associations for expressions related to men and male attributes but negative for their female counterparts (*esto es la polla* [this is the dick] 'to be awesome' vs. *esto es un coñazo* [this is a cunt.big] 'to be boring'; *zorro* 'fox; sly' vs. *zorra* 'vixen; slut'), etc. This list clearly shows the need to discuss sexist communication and find solutions for inclusive language beyond gender assignment.

## 3. Sexist biases in unmarked gender structures

The sexist biases discussed in Section 2 are well-known by society as well as by scientists; they have been reported in mass media and investigated in different research actions. However, on many occasions, it is the lack of any specific explicit gender or sex mention that contributes to the inference of the sexist bias. These cases are sometimes so natural and ubiquitous that speakers generally are unaware of them. They become even more biased and harmful because these linguistic structures may have an influence on the way we process the world through language, create categories or groups, build knowledge and remember things. Covert sexist communication is powerful because it helps speakers shape their worldview as shown in the following two case studies.

### *3.1. Two categories for people, two expected ways to behave in society: Kids' T-shirts and other everyday products*

One of the cognitive abilities that humans develop from birth is the ability to categorise, i.e., to group together "elements" that are perceived to be similar. This similarity is based on how many characteristics the candidates for category membership share with the prototypical member, which is assumed to be the best exemplar of the category. In prototype categorisation (Rosch & Lloyd 1979), the characteristics that define the category arise from the categoriser's encyclopaedic knowledge, i.e., the knowledge gained from the categoriser's own experience of the world.

This cognitive ability also applies to language. When we hear a word or group of words, we immediately recall what we know about that word: its meaning in the broadest sense. We retrieve not only its linguistic descriptive meaning but also its contextual meaning and all the information about the category to which the word belongs. For example, the words "*be calm, share love and keep smiling*" trigger a wellness framework in which calmness, love, and smiles are the feel-good characteristics of wellbeing. If we add to those words the sentence "*Inspire others*

*and let's make the future fantastic*", this wellbeing framework is geared towards helping others. The words "*enjoy the vibes*", "*be true to yourself*" and "*create your own future*", on the other hand, send a different message. Here, the wellbeing framework is actually activated for one's own benefit: it is the list of things a self-made person should do to be happy and successful.

Taken alone, these words are harmless. However, when they are used consistently to refer to two different groups of people, they are not so neutral. They help to categorise one group as the "guardians of well-being" and the other, as the "leaders of the world". This is one of the findings revealed by a study of the messages printed on children's T-shirts. In their study, Pérez-Hernández and Ibarretxe-Antuñano (2022) analysed over 600 T-shirts from the 2022 Spring/Summer collections of a wide range of high street and top designers. They found asymmetries, both at the formal level (structural complexity, types of words, etc.) and at the conceptual level (content), in the text and images that appear on girls' and boys' T-shirts.

Messages on boys' T-shirts had much more text (complex sentences), used the first person and, through advice and suggestions, promoted self-esteem, leadership, individual identity, self-improvement, hedonism, thinking about the future, etc. Messages on the girls' T-shirts, on the other hand, contained little text (single words), used the impersonal form and advised, through requests, to encourage empathy, sacrifice, calmness, kindness and the common good. Figure 1 shows some examples.

**Figure 1**
Covert sexist biases in children's T-shirts

Source: Pérez-Hernández & Ibarretxe-Antuñano's (2022), Sexist T-shirt corpus.

What is happening with T-shirts is not unique. The same differences can be seen in the messages on other everyday items such as personal care and hygiene products. As shown in Figure 2, women's skincare creams often carry anti-ageing

(forever young) messages. They focus on the benefits that their use can have in terms of concealing the passage of time (*antimanchas* 'anti-spot', *antiarrugas* 'anti-wrinkle') and re-vitalising the skin. Men's skincare creams, however, emphasise vitalisation (not *re*-vitalisation) and modernity instead. What these products do is nourish the skin, they are *hidratante* 'moisturising' and, as one personal care brand said in their 2018 ad campaign[1], "we can't promise you'll look twenty years younger but you'll get better with age". Similarly, gels and shampoos are described differently depending on the target consumer: for her, they are dreamy products that bring calm and escape; for him, they are energising products, ready for action and sports.

**Figure 2**
Covert sexist biases in skincare products

her

him

Source: L'Oréal, 21/01/2024 (https://www.loreal-paris.es/revitalift/laser/crema-dia-antiedad-50ml); L'Oréal, 21/01/2024; (https://www.youtube.com/watch?v=cdUOjXqbTuk&t=5s)

These examples may seem anecdotal at first sight, but they are not. The seemingly neutral choice of words in these products activates specific "conceptual frames", i.e., particular shared knowledge structures about the world around us. These frames directly influence the meanings and inferences we attach to the information we receive. In short, this information contributes to categorise women and men not only as different groups, but also as having different goals in life, different functions in society, and different physical needs.

### *3.2. Overt expressions, highlighted information and missing intentions: mass media headlines and reports*

Far from being limited to describing the world, language provides a framework that influences how we interpret and judge what happens in it. The choice of words and their conceptual frames become even more crucial when they are used in the mass media, in newspaper headlines and news reports. The choice of these

[1] http://www.youtube.com/watch?v=cdUOjXqbTuk&t=5s

words in portraying or reporting on characters and events has the power to change the story, to focus our attention on certain facts and hide others, and consequently, to make inferences and value judgements. Knowledge and control of how reality is presented can change public opinion as shown in the examples analysed in what follows.

*3.2.1. What we take for granted about people's physical-emotional function and status*

One of the most common sexist biases is the assumption of a person's role in life and society and their ability to fulfil that role. In the case of women, this role is traditionally associated with motherhood and homemaking. The headline in Figure 3 reflects what happens when a woman does something other than raise children. This headline was published in *Crónica Directo,* an online magazine, and refers to Laura Escanes, a well-known Spanish influencer.

**Figure 3**
Sexist bias: feminine role → linguistic bias: verb + final sentence

Laura Escanes abandona a su hija para irse de copas

La mujer de Risto Mejide reaparece en una alfombra roja tras dar a luz a su pequeña hija Roma

ARNAU VILA

Source: Originally published in *Crónica Directo*, 19/11/2019; it is now available at https://www.publico.es/tremending/2019/11/20/machismo-machista-y-repugnante-deberia-ser-denunciable-el-articulo-que-asegura-que-laura-escanes-abandono-a-su-hija-para-irse-de-copas/

The choice of a third-person causative verb (*abandona* 'abandons') together with a purpose clause (*para irse de copas* 'to go out for drinks') implies a deliberate and premeditated voluntary act, i.e., this person is responsible for the daughter's abandonment and is guilty in two ways: firstly, because she is not fulfilling the social role of a woman (parenting) and secondly, because the reason is unethical (partying). The subtitle explains the real situation – it is a business event – but this information is no longer relevant. The "ludic" conceptual frame has already been activated and this woman is no longer categorised as a working person, but as a bad mother.

Two other classic sexist biases are the question of age and the attribution of certain types of emotions. As the discussion on skin care creams showed, age is

perceived differently by men and women: age is negative for women, who should stay young, but positive for men, who become more mature. In the case of emotions, in addition to the strong/rational vs. weak/emotional sex distinction, women's emotions are characterised as uncontrolled (i.e., hysteria). Both sexist biases are illustrated in the headline in Figure 4. Together with an image of Queen Letizia of Spain, the headline, published in the digital newspaper *El Español*, alludes to these two sexist prejudices: women's excessive concern with ageing and looking good (*no son los 47 años* 'it's not the 47 years [of age]') and their inability to control their emotions (*está de los nervios* [is of the nerves] '[she] is on edge'); a lack of emotional control that, thanks to the plural form in *nervios* 'nerves', is close to an emotional breakdown. The headline, which explicitly addresses high-ranking women by their first names, reinforces the 'apparent' futility of the reasons for the reported distress with the choice of the words *lío* 'mess, tangle, fuss' and *debut* 'premiere, début' to refer to the complex political situation and the beginning of the princess's public activity, respectively. These two words activate conceptual frames that are alien to the real professional activity reported in the news: the romance (*lío amoroso* 'love affair') and the show business (*debut artístico* 'artistic premiere').

**Figure 4**
Sexist bias: physical-emotional female → linguistic bias: nouns

Source: *El Español*, 14/09/2019 (https://www.elespanol.com/reportajes/20190914/letizia-nervios-no-anos-electoral-debut-leonor/428957667_0.html).

*3.2.2. The intentionality of reported actions*

Agentivity in Spanish refers both to the type of involvement that the agent of a given action may have and to whether that agent performs the action intentionally or accidentally (Ariño-Bizarro 2023). Several linguistic structures are available in Spanish to highlight or hide the agent:

(1)a. Active structure → agent highlighted
*El dueño vende el piso*
'the owner sells the flat'
b. Reflexive passive structure → agent unimportant
*Se vende piso*
'the flat is sold'
c. Passive structure → agent unimportant
*El piso fue vendido rápidamente*
'the flat was sold quickly'

At the same time, Spanish is also rich in resources that mark the degree of involvement of the agent in the action (Ibarretxe-Antuñano 2012):

(2)a. Full intention
*Juan ha tirado un vaso*
'John throw away a glass'
b. Intentional but with care
*Juan dejó caer el vaso*
'John let the glass fall'
c. Not intentional but happened
*Se le ha caído el vaso a Juan*
'John has unintentionally let the glass fall'

All these resources to specify agentivity and intentionality are important in all contexts but even more so in those of sexual harassment and violence, as in Figure 5. The choice of a structure has the power to assign responsibility to the female victim or to exonerate the male perpetrator.

Figure 5.a corresponds to the front page of the sports newspaper *As* when the ex-president of the Spanish Football Federation, Luis Rubiales, kissed the professional player Jennifer Hermoso without consent (24/03/2023). Apart from the image of the player's kissing the trophy, which recalls the origin of the aggression (the non-consensual kiss), and the asymmetrical way of addressing the protagonists (nickname vs. surname), the choice of the morphosyntactic structure, *dejar caer* 'let fall', reveals the sexist bias: (i) a clear agent, *Jenni*; (ii) an action that requires will, intention, but also care on the part of the agent (see examples in (2) above),

and (iii) an object that suffers the effect of the action, *Rubiales*. All these elements help to exonerate the person responsible for the aggression (*Rubiales*) and make the player responsible for what may happen to the president in the future.

**Figure 5**
Sexist bias: intentionality → linguistic bias: morphosyntactic structures

Source: (a) *As*, 24/08/2023 (https://twitter.com/diarioas/status/1694469882371342452); (b) originally published in *El Mundo*, 11/05/2019, the news is now available at https://www.pikaramagazine.com/2019/12/machismo-y-medios-lo-peor-de-2019/; (c) *El Confidencial*, 08/04/2019 (https://www.elconfidencial.com/espana/2019-04-08/la-asesinada-en-vinaros-fue-descuartizada-y-enterrada-por-vestir-ropa-demasiado-corta_1930390/).

Figure 5.b reproduces an excerpt from a report on a sexist crime published in the Spanish national newspaper *El Mundo* (11/05/2019). The relative clause in the headline foregrounds the active agency of the murder. However, the choice of the noun phrase *la volcánica relación* 'the volcanic relationship' as the intentional agent of the murder not only emphasises the explosive (and therefore, already violent, passionate, and unstable) nature of the relationship, but also hides the real agent of the murder, the husband. In other words, the blame goes to an uncontrolled non-human agent. An uncontrolled force that the victim, due to her natural feminine weakness, did not even try to put under control in time (*Lourdes quizá no tuvo fuerzas para terminar de dar el paso* 'Lourdes perhaps did not have the strength to finish taking the step'). A death that ended not as the result of an action (a murder), but as a foreseeable state as the past participles *muerta* 'dead' and *tendida* 'lain' suggest (*una volcánica relación que terminó el pasado jueves con ella muerta, tendida en su cama* 'a volcanic relationship ended last Thursday night with her dead, lying in her bed').

The headline from the online newspaper *El Confidencial* (08/04/2019) in Figure 5.c uses a periphrastic passive clause, a type of structure that draws attention to the patient. It has a patient subject (*La asesinada de Vinarós* 'the murdered [woman] of Vinaroz'), the verb *ser* 'to be' with the participle of the lexical verb (*fue*

*descuartizada y enterrada* 'was dismembered and buried'), and a complement introduced by the preposition *por* (*por vestir ropa demasiado corta* 'for wearing clothes that were too short'). The consequences of using such an infrequent structure in this headline are clear: the murderer is hidden and the deliberate actions of quartering and burying become fortuitous and accidental. Furthermore, the use of a clause introduced by the preposition *por*, the preposition for passive agent clauses, raises the reader's expectation that the person who carries out these actions will be mentioned at the end of the headline. However, this expectation is disappointed as the preposition leads to a causal clause instead.

In short, these headlines did not use explicit gender-biased words: sexist biases arise from the choice of structures. These narrate the events in a way that (i) removes or intensifies responsibility and (ii) justifies the reasons for (in)action. The result is a diminution of the true nature of the crimes committed and their perpetrators.

## 4. The impact of covert biases in artificial intelligence

Although sexist biases persist in some of the tools and mechanisms that feed natural language processing in AI today, AI has worked hard to weed out these cases and promote a more diverse feed for its robotic algorithms, programs, and designs. However, unmarked cases remain a challenge for AI.

### *4.1. Voice assistants and gender stereotypes*

The first group of unmarked sexist biases has to do with the prejudices that AI designers bring to their products. One illustrative example: the voice programmed for customer service virtual assistants is usually female – from the internationally popular Apple's Siri, Amazon's Alexa, Microsoft's Cortana, to the locally-known Lola at the University of Murcia, the train company Renfe's Irene or the airline Vueling's Eva in Spain.

The problem with the choice of gender for these virtual assistants is not so much that it is a female voice; there are also male voices for similar assistance roles (e.g., Max, AXA insurance company agent for roadside help). The problem lies in the perpetuation of a double bias: women are good caregivers, receptionists, and information assistants but when it comes to technology and handy work, it is a man's world. The choice of these voices for these functions is not arbitrary. The developers follow customers' preference: female voices are considered more pleasant and preferred for tasks requiring advice, while male voices are judged more appropriate for technical information[2].

[2] https://www.adslzone.net/2018/11/29/asistentes-voz-mujer-ia/

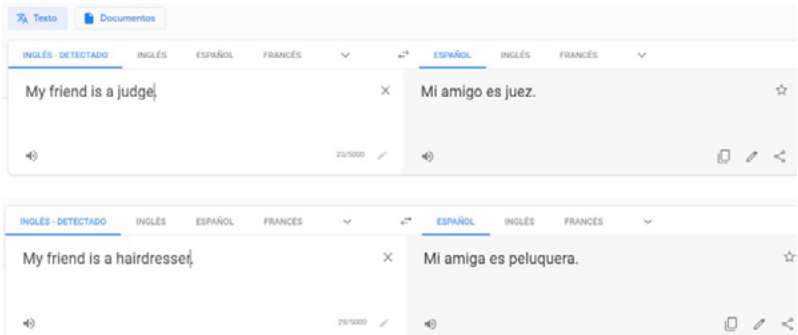
However, even if potential clients prefer these voices, it is in AI's hands to help revert this sexist bias. A solution has been to implement gender neutral voice assistants such as Blue, the BBVA's virtual assistant (Baeza 2020). The defining personality features of this system took into account what users from four different Spanish-speaking countries (Argentina, Colombia, Spain and Mexico) considered important for such a service: coherent, ethical, responsible, and gender neutral.

### *3.2. Machine translators and gender bias*

Another key area for AI is machine translation and the challenge of resolving gender ambiguity. Google's translator is often cited as an example of the sexist bias that starts in the data and is later replicated by the technology.

One of the first sexist biases identified in machine translators such as Google was the ascribed gender in translations from gender-neutral languages (English) to explicitly gendered languages (Spanish) as in Figure 6[3].

**Figure 6**
First translation stages in Google

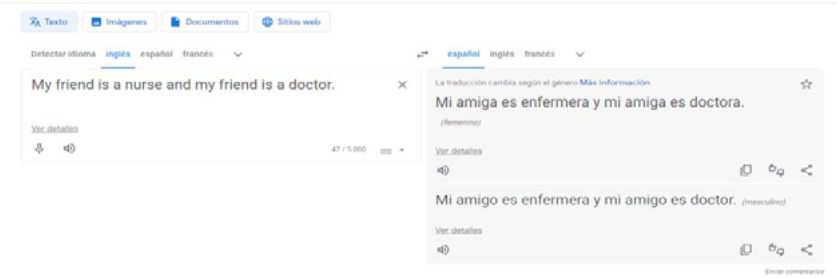



Source: La traducción como Inteligencia Artificial: el futuro aún presenta sesgo de género, 14-05--2020 (https://blogthinkbig.com/sesgo-de-genero-traduccion-ia).

A gender-neutral word like *friend* in English became *amigo* 'male friend' or *amiga* 'female friend' based on the friend's occupation: male friends were judges and female friends were hairdressers. Of course, these translations were the result of what the algorithm had learned, and that learning depends on what was fed into the machine (Johnson 2018). This bias was one of the first problems to be addressed and, nowadays, Google translator provides a different solution as shown in Figure 7. The system gives you all possibilities and the reader is the one that has to choose the most appropriate (Kuczmarski 2018; Monti 2020; López--Medel 2021).

[3] https://blogthinkbig.com/sesgo-de-genero-traduccion-ia

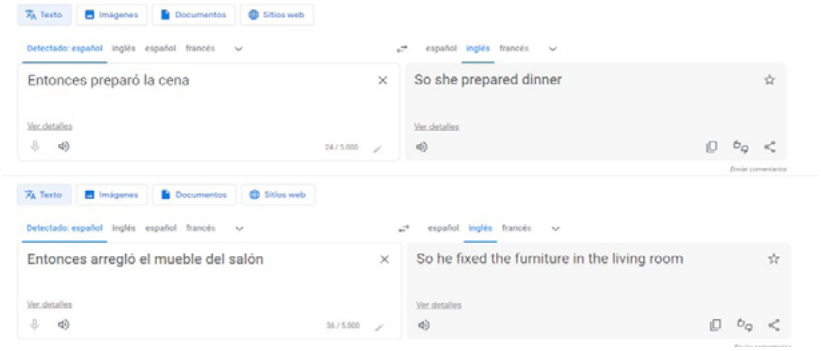
**Figure 7**
Current Google translations with gender options




Source: Own source, 23/06/2023 (https://translate.google.es/)

It is undeniable that this has led to an improvement in the translation options offered (despite the grammatical agreement mistake – *amigo* 'male friend' requires masculine agreement, *enfermero* 'male nurse' instead of *enfermera* 'female nurse'). However, covert sexist biases as those in Figures 8 and 9 are still unsolved. The problem lies, once again, in an asymmetrical grammatical requirement: English clauses always require explicit subjects, whereas Spanish clauses do not. The choice of the subject pronoun *she* or *he* in the English translation is based on contextual information: the person who prepares dinner and spends time on personal care is bound to be a woman, and the handy person who likes football is bound to be a man.

**Figure 8**
Google translations: sexist biased based on household chores

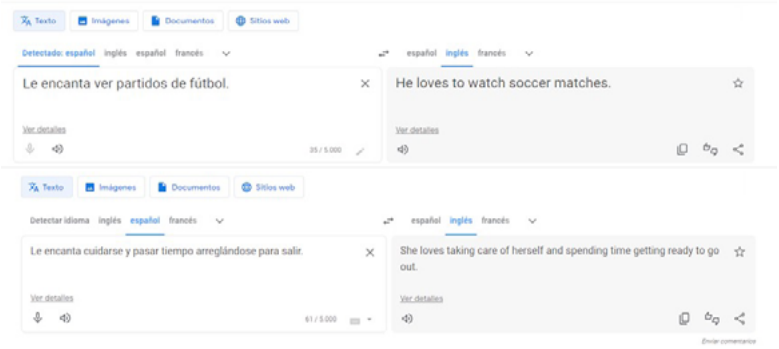



Source: Own source, 23/06/2023; https://translate.google.es/

Translation systems have now improved their performance, in particular by focusing on promoting fairness and reducing bias in machine learning. However, the challenge is to feed these systems with a wider range of examples in order to

cover the real cultural and linguistic diversity of the world there is still a long way to go (Nur Fitria 2021).

**Figure 9**
Google translations: sexist biased based on hobbies




Source: Own source, 23/06/2023 (https://translate.google.es/).

### *3.3. Lexicons and biased sentiment analysis*

The last area concerns the sentiment analysis tools in IA. Sentiment analysis, also known as emotion analysis or opinion mining, is a natural language processing (NLP) technique used to determine and evaluate emotions, attitudes, opinions and sentiments expressed in text, whether in the form of opinions, comments, reviews, social media posts, emails or other types of written content (Liu 2015). The main goal of sentiment analysis is to understand the general attitude of a text or dataset in relation to a specific topic.

To work with sentiment analysis tools, it is common practice to create "lexicons". These are sets of words and terms that have been previously tagged with their polarity, i.e., whether a word expresses positive (e.g., the word *birth*), negative (e.g., the word *death*) or neutral (e.g., the word *table*) sentiments. Some lexicons (Strauss & Allen 2008; Hinojosa *et al*. 2016) may also include information about the intensity of the polarity (e.g., high positive sentiment for *birth*) and/or specific emotions associated with the words (e.g., *birth* is associated with joy).

Despite the usefulness of these lexicons, the way they are built is problematic and the origin of many sexist biases. One of the first problems is the lack of adaptation to the formal and conceptual needs of the target language. For most of the AI tools, the reference language is English and the procedure is simply to machine-translate the English lexicons into other languages (Mestre-Mestre & Díez-Bedmar 2022). As discussed in Section 4.2, machine translation falls short in spotting and avoiding sexist biases, especially in those cases where the gender is

not explicitly marked. However, the problem here is to assume that every language works as English and that all speakers share the same worldview, that is, all cultures and societies are guided by the same principles and values as English-speaking countries (Ariño-Bizarro & Díez-Bedmar forthcoming). The result of this process is a collection of sentiment lexicons with ingrained sexist biases. For example, looking at the *iSal2vm* lexicon (Plaza-del-Arco *et al.* 2018) it is easy to find examples where gender is assigned to words based on assumed sexist roles. Adjectives such as *bueno* 'good', *guapo* 'handsome' and *carismático* 'charismatic' are in masculine. One might argue that these are examples of the inclusive masculine, but this argument is not valid when words such as *histérica* 'hysterical', *cuidadora* 'carer' and *maquilladora* 'make-up artist' are also found on the same list.

Another crucial problem with these lexicons is the validation procedure. In most cases, these word lists are not validated by external informants, i.e., speakers of the target languages, and even when they are, the basic scientific requirements of this type of psycholinguistic validation (e.g., number and diversity of participants) are usually omitted (Ariño-Bizarro & Díez-Bedmar forthcoming). The result is a lexicon that reflects the values of only a small proportion of the population – that is, the values of the developers, who tend to be male, white and Western.

Another example from the *iSal2vm* lexicon illustrates this bias. Terms such as *giving birth* are grouped into a single emotion: joy. The same happens with concepts such as *abortion*, which is only included in the category sadness. No one denies that the experience of bringing a new life into the world might be rewarding and joyful, but the actual moment of birth is not necessarily joyful for speakers of different sexes, ages and social contexts. For a woman, childbirth can be joyful, but also painful, because it is a demanding natural process. Similarly, an abortion can be sad, but also risky for the woman's life. Word-meanings are grounded in our experience and as such, these words in lexicons need to be validated by as many diverse people as possible.

## 5. Conclusions

The debate about sexist biases in language and communication is an issue of undeniable relevance. While it is true that the use of inclusive language is central to avoid sexist communication, it is essential to recognise that these issues go far beyond the use of a generic masculine form. They also extend to various forms of communication that can perpetuate gender stereotypes, which then permeate and are perpetuated in AI.

Sexist language in the mass media can have a profound impact on perceptions of gender roles and how we view people and their achievements. These messages not only reinforce harmful stereotypes, but also limit equal opportunities and perpetuate inequalities.

In AI, sexist biases have also crept into natural language processing algorithms and models through a vicious circle of biased information recruitment or a lack of adequate empirical validation. These biases can have significant consequences, from mistranslations to biased sentiment analysis. It is imperative that the AI research and development community strive to identify and mitigate these biases to ensure gender equity in AI applications.

Awareness is the first step towards improvement. Education, the promotion of inclusive communication practices, and the implementation of policies and standards that address sexist bias and promote diversity and gender equality, is the only way towards a more equitable society.

## Authors' contributions

**AAB:** Conceptualization; research; methodology; writing of original draft; reviewing & editing.

**IIA:** Conceptualization; research; methodology; writing of original draft; reviewing & editing.

## Acknowledgements

This research study was funded by the Spanish Ministry of Science and Innovation (AEI/FEDER Funds: MOTIV PID2021-123302NB-I00), the Government of Aragon (Psylex H11-17R; MultiMetAR LMP143_21), and the Iberus Campus (ICON action group).

## Conflict of interests

The authors declare no conflict of interest.

## References

Aikhenvald, Alexandra. 2016. *How Gender Shapes the World*. Oxford: Oxford University Press.

Alario, Carmen, *et al*. 2000. *La representación del femenino y el masculino en el lenguaje*. Madrid: Instituto de la Mujer.

Ariño-Bizarro, Andrea. 2023. "Estudio psicolingüístico y tipológico de la causalidad en español." PhD diss., University of Zaragoza.

Ariño-Bizarro, Andrea, and María Belén Díez-Bedmar. Forthcoming. "Estudio comparado de cinco lexicones en español: la validación de las herramientas de análisis de sentimientos." *Revista Española de Lingüística Aplicada.*

Baeza, Cristobal. 2020. Asistentes de voz sin género definido. BBVA. Available on https://www.bbva.com/es/innovacion/asistentes-de-voz-sin-genero-definido/

Barker, Chris, & Dariusz Galansinski. 2001. *Cultural Studies and Discourse Analysis: A Dialogue on Language and Identity*. London: SAGE Publications Ltd.

Butler, Judith. 2004. *Lenguaje, poder e identidad*. Translated by Javier Sáez & Beatriz Preciado. Madrid: Editorial Síntesis.

Corbett, Greville. 1991. *Gender*. Cambridge: Cambridge University Press.

Gygax, Pascal M., *et al*. 2019. "A Language Index of Grammatical Gender Dimensions to Study the Impact of Grammatical Gender on the Way we Perceive Women and Men." *Frontiers in Psychology* 10: 1604. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.01604

Harris, James W. 1991. "The Exponence of Gender in Spanish." *Linguistic Inquiry* 22: 27-62.

Hinojosa, José A., *et al*. 2016. "The Madrid Affective Database for Spanish (MADS): Ratings of Dominance, Familiarity, Subjective Age of Acquisition and Sensory Experience." *PLoS One* 11(5): e0155866. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0155866

Ibarretxe-Antuñano, Iraide. 2012. "Placement and removal events in Basque and Spanish." In *Events of Putting and Taking: A crosslinguistic perspective,* edited by Ana Kopecka & Bhuvana Narasimham, 123-143. Amsterdam: John Benjamins.

Ibarretxe-Antuñano, Iraide, & Javier Valenzuela Manzanares. 2021. *Lenguaje y cognición*. Madrid: Síntesis.

Johnson, Melvin. 2018. Providing Gender-Specific Translations in Google Translate. *Google Research blog.* Available on https://research.google/blog/providing-gender-specific-translations-in-google-translate/

Kuczmarski, James. 2018. Reducing gender bias in Google Translate. *Google Blog*. Available on https://blog.google/products/translate/reducing-gender-bias-google-translate/

Liu, Bing. 2015. *Sentiment Analysis: Mining Opinions, Sentiments, and Emotions*. Cambridge: Cambridge University Press.

López-Medel, María. 2021. "Gender bias in machine translation: an analysis of Google Translate." *Academia Letters*: Article 2288. DOI: https://doi.org/10.20935/AL2288

Medina Guerra, Antonia María. 2016. "Las alternativas al masculino genérico y su uso en el español de España." *Estudios de Lingüística Aplicada* 34 (64): 183-205.

Menegatti, Michela, & Monica Rubini. 2017. "Gender Bias and Sexism in Language." *Oxford Research Encyclopedia of Communication.* DOI: https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.470

Mestre-Mestre, Eva M., & María Belén Díez-Bedmar. 2022. "Expressing emotion. A pragmatic analysis of L1 German and L1 Brazilian Portuguese English as a lingua franca users." *Spanish Journal of Applied Linguistics* 35 (2): 675-705. DOI: https://doi.org/10.1075/resla.20028.mes

Monti, Johanna. 2020. "Gender issues in machine translation. An unsolved problem?" In *The Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender*, edited by Luise Von Flotow, & Hala Kamal, 457-468. Abingdon, Oxon: Routledge.

Nur Fitria, Tira. 2021. "Gender Bias in Translation Using Google Translate: Problems and Solution." *Language Circle: Journal of Language and Literature* 15(2): 285-292. DOI: https://doi.org/10.15294/lc.v15i2.28641

Pérez-Hernández, Lorena, & Iraide Ibarretxe-Antuñano. 2022. "El sexismo que leemos en las camisetas." *The Conversation*, 7 March. Available on https://theconversation.com/el-sexismo-que-leemos-en-las-camisetas-177658

Plaza-del-Arco, Flor Miriam, *et al*. 2018. "Lexicon Adaptation for Spanish Emotion Mining." *Procesamiento del Lenguaje Natural* 61: 117-124. DOI: http://dx.doi.org/10.26342/2018--61-13

Real Academia Española. 2020. *Informe de la Real Academia Española sobre el lenguaje inclusivo y cuestiones conexas.* Madrid: RAE.
Rosch, Eleanor, & Barbara B. Lloyd, eds. 1979. *Cognition and Categorization*. Hillsdale: LEA.
Sánchez Apellániz, M. José. 2009. "Lenguaje y comunicación no sexista." In *Manual de agentes de igualdad*, edited by Marisa Román, 255-268. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla.
Stetie, Noelia Ayelén, & Gabriela Mariel Zunino. 2022. "Non-binary language in Spanish? Comprehension of non-binary morphological forms: a psycholinguistic study." *Glossa: A Journal of General Linguistics* 7(1). DOI: https://doi.org/10.16995/glossa.6144
Strauss, Gregory P., & Daniel N. Allen. 2006. "The experience of positive emotion is associ--ated with the automatic processing of positive emotional words." *The Journal of Positive Psychology* 1: 150-159. DOI: https://doi.org/10.1080/17439760600566016
Suardiaz, Delia Esther. 2002. *El sexismo en la lengua española*. Zaragoza: Libros Pórtico.

**Andrea Ariño-Bizarro**. Assistant Professor of Spanish Linguistics at the University of Zaragoza and Researcher at the Institute for Heritage and Humanities (IPH – U. Zaragoza). Her research focuses on the study of causality in Spanish, from a psycholinguistic, typological and multimodal perspective.

**Iraide Ibarretxe-Antuñano**. Professor of General Linguistics at the University of Zaragoza and Researcher at the Institute for Heritage and Humanities (IPH – U. Zaragoza). She is also an elected Fellow of The Academy of Europe (Linguistics Section). Her research focuses on the relation between language, cognition and communication from a typological and psycholinguistic perspective.

*Received on 4 February and accepted for publication on 6 May 2024.*

How to cite this article

[Chicago Style]
Ariño-Bizarro, Andrea, & Iraide Ibarretxe-Antuñano. 2024. "Implicit Sexist Bias in Language and its Impact on Artificial Intelligence." *ex æquo* 49: 103-121. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.08

[APA Style – adapted]
Ariño-Bizarro, Andrea, & Ibarretxe-Antuñano, Iraide (2024). Implicit sexist bias in language and its impact on Artificial Intelligence. *ex æquo,* 49, 103-121. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.08

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial re-use, please contact apem1991@gmail.com

# THIRD GENDER MARKING IN SPANISH: EVALUATION OF CURRENT OPTIONS FROM A LINGUISTIC CHANGE POINT OF VIEW

*Irene Checa-García**

**Abstract**

Several proposals have been presented to make Spanish more inclusive in recent decades. In the case of inclusive language for a third gender, different groups advocate for new suffixes, such as <-@, -*, -x, -e, and -i>. In this work, I suggest that an option aligned with general trends in linguistic change is more likely to succeed, although intentional language planning will likely still be needed. Characteristics of a more easily adoptable third-gender suffix are presented, and each potential suffix is evaluated to determine which could be more successful from the perspective of linguistic change.

**Keywords:** Inclusive language, third gender, language change, Spanish gender.

**Resumo**

**Marcação de terceiro género em espanhol: avaliação das opções atuais do ponto de vista da mudança linguística**

Têm sido apresentadas diversas propostas para tornar o espanhol mais inclusivo nas últimas décadas. No caso da linguagem inclusiva para um terceiro género, diferentes grupos defendem novos sufixos, tais como -@, -*, -x, -e e -i. Neste trabalho, sugiro que uma opção alinhada com as tendências gerais da mudança linguística tem mais possibilidades de sucesso, embora ainda haja a necessidade de planeamento linguístico intencional. Apresentam-se as características de um sufixo de terceiro género mais facilmente adotável, e avalia-se cada sufixo para determinar qual poderia ser mais bem-sucedido sob a ótica da mudança linguística.

**Palavras-chave:** Linguagem inclusiva, terceiro género, mudança linguística, género em espanhol.

* University of Wyoming, UW, Laramie, Wyoming 82071, USA.
Postal address: University of Wyoming, UW, 1000 E. University Ave., Laramie, Wyoming 82071, USA.
Electronic address: irene.checa@uwyo.edu

**Resumen**

**Marcación de un tercer género en español: evaluación de opciones actuales desde la perspectiva del cambio lingüístico**

Diversas propuestas han sido presentadas para hacer el español más inclusivo en las últimas décadas. En el caso del lenguaje inclusivo para un tercer género, distintos grupos defienden nuevos sufijos, como -@, -*, -x, -e e -i. En este trabajo, sugiero que una opción alineada con las tendencias generales en el cambio lingüístico tiene más posibilidades de éxito, si bien existe aún la necesidad de planificación lingüística intencional. Se presentan características de un sufijo de tercer género más fácil de adoptar, y cada sufijo se evalúa para determinar cuál podría ser más exitoso desde la perspectiva del cambio lingüístico.

**Palabras clave:** Lenguaje inclusivo, tercer género, cambio lingüístico, género en español.

## 1. Introduction. Inclusive language and third gender in Spanish

There are generally only 2 genders in Spanish, with the exception of some demonstrative pronouns (*esto, eso, aquello*) that refer not to nouns but to events or bigger units previously mentioned, and with the exception of nominalized relative clauses with "lo" (*lo que dijo*, that which s/he said), a construction that does not refer to nouns either but more global units, consistent with the fact that nouns always have a grammatical gender. Another important characteristic is that in most cases gender in Spanish is grammatical, and therefore arbitrary and non-semantic. Thus, Spanish has been typologically classified as a dual-gender language with grammatical gender and some semantic gender (Corbett 2005; Clegg 2011). This has created two sites for issues: on the one hand, what gender to use to represent mixed groups; on the other hand, how to represent those that do not identify as either gender (for nouns that have human referents)[1]. Inclusive language policies attempt to resolve these issues, which has meant using the same term for both kinds of issues. This paper will discuss only possible solutions for the second issue: how to refer to people that do not identify with either gender, rather than to non-sexist policies that offer more female visibility. There are two logical possibilities for a linguistic intervention here: to eliminate gender altogether (similar to most nouns in English, for instance), or to add at least one more gender[2].

---

1 Note that this implies that the term "inclusive language" has been used in the sense of including all sexes (and particularly women) and avoiding sexism in the language, as well as in the sense of including more genders than just feminine and masculine. These are two terms that are unfortunately usually confused. Here, we will use the term to refer to being inclusive of more than two genders.

2 In English, a language with a history of adding different neutral personal pronouns (not endings), Baron (2020) defends that there have been between 200-250 proposals for neutral pronouns and over 100 since 1850. Some of those were umbrella ones to cover one non-binary option, others different groups. Typologically, no language has been found to have over 100 active pronouns for the third person, let alone over 100 different endings (Dryer & Haspelmath 2013). The number of groups that need to be represented could go further, of course, but the

The complete elimination of gender would imply a very dramatic change in the system, with several ripple effects. Gender has several roles in Spanish. One of them is reference tracking and the consequent resolution of ambiguity, for instance with a resumptive pronoun that indicates gender, number and sometimes case (Silva Corvalán 2011). While not present in every case and sometimes solvable by context, the current system does rely on gender for reference tracking. There is also crosslinguistic evidence that shows how gendered languages that use gender grammatically rely on gender for syntactic category disambiguation (Rogers & Gries 2022). Furthermore, gender in Spanish is a productive morphological process to indicate differences in size (*huerto/huerta* small yard/big yard, *río/ría* river/estuary), tree vs. fruit/seed (*manzano/manzana* apple tree/apple, *castaño/castaña* chestnut tree/chestnut), and even gender minorities visibilities (female visibility) as with the famous *miembra* neologism vs. just the officially accepted *miembro* (member), or more common ones like *presidenta/presidente*. Finally, and although this could change in time, currently gender is so inextricably linked to each noun that a mismatch of gender and noun produces more processing effects that other perhaps more semantically relevant mismatches, such as those in number (Sagarra & Herschensohn 2013), and it has been shown to be acquired very early on and used in processing very early on (Dussias *et al.* 2013; Beatty-Martínez & Dussias 2019). For all these abundant reasons, this is not a proposal that has gained any traction.

The alternative proposal, however, to add one or more genders, has been increasingly embraced by at least certain social groups (Acosta Matos 2016; Papadopoulos 2022). Indeed, due to visibility and identity reasons, several proposals have been put forward to add a third gender in Spanish that would represent the option of "no gender", similar to a neutral gender, although it has also been posited that such third gender would serve to represent, instead, groups with several genders. The body of literature preoccupied with how to implement this has been growing in the last few years, particularly with respect to Spanish as L2 teaching (Parra & Serafini 2021; García-Holgado et al. 2021; Conde 2022), social work (Bonilla Montesano 2019), translation (López-Medel 2021), and periodical publications (Guerrero Salazar 2022). Moreover, eight universities in Argentina have officially adopted some form of inclusive language between 2017 and 2020, although Buenos Aires banned its adoption from public schools in recent years. However, this impulse has also meant a multiplicity of proposals on how to proceed in order to mark this third gender.

In this paper, the different proposals for a third gender will be presented, as well as a set of criteria to evaluate them. Before presenting third gender options, though, it is worth mentioning the official position of the Real Academia Española (RAE).

means the languages can offer could be limited by memory or system constraints. Regardless of the reason, most proposals for Spanish have revolved around a one umbrella ending for different non-binary options, although the proposed ending itself, as I will present later, has varied.

The current general norm indicates that a specific marking is not needed, as there is already a non-marked marking for gender: the current masculine endings. However, as feminist approaches have pointed out, the mere fact that one of the genders is the default one is in itself discriminatory. As a result, all options proposed so far have been explicitly rejected by the RAE (de Miguel 2022; Bueno Ochoa 2022). To this, some academics add the dubious aesthetic argument of how much prettier the language is in its current state vs. possible future alterations (Pano Alamán 2022, 38; Grijelmo 2019, 137, citing Lázaro Carreter).

### *1.1. Norms as top-down approaches to language change*

Concerning gender approaches, whether aligning with RAE guidelines or non-sexist recommendations in style manuals for various sectors, including press, corporate hiring, public affairs, and educational institutions, particularly higher education, we are talking of top-down language change strategies. Whether advocating language preservation by imposing norms on evolving aspects or promoting changes to align with recent social shifts, both aims are top-down proposals, coming from established institutions or specific social groups (as seen in Acosta Matos' work (2016) on anarchist publications). Regardless of the source, both strategies are normative and represent top-down efforts to either modify a language or to maintain it (de Miguel 2022).

In contrast, diachronic linguistics, the study of linguistic change, predominantly focuses on forces shaping languages over time. Despite attention to top-down changes from norms, the discipline mainly studies bottom-up changes arising from emerging and unconscious processes. This preference stems from limited knowledge about historical norms, restricted government influence on language homogeneity in the past, and historically constrained media and education access. Not only that, the importance of such endeavors was also a lot less salient than they may be nowadays. And while historical data is only written, it is frequently much more heterogeneous that it may be nowadays. Due to all this, diachronic linguists have been captivated by emergent, sometimes drastic, changes, such as shifts from inflectional to isolating languages or the loss of a case system, as typical bottom-up changes.

The success of a top-down change is based on exerting enough pressure, by being able to enforce, somehow, their norms. There are several ways in which this can be done: through grammars, through different style manuals and regulations in institutions, through entering the educational curriculum, through the shaming of opposite options or the infusion of prestige[3] to the defended ones, or even

[3] The case of prestige is quite a bit more complicated, as it normally is less obvious, and both overt and covert prestige (Trudgill 1972) can affect more emergent and non-conscious change. Here I refer to explicit public expressions of either prestige or shame. Some examples of those would be

adoption of this norm by the relevant writing or dictating software (such as word processors or even, in a less transparent way, by AI generated text). In this respect, and as de Miguel (2022) shows, norms, as arbitrary forms of regulation, have little limitations in what they could, in principle, ask of users.

The case of bottom-up emergent changes is a bit more complex. Although extremely radical changes can, and indeed do happen, their direction is not arbitrary. In fact, they seem to follow some principles, even if, at the current state of knowledge, such principles are being discovered and sometimes they are only theoretical. For example, it has been proposed that most morphological and syntactic changes go from a more marked to a less marked option in that language (Bergs & Stein 2001), or that systems try to avoid duplicates, for instance at the morphological or lexical levels (e.g., in Spanish, rather than having two words for the same entity, goose, the Latin one *oca* and the Germanic *ganso*, each specialized on a different meaning: domestic vs. wild respectively [Campbell 2021]). Similarly, it has also been claimed that phonological change tends to irregularization (by mostly following economic principles in production) while morphosyntactic changes tend to regularization of patterns (by reanalysis, leveling, etc.), the Sturtevant's Paradox (Collinge 1965).

Is there a way for top-bottom norms to align with more natural bottom-up tendencies, that is, to follow common trends in linguistic change? And are there characteristics that a proposed norm should follow to adapt more easily within the current form of the language? If there is, this way would probably facilitate the change with a lesser need for top-down imposition or at least a gentler application of it. In the next section, I will propose a few characteristics that I believe should make it easier to adopt a form, in a similar way to Auxland (2020), although this work only evaluates one option (<-e> ending for Portuguese).

### *1.2. Potential characteristics of an ideal option for a third gender ending from the perspective of language change*

One of the features of the Spanish language in its current form is the phonetic character of its writing: when we see a word in Spanish we know how to pronounce it (with the exception perhaps of some newer non-adapted word loans), and when we hear it we can, to a great degree, guess successfully how to write it, although there are exceptions (v/b, z/s, mute h, etc.). So one characteristic that would make it easier to adopt would be to be phonetically transparent and also

---

academists or linguists expressing how ugly certain extension of the -a ending for feminine can be in words that previously did not have it (*jueza*, female judge, or *sacerdota*, male priest), or claims by students or even some professors that languages with grammatical gender are inherently discriminatory (personal communications). I refer the reader to de Miguel (2022, 22-23) for an eloquent argumentation on why such claim does not hold.

easy to pronounce according to current Spanish phonotactics. Furthermore, the phonetic realization is extremely relevant as most spontaneous and natural linguistic change occurs at the oral level first, only later trespassing the writing frontiers, always better defended by older norms. Some of the proposals for a third gender ignore this and make pronunciation either very difficult or impossible.

As mentioned above, morphological change tends to avoid repetition and ambiguity while preferring a more transparent relationship between form and meaning (Trask & Millar 2015). Because of this, a form that reflects already the paradigm for genders, if possible at all, would be easier to acquire, interpret, and maintain. If the same ending is used for different, sometimes opposed, meanings (like different genders for instance), its acquisition becomes more difficult. Also, if there is any ending that is already doing the particular needed job in the language, extending its use should be easier than adding a new one and more consistent with the current system[4].

In addition, a non-particularly socially marked ending, one with no negative connotations, should also be preferred by most speakers.

Finally, and related to a transparent form-meaning pairing, the ideal form would try to capitalize on already changing forms or forms that already exist in order for the new proposal to feel more natural and less new.

The next section will present the current proposals and discuss whether they fulfill these desired characteristics.

## 2. Current proposals for a third gender ending in Spanish

While the amount of academic and mediatic discussion dedicated to non-sexist uses of the Spanish language is vast, academic articles or books are very much lacking in the case of inclusive third gender for Spanish and has been done mainly through recent theses and dissertations not just in the linguistic field, but in the sociology, history, or even art fields of study. A bibliography of these works was very recently published by Cabello Pino (2020). Most of the works reviewed in this publication are dedicated to their use in the media or to observational and impressionistic studies, with only one corpus-informed quantitative study (with a very small sample) and only one psycholinguistic study on processing effects. Through the sum of those studies as well as a few afterwards – most of them focusing on speakers of different groups' preferences (Reales Gil 2020 on differences among countries; Shenk 2023 on speakers' attitudes; Zarwanitzer 2019 on processing difficulties; and Magagna 2021 on teachers' attitudes) – 5 different options can be distilled: <-@>, <-*>, <-x>, <-e>, and <-i>. Of those, the options <-i> and <-*> are

[4] A thought of this sort was behind the proposal by García Meseguer (1976) that will be discussed later.

the less often commented, while, especially in recent years, <-e> and <-x> have been studied and discussed more frequently.

In the following subsections we discuss each one, evaluating pros and cons according to the set of preferred characteristics mentioned previously.

### *2.1. <-@> ending*

One of the earliest attempts to establish a gender-neutral ending in Spanish was the adoption of the symbol "@"—popularized with the widespread use of the internet and email in the late 1990s. Initially designed to encompass both masculine and feminine genders, its visual representation combining <-o> and <-a> was deemed ideal (Nissen 2002). Due to its origin predating the last two decades and already existing in the previous century, Cabello Pino (2020, 5) excluded it from his bibliographical review. Nevertheless, it is frequently examined in studies on attitudes and preferences toward inclusive gender language, especially those focused on a third gender ( Barrera Alvarado & Ortiz Rodríguez 2014; Acosta Matos 2016; Rodríguez Herrera 2019; Magagna 2021; Shenk 2023). Bengoechea (2015: 14-15) notes a shift from its initial non-sexist use to symbolizing intersexuality—a blend of chromosomal characteristics from both genders.

The popularity of the ending has probably declined, in part due to the rising of other options such as <-x> and <-*>, at least according to some researchers (Reales Gil 2020). However, Shenk (2023) found that, among invented endings <-e>, <-x>, and <-@> for the purpose of a third gender, it was actually this symbol the one reported to be most frequently used in writing (22% of participants used it frequently or sometimes), and the second one most acknowledged as a form of inclusive language overall, only after the use of both masculine and feminine nouns. Most intriguingly, this was the second preferred option in Shenk's study even for speaking, after <-e>, although neither one was very popular (8.3% and 13.9% respectively of frequent or occasional use). When asked how this symbol was used orally, one of the participants explained that s/he uses it by saying "arroba". Similarly, Magagna (2021) found this to be the second better valued option for inclusive language by native teachers of Spanish after the <-e>, although its evaluation depended on what type of noun it was applied to. In contrast, it was the second least valued option by non-native teachers of Spanish. Finally, in a corpus study of inclusive Spanish in YouTube videos, Slemp *et al.* (2021) look at the frequency of some of the endings (-@, -x, -e) in written form as well as in oral form in these videos, across countries and across a period of time of ten years, from 2009 to 2019. They found <-@> to be the first one to appear and the dominant one till 2015, but obviously only in writing.

The main obstacle to its adoption is the fact that it is unpronounceable; at most, the full symbol name can be pronounced without integrating it into the

word pronunciation, having to pronounce either feminine or masculine and add later "arroba". Besides not following a principle of economy, it also cannot be said to be a morphological ending if pronounced in this manner.

### *2.2. <-*> ending*

One of the least visited options, only a few studies mentioned it: Bengoechea (2015), Reales Gil (2020), and the intersex activist from Argentina Mauro Cabral (2009), who prefers it over other options. Besides not being very popular or studied, it presents the same problem as above, it can't be pronounced.

### *2.3. <-x> ending*

One of the most extensively studied and discussed endings is the -x, a seasoned addition introduced around the 2000s (Borrell & Echeverría 2022). Gaining prominence post its use in "Latinx," incorporated into Merriam-Webster in 2018, it sparked discussions mainly on ideological rather than linguistic fitness. Some authors (de Onís 2017, Murillo 2021) criticize its introduction as a linguistic colonialism from English to Spanish, with differing opinions on its ideological validity (Torres 2018, representing the Editorial Board of *Latino Studies*; Smith & Franco 2018; del Río González 2021). Thus, it is an option plagued with controversy.

In terms of self-declared use and preference, Shenk (2023) found it the least accepted and used among respondents, with 88.1% stating never using it orally and 80.7% in writing. Magagna's study (2021) showed native teachers' lower acceptance, while non-native teachers found it more acceptable than <-@> but less than <-e>. A Pew Research Institute study (Noe-Bustamante *et al*. 2020) revealed low awareness and usage, particularly among Latin people in the US, with only 3% using it and 25% knowing about it, with a tendency for those who use it to be female, university educated, and younger[5]. In the YouTube videos study (Slemp *et al*. 2021), it appears in 2013 in their corpus and it is the dominant one since 2016, peaking in 2018, but only in written form, of course.

So while the <-x> ending has been quite popular in English, the same cannot be said for Spanish, as it is less recognized and accepted among Spanish speakers, even those in the US, and its true meaning and intentions have been controversial. In addition to this, it is either extremely hard to pronounce and against Spanish phonotactics or impossible, as it consists of two consonants and it would be typically added to a root ending already in a consonant. Thus, with this ending, a

[5] There is probably quite a bit of overlap here between these characteristics, as younger Latins are more likely to have a higher education and there are more female students at university in recent years than males.

word like "chic-" ('kid') would phonetically be ['tʃi.kks], and its plural ['tʃi.kkss]. Spanish does not allow a syllable without a vowel or more than a two consonants' cluster in one syllable. In fact, even in English, although for different reasons, there are proposals to go back to the term "Latin" (Salinas 2020) or even the French "Latiné" (Villanueva Alarcón *et al*. 2022).

### *2.4. <-e> ending*

This option, argued to be initially proposed by García Meseguer (1976), is the first easily pronounceable. García Meseguer (1976) noted how words already ending in <-e> in Spanish are more inclusive than classically <-a/-o> gendered ones. For instance, words like "inteligente" or "grande" can be applied to any gender, although nouns such as "docente" or "estudiante", when preceded by a determiner, still force the user to choose between one of two genders: *el* or *la estudiante*. Hence, a new ending in <-e> affecting all nouns and their determiners is proposed. The idea was first picked up in Argentina (Schmidt 2019), although not without opponents. For some feminists, it would undo the visibility of women in professions' terms, such as "presidente", as it would propose that no "presidenta" is used. And if it includes "presidenta" vs. "presidente" as options, it means the neutral and masculine would be conflated in one ending.

This option does fulfill some of the requirements for an ideal ending: it can be pronounced according to Spanish phonotactics and combines with roots easily. Furthermore, it is actually an ending that exists and conveys in some words the idea that both genders are being represented, so it goes along the lines of extending a currently less productive (more lexicalized) use. However, as we have seen, this posits other problems, such as less female visibility.

In terms of alignment with current paradigms in Spanish, this ending poses some problems. In particular, there are some Spanish pronouns that are a true neutral: the demonstratives *esto, esto, aquello*. In the demonstrative paradigm then, the ending <-e> signifies masculine, while the ending <-o> signifies neutral, and the ending -a signifies feminine. If the ending <-e> is adopted, we would have to either change the current demonstrative paradigm to make *esto* masculine and *este* neutral, or accept that the demonstrative paradigm is different from the article, noun, and adjective ending paradigms. Indeed, even the ending <-a> and <-o> for nouns are not consistently masculine and feminine, mainly because of different origins (Latin vs. Greek for instance), and only about 75% of nouns have a predictable gender according to their ending (Clegg 2011).

The other paradigm that would be disrupted is that of the clitic personal pronouns: *le/les* for dative case and *lo/los* and *la/las* masculine and feminine respectively for direct objects. Making *le/les* a signifier for direct object non-binary gender means that there is no distinction between direct and indirect object

for this gender (although there would be for the other two genders). Thus, one option is to lose this case distinction for the third gender. Another option is to follow some minority dialects (Central and North Central Spain) and eliminate the case distinction entirely, substituting it by a gender distinction instead. Now, once again, this new dialectal paradigm uses <-e> for masculine, <-o> for neutral and <-a> for feminine (Echenique Elizondo 1981), as the demonstratives, and perhaps even by analogy with that established paradigm. This is right now not the most common dialectal option, and coming mainly from Madrid and the center of the Peninsula, it could be seen as a metropolis imposition both by Peninsular periphery and by American dialects. On the one hand, while for most linguists it would probably be sad to lose the last vestige of case in Spanish, it is a direction Romance languages have been veering towards. On the other hand, linguistic change that first leads to ambiguity may be dispreferred, although still certainly possible with later readjustments.

It must be noted that this proposal has gained traction among highly educated native speakers, especially in Argentina, where eight universities have endorsed it already. Despite its acceptance, the capital of Argentina has prohibited its use in schools, proving to be controversial also in Argentina. Among the options explored, the <-e> ending, particularly for LGBTQ+ inclusion, emerges as the most popular. Magagna (2021) noted widespread acceptance by both native and non-native teachers, in contrast to Shenk's (2023) findings, where native speakers preferred <-e> in speech but <-@> in writing. Analyzing YouTube video data (Slemp *et al*. 2021), sporadic appearances have occurred since 2013, with increased frequency, albeit still trailing <-x>, in 2018 and 2019 in written form. Notably, videos using inclusive endings both in writing and orally, exclusively employed <-e> orally if the written form was -e, but less frequently than duplication (both binary genders) if it was <-x>. Moreover, <-e> was never used orally with <-@>, preferring a duplicated form again, suggesting this later symbol may specialize in non-sexist expression rather than third-gender expression.

### *2.5. <-i> ending*

The final option is a new ending in <-i>. This option has not been mentioned in any of the works revised for this study, but it has been mentioned in conferences and conversations by several of the researchers, particularly those that investigated the topic after 2020, and it is one of the three options mentioned in the Gender in Language Project (genderinlanguage.com) started at UC Berkeley (Papadopoulos *et al*. 2022). It also appears briefly mentioned in the Nonbinary Wiki, in their entry for Spanish, and the site Pronombr.es.

Like the previous ending, this is one that can be not only pronounced but also easily added to the root of nouns, adjectives, and other words in the same way that

<-o>, <-a> or <-e> are. So in morphological and phonotactic terms, this is as good a candidate as the previous one.

Unlike the <-e> ending, however, it does not figure yet in any paradigm, and because of this, it would be easier for it to have a one to one correspondence between form and meaning. Given that there are not, officially, many words ending in <-e> in Spanish, and the few ones are borrowings and have a stressed <-í> (i.e. *colibrí*) , for the most part, <-i> is "available" to get a new meaning. Because of this, it avoids the disruption of paradigms (like <-e> for the clitic pronoun paradigm) or contradictions between paradigms (like <-e> as masculine in clitic pronouns in leist, loist and laist systems, or in the demonstrative paradigm), and it is compatible with making women visible, by allowing <-e> to be masculine and therefore the introduction of <-a> for feminine in those professions named with a present participle, such as *presidente* or *comandante*. In those cases, we could have a male *presidente*, a female *presidenta*, and a non-binary *presidenti*.

One caveat is that it is not a form that would be extended in its use, but rather a new one. However, in oral informal uses of Spanish in some dialects, this ending is a familiar one, coming from a shortening of the diminutive: *guapita or guapito > guapi*. It is mostly used as a vocative: ¡*Hola guapi*! (hello handsome/beautiful) or *¿Cómo estás chiqui?* (how are you, little one?). So the issue of what article to use has not arisen, but it shows how this is a form that is phonetically natural and already adopted to eliminate gender adscription. When adding an article, "li", it would not create ambiguity with other current articles or pronouns, as the form "le" does.

Although it has not been as frequently proposed, it is starting to gain traction in some circles. For instance, in TikTok, a channel by an Argentinean influencer (Juana Sosa) proposed this option in 2021 and named it "lenguaje iconic", reasoning that the ending is a lot "cuter" than the ending <-e>, which "no suena bien" (it does not sound good). The post had 10.9 million viewings, 2.2 million likes, and 37,300 comments, most of them positive, with only a few using the <-e> ending and a majority replicating the proposal in the comments, and several commenting they already use it.

## 3. Comparing the proposals to find the most optimal option

In order to compare and review all options together, Table 1 below shows pros of each option and issues for each option. Bold font and capital letters indicates a positive characteristic, while regular font and non-capital indicates a negative characteristic.

**Table 1**
Pros and cons of each third gender ending proposed for Spanish

| Ending | Ideal characteristics | | | | Issues with perception | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Pronoun-ceable | Extends current morpheme use | Does not disrupt paradigm | Does not disrupt function marking | US/Anglo imposition | Less female visibility | Less known** |
| -@ | No | No | **YES** | **YES** | **NO** | **NO** | **NO** |
| -* | No | No | **YES** | **YES** | **NO** | **NO** | Yes |
| -x | No | No | **YES** | **YES** | Yes | **NO** | **NO** |
| -e | **YES** | **YES** | No | No | **NO** | Yes | **NO** |
| -i | **YES** | **YES** | **YES** | **YES** | **NO** | **NO** | Yes |

**According to its appearance in studies, since in terms of usage none of these options is often used by native speakers (for instance, one of the most often proposed and studied endings, <-x>, has been shown to be used by only 3% of Latin speakers in the US, being also dispreferred by speakers in the US according to Shenk 2023 and Magagna 2021).

If we just look at the number of positives and negatives, the options would be ranked as follows: -i > -@ > -x, -e, -*. However, it can be claimed that not all negatives (and positives) hold the same importance. For instance, not being pronounceable is probably the biggest barrier to the ending becoming an easy to adopt and more natural option, and hence this can be said to be a *sine qua non condition*. Thus, we should eliminate the 3 first options in the table, leaving us with two possibilities: <-e> and <-i>. Among the two, other than being less studied and less often proposed or investigated, <-i> is the option with fewer negatives and the only one that fulfills the ideal characteristics set at the beginning of this paper.

## 4. Conclusions and challenges ahead

As presented in the beginning of the paper, the proposal of a third gender in Spanish is a top-down approach defended currently by a minority, rather than a spontaneous change in the language motivated by some of the usual driving forces of linguistic change, such as economy, analogy, disambiguation, etc. That means that it may need an extra effort to become a reality, in the form of being embraced by normative forces, such as the education system and creators of norms in Spanish (mainly the academy), as well as software developers, media, etc.

In addition to its top-down direction, this is also the case because of the multiple roles of gender in languages like Spanish, which were mentioned above. Moreover, gender has a vast footprint in acquisition and processing. Gender has been shown to be acquired extremely early on in first language, together with the word, and consequently to have a big influence in processing, even more than more semantic features, like number. There are few studies that have focused on

third gender processing (Zarwanitzer 2019), but they have shown third gender to slow down processing. This is probably an effect of the very narrow link between gender and word, and of frequency (third gender being not frequent at all currently), and may subside as a third gender becomes more accepted, used, and eventually automatized, but although surmountable, it is an effect that needs to be taken into account in languages with grammatical gender like Spanish.

In sum, a third gender is a better solution than no gender in order to be inclusive of all gender identities in flexive grammatical gender languages. However, the road to it is not an easy one, being a top-down type of linguistic change. It will need to be aided by norm, but it could also be aided by choosing an option that is best suited for the particular language system. This requires careful consideration of other elements and paradigms in the language, and it requires resisting the temptation to go with the first fashionable option. This paper is a first attempt to provide such analysis, which will need to be completed by studies on perception (both oral and written), and on processing and evaluating options that can be pronounced and therefore be integrated fully into the language system.

**Acknowledgements**

I would like to thank Dr. Shenk for providing me with a copy of her study on inclusive language options and preferences. I would also like to thank my student Mason Magagna for introducing me to this topic.

**Conflict of interests**

The author has no conflicts of interest to declare.

**References**

Acosta Matos, Mariel Mercedes. 2016. "Subversiones lingüísticas del español: e @, x, como morfemas de género inclusivo y otros recursos estilísticos en publicaciones anarquistas contemporáneas." M.A. Thesis. New York: City College of NY.

Auxland, Morrigan. 2020. "Para Todes: A case study on Portuguese and gender-neutrality." *Journal of Languages, Texts, and Society* 4: 60–83.

Baron, Dennis. 2020. *What's your pronoun? Beyond He & She*. New York: Liveright.

Barrera Alvarado, Pablo A., & Pedro A. Ortiz Rodríguez. 2014. "Tod*s, todxs, tod@s, todes, todas y todos: el lenguaje es responsabilidad." *Reflexiones marginales* 20: 20-28.

Beatty-Martínez, Anne L., & Paola E. Dussias. 2019. "Revisiting Masculine and Feminine Grammatical Gender in Spanish: Linguistic, Psycholinguistic, and Neurolinguistic Evidence." *Frontiers in Psychology* 10: 751. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.00751

Bengoechea, Mercedes. 2015. "Cuerpos hablados, cuerpos negados y el fascinante devenir del género gramatical." *Bulletin of Hispanic Studies* 92(1): 1-24. DOI: https://doi.org/10.3828/bhs.2015.01

Bergs, Alexander, & Dieter Stein. 2001. "The role of markedness in the actuation and actualization of linguistic change." In *Actualization: Linguistic Change in Progress*, ed. by Henning Andersen, 79–94. Amsterdam: John Benjamins.

Bonilla Montesano, Alexandra. 2019. "Lenguaje inclusivo de género: reflexiones desde la mirada de docentes de Trabajo Social." B.A. Thesis. Montevideo: Universidad de la República Oriental de Uruguay.

Borrell, Luisa N., & Sandra E. Echeverría. 2022 . "The use of Latinx in public health research when referencing Hispanic or Latino populations." *Social Science & Medicine* 302: 114977. DOI: https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2022.114977

Bueno Ochoa, Luis. 2022. "El lenguaje inclusivo como medio de (in)comunicación." *La Torre del Virrey* 32: 153-160.

Cabello Pino, Manuel. 2020. "Esbozo de una bibliografía crítica sobre -x y -e como alternativas al masculino genérico en español (2014-2019)." *Tonos Digital* 39(2): 1-25.

Cabral, Mauro (Ed.). 2009. *Interdicciones. Escrituras de la intersexualidad en castellano*. Córdoba, Argentina: Anarrés.

Campbell, Lyle. 2021. *Historical Linguistics: An Introduction*. 4th ed. Cambridge, MA: MIT Press.

Clegg, Jens H. 2011. "A Frequency-based Analysis of the Norms for Spanish Noun Gender." *Hispania* 94(2): 303–319. DOI: https://doi.org/10.1353/hpn.2011.a441843

Collinge, Neville Edgar. 1965. "Some Linguistic Paradoxes." *Journal of Linguistics* 1(1): 1-12. DOI: https://doi.org/10.1017/S0022226700000980

Conde, Ángela Gutiérrez. 2022. "Sexismo lingüístico y lenguaje inclusivo en el aula de español lengua extranjera." *RedELE* 34: 111-139.

Corbett, Greville G. 2005. "Number of Genders." In *The World Atlas of Language Structures,* ed. by Martin Haspelmath, *et al*., 126-129. Oxford: OUP.

de Miguel, Elena. 2022. "Lengua, norma y mundo: relaciones y puntos de fricción. A propósito del lenguaje inclusivo." *Punto y coma* 174(2): 5-30.

de Onís, Catalina M. 2017. "What's in an 'x'?: An Exchange about the Politics of 'Latinx'." *Chiricú Journal: Latina/o Literatures, Arts, and Cultures* 1(2): 78-91. DOI: https://doi.org/10.2979/chiricu.1.2.07

del Río González, Ana María. 2021. "To Latinx or not to Latinx: A Question of Gender Inclusivity versus Gender Neutrality." *American Journal of Public Health* 11(6): 1018-1021. DOI: https://doi.org/10.2105/AJPH.2021.306238

Dryer, Matthew S., & Martin Haspelmath (eds). 2013. WALS Online (v2020.3) [Data set]. Zenodo. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.7385533 (Available online at https://wals.info).

Dussias, Paola E., *et al*. 2013. "When Gender and Looking Go Hand in Hand: Grammatical Gender Processing in L2 Spanish." *Studies in Second Language Acquisition* 35(2): 353-387. DOI: https://doi.org/10.1017/S0272263112000915

Echenique Elizondo, María Teresa. 1981. "El sistema referencial en español antiguo: leísmo, laísmo y loísmo." *Revista de Filología Española* 61(1): 113-157. DOI: https://doi.org/10.3989/rfe.1981.v61.i1/4.612

García Meseguer, Álvaro. 1976. "Sexismo y lenguaje." *Cambio16* 260.

García-Holgado, Alicia, Carina S. González-González, & Francisco J. García-Peñalvo. 2021. "Introduction of the gender perspective in the university teaching: a study about inclusive language in Spanish." *2021 IEEE Global Engineering Education Conference (EDUCON)*, 1669-1673. Vienna, Austria: IEEE. DOI: https://doi.org/10.1109/EDUCON46332.2021.9454113

Grijelmo, Álex. 2019. *Propuesta de acuerdo sobre el lenguaje inclusivo*. Madrid: Taurus.

Guerrero Salazar, Susana (ed.). 2022. Monográfico: El debate sobre el lenguaje inclusivo en la prensa española. *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación* 89.

López-Medel, María. 2021. "Traducción no sexista en la Unión Europea: recomendaciones, aplicación y propuesta de guía." PhD Dissertation. Alicante, Spain: University of Alicante.

Magagna, Mason. 2021. "Las actitudes y prácticas del lenguaje inclusivo por profesores en las Montañas Rocosas y España." MA Thesis. Laramie, Wyoming: University of Wyoming.

Murillo, Enrique G. (Ed.). 2021. *Handbook of Latinos and Education*. New York: Routledge.

Nissen, Uwe K. 2002. "Spanish. Gender in Spanish. Tradition and Innovation." In *Gender Across Languages. Vol. 2: The linguistic representation of women and men*, ed. by Marlis Hellinger & Hadumod Bußmann, 251-279. Amsterdam: John Benjamins.

Noe-Bustamante, Luis, Lauren Mora, & Mark Hugo Lopez. 2020. "About One-in-Four US Hispanics Have Heard of Latinx, but Just 3% Use It." Pew Research Center Report. Washington, D.C.: Pew Research Center.

Pano Alamán, Ana. 2022. "De locuciones cansinas a acciones propagandísticas: argumentos contra el lenguaje inclusivo en el columnismo lingüístico español (1980-2020)." *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación* 89: 29-42. DOI: https://doi.org/10.5209/clac.79499

Papadopoulos, Ben. 2022. "A Brief History of Gender-Inclusive Spanish." *Deportate, Esuli, Profughe* 48(1): 40-48.

Papadopoulos, Ben, *et al*. 2022. Global Spanish. *Gender in Language Project*. Available at https://www.genderinlanguage.com/spanish

Parra, María Luisa, & Ellen J Serafini. 2021. "'Bienvenidxs todes': el lenguaje inclusivo desde una perspectiva crítica para las clases de español." *Journal of Spanish Language Teaching* 8(2): 143-160. DOI: https://doi.org/10.1080/23247797.2021.2012739

Reales Gil, Maravillas. 2020. "Análisis contrastivo de las actitudes hacia el lenguaje inclusivo en Argentina, España y México." M.A. Thesis. Helsinki, Finland: University of Helsinki.

Rodríguez Herrera, Iballa. 2019. "Españoles, españolas, español@s, españolxs: Nuestros políticos y el masculino genérico." B.A. Thesis. Santa Cruz de Tenerife: Universidad de La Laguna.

Rogers, Phillip G., & Stefan Th. Gries. 2022. "Grammatical Gender Disambiguates Syntactically Similar Nouns." *Entropy* 24(4): 520. DOI: https://doi.org/10.3390/e24040520

Sagarra, Nuria, & Julia Herschensohn. 2013. "Processing of gender and number agreement in late Spanish bilinguals." *International Journal of Bilingualism* 17(5): 607-627. DOI: https://doi.org/10.1177/1367006912453810

Salinas, Cristobal. 2020. "The Complexity of the 'x' in Latinx: How Latinx/a/o Students Relate to, Identify With, and Understand the Term Latinx." *Journal of Hispanic Higher Education* 19(2): 149-168. DOI: https://doi.org/10.1177/1538192719900382

Schmidt, Samantha. 2019. "Teens in Argentina are leading the charge to eliminate gender in language." *The Washington Post*, 5 December. Originally posted at https://www.washingtonpost.com/dc-md-va/2019/12/05/teens-argentina-are-leading-charge-gender-neutral-language/

Shenk, Elaine M. 2023. "'Voy a decir 'amigos con arroba': Las perspectivas en cuanto a las opciones inclusivas y no binarias en español." Paper presented at the *28th Conference of Spanish in the USA*, April 6-8. Dallas, Texas.

Silva Corvalán, Carmen. 2011. "Referent tracking in oral Spanish." In *The Life of Language: Papers in Linguistics in Honor of William Bright*, ed. by Jane Hill, Lyle Campbell, & P.J. Mistry, 341-354. Berlin: De Gruyter Mouton.

Slemp, Katie, David Heap, & Yarubi Díaz. 2021. "Writing vs. Speech: How do Spanish online videos pronounce gender inclusive language?" *Actes du congrès annuel de l'Association canadienne de linguistique 2019*. Available at https://cla-acl.ca/pdfs/actes-2019/Slemp-Heap-Diaz-CLA-2019.pdf

Smith, Amanda M., & Alfredo Franco. 2018. "Introduction: The Politics of Latinx Literature Today." *Chiricù Journal: Latina/o Literatures, Arts, and Cultures* 2(2): 5-19. DOI: https://doi.org/10.2979/chiricu.2.2.03

Torres, Lourdes. 2018. "Latinx?" *Latino Studies* 16(3): 283-285. DOI: https://doi.org/10.1057/s41276-018-0142-y

Trask, Robert L., & Robert McColl Millar. 2015. *Trask's Historical Linguistics*. 3rd ed. Abingdon, Oxon: Routledge.

Trudgill, Peter. 1972. "Sex, covert prestige and linguistic change in the urban British English of Norwich." *Language in Society* 1(2): 179-195. DOI: https://doi.org/10.1017/S0047404500000488

Villanueva Alarcón, Idalis, *et al*. 2022. "Latiné, Latinx, Latina, Latino, or Hispanic: Problematizing terms often used in engineering education." *Journal of Engineering Education* 111(4): 735-739. DOI: https://doi.org/10.1002/jee.20486

Zarwanitzer, Ana. 2019. "Procesamiento de oraciones con lenguaje inclusivo." B.A. Thesis. Buenos Aires: Universidad de San Andrés.

**Irene Checa-García.** Associate Professor at the University of Wyoming, where she also directs the Linguistics Lab. She received an MA in Comparative Linguistics from the Universidad de Granada and a Ph.D. in Spanish Linguistics from the Universidad de Almería. She was a Fulbright scholar at the Universidad de León and the University of California, Santa Barbara. A functional linguist, she specializes in heritage language acquisition, syntactic and lexical complexity measures, and corpus linguistics.

*Received on 11 January and accepted for publication on 12 May 2024.*

How to cite this article

[Chicago Style]
Checa-García, Irene. 2024. "Third Gender Marking in Spanish: Evaluation of current options from a linguistic change point of view." *ex æquo* 49: 123-138. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.09

[APA Style – adapted]
Checa-García, Irene (2024). Third Gender Marking in Spanish: Evaluation of current options from a linguistic change point of view. *ex æquo*, 49, 123-1386. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.09

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial re-use, please contact apem1991@gmail.com

# Estudos e Ensaios

# GÉNERO E AUTO-RASTREIO: A UTILIZAÇÃO DE *SMARTPHONES* POR JOVENS EM IDADE ADULTA EM PORTUGAL

*Eduardo Antunes**

*Rita Basílio de Simões***

*Inês Amaral****

*Ana Marta M. Flores*****

**Resumo**

Este estudo exploratório apresenta os principais resultados da análise do rastreio (*tracking*) do uso de aplicações móveis por 342 jovens adultos/as (18-30 anos) em Portugal, considerando as relações de poder com base no género que podem ser refletidas nas suas utilizações. Os resultados indicam que as apps de Redes Sociais e Mensageiros são predominantes, sendo que as categorias de auto-rastreio (Saúde e Bem-estar, *Fitness* e *Self-tracking*) são as de menor uso (tendo maior peso em classes socioeconómicas favorecidas). Ainda que existam mais mulheres do que homens a utilizar essas *apps*, mantendo-se as estruturas genderizadas, estas plataformas digitais também poderão ser concebidas como espaços para o crescimento do auto-rastreio e do autocuidado masculino.

**Palavras-chave:** Auto-rastreio, jovens adultos/as, *self-tracking*, *smartphones*, aplicações móveis.

**Abstract**

**Gender and Tracking of the Self: Smartphone usage by young adults in Portugal**

This exploratory study presents the main results from the analysis of the tracking of mobile application use by 342 young adults (18-30 years old) in Portugal considering the gendered power relations that may be reflected in those uses. The results indicate that Social Media and Messaging apps are predominant, while the tracking of the self categories (Health and Well-being, Fitness and Self-tracking) are the least used (with greater weight in

* Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras (FLUC), 3004-530 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Largo da Porta Férrea, 3004-530, Coimbra, Portugal.
Endereço eletrónico: eduardo.antunes@fl.uc.pt

** Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras (FLUC), 3004-530 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Largo da Porta Férrea, 3004-530, Coimbra, Portugal.
Endereço eletrónico: rbasilio@fl.uc.pt

*** Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras (FLUC), 3004-530 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal.
Endereço eletrónico: ines.amaral@uc.pt

**** Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras (FLUC), 3004-530 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Largo da Porta Férrea, 3004-530, Coimbra, Portugal.

privileged socioeconomic classes). Although there are more women than men using these apps, thus preserving gendered structures, these digital platforms may also be conceived as venues for the growth of male self-tracking and self-care.

**Keywords:** Tracking, young adults, self-tracking, smartphones, mobile applications.

**Resumen**

**Género y auto-rastreo: la utilización de smartphones por jóvenes en edad adulta en Portugal**

Este estudio exploratorio presenta los principales resultados del análisis del rastreo del uso de aplicaciones móviles por 342 adultos jóvenes (18-30 años) en Portugal, considerando las relaciones de poder de género que pueden ser reflejadas en estos usos. Los resultados indican que las *apps* de Redes Sociales y Mensajes predominan, mientras que las categorías de auto-rastreo (Salud y Bienestar, *Fitness* y *Self-tracking*) son las menos utilizadas (teniendo mayor peso en las clases socioeconómicas favorecidas). Aunque el número de mujeres usuarias de estas *apps* es mayor que el de hombres, manteniéndose las estructuras de género, estas plataformas digitales también pueden concebirse como espacios para el crecimiento del auto-rastreo y autocuidado masculino.

**Palabras clave:** Auto-rastreo, jóvenes adultos/as, *self-tracking*, *smartphones*, aplicaciones móviles.

## 1. Introdução

Este artigo analisa sob a lente de género o panorama mediático contemporâneo de crescente digitalização como um ambiente capaz de fomentar a produção de agência e subjetividades, tendo como foco particular jovens adultos/as. As aplicações móveis devem ser entendidas como ferramentas tecnológicas concretas, mas também como manifestações simbólicas (Fotopoulou e O'Riordan 2017) que contribuem para a construção de imaginários. O reconhecimento do papel das *apps* na interação social, partilha de informação, jogos, encontros e melhoria da saúde e da aptidão física requer um duplo esforço analítico: sobre a sua natureza simbólica, como ambientes de comunicação digital, e sobre a sua dimensão experiencial, como ferramentas tecnológicas (Simões e Amaral 2022). Daqui decorre a interpretação das *apps* como tecnologias do corpo (Fotopoulou e O'Riordan 2017).

Variados estudos sobre usos e gratificações no panorama mediático digital têm revelado nuances de género na utilização destas tecnologias que não podem ser dissociadas de estereótipos de género, considerados reflexos de relações desequilibradas de poder (e.g. Zhang *et al.* 2014; Klenk, Reifegerste e Renatus 2017). Apesar dos progressos alcançados nos últimos anos, as assimetrias de género parecem manter-se nas plataformas digitais, onde as mulheres sofrem de forma reiterada práticas de violência *online* (e.g. Plan International 2020; Simões *et al.* 2022), forçando a olhar para as tecnologias como redes de poder e de desigualdades.

Os média e as tecnologias digitais tornaram-se importantes recursos, particularmente para jovens adultos/as, que procuram de forma regular conectar-se com outras pessoas (Yee, Bailenson e Ducheneaut 2009; Zhang *et al.* 2018). É para uma compreensão mais profunda das suas práticas que este artigo pretende contribuir, recorrendo para isso aos estudos feministas e de género sobre tecnologia.

Empiricamente, o estudo foca-se em jovens em idade adulta entre os 18 e os 30 anos, grupo etário que ainda carece, em Portugal, de investigação sistemática dirigida à sua relação com as tecnologias digitais dos média, em especial à luz de uma perspetiva de género. São as suas práticas digitais que pretendemos caracterizar, identificando utilizações genderizadas. São investigados, em particular, os usos de aplicações que conceptualizamos como de auto-rastreio, utilizadas, nomeadamente, para o registo pessoal da atividade física (O'Loughlin *et al*. 2022), atividade sexual (Danaher, Nyholm e Earp 2018) ou, ainda, de medição da fertilidade (Gambier-Ross, McLernon e Morgan 2018; Hamper 2020). Ao promover o registo voluntário de dados de práticas pessoais, estas *apps* poderão favorecer formas específicas de estruturar as identidades e as subjetividades, pelo que procuramos perceber em que medida estão a reconfigurar as relações de género, ou até de que forma se interligam a outros denominadores sociodemográficos.

Aqui se utiliza como base empírica o rastreio (*tracking)* da utilização de *smartphones* de 342 jovens adultos/as em Portugal, durante um período de 90 dias. Os dados foram explorados, de um ponto de vista metodológico quantitativo exploratório, sob procedimentos estatísticos descritivos. Embora limitados, os resultados alcançados sugerem que a utilização de aplicações móveis de auto-rastreio pode apenas, de forma marginal, situar-se no quadro de dinâmicas disruptivas com a normatividade prevalecente. Essencialmente, as práticas rastreadas traduzem regimes genderizados de autovigilância e quantificação que, para as mulheres, representam o imperativo cultural de assegurar o controlo do corpo reduzido à sua função sexual e reprodutiva.

### *1.1 Auto-rastreio, apps e género*

A investigação feminista que se debruça sobre os média tem mostrado que o espaço mediático digital reflete as relações de poder vividas no mundo *offline*, perpetuando hegemonias como desequilíbrios de género (e.g. Ging e Siapera 2018, 2019; Vickery e Everbach 2018; Amaral e Simões 2021; Simões, Baeta e Costa 2023). Tal como originalmente prognosticado, o vasto potencial contra-hegemónico das plataformas digitais pode ser apropriado por movimentos feministas (e.g. Mendes, Ringrose e Keller 2018; Miguel, Marx e Arndt 2020). Contudo, as tecnologias digitais, entre elas as *apps* móveis de autocontrolo das funções reprodutivas e da atividade sexual, incluindo das performances sexuais, estão imersas em relações sociais de poder (Lupton 2016).

No alargado contexto do espaço mediático digital há claras diferenças sociodemográficas e identitárias de utilização (Amaral, Flores e Antunes 2022). Algumas autoras e autores (e.g. Leménager *et al.* 2021) salientam, na conjuntura da pandemia de Covid-19, o aumento do consumo de aplicações de *streaming*, informação e redes sociais e mensageiros pelas mulheres, face ao crescimento do consumo de jogos e conteúdo pornográfico, por parte dos homens. Já Seneviratne e a sua equipa (2014) afirmavam que é possível prever o género de uma pessoa, com uma eficácia de perto de 70%, ao analisar que aplicações móveis é que uma pessoa tem instalada no seu *smartphone*. Em ambos os casos, também nas aplicações há lógicas estereotipadas enraizadas em sociedades patriarcais, com construções específicas sobre o que implica ser mulher ou ser homem.

Os média, e em particular o espaço mediático digital, são frequentemente considerados como perpetuadores de assimetrias simbólicas, em particular de género (Cerqueira e Magalhães 2017), salientando-se o espaço importante que as *apps* assumem nessas assimetrias (Miller 2020). A vigilância digital, ideia inserida na lógica de *Self-tracking* (Lupton 2016), tem sido criticada por permitir a dataficação (Gilbert 2018) e a colonização de dados pessoais (Couldry e Mejias 2019), quantificando-se e registando-se detalhes da vida. Lupton (2016) aponta o *Self-tracking* como um fenómeno sociocultural que engloba não só o registo voluntário e pessoal, como o encorajamento ou a imposição que pode traduzir-se numa forma de autovigilância que reifica desigualdades. Com efeito, há plataformas digitais pensadas para quantificar e armazenar um largo conjunto de informações sobre as pessoas com o seu consentimento. Segundo Sanders (2017), o *Self-tracking* digital facilita níveis de vigilância sem precedentes, ao mesmo tempo que expande a capacidade das pessoas se conhecerem melhor a si mesmas e estarem vigilantes do que as preocupa em si.

Neste sentido, compreendemos o conceito de auto-rastreio como não dizendo meramente respeito a uma tipologia de *apps*, mas antes como um comportamento ativo de automonitorização de diferentes arenas do quotidiano, possibilitado e potencializado por meio das plataformas digitais. Wissinger (2017) inclui essas aplicações num conjunto de tecnologias que esbatem as linhas entre a tecnologia e os corpos humanos, que estão intimamente relacionadas com os objetivos autoimpostos da preocupação com a máxima e melhor saúde e com o desenvolvimento e fortalecimento humanos. Estes objetivos estão, por sua vez, associados à ideia do autocuidado, que é, tendencial e estereotipicamente, visto como uma preocupação feminina. Aliás, o corpo tipicamente feminino tem sido o foco da ideia de medição e rastreio – entre a quantificação, vigilância e dataficação das vidas e dos corpos –, numa busca por um corpo ideal (Crawford, Lingel e Karppi 2015), de tal forma que a popularidade do auto-rastreio é significativa. É particularmente significativa no caso das aplicações centradas na fertilidade e nos ciclos menstruais (Gambier-Ross, McLernon e Morgan 2018; Hamper 2020).

A conceptualização de aplicações de *Self-tracking* engloba instrumentos tecnológicos que têm objetivos bastante diversificados, sobretudo relacionados com a

melhoria da saúde ou da capacidade física. Grosso modo, contudo, replicam estruturas de desigualdades através de processos que têm vindo a ser estudados a partir da lente de género (Simões e Amaral 2022), assim como de classe e idade (Findeis *et al*. 2021). Há, contudo, razões para abandonar a utilização destas *apps*, que estão sobretudo centradas no ónus de registar dados com regularidade, tal como no desconforto e pressão sentida em partilhar informação, e consequente frustração com o incumprimento, em alguma medida, dos objetivos da utilização dessas mesmas aplicações (Epstein *et al.* 2016; Findeis *et al.* 2021).

Este trabalho parte da consciência de que a utilização de *apps* como as destinadas ao auto-rastreio é mais bem entendida quando se observa essa utilização sob múltiplas formas e dados. Se abordarmos o conceito de dataficação, conforme descrito por van Dijck (2014), torna-se evidente que é possível mensurar uma variedade de elementos do quotidiano via digital. O que antes nunca tinha sido sujeito a quantificação – como amizades, interesses, conversas informais, pesquisas de informação, expressões de preferências e respostas emocionais – é agora passível de cálculo e de previsão de comportamentos. As variáveis sociodemográficas permitem outro grau de detalhe nos entendimentos dessas expressões digitais, destacando-se, em particular, com centralidade neste trabalho, a perspetiva de género.

## 2. Metodologia

Este trabalho explora as utilizações de aplicações móveis por parte de jovens em idade adulta, sob a lente de género, assumindo uma metodologia quantitativa exploratória, com base empírica no rastreio (*tracking*) de uso detalhado dos *smartphones* de 342 jovens adultos/as (com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos), através de uma entidade externa[1] contratada para esse efeito. Durante um período total de 90 dias, esta entidade externa registou as nuances comportamentais da utilização do *smartphone* de 342 painelistas jovens adultos/as que vivem em Portugal, permitindo quantificações tais como número de cliques, de visitas, de minutos, de utilizações diárias ou totais. A recolha de dados foi dividida em três diferentes fases temporais, entre 2020 e 2021, a fim de obter retratos de usos rotineiros, ainda que no quadro de um quotidiano marcado pela pandemia.

Os dados oficiais estatísticos dos censos portugueses (Carrilho 2015; INE 2023) não abordam a juventude adulta como uma geração entre os 18 e os 30 anos, por isso não disponibilizam dados sobre quantas pessoas existem em Portugal com estas idades. De todo o modo, os censos de 2021 (INE 2023) permitem saber que, nesse ano, o número de jovens entre os 20 e os 29 anos era de 1.101.758 habitantes. Para estimar os/as restantes jovens da população a que diz respeito este

[1] Netquest. URL: https://www.netquest.com/pt-pt/

estudo, consultaram-se os dados dos censos de 2011 (Carrilho 2015), que identificam 232.641 jovens com 18 ou 19 anos em 2011. Agregaram-se estes dois números, chegando à estimativa da existência de cerca de 1.335.000 jovens em idade adulta em Portugal face ao período deste estudo. A amostra é constituída por 342 jovens adultos/as do painel disponível para estudos da entidade externa contratada. Assim, esta é uma amostra por conveniência, que encaminha este trabalho para o seu sentido metodológico exploratório e consequentemente não permite generalizações dos resultados com total precisão estatística. A utilização de amostragens por conveniência tem limitações na interpretação dos resultados. Porém, a amostra tem já algum nível de relevância quantitativa, podendo indicar tendências iniciais a serem exploradas. Uma amostra de 342 painelistas, face à população em questão, permite uma margem de erro de ±5% perante um nível de confiança de 95% (*z*-score de 1,96).

Foram quatro as questões que orientaram o estudo. Q1: Que usos fazem as e os jovens em idade adulta das aplicações móveis? Q2: Qual a expressão dos usos de aplicações de auto-rastreio nesse retrato? Q3: Em que medida diferem esses usos de aplicações de auto-rastreio consoante diferentes variáveis sociodemográficas (idade, região de Portugal e classe socioeconómica)? Q4: Estarão esses usos a reproduzir ou a desafiar estereótipos de género?

Os dados foram explorados, de um ponto de vista metodológico quantitativo exploratório, sobre procedimentos estatísticos descritivos. Este trabalho pressupõe a análise crítica desses dados através de uma perspetiva feminista, preocupada com desigualdades de género na própria utilização de aplicações móveis. Coloca-se como aspeto central da análise deste trabalho a utilização de *apps* que impliquem o auto-rastreio, e a possibilidade de essa utilização estar ou não inserida em contextos culturais e sociais marcados por papéis de género.

A amostra permite cruzar os dados de utilização de aplicações móveis com dados sociodemográficos do painel de 342 jovens adultos/as, tais como a classe socioeconómica, a região portuguesa, o género e a idade. Em relação à determinação da classe socioeconómica, os/as painelistas foram inicialmente inquiridos/as em relação aos rendimentos mensais individuais e do seu agregado familiar. De seguida, a entidade externa dividiu os/as painelistas segundo uma adaptação da escala socioeconómica de Nielsen, que originalmente categoriza 8 classes socioeconómicas.

O registo de utilização dos *smartphones* por esta entidade externa pressupõe a divisão das *apps* nas seguintes seis categorias: "*Fitness*"; "Jogos"; "Namoro e Encontros"; "Redes Sociais e Mensageiros"; "Saúde e Bem-estar" e "*Self-tracking*". No total, foram rastreadas as utilizações de 40 aplicações, que se dividem em 7 *apps* de *Fitness*, 5 de Jogos, 5 de Namoro e Encontros, 10 de Redes Sociais e Mensageiros, 8 de Saúde e Bem-estar e 5 de *Self-tracking*, conforme apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1**

Lista de categorias e consequentes aplicações rastreadas

| Categoria | Aplicação | Número de aplicações por categoria |
|---|---|---|
| *Fitness* | BetterMe | 7 |
| | BodyFast | |
| | Exercícios em casa | |
| | FitCoach | |
| | Freeletics | |
| | Strava: GPS ciclismo | |
| | Xiaomi Wear | |
| Jogos | Among Us! | 5 |
| | Candy Crush Saga | |
| | FarmVille 3 Animals | |
| | The Sims Mobile | |
| | Twitch | |
| Namoro e Encontros | Badoo | 5 |
| | Bumble | |
| | Grindr | |
| | Happn | |
| | Tinder | |
| Redes Sociais e Mensageiros | Discord | 10 |
| | Facebook | |
| | Instagram | |
| | Messenger | |
| | Reddit | |
| | Telegram | |
| | TikTok | |
| | Viber | |
| | WhatsApp | |
| | YouTube | |
| Saúde e Bem--Estar | Calm | 8 |
| | Clue | |
| | Fabulous | |
| | Fastic | |
| | Huawei Health | |
| | Jejum Intermitente - Rastreador em Jejum Zero-Cal | |
| | Passe Covid | |
| | SNS24 | |
| *Self-tracking* | Calendário Menstrual, Ovulação | 5 |
| | Fit: Monitoriz. de atividades | |
| | Meu calendário menstrual Flo | |
| | Mi Fit | |
| | Pedómetro | |
| | **Total de aplicações** | 40 |

Fonte: Elaboração própria.

A amostra de 342 painelistas é constituída, de acordo com a Tabela 2, por 201 mulheres (58,77%) e 141 homens (41,23%), sendo que 105 (30,70%) são jovens adultos/as com idades entre os 18 e os 24 anos e os/as restantes 237 (69,30%) têm idades entre os 25 e os 30. As três regiões mais preponderantes na amostra são o Norte (107 painelistas, 31,29% da amostra), o Centro (95 jovens adultos/as, 27,78%) e a região de Lisboa (83 painelistas, 24,27%). Nenhuma das restantes regiões do território português representa mais do que 9% da amostra. No que concerne à classe socioeconómica, dividida numa escala de quatro possibilidades, a amostra é sobretudo constituída por jovens adultos/as de classe média, isto é, C1, com 163 painelistas (47,66% da amostra) e ainda por membros das classes alta e média alta, isto é, AB, com 130 jovens adultos/as (38,01%).

**Tabela 2**
Distribuição de amostra

| | | N | % |
|---|---|---|---|
| Género | Mulher | 201 | 58,77% |
| | Homem | 141 | 41,23% |
| Idade | 18-24 | 105 | 30,70% |
| | 25-30 | 237 | 69,30% |
| Região | Açores | 1 | 0,29% |
| | Alentejo | 24 | 7,02% |
| | Algarve | 28 | 8,19% |
| | Centro | 95 | 27,78% |
| | Lisboa | 83 | 24,27% |
| | Madeira | 4 | 1,17% |
| | Norte | 107 | 31,29% |
| Classe socioeconómica | AB (classe alta e média alta) | 130 | 38,01% |
| | C1 (classe média) | 163 | 47,66% |
| | C2 (classe média baixa) | 38 | 11,11% |
| | D (classe baixa) | 11 | 3,22% |
| | **Total** | 342 | 100,00% |

Fonte: Elaboração própria.

## 3. Resultados

Os resultados do rastreio (*tracking*) de três meses da utilização de *smartphones* por parte do painel de 342 jovens adultos/as, dividida em seis categorias de aplicações móveis, revelam importantes nuances na utilização de *apps* e permitem que se observem detalhes no tipo de utilização efetuada.

Os dados apresentados na Tabela 3 reforçam a preponderância das aplicações de Redes Sociais e Mensageiros, já que o total de 342 painelistas utilizou esse tipo de aplicações durante algum momento dos três meses da amostra. Esta categoria de *apps* também se destaca significativamente nas restantes métricas, com valores que sugerem a sua utilização frequente. Esta é a única categoria em que a média de minutos por dia por utilizador/a é superior a 60. As Redes Sociais e Mensageiros registaram ainda 177.335 visitas durante os 3 meses, resultando numa média de 519 visitas por utilizador/a. Por sua vez, esta categoria de *apps* teve uma média de visualizações de página por utilizador/a de 2840.

As restantes categorias de aplicações não atingem resultados de equiparável utilização. No número total de utilizadores/as, surge em segundo lugar a categoria das *apps* de Saúde e Bem-Estar, com 91 pessoas (26,61% da amostra). Porém, esta categoria é também a que regista menor média de visitas por utilizador/a (7), menor média de visualizações de páginas por utilizador/a (15) e menor média de minutos por dia por utilizador/a (0,12).

**Tabela 3**
Tipo de aplicações e a sua utilização total e diária

| Tipo de Apps | Total de Utilizadores/as (N/% do Total) | Total de Visitas | Média de Visitas por Utilizadores/as | Média de Visualizações de Páginas por Utilizadores/as | Média de Minutos por Dia por Utilizadores/as |
|---|---|---|---|---|---|
| *Fitness* | 30 (8,77%) | 457 | 15 | 47 | 0,67 |
| Jogos | 70 (20,47%) | 2004 | 29 | 132 | 6,74 |
| Namoro e Encontros | 42 (12,28%) | 3522 | 84 | 365 | 5,98 |
| Redes Sociais e Mensageiros | 342 (100,00%) | 177335 | 519 | 2840 | 65,18 |
| Saúde e Bem-Estar | 91 (26,61%) | 657 | 7 | 15 | 0,12 |
| *Self-tracking* | 36 (10,53%) | 364 | 10 | 21 | 0,19 |

Fonte: Elaboração própria.

No número total de visitas e, consequentemente, na média de visitas por utilizador/a, mas também na média de visualizações de páginas por utilizador/a, surge como segunda categoria de *app* mais utilizada a de Namoro e Encontros (3522 visitas totais, 519 visitas em média por utilizador/a e 364 visualizações de páginas em média por utilizador/a). As *apps* de Namoro e Encontros e de Jogos são as restantes categorias, além de Redes Sociais e Mensageiros, cujas médias por dia por utilizador/a ultrapassam um minuto de utilização.

A Tabela 4 sistematiza os resultados da utilização da união das categorias Saúde e Bem-estar, *Fitness* e *Self-tracking*, apresentando-se os dados da utilização de aplicações de auto-rastreio cruzados com o género, a idade, o momento do dia da utilização, a região de residência e a classe socioeconómica dos/as painelistas. Ao contrário do exposto na Tabela 3, os resultados face à média de minutos por utilizador/a não são apresentados na Tabela 4, pois, em qualquer variável sociodemográfica, os valores são muito semelhantes, situando-se entre 0 e 1 minuto.

No que toca à idade, as frequências relativas de utilizadores/as são relativamente equilibradas entre os subgrupos de idades dos 18 aos 24 anos (55 pessoas, 52,38%) e dos 25 aos 30 anos (102 painelistas, 43,04%). Tendo em conta que as frequências relativas apresentam uma diferença ligeiramente inferior a 10% (isto é, duas vezes a margem de erro), não se sugerem percentagens significativamente diferentes a um nível de confiança de 95%. Existe, sim, uma grande discrepância no total de visitas; porém, quando se analisam as visitas em valores médios que têm em conta o número de utilizadores/as desse subgrupo, os valores são idênticos. Veja-se que é apenas na média de visualizações de página por utilizador/a que os resultados apontam para algumas diferenças, apesar de reduzidas, com 26 visualizações de página por utilizador/a entre os 18 e os 24 anos, enquanto a média é de 20 no grupo dos 25 aos 30 anos.

Em relação à região, os resultados indicam mais discrepâncias. Apesar de a Tabela 4 apresentar os resultados para os Açores e a Madeira, não se devem valorizar os casos isolados de 1 e 2 painelistas, respetivamente. Face às restantes regiões do país, o Algarve (16 utilizadores/as, 57,14%) e o Alentejo (13 painelistas, 54,17%) destacam-se como as regiões com maiores frequências relativas de utilizadores/as. Tendo em conta uma possível dispersão de resultados num intervalo de 10%, podem encontrar-se as frequências relativas do Algarve e do Alentejo, mas também do Centro (47 utilizadores/as, 49,47%). Existe ainda outro conjunto de três regiões cujas frequências relativas se encontram num intervalo de 10%, incluindo o Centro, o Norte (45 pessoas, 42,06%) e a região de Lisboa (33 utilizadores/as, 39,76%). Assim, as frequências relativas sugerem diferenças significativas entre regiões como Algarve e Alentejo, em comparação com as regiões do Norte e de Lisboa. Apesar de a região do Algarve ser a que apresenta a maior frequência relativa de utilizadores/as, é aqui que se encontra a menor média de visitas por painelista (5), enquanto as maiores médias de visitas por utilizador/a se encontram nas regiões do Alentejo e de Lisboa, com uma média de 12 visitas. No mesmo sentido, são também as regiões de Alentejo e de Lisboa as que se destacam nas médias de visualizações de página por utilizador/a (29 em Lisboa, 26 no Alentejo), tendo, mais uma vez, a região do Algarve a menor média (12).

Face à classe socioeconómica, registaram-se apenas 6 utilizadores/as de classe D das *apps* de auto-rastreio. Deste modo, os resultados da classe D não

deverão ser objeto de ênfase analítico-estatística. Veja-se que as frequências relativas entre as classes C1 e C2 são bastante semelhantes (47,85% na classe C1, correspondente a 78 utilizadores/as; 47,37% na classe C2, correspondente a 18 utilizadores/as). De todo o modo, as frequências relativas das classes C1 e C2 não se distanciam mais de 10% da frequência relativa registada na classe AB (55 utilizadores/as, 42,31%), não sugerindo diferenças significativas neste parâmetro. Já analisando as restantes métricas, e apesar de os totais de visitas serem bastante diferentes, é interessante observar que as classes socioeconómicas mais altas (AB e C1) apresentam resultados muito semelhantes quer na média de visitas por utilizador/a (10 visitas em média), quer na média de visualizações de página por utilizador/a (26 na classe AB, 25 na classe C1). Já a classe C2 distancia-se destes resultados, com 5 visitas em média por painelista e 7 visualizações de página em média por utilizador/a.

Ainda relativamente aos dados apresentados na Tabela 4, os resultados da utilização face ao momento do dia devem ser interpretados de forma ligeiramente diferente, já que as mesmas pessoas poderão utilizar as aplicações na totalidade das cinco opções disponíveis. De qualquer modo, há um equilíbrio generalizado na utilização destas *apps* no que toca às manhãs, tardes e noites. Por sua vez, os resultados diferem mais entre a utilização durante dias de semana ou durante fins de semana, sobretudo ao nível das frequências relativas de utilizadores/as. Nos dias de semana, registaram-se 143 utilizadores/as (41,81%), o que é significativamente superior à frequência de utilizadores/as aos fins de semana (94 pessoas, 27,49%). Apesar de existirem diferenças robustas no total de visitas, quando se analisa a média destas por utilizador/a, os resultados aproximam-se. Mesmo na média de visualizações de página por utilizador/a não existem discrepâncias que sugiram nuances relativamente distintas, até porque, ao contrário das restantes variáveis sociodemográficas, a utilização num determinado momento do dia não invalida a sua utilização também noutro momento do dia. De todo o modo, a maior média de visualizações de página por utilizador/a registou-se durante os dias de semana (17), enquanto a menor média registou-se nas manhãs (9).

Apesar de a amostra ter mais mulheres do que homens, os resultados da Tabela 4 sugerem diferentes utilizações destas *apps* face ao género. Mesmo tendo em conta a margem de erro de ±5% da amostra, os intervalos de resultados possíveis de frequências relativas de utilizadores/as distanciam-se acima dos 10%, já que as 107 mulheres que utilizaram estas *apps* representam 53,23% do total de mulheres na amostra, enquanto os 50 homens que utilizaram estas *apps* são apenas 35,46%. À semelhança do que acontece com os dois subgrupos etários, e apesar de grandes disparidades nos números totais de visitas, as restantes variáveis apresentadas na Tabela 4 não sugerem particulares diferenças genderizadas na utilização de aplicações de auto-rastreio, sobretudo no sentido de mais e maiores utilizações por parte de mulheres. Aliás, a média de visualizações de página por utilizador/a sugere um resultado maior nos homens (29) do que nas mulheres (20).

**Tabela 4**
Utilização de aplicações de auto-rastreio (*Fitness*; Saúde e Bem-estar; *Self-tracking*) por género, idade, momento do dia, região e classe socioeconómica

| | | Total de Utilizadores/as (N/% do Total) | Total de Visitas | Média de Visitas por Utilizador/a | Média de Visualizações de Páginas por Utilizadores/as |
|---|---|---|---|---|---|
| Género | Mulher | 107 (53,23%) | 1015 | 10 | 20 |
| | Homem | 50 (35,46%) | 463 | 9 | 29 |
| Idade | 18-24 | 55 (52,38%) | 450 | 8 | 26 |
| | 25-30 | 102 (43,04%) | 1028 | 10 | 20 |
| Momento do dia | Manhã | 83 (24,27%) | 389 | 5 | 9 |
| | Tarde | 110 (32,16%) | 615 | 6 | 15 |
| | Noite | 102 (29,82%) | 498 | 5 | 12 |
| | Dia de semana | 143 (41,81%) | 1058 | 7 | 17 |
| | Fim de semana | 94 (27,49%) | 421 | 4 | 11 |
| Região | Açores | 1 (100,00%) | 111 | 111 | 203 |
| | Alentejo | 13 (54,17%) | 160 | 12 | 26 |
| | Algarve | 16 (57,14%) | 72 | 5 | 12 |
| | Centro | 47 (49,47%) | 375 | 8 | 19 |
| | Lisboa | 33 (39,76%) | 403 | 12 | 29 |
| | Madeira | 2 (50,00%) | 5 | 3 | 3 |
| | Norte | 45 (42,06%) | 352 | 8 | 21 |
| Classe socioeconómica | AB (classe alta e média alta) | 55 (42,31%) | 566 | 10 | 26 |
| | C1 (classe média) | 78 (47,85%) | 805 | 10 | 25 |
| | C2 (classe média baixa) | 18 (47,37%) | 81 | 5 | 7 |
| | D (classe baixa) | 6 (54,55%) | 26 | 4 | 6 |
| | **Total** | 157 (45,91%) | 1478 | 9 | 22 |

Fonte: Elaboração própria.

## 4. Discussão

Os resultados apresentados permitem leituras detalhadas sobre as utilizações de aplicações móveis, que revelam usos massivos e generalizados das *apps* da categoria Redes Sociais e Mensageiros. Assim, de acordo com os dados da Tabela 3, é possível responder à primeira questão de investigação (Q1). A categoria de Redes Sociais e Mensageiros é de tal forma preponderante que todas as pessoas da amostra utilizaram esta categoria de *apps*, distanciando-se das demais categorias, inclusive na média de minutos por utilizador/a por dia, registando mais de 65 minutos por dia, enquanto a categoria com a segunda maior média de minutos por utilizador/a por dia (Jogos) não chega aos 7 minutos. Apesar da popularidade das *apps* de Redes Sociais e Mensageiros ser relativamente constante, o período de recolha da amostra deste estudo coincidiu com alterações sociais e comportamentais resultantes dos diversos confinamentos e demais restrições da pandemia da Covid-19, o que aumentou a utilização geral dessa categoria no contexto português e também internacional (Leménager *et al.* 2021; Simões *et al*. 2022; Amaral, Antunes e Flores 2023). As restantes cinco categorias revelam padrões de utilização mais semelhantes entre si, que sugerem menor centralidade na vida dos/as 342 jovens adultos/ /as. A nível de frequências absolutas e relativas, destaca-se o facto de as *apps* inicialmente categorizadas como de Namoro e Encontros (42 utilizadores/as, 12,28%), *Self-tracking* (36 pessoas, 10,53%) e *Fitness* (30 painelistas, 8,77%) serem das menos utilizadas. Porém, quando se observam as restantes métricas, os resultados apontam para utilizações mais intensivas das *apps* de Namoro e Encontros por comparação com as de *Self-tracking* e de *Fitness*. Mais do que comparar as médias de visitas, poderá auxiliar a compreensão deste facto observar as diferenças nas médias de visualizações de página por painelista (365 nas *apps* de Namoro e Encontros, por comparação com 41 nas de *Fitness* e 21 nas de *Self-tracking*), já que esta métrica se associa ao *swiping* característico dessas *apps*. Também na média de minutos por dia por utilizador/a as *apps* de Namoro e Encontros se distanciam (5,98 minutos), o que poderá ser contextualizado, no caso português, pela positiva recetividade a tecnologias com este fim (Sepúlveda e Vieira 2020). As categorias de *Self-tracking* e de *Fitness* reúnem médias de minutos por dia por utilizador/a inferiores a 1 minuto (0,19 e 0,67, respetivamente). O mesmo acontece ainda nas aplicações de Saúde e Bem-estar (0,12 minutos). Tendo em conta que conceptualizamos o auto-rastreio como a junção das categorias de *Self-tracking*, *Fitness* e Saúde e Bem-estar, assim se poderá responder à segunda questão de investigação (Q2).

Neste artigo conceptualiza-se o auto-rastreio como a junção de categorias onde está presente a disciplina do corpo (Klenk, Reifergerste e Renatus 2017; Pelúcio 2022; Antunes, Alcaire e Amaral 2023). Esta ideia do auto-rastreio agrega diferentes tipos de *apps* que permitem monitorizar, medir e registar comportamentos, hábitos ou mesmo ideias e pensamentos. Entre a quantificação, a vigilância e a dataficação, o auto-rastreio deve ser analisado numa perspetiva crítica da disci-

plina do género e do corpo. Daí resulta a ideia da qualidade do autocuidado, hegemónica e estereotipicamente percebido (e representado) como um interesse meramente feminino, que encaixa nos papéis de género tradicionais, segundo os quais as mulheres estão associadas ao cuidado (não só de si próprias, como também de outros/as) e à reprodução.

A análise dos dados apresentados na Tabela 4 permite responder à Q3. Começando com o foco na região, indicador onde se encontram algumas discrepâncias, em termos de frequências relativas destacam-se o Algarve (16 utilizadores/as, 57,14%) e o Alentejo (13 painelistas, 54,17%). Porém, as restantes métricas utilizadas sugerem resultados diversificados que não corroboram, sobretudo, a grande utilização de *apps* de auto-rastreio no Algarve, o que dificulta a identificação de diferentes padrões de utilização face a características específicas de residentes em determinadas regiões portuguesas. O momento do dia também pode levar a diferentes níveis de popularidade na utilização destas aplicações. Os resultados sugerem que as *apps* de auto-rastreio são mais utilizadas durante a semana do que ao fim de semana, seja em termos de frequências relativas de utilizadores/as ou em médias como a de visualizações de página por painelista. Desta forma, os resultados poderão abrir espaço para uma leitura e análise futura sobre o auto-rastreio como mais uma tarefa simultânea à semana de estudo/trabalho, da qual se poderá descansar, pausar até, durante o fim de semana. Em relação aos subgrupos etários, as métricas tendem a apresentar valores semelhantes, sendo que as próprias frequências relativas se encontram num intervalo inferior a 10% (duas vezes a margem de erro), não se identificando particulares diferenças na utilização de *apps* de auto-rastreio entre jovens dos 18 aos 24 anos em comparação com jovens dos 25 aos 30, o que sugere a associação geral da juventude ao uso deste tipo de aplicações conforme apontado noutros estudos (e.g. Findeis *et al*. 2021).

Ainda sobre a Q3, poderá existir alguma associação entre classe socioeconómica e a utilização de *apps* de auto-cuidado, o que também corrobora o que foi apontado por Findeis e restantes colegas (2021), que afirmam que o movimento do registo do *self* poderá estar associado com classes socioeconómicas mais favorecidas. Aliás, tendo em conta as métricas além dos totais de utilizadores/as, salientam-se as classes socioeconómicas mais altas (AB e C1) com resultados muito semelhantes, quer na média de visitas (10 visitas em média), quer na média de visualizações de página por utilizador/a (26 na classe AB, 25 na classe C1), face aos resultados da classe C2 (em média, 5 visitas e 7 visualizações de página por painelista).

De modo a responder à Q4, partiu-se da ligação entre o papel tradicional da mulher como uma construção ligada ao auto-rastreio pelo cuidado, seja face a uma procura por um corpo ideal ou pelo auxílio tecnológico aos ciclos menstruais e às questões da fertilidade (Crawford, Lingel e Karppi 2015; Gambier-Ross, McLernon e Morgan 2018; Hamper 2020). A popularidade do nicho específico de *apps* focadas na fertilidade e nos ciclos menstruais, que estão particularmente inseridas no con-

texto das aplicações de *Self-tracking*, é identificável na lista de aplicações rastreadas, conforme demonstra a Tabela 1. A forte presença desse nicho específico de *apps* pode justificar, por si só, a presença de mais utilizadoras do que utilizadores, inclusive em frequências relativas, contribuindo para uma tendência genderizada na utilização de *apps* de auto-rastreio. Assim, os resultados revelam padrões tradicionais de género nessas utilizações, enfatizando-se um contexto de autovigilância e de automonitorização dos próprios corpos através da tecnologia, como aponta Lupton (2016), sobretudo com *apps* que reforçam a autovigilância e o autocontrolo do corpo feminino, reduzido à sua função sexual e reprodutiva.

Embora a amostra tenha mais mulheres do que homens, salientamos que, mesmo tendo em conta a margem de erro de ±5%, a possível dispersão de resultados da frequência relativa de utilizadoras (107 mulheres, 53,23%) distancia-se da frequência relativa de utilizadores (50 homens, 35,46%), já que as frequências relativas têm uma diferença superior a 10%. Apesar de estes resultados sugerirem a manutenção dos ideais estruturantes do cuidado próprio e com outros/as como algo massivamente feminino, as restantes métricas da Tabela 4 indicam que os homens que decidem utilizar este tipo de aplicações, apesar de em menor número, fazem utilizações semelhantes às mulheres, havendo até métricas onde os resultados podem ser maiores nos homens do que nas mulheres (como a média de visualizações de página por utilizador/a, que é 29 e 20, respetivamente). É, por isso, relevante entender que as *apps* de auto-rastreio possuem fins bastante diversificados. De todo o modo, daqui podem surgir leituras sobre a utilização geral destas aplicações por parte de homens jovens adultos, em contextos de novas masculinidades. Outros estudos poderão aprofundar se as *apps* de auto-rastreio podem ser pensadas como um pequeno espaço digital de emancipação do auto-cuidado masculino, sobretudo aliado ao exercício e à saúde física, contribuindo para uma certa desmistificação de construções socioculturais tradicionais e patriarcais.

## 5. Conclusão

A análise dos resultados deste artigo reforça a preponderância de Redes Sociais e Mensageiros junto de jovens em idade adulta em Portugal, sobretudo num contexto após o início da pandemia da Covid-19. O *tracking* da utilização de *smartphones* durante um total de 90 dias permite concluir que as *apps* com fins de auto-rastreio (Saúde e Bem-estar, *Self-tracking* e *Fitness*) são das menos utilizadas sob variadas métricas, sendo as únicas categorias com menos de 1 minuto, em média, por dia por utilizador/a, o que sugere que não fazem parte estruturante da vida comum da juventude adulta em Portugal. Outros estudos que explorem a utilização destas *apps* noutras gerações adultas poderão contribuir para a perceção da utilização de *apps* de auto-rastreio como algo associado à juventude e a classes socioeconómicas mais favorecidas (Findeis *et al*. 2021). Os

dados deste estudo reforçam essa utilização por parte das classes socioeconómicas mais favorecidas.

Este artigo apresenta leituras genderizadas sobre os padrões de utilização que poderão não ser determinadamente conclusivas, sobretudo pelo caráter exploratório da metodologia quantitativa de amostra não representativa, apesar de sugerirem a reprodução de construções hegemónicas e patriarcais da feminilidade. Nesse sentido, estudos com amostras mais significativas e representativas poderão ser importantes para se aprofundar a ideia da continuidade dos padrões patriarcais de responsabilização da mulher pela sua capacidade reprodutiva, tal como serão importantes para se explorar se o auto-rastreio masculino se poderá limitar e circunscrever à autovigilância do exercício e da saúde física. Os resultados sugerem que as utilizações de *apps* de auto-rastreio por parte de jovens adultos/as em Portugal não antagonizam os padrões de género tradicionais (Simões e Amaral 2022), apesar de se reconhecer uma utilização semelhante da larga categoria de *apps* de auto-rastreio entre utilizadoras e utilizadores. Poderão ser interessantes estudos focados na identificação de padrões de utilização distintos, de modo a verificar as leituras aqui apresentadas, auxiliando a compreensão da genderização, em conjugação com a idade e ainda outros fatores sociodemográficos, da auto-vigilância e do autocuidado que as *apps* englobadas na lógica do auto-rastreio (sugerem e reforçam.

## Contributos das/os autoras/es

**EA:** Conceptualização; análise formal; investigação; metodologia; validação; redação do rascunho original; revisão e edição.

**RBS:** Conceptualização; investigação; metodologia; validação; redação do rascunho original; revisão e edição.

**IA:** Conceptualização; metodologia; investigação; validação; revisão e edição.

**AMF:** Conceptualização; investigação; metodologia; validação; revisão e edição.

## Agradecimentos

Apoio financeiro de fundos nacionais através da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) no contexto do projeto MyGender – Práticas mediadas de jovens adultos: promover justiça de género nas e através de aplicações móveis (PTDC/COM-CSS/5947/2020).

## Conflito de interesses

O autor e as autoras declaram não existir qualquer conflito de interesses.

## Referências bibliográficas

Amaral, Inês, e Rita Basílio Simões. 2021. "Online abuse against women: towards an evidence-based approach." Em *Digital media. El papel de las redes sociales en el ecosistema educomunicativo en tiempos de Covid-19*, coordenado por Joaquín Sotero González e Joaquín González García, 579-592. Madrid: McGraw-Hill.

Amaral, Inês, Ana Marta Flores, e Eduardo Antunes. 2022. "Desafiando imaginários: práticas mediadas de jovens adultos em aplicações móveis." *Revista Media & Jornalismo* 22(41): 141-160. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_41_8

Amaral, Inês, Eduardo Antunes, e Ana Marta M. Flores. 2023. "How do Portuguese young adults engage and use m-apps in daily life? An online questionnaire survey." *Observatorio (OBS*)* 17(2): 245-263. DOI: https://doi.org/10.15847/obsOBS 17220232141

Antunes, Eduardo, Rita Alcaire, e Inês Amaral. 2023. "Wellbeing and (Mental) Health: A Quantitative Exploration of Portuguese Young Adults' Uses of M-Apps from a Gender Perspective." *Social Sciences* 12(3): 1-14. DOI: https://doi.org/10.3390/socsci120 10003

Carrilho, Maria José. 2015. "Crianças e Adolescentes em Portugal." *Revista de Estudos Demográficos* 55: 53-101. INE. Disponível em https://www.ine.pt/xurl/pub/224830908

Cerqueira, Carla, e Sara I. Magalhães. 2017. "Ensaio sobre Cegueiras: cruzamentos intersecionais e (in)visibilidades nos *media*." *ex æquo* 35: 9-20. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.35.01

Couldry, Nick, e Ulises A. Mejias. 2019. "Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject." *Television & New Media* 20(4): 336-349. DOI: https://doi.org/10.1177/1527476418796632

Crawford, Kate, Jessa Lingel, e Tero Karppi. 2015. "Our metrics, ourselves: A hundred years of self-tracking from the weight scale to the wrist wearable device." *European Journal of Cultural Studies* 18(4-5): 479-496. DOI: https://doi.org/10.1177/1367549415584857

Danaher, John, Sven Nyholm, e Brian D. Earp. 2018. "The Quantified Relationship." *American Journal of Bioethics* 18(2): 3-19. DOI: https://doi.org/10.1080/15265161.2017.1409823

Epstein, Daniel A., *et al*. 2016. "Beyond Abandonment to Next Steps: Understanding and Designing for Life after Personal Informatics Tool Use." *Proceedings of the 2016 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, 1109-13. DOI: https://doi.org/10.1145/2858036.2858045

Findeis, Charlotte, *et al*. 2021. "Quantifying self-quantification: A statistical study on individual characteristics and motivations for digital self-tracking in young- and middle-aged adults in Germany." *New Media & Society* 25(9). DOI: https://doi.org/10.1177/14614448211039060

Fotopoulou, Aristea, e Kate O'Riordan. 2017. "Training to self-care: Fitness tracking, biopedagogy and the healthy consumer." *Health Sociology Review* 26(1): 54-68. DOI: https://doi.org/10.1080/14461242.2016.1184582

Gambier-Ross, Katie, David J McLernon, e Heather M Morgan. 2018. "A mixed methods exploratory study of women's relationships with and uses of fertility tracking apps." *Digital Health* 4: 1-15. DOI: https://doi.org/10.1177/2055207618785077

Gilbert, Andrew Simon. 2018. "Algorithmic culture and the colonization of life-worlds." *Thesis Eleven* 146(1): 87-96. DOI: https://doi.org/10.1177/0725513618776699

Ging, Debbie, e Eugenia Siapera. 2018. "Special issue on online misogyny." *Feminist Media Studies* 18(4): 515-524. DOI: https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447345

Ging, Debbie, e Eugenia Siapera. 2019. *Gender Hate Online: Understanding the New Anti-Feminism*. Cham: Palgrave Macmillan. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-96226-9

Hamper, Josie. 2020. "'Catching Ovulation': Exploring Women's Use of Fertility Tracking Apps as a Reproductive Technology." *Body & Society* 26(3): 3-30. DOI: https://doi.org/10.1177/1357034X19898259

INE. 2023. *População residente segundo os Censos: total e por grupo etário*. Disponível em https://www.pordata.pt/portugal/populacao+residente+segundo+os+censos+total+e+por+grupo+etario-2

Klenk, Saskia, Doreen Reifegerste, e Rebecca Renatus. 2017. "Gender differences in gratifications from fitness app use and implications for health interventions." *Mobile Media & Communication* 5(2): 178-193. DOI: https://doi.org/10.1177/2050157917691557

Leménager, Tagrid, *et al*. 2021. "Covid-19 Lockdown Restrictions and Online Media Consumption in Germany." *International Journal of Environmental Research and Public Health* 18(1): 1-13. DOI: https://doi.org/10.3390/ijerph18010014

Lupton, Deborah. 2016. *The Quantified Self*. Cambridge: Polity Press.

Mendes, Kaitlynn, Jessica Ringrose, e Jessalynn Keller. 2018. "#MeToo and the promise and pitfalls of challenging rape culture through digital feminist activism." *European Journal of Women's Studies* 25(2): 236-246. DOI: https://doi.org/10.1177/1350506818765318

Miguel, Raquel de Barros Pinto, Djenifer Samantha Marx, e Gilmara Joanol Arndt. 2020. "Surfando na onda digital: Feminismos em rede no Brasil." *ex æquo* 42: 119-134. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.42.07

Miller, Vincent. 2020. *Understanding Digital Culture*. 2ª ed. London: SAGE.

O'Loughlin, Erin K., *et al*. 2022. "Associations among physical activity tracking, physical activity motivation and level of physical activity in young adults." *Journal of Health Psychology* 27(8): 1833-1845. DOI: https://doi.org/10.1177/13591053211008209

Pelúcio, Larissa Maués. 2022. "O sangue na rede: mercado menstrual, *menstruapps* e tecnopolíticas de resistências." *Política & Sociedade* 21(51): 95-118. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-7984.2022.e91483

Plan International. 2020. *Free to be online? Girls' and young women's experiences of online harassment*. Disponível em https://plan-international.org/publications/freetobeonline

Sanders, Rachel. 2017. "Self-tracking in the Digital Era: Biopower, Patriarchy, and the New Biometric Body Projects." *Body & Society* 23(1): 36-63. DOI: https://doi.org/10.1177/1357034X16660366

Seneviratne, Suranga, *et al*. 2014. "Your installed apps reveal your gender and more!" *SPME 2014 – Proceedings of the ACM MobiCom Workshop on Security and Privacy in Mobile Environments*. DOI: https://doi.org/10.1145/2646584.2646587

Sepúlveda, Rita, e Jorge Vieira. 2020. "Motivações para o uso de aplicações de *online dating* no contexto português: a relevância dos *turning points*." *Análise Social* 55(235): 300--330. DOI: https://doi.org/10.31447/as00032573.2020235.04

Simões, Rita Basílio, e Inês Amaral. 2022. "Sexuality and self-tracking apps: Reshaping gender relations and sexual and reproductive practices." Em *The Routledge Companion to Gender, Sexuality, and Culture*, editado por Emma Rees, 413-423. London: Routledge. DOI: https://doi.org/10.4324/9780367822040-41

Simões, Rita Basílio, *et a*l. 2022. "Violência Online Contra as Mulheres: Relatos a Partir da Experiência da Pandemia da COVID-19." *Comunicação e Sociedade* 42: 179-203. DOI: https://doi.org/10.17231/comsoc.42(2022).3981

Simões, Rita Basílio, Agda Baeta, e Bruno Frutuoso Costa. 2023. "Mapping Feminist Politics on Tik Tok during the COVID-19 Pandemic: A Content Analysis of the Hashtags

#Feminismo and #Antifeminismo." *Journalism and Media* 4: 244-257. DOI: https://doi.org/10.3390/journalmedia4010017

van Dijck, José. 2014. "Datafication, dataism and dataveillance: Big data between scientific paradigm and ideology." *Surveillance & Society* 12(2): 197–208. DOI: https://doi.org/10.24908/ss.v12i2.4776

Vickery, Jacqueline R., e Tracy Everbach. 2018. *Mediating Misogyny: Gender, Technology, and Harassment*. Cham: Palgrave Macmillan.

Wissinger, Elizabeth. 2017. "Wearable tech, bodies, and gender." *Sociology Compass* 11(11): 1-14. DOI: https://doi.org/10.1111/soc4.12514

Yee, Nick, Jeremy N. Bailenson, e Nicolas Ducheneaut. 2009. "The Proteus effect: Implications of Transformed Digital Self-Representation on Online and Offline Behavior." *Communication Research* 36(2): 285-312. DOI: https://doi.org/10.1177/0093650208330254

Zhang, Jingwen, *et al*. 2018. "Advantages and challenges in using mobile apps for field experiments: A systematic review and a case study." *Mobile Media & Communication* 6(2): 179-196. DOI: https://doi.org/10.1177/2050157917725550

Zhang, Xiaofei, *et al*. 2014. "Understanding Gender Differences in m-Health Adoption: A Modified Theory of Reasoned Action Model." *Telemedicine and e-Health* 20(1): 39-46. DOI: https://doi.org/10.1089/tmj.2013.0092

**Eduardo Antunes.** Investigador do projeto MyGender, doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade de Coimbra, onde concluiu o mestrado em Jornalismo e Comunicação. Locutor e autor de programas na RUC, tendo sido coordenador de programas em 2021/2022. Conta com uma passagem profissional de 3 meses no Cairo, Egito, por via de estágios internacionais da AIESEC. Entre a atenção dada à música, à comunicação e à investigação, procura desenvolver estudos sobre as dinâmicas do orientalismo e de género nos média.

**Rita Basílio de Simões.** Professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorada em Ciências da Comunicação, o seu trabalho tem cruzado a investigação do jornalismo e dos média digitais e os estudos feministas em comunicação. Investigadora integrada do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), coordena, desde 2019, o Grupo de Trabalho em Género e Sexualidades da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação e a participação portuguesa no *Global Media Monitoring Project*.

**Inês Amaral.** Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, é investigadora integrada do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). Tem investigado sobre sociabilidades nas redes sociais digitais, participação e média sociais, género e média, literacia mediática, tecnologias e envelhecimento ativo, e audiências na era digital.

**Ana Marta M. Flores.** Ana Marta M. Flores é doutora e mestre em jornalismo, pós-doutoranda na Universidade de Coimbra e pesquisadora integrada no ICNOVA.

Também é pesquisadora colaboradora no *Trends and Culture Management Lab* (Universidade de Lisboa), Obi.Media – Observatório de Inovação nos Media e do Observatório do Populismo do século XXI. É também a *communication officer* da secção *Digital Culture and Communication* da ECREA.

*Artigo recebido em 20 de abril e aprovado para publicação em 20 de outubro de 2023.*

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]
Antunes, Eduardo, Rita Basílio de Simões, Inês Amaral, e Ana Marta M. Flores. 2024. "Género e auto-rastreio: a utilização de *smartphones* por jovens em idade adulta em Portugal." *ex æquo* 141-160: pp. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.10

[Segundo a norma APA adaptada]
Antunes, Eduardo, Simões, Rita Basílio de, Amaral, Inês, e Flores, Ana Marta M. (2024). Género e auto-rastreio: a utilização de *smartphones* por jovens em idade adulta em Portugal. *ex æquo*, 49, 141-160. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.10

Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

# DOS DIREITOS AOS "PÓS-DIREITOS": A PLATAFORMIZAÇÃO JORNALÍSTICA DOS DIREITOS DAS MULHERES

*Elizângela Carvalho Noronha**

**Resumo**

A história dos movimentos feministas tem sido marcada pela luta pelos direitos humanos de meninas e mulheres e pela busca por igualdade de oportunidades entre as pessoas dos diferentes gêneros, raças/etnias e classes sociais. Neste artigo, analisamos a (re) configuração dos direitos defendidos pelos movimentos de mulheres em "pós-direitos" a partir de notícias publicadas em duas plataformas digitais para mulheres: *Delas* (Portugal) e *Universa* (Brasil). Para isso, adotamos como abordagem metodológica a Análise Crítica do Discurso e suas ligações com os estudos feministas e com o realismo crítico para compreender os mecanismos da engenharia discursiva subjacente ao processo de plataformização dos direitos das mulheres em *Delas* e em *Universa*.

**Palavras-chave:** (Pós)direitos das mulheres, plataformização, pós-feminismo, jornalismo, discurso.

**Abstract**

**From Rights to "Post-Rights": The journalistic platformization of women's rights**

The history of feminist movements has been marked by the fight for the human rights of girls and women and the search for equal opportunities for people of different genders, races/ethnicities and social classes. In this article, we analyse the (re)configuration of rights defended by women's movements into "post-rights" based on news published on two digital platforms for women: *Delas* (Portugal) and *Universa* (Brazil). To this end, we adopt Critical Discourse Analysis as a methodological approach, in connection with feminist media studies and critical realism, to understand the mechanisms of discursive engineering underlying the process of platformization of women's rights in *Delas* and *Universa*.

**Keywords:** (Post)rights of women, platformization, post-feminism, journalism, discourse.

* Universidade Católica Portuguesa (UCP), 1069-023 Lisboa, Portugal.
Endereço postal: UCP, Palma de Cima, 1069-023 Lisboa, Portugal.
Endereço eletrônico: elizc.noronha@gmail.com

**Resumen**

**De los derechos a los "post-derechos": la plataformización periodística de los derechos de las mujeres**

La historia de los movimientos feministas ha estado marcada por la lucha por los derechos humanos de las niñas y mujeres y la búsqueda de la igualdad de oportunidades para personas de diferentes géneros, razas/etnias y clases sociales. En este artículo analizamos la (re)configuración de los derechos defendidos por los movimientos de mujeres en "post-derechos" a partir de noticias publicadas en dos plataformas digitales para mujeres: *Delas* (Portugal) y *Universa* (Brasil). Para ello, adoptamos como enfoque metodológico el Análisis Crítico del Discurso y sus vínculos con los estudios de género y el realismo crítico para comprender los mecanismos de ingeniería discursiva que subyacen al proceso de plataformazación de los derechos de las mujeres en *Delas* y *Universa*.

**Palabras clave:** (Post)derechos de las mujeres, plataformización, posfeminismo, periodismo

## 1. Introdução: Dos direitos aos "pós-direitos" das mulheres

A reivindicação dos direitos humanos das mulheres e da igualdade entre as pessoas – independentemente de gênero, raça/etnia e classes sociais – é central ao feminismo. Pelo menos desde o século XVIII, podemos encontrar textos fundadores do movimento feminista que defendem a igualdade de direitos entre mulheres e homens, não sendo nunca demais recordar alguns deles, mesmo que brevemente. A *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, publicada em 1791 por Olympe de Gouges e elaborada em resposta à Declaração dos Direitos do Homem aprovada em 1791 após a Revolução Francesa, constitui um marco fundamental na reivindicação feminista dos direitos das mulheres. Neste documento, Olympe de Gouges demonstrava sua indignação com a exclusão das mulheres dos direitos de cidadania concedidos aos homens e afirmava que era "bizarro, cego, impante de ciência e degenerado" querer-se "dominar como déspota um sexo que está na posse plena das suas faculdades mentais" (2002, 14).

Participante ativa dos movimentos revolucionários, de Gouges tinha a consciência de que mulheres e homens deveriam usufruir da igualdade de direitos. Por esta razão, no Artigo 1 da sua *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, ela defendia que "a mulher nasceu livre e é igual ao homem nos seus direitos" (2002, 15). A partir deste ponto fundamental, argumentava que as mulheres deveriam ter iguais direitos à liberdade, à propriedade, à segurança e à resistência à opressão. Além disso, defendia – no Artigo 6 – que as leis deveriam expressar os direitos de mulheres e homens e que os cidadãos e cidadãs, sendo iguais aos olhos da lei, devem ser admitidos igualmente a todas as honras, posições e cargos públicos de acordo com a sua capacidade e sem outras distinções além de suas virtudes e talentos. (Gouges 2002, 16)

De Gouges reclamava também o direito à educação, à divisão igual das riquezas, à divisão dos bens em caso de separação, e propunha que o casamento fosse

celebrado como um contrato entre a mulher e o homem, garantindo isonomia entre as partes. Fazia estas reivindicações sabendo de antemão que as reações da sociedade francesa não seriam receptivas, antecipando: "ao ler este estranho documento, vejo levantarem-se contra mim os hipócritas, os puritanos, o clero, e toda a sequência infernal" (Gouges 2002, 25). A violência destas reações, no entanto, levaria a que em 1793 ela fosse levada ao cadafalso e morta na forca.

A indignação de Olympe de Gouges era, no entanto, partilhada entre as mulheres de seu tempo. Em 1792, Mary Wollstonecraft publicou *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, um texto que é igualmente apontado como influenciador dos movimentos feministas que surgiriam depois e que apresenta traços comuns à Declaração de Olympe de Gouges. Ambos, com efeito, eram respostas à Constituição Francesa e à Declaração dos Direitos do Homem. Além disso, ambas as autoras defendiam o acesso à educação e a universalidade de direitos para as mulheres, retirando-as da escravidão doméstica, e se apresentavam contra a escravidão dos povos negros e indígenas.

O direito à educação é, pois, central à defesa de Mary Wollstonecraft, para quem as desigualdades entre homens e mulheres deveriam ser combatidas, em primeiro lugar, por este meio. Apenas se as mulheres tivessem acesso a uma educação racional poderiam mostrar ser igualmente capazes de desempenhar papéis socialmente relevantes.

Inúmeros textos se seguiriam a estes escritos fundadores, influenciando de forma decisiva em vários contextos a reivindicação de direitos das mulheres. Com efeito, com o passar dos anos e à medida que a luta das mulheres foi avançando pelo mundo, os direitos fundamentais (educação, voto, propriedade, etc.) das mulheres foram sendo – paulatinamente – conquistados nos mais diversos contextos globais. Os movimentos feministas e de mulheres complexificaram também os seus olhares sobre a desigualdade e passaram a focar outros aspectos de suas vidas, como raça, classe ou sexualidade., questionando as múltiplas e interseccionais desigualdades vivenciadas entre mulheres e homens e entre as próprias mulheres.

Por outro lado, e ao tempo em que as mulheres foram avançando no reconhecimento dos seus direitos, cresceram também movimentos de questionamento sobre a necessidade de ainda existirem feministas e movimentos de reivindicação pelos direitos, com base na propagada ideia de que as mulheres já teriam conquistado o que teriam de direito. Ainda que não necessariamente os únicos responsáveis por esta ideia, os *media* foram, sem dúvida, o principal veículo de difusão desta mensagem.

Assim, a partir de uma lógica de articulação entre discursos mediáticos, impulsos ao consumo, valores neoliberais e reivindicações feministas, o feminismo passou a ser rotineiramente questionado e menosprezado, sobretudo a partir dos conteúdos mediáticos, num discurso que várias autoras viriam a caracterizar como "pós-feminista" (por exemplo, McRobbie 2004; 2009; Gill 2007; Gill e Scharff 2011).

Nesta lógica, e como balizadores da cultura contemporânea, os conteúdos e produtos mediáticos/mediatizados passaram a ditar os novos códigos de conduta aceitáveis para as mulheres. Nas suas múltiplas linguagens, que vão desde a publicidade ao próprio jornalismo, os *media* crescentemente passaram a sugerir de forma hegemônica as maneiras como as mulheres devem ser e estar no mundo, estabelecendo os espaços circunscritos a elas e marcando os limites do seu universo e dos seus direitos.

Ao articular de maneira sutil e ardilosa os valores neoliberais e a emancipação das mulheres, o pós-feminismo estabeleceu, deste modo, novas ressignificações para o feminismo em que este, submetido ao capitalismo, poderia ser mantido, desde que a sua crítica estrutural das desigualdades fosse devidamente desvalorizada ou mesmo silenciada na esfera pública.

Para esta ambiguidade mediática do feminismo, Rosalind Gill propôs o termo "sensibilidade pós-feminista" para designar precisamente a forma como a cultura popular mediática, incluindo filmes, *shows* televisivos, publicidade e outros produtos mediáticos (Gill 2007, 148) se dirigem às mulheres como consumidoras *self-made*, sofisticadas e empoderadas. Gill identificou nestes processos de articulação entre cultura mediática no que às mulheres diz respeito e o neoliberalismo um conjunto de elementos que, no seu conjunto, definem, assim, uma "sensibilidade pós-feminista" que pode estar presente em diferentes dimensões das vidas das mulheres.

Uma das principais características da articulação desses elementos é, precisamente, o emaranhamento dos temas feministas e a sua rejeição simultânea, caracterizando a natureza contraditória e repleta de ambiguidades da cultura pós-feminista.

No que se segue, e dois séculos após as reivindicações das pioneiras que revimos brevemente, procuraremos discutir e analisar como as ambiguidades próprias do pós-feminismo têm vindo a colocar em disputa diferentes noções sobre os direitos das mulheres nos e a partir dos discursos presentes nas notícias publicadas em duas plataformas noticiosas dirigidas às mulheres: *Delas* e *Universa*.

Para isso, teremos em conta, por um lado, a histórica luta pelos direitos das mulheres, suas conquistas e retrocessos. Por outro lado, atentaremos às diferentes estratégias discursivas utilizadas pela indústria mediática para, através da instrumentalização do jornalismo de/para mulheres, promover a acumulação de capital para si e para seus anunciantes a partir da reformulação dos direitos das mulheres através dos valores neoliberais disseminados nas sociedades.

## 2. Abordagem metodológica: discurso e plataformização jornalística

Como já referido, adotamos como ponto de partida as bases da análise crítica do discurso (ACD) (Fairclough 2003; Fairclough e Melo 2012; Carvalho 2015)

e as suas ligações aos estudos feministas (ACDF) (Lazar 2007; 2009) e ao realismo crítico (Fairclough, Jessop, e Sayer 2004). Nosso objetivo é compreender os diferentes mecanismos da engenharia discursiva das notícias que situam as mulheres na e a partir da sensibilidade pós-feminista presente no jornalismo de/para mulheres[1]. Partimos, portanto, da compreensão de que os textos são "produções sociais historicamente situadas que dizem muito a respeito de nossas crenças, práticas, ideologias, atividades, relações interpessoais e identidades" (Resende e Ramalho 2006).

Dessa maneira, analisando aos textos jornalísticos das duas plataformas[2] já referidas, *Delas* e *Universa*, exploramos a ideia de que as ligações entre texto, práticas discursivas e práticas sociais possuem um caráter dialógico, pois, como referem Fairclough, Jessop e Sayer (2004, 3-4), os textos são "tanto socialmente estruturantes como socialmente estruturados"[3]. Com isto, assumimos que a análise não deve estar focada apenas nas diferentes maneiras em que os textos geram significado, mas também na forma como "a própria produção de significado é restringida por características emergentes e não semióticas da estrutura social" (*ibid.*).

Os textos jornalísticos selecionados fazem parte de uma investigação de maior fôlego[4] que permitiu estruturar uma seleção de notícias dos meses de março de 2018, 2019, 2020 e 2021 das duas plataformas noticiosas dirigidas às mulheres a

---

1 Usamos "jornalismo de/para mulheres" para fazer referência a um certo tipo de jornalismo que é produzido por mulheres e que dirige seus conteúdos a uma audiência feminina de um determinado contexto socioeconômico, político e cultural. Consolidado desde as páginas femininas dos jornais e das tradicionais revistas para mulheres, este tipo de jornalismo ganha hoje novos contornos numa paisagem mediática digital, conglomerizada e neoliberal. Por esta razão, adotamos ainda a designação "jornalismo de/para mulheres plataformizado" para discutir as práticas jornalísticas que situam as leitoras e as jornalistas num contexto em que os direitos das mulheres são plataformizados, ou seja, são reconfigurados em "pós-direitos" nas/pelas plataformas digitais para mulheres em estudo.

2 A escolha das plataformas *Delas* e *Universa* se deve ao fato de estas serem dirigidas a audiências femininas e estarem situadas em grupos mediáticos (Global Media e UOL, respectivamente) que investem no ecossistema digital para ampliar suas audiências. Além disso, como estão direcionadas às leitoras em Portugal e no Brasil, importa identificar as maneiras como os discursos pós-feministas articulam os valores neoliberais na construção de identidades para as mulheres em diferentes contextos.

3 Na língua original: "Semiosis – the making of meaning – is a crucial part of social life but it does not exhaust the latter. Thus, because texts are both socially-structuring and socially-structured, we must examine not only how texts generate meaning and thereby help to generate social structure but also how the production of meaning is itself constrained by emergent, non-semiotic features of social structure."

4 Integram a tese intitulada "Um universo todo seu: jornalismo e leitoras nas plataformas digitais", defendida em novembro de 2023 no âmbito do Doutoramento em Ciências da Comunicação na Universidade de Coimbra.

partir de critérios temáticos quantitativos[5] que demonstraram a pertinência de estudar de forma qualitativa o foco sobre os direitos das mulheres.

Tendo em conta o objetivo geral da Análise Crítica do Discurso (ACD) que é "revelar o papel da prática discursiva na manutenção do mundo social, incluindo as relações sociais que envolvem relações desiguais de poder"[6] (Jørgensen e Phillips 2002, 63) e os objetivos da Análise Crítica Feminista do Discurso (ACFD) relativos ao papel da linguagem na sustentação de uma estrutura desigual de gênero (Lazar 2007), olhamos, pois, para a forma como as relações de gênero, enquanto conjunto de práticas sociais, são construídas em peças jornalísticas que propõem representações ambivalentes que parcialmente sustentam a desigualdade, na forma de pós-feminismo. Mais especificamente, procuramos analisar como os textos jornalísticos das plataformas enquadram discursivamente as identidades propostas às leitoras num aspecto que é central à mudança social: os direitos das mulheres.

A partir de exemplos prototípicos da reconfiguração dos direitos em "pós-direitos", publicados pelas plataformas digitais em estudo, iremos olhar para as diferentes maneiras em que a indústria mediática se apropria de elementos da sensibilidade pós-feminista (Gill 2007) para propor identidades às mulheres nos subuniversos informativos constituídos a partir de um jornalismo de/para mulheres. Para tal, faremos um percurso analítico transversal pelas notícias para demonstrar as estratégias discursivas que produzem um gênero jornalístico próprio que dialoga com a ordem do discurso político feminista, mas de uma forma que "enfraquece" este último, associando-o a uma ordem do discurso pós-feminista que é mobilizado por um jornalismo de/para mulheres plataformizado.

Mais especificamente, começamos por olhar para a forma como as reivindicações feministas são recontextualizadas pelas plataformas, produzindo um "hibridismo, uma mistura de diferentes discursos" que "implica uma transformação, de modo a adequar-se ao novo contexto e ao seu discurso"[7] (Fairclough 2001, 133), que, neste caso, liga inexoravelmente o feminismo às lógicas pós-feministas e ao neoliberalismo, fazendo girar os direitos das mulheres apenas em torno do consumo e de um certo tipo de feminilidade.

---

5 A análise quantitativa foi realizada com o objetivo de identificar a morfologia do gênero notícia para mulheres. Nesta análise, realizada a partir de adaptação da metodologia do GMMP (Global Media Monitoring Project), identificamos, entre outros elementos, os tópicos (assuntos) das notícias, a origem das imagens, as assinaturas dos textos, etc. A partir da análise dos tópicos, identificamos os direitos como assunto recorrente no *corpus*.

6 Na língua original: "Critical discourse analysis is 'critical' in the sense that it aims to reveal the role of discursive practice in the maintenance of the social world, including those social relations that involve unequal relations of power."

7 Na língua original: "Recontextualization entails such hybridity, such mixing of different discourses, in this case the discourse of economic development and political discourse. […] Recontextualization implies transformation to suit the new context and its discourse."

Reforçamos a ideia de que, pelo seu carácter exploratório e qualitativo, não pretendemos que a análise tenha representatividade, mas pensamos que as notícias, publicadas em torno de uma data especialmente relevante na celebração dos direitos das mulheres – o 8 de Março –, nos oferecem pistas fundamentais para explorarmos como o discurso em causa impõe uma determinada ressignificação dos direitos das mulheres para a qual deveremos estar particularmente atentas.

## 3. O direito ao consumo e à feminilidade

A primeira notícia em análise, intitulada "Dia Internacional da Mulher: 20 ideias para olhar mais para si própria"[8] e publicada no dia 05/03/2021, em *Delas*, é, na verdade, um caso exemplar da plataformização do discurso feminista na sua ligação às lógicas neoliberais. Vemos, desde logo no título, que a plataforma convoca suas leitoras a olharem mais para si próprias no Dia Internacional da Mulher. Ignorando as discussões e ações amplas e coletivas sobre a situação das mulheres portuguesas em 2021, o título convida, antes, ao olhar e à ação introspectiva, com um foco no trabalho que devem desempenhar sobre si mesmas para que sejam mais femininas.

A ideia do "trabalho sobre si mesma" constitui umas das principais características do pós-feminismo. Como dizem Rosalind Gill e Christina Scharff (2011, 4), essas características incluem "a noção de que a feminilidade é cada vez mais representada como uma propriedade corporal; uma mudança da objetificação para a subjetivação nas formas como (algumas) mulheres são representadas; ênfase na autovigilância, monitoramento e disciplina"; reforçam o foco no individualismo, escolha e capacitação, elementos inseridos no domínio de um "paradigma de transformação"[9]. Isso mesmo é reforçado no subtítulo da notícia:

> *Prometa a si própria momentos para estar consigo própria*, longe do trabalho, das tarefas domésticas, dos cuidados com os outros. *Deixamos sugestões solidárias, evocativas ou nem tanto* para que possa assinalar o Dia Internacional da Mulher. (Excerto 1 – *Delas*; itálico nosso)

---

8 Disponível em https://www.delas.pt/dia-internacional-da-mulher-mime-se-porque-tambem-merece/atualidade/914541/

9 Na língua original: "Elsewhere, we have suggested that a postfeminist sensibility includes the notion that femininity is increasingly figured as a bodily property; a shift from objectification to subjectification in the ways that (some) women are represented; an emphasis upon self-surveillance, monitoring and discipline; a focus upon individualism, choice and empowerment; the dominance of a 'makeover paradigm'; a resurgence of ideas of natural sexual difference; the marked 'resexualization' of women's bodies; and an emphasis upon consumerism and the commodification of difference."

A reiteração lexical verificada em "a si própria" e "consigo própria" apresenta o individualismo como um valor, ou melhor, um compromisso que deve ser assumido pelas leitoras com elas próprias para celebrar um Dia que é coletivo, mas que, afinal, também pode não ter nenhuma dessas características coletivistas. Neste trecho, a expressão lexical "nem tanto" relativiza os aspectos solidários da data e afunila a ação precisamente no seu mínimo, tornando-a individual e hedonista. Mais uma vez, como refere Gill no seu texto clássico (2007, 153), "a gramática do individualismo sustenta todas essas noções – experiências como racismo, homofobia ou violência doméstica são enquadradas em termos exclusivamente pessoais, invertendo totalmente a ideia do pessoal como político"[10].

Este ideal do individualismo está sustentado no trabalho que as mulheres devem desempenhar sobre si mesmas, ou seja, em atividades individuais de aprimoramento pessoal e que estão para além do trabalho remunerado, das tarefas domésticas e dos cuidados com os outros, que deverão continuar a desempenhar nos outros dias do ano. Isto fica evidente na expressão performativa "prometa", a partir da qual *Delas* utiliza o imperativo para convocar as leitoras a um comprometimento pessoal/individual com aquilo que, para a plataforma, também é uma dimensão importante para as mulheres.

As mulheres são, então, impelidas a comprometerem-se, sobretudo, com a beleza (presente em 5 das 18 sugestões efetivamente publicadas), o consumo (5 sugestões), símbolos feministas embalados em forma de produtos (7 sugestões) e o sexo (1 sugestão), tematizados a partir das 18 ideias listadas na peça e apresentadas como "sugestões solidárias, evocativas ou nem tanto". As sugestões solidárias mencionadas são, por exemplo, uma aplicação do *IKEA* que, segundo a plataforma, auxilia na distribuição de tarefas domésticas entre as pessoas da família, e a aquisição de arranjos florais que, ao serem adquiridos, contribuem com 1€ para a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima). Monetiza-se, portanto, a solidariedade feminista e substituem-se as lutas políticas pelo consumo associado à tarefa doméstica.

Já as sugestões evocativas, que segundo o texto são aquelas que "evocam mulheres que se destacaram", focam, por exemplo, em meias com o rosto ou frases de Frida Kahlo comercializadas pela *Calzedonia* ou um saco da *Mango* com uma frase da artista mexicana Ana Leovy, contratada pela marca para desenvolver estampas de mulheres para assinalar a coleção do Dia Internacional da Mulher. Na expressão "nem tanto" do subtítulo estão implícitas as sugestões de que as mulheres devem investir na beleza e no consumo de produtos, como, por exemplo, os mais diversos produtos de beleza para diferentes partes do corpo e a *écharpe* Amazônia, da marca *Vista Alegre*.

---

10 Na língua original: "A grammar of individualism underpins all these notions – such that even experiences of racism, homophobia or domestic violence are framed in exclusively personal terms in a way that turns the idea of the personal-as-political on its head."

A partir deste catálogo de produtos, fica evidenciada a estratégia discursiva de promoção do individualismo, do consumo e da feminilidade como uma propriedade do corpo feminino. O foco da notícia está em propor identidades pós-feministas às leitoras no Dia Internacional da Mulher, distanciando-as das reivindicações feministas de igualdade e levando-as ao consumo de símbolos femininos e feministas descomprometidos com uma agência política. Isto nos faz evocar, de novo, as palavras de Rosalind Gill e Christina Scharff (2011, 7), quando enfatizam que o individualismo no pós-feminismo "substituiu quase inteiramente as noções do social ou político, ou qualquer ideia de indivíduos sujeitos a pressões, restrições ou influências externas"[11].

**Figura 1**
*Delas* (05/03/2021)

[Fotografia: iStock]

Fonte: *Delas*, Global Notícias Media Group

Esta ideia é sintetizada na fotografia acima (Figura 1), proveniente de um banco de imagens e escolhida pela plataforma para abrir a peça. Nela, uma mulher jovem, branca, magra, maquiada e sorridente aparece deslizando pelo rosto um pincel de maquiagem e desfrutando daquilo que *Delas* chamou de "um momento para estar consigo própria". A imagem é inequívoca sobre o que é entendido como belo e de como o trabalho investido em busca deste padrão de beleza pode, nesta perspectiva, trazer alegria às mulheres. O 8 de Março fica, assim, reduzido ao "direito a ser bela", como refere Michelle Lazar (2011).

O texto (visual e verbal) da notícia funciona representacional, interacional e composicionalmente (Kress e Van Leeuwen 1996). Assim, a página da plataforma onde se encontra a notícia representa o mundo das mulheres, criando interações imaginadas entre a plataforma e as suas leitoras, constituindo um gênero reconhecível que é uma "notícia para mulheres" sobre o 8 de Março. As mulheres e as suas lutas são assim constituídas verbalmente e visualmente por meio do que Elaine

11 Na língua original: "First, and most broadly, both appear to be structured by a current of individualism that has almost entirely replaced notions of the social or political, or any idea of individuals as subject to pressures, constraints or influence from outside themselves."

Swan (2017) chama de "estilística pós-feminista" – um conjunto particular de expressões verbais e de design visual que constroem a leitora imaginada como se ela fosse branca, de classe média, jovem, que pode pagar para celebrar hedonística e individualmente o Dia Internacional das Mulheres. Diz o texto:

> Não é só o creme facial que coloca no rosto, *é o tempo que reserva para o fazer* pedindo a todos em casa que respeitem esses *minutos de descanso consigo própria*, sem tarefas, nem perguntas. Não é apenas o momento em que *compra um objeto que quer muito, mas o período que investe a imaginá-lo, a procurá-lo, não podendo ser interrompida*.
> O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, está à porta e, *entre as cada vez mais sérias reivindicações de igualdade* – que a pandemia ameaça retardar em anos de conquista – *é também tempo de olhar para si, de dividir as tarefas domésticas e os cuidados*. Quem sabe se pode começar já a encurtar a hora e 13 minutos a mais por dia que já trabalha por dia face aos homens portugueses.
> Veja abaixo algumas *sugestões para se mimar a si própria – sem ignorar o prazer* – mas também para encontrar o *tempo para se dedicar a procurar algo de que gosta*. (Excerto 2 – *Delas*; itálico nosso).

Vemos neste excerto que a plataforma tenta argumentar que "não é só o creme facial que coloca no rosto" ou não se trata apenas do "momento em que compra um objeto que quer muito", mas de um sentimento hedonístico que entende o prazer como algo merecido pelas mulheres e que deve ser desfrutado em "minutos de descanso consigo própria", sem qualquer interrupção. Esse prazer individual proposto pela plataforma reconfigura o trabalho sobre o próprio corpo (quando passa creme no rosto, por exemplo) e a pressão capitalista para o consumo em uma experiência não apenas material, mas com dimensões simbólicas. O tempo dedicado à feminilidade e ao consumo deve ser encarado como uma das "sérias reivindicações de igualdade", pois, "é tempo de olhar para si" e para "se mimar a si própria".

Com esta reiterada argumentação de que as mulheres devem "presentear-se" a si próprias com "autocuidado" e realização dos desejos individuais, *Delas* aciona duas outras questões: a primeira, que o Dia Internacional da Mulher é uma data festiva e deve ser comemorada com homenagens e presentes, incluindo os tradicionais ramos de flores oferecidos às mulheres neste dia; e que as mulheres devem estar sempre autovigilantes e disciplinadas com relação à sua aparência física, não podendo se descuidar do corpo e das suas vestes. Estão aqui bem patentes, portanto, as tônicas pós-feministas no hedonismo e no autocuidado (Negra 2009).

O prazer sexual também aparece aqui como mais um elemento do individualismo e do hedonismo celebrados nesta peça. A sugestão de um sugador de clitóris da marca *Satisfyer* sintetiza a ideia de prazer individual e, ainda, aponta para a sexualização da cultura pois, como refere Gill (2007), as mulheres devem se manter sujeitos sexuais desejados e ativos, com ou sem parceiros/as. Nesta "estilística

pós-feminista", as mulheres são conduzidas ao escrutínio e a um trabalho sobre si mesmas. Devem estar continuamente vigilantes e dispostas à transformação dos seus corpos e estilos de vida.

Em *Universa*, o pós-feminismo também se mostra subjacente aos discursos propostos às leitoras. A cooptação neoliberal dos símbolos e do léxico feminista está presente de maneira evidente na notícia "Garotinha que pediu tênis de basquete para meninas lança modelo 'feminista'"[12], publicada no dia 09/03/2019. Nesta publicação, a plataforma repercute postagens realizadas pela marca de materiais desportivos *Under Armour,* em seu perfil no *Instagram*, sobre a carta de uma menina norte-americana "lamentando *a falta de uma versão feminina do tênis* criado pelo jogador de basquete norte-americano Stephen Curry" (Excerto 3 – *Universa*; itálico nosso).

Segundo o texto, a fabricante *Under Armour,* em resposta à carta, convidou a menina de 9 anos para desenvolver a "versão feminina" dos tênis usados pelo basquetebolista estadunidense. Moernaut, Mast e Pauwels (2020, 487) recordam-nos que, numa leitura multimodal, "o visual muitas vezes adiciona destaque enquanto o verbal fornece estrutura, com toda a mensagem multimodal se beneficiando dos pontos fortes de ambos os modos"[13]. Com efeito, a versão feminina que referimos, anunciada por *Universa* como um "modelo feminista" no título, tem a cor roxa (cor historicamente utilizada pelos movimentos feministas) e "frases feministas" (como "poder feminino", "jogue com seu coração" e "meninas também marcam pontos") escritas na palmilha, como se pode ler no texto e ver na Figura 2.

**Figura 2**
*Universa* (09/03/2019)

Riley Morrison, de 9 anos, mostra a palmilha personalizada com frases feministas
Imagem: Reprodução/Instagram

Fonte: *Universa*, Canal UOL

12 Disponível em https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/09/garotinha-pede-versao-feminina-de-tenis-esportivo-e-recebe-convite-especial.htm

13 Na língua original: "More generally, the visual often adds salience while the verbal provides structure, with the whole of the multimodal message benefitting from the strengths of both modes".

Esta adaptação estética dos tênis para meninas tem como pressuposto a noção de que as meninas não usam o mesmo calçado que os meninos e, portanto, a marca poderia desenvolver um modelo que correspondesse aos estereótipos de gênero para que as meninas fossem, de alguma maneira, incluídas no desporto. Este exemplo dialoga com a ideia de que a reafirmação da diferença sexual deve ser visível e deve estar expressa nas roupas e sapatos usados por meninas e meninos. Como bem refere Gill (2007, 158), esta reafirmação da diferença sexual é uma das propriedades da sensibilidade pós-feminista, pois deve demonstrar que "homens e mulheres são fundamentalmente diferentes"[14]. Além disso, a diferença sexual é parte de uma estratégia que busca "esfriar" os lugares onde existe desigualdade, pois, se mulheres e homens ocupam espaços diferentes na sociedade, evita-se uma eventual disputa.

A estratégia discursiva adotada por *Universa* reforça estas noções a partir das ambivalências que mobiliza ao destacar que as meninas precisam de uma versão esteticamente feminina dos tênis para que tenham seu espaço no basquetebol, mas, também, por dar visibilidade a uma situação em que o pedido de uma menina foi atendido pelo mercado. Mais que isso, ou seja, mawis que ouvir o apelo de uma consumidora para produzir uma versão feminina, a marca lançou um "modelo feminista". Além de propor o reconhecimento de que empresas podem estar abertas para atender os pleitos das mulheres, *Universa* também lança mão da ideia de que um "feminismo não-zangado" e disposto a colaborar com o mercado pode render resultados, o que é outra característica marcante do pós-feminismo.

Nesta peça, estas ideias são reforçadas pela aproximação estratégica entre os ideais de feminilidade e símbolos/expressões feministas reconhecidos na sociedade. De uma só vez, *Universa* propõe discursos em prol da marca sugerindo que ela está atenta às demandas das mulheres e, por outro lado, apresenta uma versão atenuada do feminismo agenciado por uma criança branca e satisfeita com o resultado de sua iniciativa. Assim, o direito à feminilidade foi garantido "graças à sensibilidade" da fabricante de material desportivo.

A visibilidade alcançada a partir desta ação foi repercutida em outra peça publicada por *Universa* dois dias depois. Na notícia "Lembra do tênis feminista criado por uma garota de 9 anos? Chegou à NBA"[15], *Universa* dá destaque ao fato de o atleta Stephen Curry ter usado os "tênis feministas" em partida realizada no Dia Internacional da Mulher, como podemos ver na Figura 3:

---

14 Na língua original: "In addition, notions of sexual difference were fed by the explosion of self-help literature which addressed – at least as its subtext – the question of why the 'battle of the sexes' continued despite (or, in some iterations, because of) feminism. One answer rang out loud and clearly from many texts: because men and women are fundamentally different".

15 Disponível em https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/03/11/lembra-do-tenis-feminista-criado-por-uma-garota-de-9-anos-chegou-a-nba.htm

**Figura 3**
*Universa* (11/03/2019)

Stephen Curry, do Golden State Warriors, enfrenta o Denver Nuggets com tênis feminista
Imagem: Cary Edmondson-USA TODAY Sports

Fonte: *Universa*, Canal UOL

Esta apreciação está expressa no texto, como vemos no excerto: "Na sexta, quando Stephen entrou em quadra pelo Golden State Warriors contra o Denver Nuggets, *quem brilhou foi o tênis feminista*" (Excerto 4 – *Universa*; itálico nosso). Ao afirmar que "quem brilhou foi o tênis feminista", *Universa* concentra no produto a importância e visibilidade antes dividida com a garota e com o atleta. Neste segundo texto, o tênis tornou-se uma entidade autônoma que chegou à NBA, brilhou na quadra e "ajudou" o time a ganhar a partida. Há aqui uma razão de metonímia, pois a parte (tênis) passa a representar o todo (o jogador), humanizando e concedendo protagonismo ao objeto de consumo.

## 4. Conclusão

Como vimos nas notícias analisadas, que integram investigação mais ampla e que foram trazidas para este artigo por serem exemplos prototípicos da (re)configuração dos direitos em "pós-direitos", as mulheres que "habitam" os textos performam as suas identidades e os seus direitos a partir de sua "capacidade de escolha" e, principalmente, de consumo. Seja através dos tênis ou de outros objetos de desejo, o "empoderamento" feminino está, nestas notícias, diretamente relacionado às maneiras como os produtos podem ou não definir as identidades femininas idealizadas pela indústria do consumo.

Além de embalarem a feminilidade na forma de produtos de consumo, estes discursos subvertem a compreensão de que os direitos das mulheres são coletivos e dizem respeito ao amplo exercício de sua cidadania. Reconfiguradas como pós-direitos, as reivindicações são individualizadas e esvaziadas de sentido político, deixando as mulheres ainda mais sozinhas para agenciar a superação das assimetrias de gênero.

Deste modo, a plataformização noticiosa e discursiva dos direitos das mulheres demonstra a atualização para o meio digital de um processo histórico de sujeição feminina nos e a partir dos *media*. Na verdade, desde o desenvolvimento do jornalismo (como campo teórico e profissional) e da indústria mediática (como um espaço de negociação econômica e política), as mulheres vêm sendo excluídas, obliteradas e deslocadas na/da ampla esfera pública e dirigidas a subuniversos informativos em que a essencialização de suas vivências e de suas preocupações determinam como e sobre quais temas as mulheres serão informadas.

Reduzidas a um "Universo Delas", as subjetividades propostas às leitoras decorrem de uma determinação sobre o feminino, a experiência feminina e, por consequência, a negação de tudo o que pode colocar em causa essa identidade feminina ideal negociada entre os *media* e seus anunciantes. Desse modo, as plataformas produzem uma ordem discursiva em que as mulheres são os sujeitos neoliberais ideais (Scharff 2016). Central a essa construção discursiva é a forma como o discurso feminista é recontextualizado pelas plataformas, produzindo um hibridismo (Fairclough 2001) que liga o discurso inexoravelmente às lógicas pós-feministas e ao neoliberalismo.

Por outro lado, é importante realçar que as jornalistas que produzem estes textos, embora autônomas e detentoras de agência, estão, também elas, a trabalhar numa indústria que opera por determinados cânones profissionais e por uma socialização profissional que é sedimentada a reproduzir estereótipos e valores que situam as leitoras como um outro, ou seja, como alguém que não corresponde ao leitor ideal do jornalismo *mainstream* generalista. Este jornalismo, no entanto, apesar de se dirigir às leitoras, fala às mulheres a partir de um olhar androcêntrico e essencialista sobre as vivências no feminino. Imersas em preocupações sobre o corpo, a feminilidade, o sucesso e a conciliação entre o trabalho remunerado e o não-remunerado (doméstico/familiar), as mulheres ficam mais distantes dos elementos políticos que constituem os seus direitos e limitam-se a almejar o reconhecimento de que são a corporificação de valores considerados positivos no mundo regido pelas lógicas neoliberais, a exemplo das ideias celebradas de empoderamento, resiliência e autodeterminação.

Encerramos este artigo, portanto, renovando nossas convicções de que é urgente uma ampla e profunda reforma dos cânones e valores que regem o jornalismo instrumentalizado pela indústria mediática para que haja justiça e igualdade entre mulheres e homens.

**Agradecimentos**

Manuscrito elaborado como parte de tese desenvolvida com apoio de fundos nacionais FCT (Fundação para Ciência e Tecnologia), no contexto da bolsa de Doutoramento referência SFRH/BD/147400.

**Conflito de interesses**

A autora declara não ter quaisquer conflitos de interesses que limitem ou impeçam a avaliação e a publicação deste artigo na revista *ex aequo*.

**Referências bibliográficas**

Carvalho, Anabela. 2015. "Discurso mediático e sociedade: repensar a Análise Crítica do Discurso." *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação* 9(1): 175-199.

Fairclough, Norman. 2001. "Critical Discourse Analysis as a Method in Social Scientific Research." In *Methods of Critical Discourse Analysis*, organizado por Ruth Wodak e Michael Meyer, 121-138. London: Sage.

Fairclough, Norman. 2003. *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London: Routledge.

Fairclough, Norman, Bob Jessop, e Andrew Sayer. 2002. "Critical Realism and Semiosis." *Alethia* 5(1): 2-10. DOI: https://doi.org/10.1558/aleth.v5i1.2

Fairclough, Norman, e Iran Ferreira de Melo. 2012. "Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica." *Linha D'Água* 25(2): 307-329. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329

Gill, Rosalind. 2007. "Postfeminist media culture: Elements of a sensibility." *European Journal of Cultural Studies* 10(2): 147-166. DOI: https://doi.org/10.1177/1367549407075898

Gill, Rosalind, e Christina Scharff. 2011. "Introduction." Em *New Femininities. Postfeminism, Neoliberalism and Subjectivity*, editado por Rosalind Gill e Christina Scharff, 1-17. London: Palgrave Macmillan. DOI: https://doi.org/10.1057/9780230294523_1.

Gouges, Olympe de. 2002. "Direitos da mulher e da cidadã." Em *Direitos da mulher e da cidadã: textos fundadores do feminismo moderno,* organizado e traduzido por Ana Barradas, 7-28. Lisboa: Ela por Ela.

Jørgensen, Marianne W., e Louise J. Phillips. 2002. *Discourse Analysis as Theory and Method*. London: Sage.

Kress, Gunther, e Theo Van Leeuwen. 1996. *Reading Images. The Grammar of Visual Design*. London & New York: Routledge.

Lazar, Michelle M. 2007. "Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis." *Critical Discourse Studies* 4(2): 141-164. DOI: https://doi.org/10.1080/17405900701464816

Lazar, Michelle M. 2009. "Communicating (post)feminisms in discourse." *Discourse & Communication* 3(4): 339-344. DOI: https://doi.org/10.1177/1750481309343856

Lazar, Michelle M. 2011. "The Right to be Beautiful: Postfeminist Identity and Consumer

Beauty Advertising." Em *New Femininities. Postfeminism, Neoliberalism and Subjectivity*, editado por Rosalind Gill e Christina Scharff, 37-51. London: Palgrave Macmillan.
McRobbie, Angela. 2004. "Postfeminism and popular culture." *Feminist Media Studies* 4(3): 255-264. DOI: https://doi.org/10.1080/1468077042000309937
McRobbie, Angela. 2009. *The Aftermath of Feminism. Gender, Culture and Social Change*. London: Sage.
Moernaut, Renée, Jelle Mast, e Luc Pauwels. 2019. "Visual and multimodal framing analysis." *The Sage Handbook of Visual Research Methods*, editado por Dawn Mannay e Luc Pauwels, 484-499. London: Sage.
Negra, Diane. 2009. *What a Girl Wants? Fantasizing the Reclamation of Self in Postfeminism*. Abingdon, Oxon: Routledge.
Resende, Viviane de Melo, e Viviane Ramalho. 2006. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto.
Scharff, Christina. 2016. "Gender and neoliberalism: Young women as ideal neoliberal subjects." Em *The Handbook of Neoliberalism*, editado por Simon Springer, Kean Birch e Julie MacLeavy, 245-254. London: Routledge.
Swan, Elaine. 2017. "Postfeminist Stylistics, Work Femininities and Coaching: A Multimodal Study of a Website." *Gender, Work & Organization* 24(3): 274-296. DOI: https://doi.org/10.1111/gwao.12162
Wollstonecraft, Mary. 2017. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Traduzido por Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo Editorial.

**Elizângela Carvalho Noronha.** Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra e Investigadora de Pós-Doutoramento em Desenvolvimento Humano Integral na Universidade Católica Portuguesa. Jornalista por formação, coordena desde 2020 o GMMP (Global Media Monitoring Project) no Brasil. Seus interesses de investigação centram-se no estudo das audiências dos *media*, sobretudo nos seus aspectos discursivos e interseccionais. Também tem vindo a se dedicar aos estudos do Jornalismo, a partir da Economia Política Feminista dos Media, e dos Estudos em Recepção.

*Artigo recebido em 28 de julho de 2023 e aceite para publicação em 5 de janeiro de 2024.*

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:
Noronha, Elizângela Carvalho. 2024. "Dos direitos aos 'pós-direitos': a plataformização jornalística dos direitos das mulheres." *ex æquo* 49: 161-177. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.11

[Segundo a norma APA adaptada]:
Noronha, Elizângela Carvalho (2024). Dos direitos aos 'pós-direitos': a plataformização jornalística dos direitos das mulheres. *ex æquo*, 49, 161-177. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.11

Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

# ENTRE "LA MUJER BRAVA" Y "EL PODER DEL MOÑO". ESTEREOTIPOS DE GÉNERO Y ACOSO SEXUAL EN EL TRABAJO EN ECUADOR

*Ana Tamarit**

*Belén Puñal ***

*Juan Carlos Cevallos****

**Resumen**

Este trabajo analiza los discursos de género detectados entre las trabajadoras y trabajadores en Ecuador, que fundamentan el imaginario en el que se sustenta el acoso sexual en el ámbito laboral. La metodología se apoya en el análisis del discurso aplicado a los testimonios de dieciséis grupos de discusión. Destaca la agresividad que los hombres muestran hacia sus compañeras y la condescendencia con la que ellas justifican el acoso sexual de ellos. Emerge un modelo de mujer, el de la "mujer brava", que muestra un carácter arisco para defenderse del acoso, y que se diferencia del estereotipo tradicional de la mujer dócil y cálida. Conciben, tanto ellas como ellos, que la responsabilidad de poner límites es de las trabajadoras.

**Palabras clave:** Acoso laboral, acoso sexual, estereotipos de género, sexismo, estudios de género.

**Resumo**

**Entre "a mulher brava" e "o poder do monete". Estereótipos de género e assédio sexual no trabalho no Equador**

Este trabalho analisa os discursos de género detectados entre trabalhadores e trabalhadoras no Equador, que fundamentam o imaginário em que se baseia o assédio sexual no local de trabalho. A metodologia baseia-se na análise do discurso aplicada aos testemunhos de dezasseis grupos de discussão. Destaca a agressividade que os homens demonstram para com as suas colegas e a condescendência com que elas justificam o assédio sexual

* Universidad Estatal de Milagro – UNEMI, Milagro 091706, Ecuador.
Dirección postal: Av. 17 de Septiembre, Milagro 091706, Ecuador.
Correo electrónico: atamaritr@unemi.edu.ec

** Universidad Estatal de Milagro – UNEMI, Milagro 091706, Ecuador.
Dirección postal: Av. 17 de Septiembre, Milagro 091706, Ecuador.
Correo electrónico: apunalr@unemi.edu.ec

*** Universidad Estatal de Milagro – UNEMI, Milagro 091706, Ecuador.
Dirección postal: Av. 17 de Septiembre, Milagro 091706, Ecuador.
Correo electrónico: jcevallosl@unemi.edu.ec

deles. Surge um modelo de mulher, o da "mulher brava", que evidencia um caráter agreste para se defender do assédio, e que difere do estereótipo tradicional da mulher dócil e calorosa. Tanto homem como mulheres compreendem que a responsabilidade de estabelecer limites cabe às trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Assédio no local de trabalho, assédio sexual, estereótipos de género, sexismo, estudos de género.

**Abstract**

**Between "the Brave Woman" and "the Power of the Bun." Gender stereotypes and sexual harassment at work in Ecuador**

This work analyzes the gender discourses detected among male and female workers in Ecuador that are the foundation of the imaginary on which sexual harassment in the workplace is based. The methodology is based on discourse analysis applied to the testimonies of sixteen discussion groups. It highlights the aggressiveness that men show towards their female coworkers and the condescension with which they justify their sexual harassment. A model of woman emerges, that of the "brave woman", who shows a fierce character to defend herself from harassment, and which differs from the traditional stereotype of the docile and warm woman. Both men and women understand that the responsibility of setting limits lies with the female workers.

**Keywords:** Workplace harassment, sexual harassment, gender stereotypes, sexism, gender studies.

## 1. Introduction

El acoso sexual en el trabajo (AST), entendido como un tipo de violencia de género, es una problemática que ha empezado a abordarse en Ecuador en los últimos años, tanto desde el ámbito académico como político-social. Desde el ámbito político, fue en 2017 cuando el acoso laboral cobró un nuevo impulso con el debate de la reforma de la Ley Orgánica del Servicio Público (LOSEP) y del Código del Trabajo (CT), con el fin de prevenirlo. Desde 2018, el AST es reconocido como una forma de violencia de género, tal y como se establece en la Ley Orgánica Integral para Erradicar y Prevenir la Violencia contra las Mujeres (literal 3 de su artículo 12).

El acoso sexual en el trabajo es un concepto complejo por ser el resultado de una combinación de problemas en los que no solo se reflejan las discriminaciones por razón de género sino también otras discriminaciones, como la etnia o la clase social, que se entretejen de forma interseccional (Lugones 2008). Para la Organización Internacional del Trabajo (2013), el AST es un "comportamiento en función del sexo, de carácter desagradable y ofensivo para la persona que lo sufre". Es una forma de violencia (Caballero 2006, 432), una expresión de poder tanto patriarcal como laboral (Romero, Torns y Borras 1999, 60), que afecta a los derechos humanos y a los derechos de las y de los trabajadores (Walker y Liendo 2005, 15).

La OIT destaca que el acoso sexual es aquel comportamiento de índole sexual que la persona siente como humillante. Por lo tanto, en una investigación sobre AST, conocer las percepciones sobre lo que es sentido como acoso es un primer paso de gran relevancia. Además, nos ayuda a acercarnos a la forma en la que se percibe el rol de mujeres y hombres en el ámbito laboral y la importancia de tales percepciones para comprender el acoso y la violencia laboral (González 2018, 16).

Esta construcción de identidades va de la mano de los estereotipos, que son un conjunto de creencias sobre un grupo que implican la atribución de similares características a diferentes miembros de dicho grupo (Codol 1982, 276; Stangor 2016, 110). Tienen un carácter marcadamente cultural y pueden variar de una cultura a otra. Estas creencias afectan al modo en que se considera que mujeres y hombres son y deben ser (Blanco y Leoz 2010, 148). Estamos, por lo tanto, ante creencias sobre los atributos de cada género que implican discriminaciones (Garrido, Álvaro y Rosas 2018, 3), en cuanto que se considera que hay determinadas cualidades que corresponden en exclusiva a un género y no a otro, en función de su condición biológica (Groner, Muñoz y Angulo 2016, 9).

Los estereotipos perpetúan el sistema sexo-género como ese "conjunto de acuerdos por el cual la sociedad transforma la sexualidad biológica en productos de la actividad humana" (Rubin 1996, 44). Suponen el sustento de esa ideología denominada sexismo, y que se puede manifestar tanto en el "sexismo hostil", con actitudes despectivas basadas en la creencia de que ellas pretenden controlar a los hombres a través de su sexualidad o astucia, como en un sexismo "benevolente", paternalista y protector, en palabras de Glick y Fiske (2001, 111-114).

De las creencias se derivan actitudes y comportamientos (Stern 2007, 106), e incluso conductas agresivas (Yubero, Larrañaga y Navarro 2011, 189). Así lo reconoce la Universidad Nacional Autónoma de México que, en su Protocolo de actuación en casos de violencia de género (2019, 6), enlista entre ellos el acecho, la celotipia, devaluaciones, los gestos ofensivos, insinuaciones u observaciones marcadamente sexuales, así como amenazas a una persona de "reprobarla, bajarla de puesto o cuestión similar si no se mantiene un contacto sexual". De ahí la importancia, tal y como señalan Yubero, Larrañaga y Navarro (2011, 193), de modificar los sistemas de creencias para luchar contra la violencia de género.

La "subordiscriminación" en función del género – señala Ma. Lourdes Miranda (2020, 16) – se sustenta en las creencias construidas en la sociedad heteropatriarcal. Funcionan los estereotipos como parte de esa violencia simbólica – acudiendo al concepto acuñado por Bourdieu (2000, 15) –, cimiento ideológico de la violencia de género, que actúa como el brazo armado del patriarcado (Lledó 2003, 218), ese sistema "de organización social en el que los puestos clave de poder (político, económico, religioso y militar) se encuentran, exclusiva o mayoritariamente, en manos de hombres" (Pazos 2018).

Los estereotipos, según indica Joana Colom (1997, 146), cuentan con una doble naturaleza, descriptiva y prescriptiva. No sólo pautan cómo son mujeres y

hombres sino también cómo deben ser. Ellas y ellos adquieren un papel activo para perpetuar los estereotipos, pues el individuo no permanece pasivo en la producción de significados que los controlen, sino que participa activamente en los mismos (Goffman 1956). En relación con ese carácter activo del individuo está lo que Hakim (2012) denomina capital erótico, que va más allá de la tríada de capitales económico/social/ cultural descrita por Bourdieu (1987), pero que, basándose en la capacidad de atracción sexual, puede ayudar a acceder a estos capitales. Desde el sexismo hostil, se considera que las mujeres se aprovechan en beneficio propio de tal capital sexual, lo que va muy vinculado al estereotipo de mujer fatal o "poder del moño". El contrapunto lo encontramos, en esta investigación, en el estereotipo de la "mujer brava", la mujer que se comporta de manera huraña para que no la tachen de seductora o para defenderse del acoso sexual masculino.

Mujeres y hombres quedan atrapados en una concepción binómica que atribuye a ellas la emocionalidad y a ellos la racionalidad (Spence y Helmreich 1978). Fiske *et al*. (2002) establecen dos dimensiones en el contenido de los estereotipos: la sociabilidad, vinculada a lo femenino, y la competencia, ligado a lo masculino. Viladot y Steffens (2016) hacen referencia a otras dos dimensiones: la comunalidad, relacionada con cualidades consideradas femeninas, y la asertividad, unida a lo masculino. En todo caso, es preciso concretar que se trata de un binomio de carácter occidental, adscrito a los estereotipos que afectan a las mujeres blancas. Cualidades como la dulzura, por ejemplo, no son extensibles a la imagen tópica de las mujeres negras (Landrine 1985).

Los estereotipos tradicionales de género tienen consecuencias tanto en el ámbito laboral como en el privado. Condicionan a las mujeres y a los hombres en la selección de su futuro profesional. En especial, suponen un freno en el desarrollo profesional de las mujeres por la colisión entre las cualidades que se le atribuyen a una buena profesional (competitividad y ambición) y a una "buena" mujer (el priorizar la maternidad y el cuidado de su familia) (Garrido, Álvaro y Rosas 2018, 11).

## 2. Metodología

Los resultados expuestos en este artículo han sido obtenidos a través del proyecto de investigación denominado "El acoso sexual en el trabajo: estudio cualitativo y estrategias de intervención en Ecuador", financiado por la Secretaría de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación (SENESCYT) de Ecuador. La financiación corresponde al Programa Nacional de Financiamiento para Investigación Inédita, en la convocatoria de 2018. La investigación tuvo una duración de 18 meses y se inició en diciembre de 2018.

El objetivo del proyecto fue identificar y tipificar las situaciones de acoso sexual en el trabajo en Ecuador, a través de las experiencias y percepciones de los

trabajadores y trabajadoras de diversos sectores productivos del país. En este artículo presentamos los resultados referidos a los estereotipos de género detectados en sus discursos.

La metodología es de carácter cualitativo y se ha basado en la combinación de grupos de discusión y análisis crítico del discurso. Se han utilizado 16 grupos de discusión, 8 de ellos en Quito y 8 en Guayaquil por ser las ciudades representativas de las dos principales áreas geográficas, políticas, culturales y económicas de Ecuador: la Sierra andina (Quito) y la Costa tropical (Guayaquil).

Las personas que han formado parte de los grupos de discusión fueron seleccionadas según tres ejes estructurales: 1) el género; 2) actividad productiva, y 3) cualificación profesional.

Hemos utilizado la categoría género considerando que la literatura especializada coincide en destacar que tras el acoso sexual están presentes las relaciones de poder por parte de los hombres hacia las mujeres.

Respecto a la actividad productiva, se han seleccionado, como informantes, trabajadores y trabajadoras de las tres ramas productivas más feminizadas y las tres ramas productivas más masculinizadas del país. Siguiendo los datos del Instituto Nacional de Estadística de Ecuador (INEC 2012), las tres ramas con más presencia de mujeres son *hogares privados con servicio doméstico*, *actividades de servicios sociales y de salud*, y *hoteles y restaurantes*, mientras que las más masculinizadas son *construcción*, *explotación de minas y canteras*, y *transporte, almacenamiento y comunicaciones*. Las personas informantes que participaron pertenecían a empresas públicas y privadas o ejercían su trabajo de forma autónoma en los siguientes sectores: servicio doméstico remunerado, ámbito sanitario, locales hosteleros, construcción, sector de minas y transporte.

La cualificación profesional se estableció en tres niveles – alta, media y baja –, dado que entendemos que la formación de las y de los trabajadores va unida a las relaciones de poder, es decir, la cualificación que se exige en el puesto de trabajo determina la posición que el empleado o empleada ocupa en la empresa. Se incluyó en cualificación baja a aquellos trabajadores y trabajadoras sin estudios o con formación primaria; en cualificación media, a quienes contaban con formación de bachillerato; y, por último, la cualificación alta se utilizó para aquellas personas con título de grado o superior.

Las y los informantes fueron seleccionados según el siguiente proceso. Se acudió a centros de trabajo de los sectores productivos seleccionados para buscar a personas que cumplieran el perfil establecido según los ejes estructurales indicados. Firmamos con ellos un compromiso de confidencialidad que garantizase el anonimato de los/as participantes y, por otra parte, nos dieron su consentimiento informado.

Los ocho grupos de discusión en cada una de las dos ciudades, es decir, los 16 grupos en total, estuvieron formados por una media de entre 6 y 10 informantes. El número final de participantes fue de 138 personas (67 en la ciudad de Quito -Q- y

71 en Guayaquil -G-). Del total de informantes, 33 eran hombres y 105 mujeres. En la tabla 1 se incluyen los ejes estructurales que conformaron cada uno de los grupos.

**Tabla 1**

| | Mujer | | | | | | Hombre | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Rama de Actividad** | **Más feminizada** | | | **Menos feminizada** | | | **Más feminizado** | **Menos feminizado** |
| **Cualificación** | Alta G3/Q3 | Media G4/Q4 | Baja G5/Q5 | Alta G6/Q6 | Media G7/Q7 | Baja G8/Q8 | G1/Q1 (alta, media y baja) | G2/Q2 (alta, media y baja) |

Autoría: Elaboración propia.

Tanto en Quito como en Guayaquil, se formaron 6 grupos de mujeres. En Guayaquil fueron los grupos G3, G4, G5, G6, G7 y G8; en Quito, los grupos Q3, Q4, Q5, Q6, Q7 y Q8. En resumen, 3 grupos de mujeres, uno de cualificación alta, otro de cualificación media y el último, de baja, fueron seleccionados de los sectores productivos más feminizados. De la misma manera se realizó la conformación de los 3 grupos de mujeres pertenecientes a los sectores productivos más masculinizados.

En el caso de los hombres, sólo se constituyeron dos grupos por ciudad dado que la literatura científica muestra que el AST afecta fundamentalmente a la población femenina. En cada ciudad, aglutinamos en uno de los grupos a los trabajadores de los sectores más feminizados (G1 y Q1) y, en el otro, a los trabajadores de los sectores más masculinizados (G2 y Q2). No se realizaron grupos separados por cualificación, de manera que en cada uno de ellos se mezclaban trabajadores de cualificación alta, media y baja.

De esos grupos de discusión se han extraído los discursos predominantes en cuanto a estereotipos de género que se dan en el ámbito laboral y que subyacen en el acoso sexual en el trabajo. Los discursos nos han permitido ver cómo las creencias y los estereotipos condicionan las relaciones laborales entre hombres y mujeres. En definitiva, cómo las relaciones de poder y la discriminación se expresan a través de los relatos.

## 3. Resultados

### *a) Estereotipos y creencias detectadas en las trabajadoras mujeres*

En el universo de estereotipos presentes en el discurso de las trabajadoras, ellas se consideran las responsables del acoso que sufren. “El hombre llega hasta donde la mujer se lo permite”, sintetizaba una de las participantes en los grupos de dis-

cusión (grupo G5)[1]. Este mandato, a la vez impuesto y autoimpuesto, implica que las mujeres asuman en exclusiva las situaciones de acoso (que el 77% de las informantes manifiesta haber sufrido y/o conocido), mientras que eximen a los hombres de la responsabilidad que tienen, y no solo a ellos, sino también a las empresas o instituciones, dado que consideran que la responsabilidad es individual.

En el discurso de las mujeres late un determinado concepto de masculinidad. Se cree que, en ellos, se impone el instinto sexual, y que sobre ellos pende el mandato social que les obliga a demostrar que son hombres: "A eso es que voy: la mujer provoca al varón. ¿Y el hombre que tiene qué hacer para que no le digan que es homosexual? Actuar. ¿Y quién tuvo la culpa? La mujer" (G8)[2]. Es una idea de masculinidad fundamentada en el poder del hombre sobre las mujeres y que coincide con lo que indican los estudios sobre masculinidades, basada en una triple concepción: para ser hombre es preciso demostrar que no se es niño, ni mujer ni homosexual (Badinter 1993).

¿Qué pueden hacer las mujeres para poner límites? Dos estrategias sobresalen: "respetarse", evitando despertar en sus compañeros el instinto sexual, o "hacer que te respeten", manifestándose propiedad de otro hombre. En este último caso, a quien se le concede ese respeto es a ese otro hombre del que eres propiedad: "Yo sí soy seria; cuando a mí no me gusta algo, yo soy de las que digo: yo tengo mi esposo, yo no necesito ver otras cosas" (G6)[3]. ¿Y si no tienes esposo? "Pues te inventas" (Q6)[4].

El respetarse supone, por un lado, renunciar a las características que tradicionalmente se han atribuido a las mujeres, es decir, renunciar al estereotipo clásico de femineidad (por ejemplo, la coquetería o la dulzura) y, por otro, esconder o disimular las partes del cuerpo que puedan ser consideradas por sus compañeros como reclamo sexual: "si ya van con escote y con su este, ¿qué va a hacer el hombre?" (G8)[5]. Por otro lado, implica endurecer el carácter, adoptando otro estereotipo, el de la "mujer brava", la mujer de carácter duro, huraño e implacable. La simpatía y la cordialidad pueden ser malinterpretadas, tanto por los posibles compañeros acosadores como por el entorno. La "mujer brava" aparece como un rol conscientemente asumido al tratarse de un mecanismo de defensa frente al acoso sexual, y no solo evita ser malinterpretadas sino también ser considerada "débil": "Si una la mujer le va a decir no, a mí no me vengas a hacer ese tipo de

---

1 Grupo de mujeres de Guayaquil conformado por integrantes de las ramas de actividad más feminizadas y de baja cualificación.

2 Grupo de mujeres de Guayaquil conformado por integrantes de las ramas de actividad menos feminizadas y de baja cualificación.

3 Grupo de mujeres de Guayaquil conformado por integrantes de las ramas de actividad menos feminizadas y de alta cualificación.

4 Grupo de mujeres de Quito conformado por integrantes de las ramas de actividad menos feminizadas y de alta cualificación.

5 Ver nota 2.

cosas, de propuestas, el hombre no va a atacar, incluso ni siquiera va a hacer la propuesta" (G3)[6].

Pero, además, el estereotipo cumple una segunda función: que te valoren como trabajadora y no te resten autoridad por ser mujer. Lo que se hace especialmente necesario tanto en entornos masculinizados como en aquellos casos en los que las mujeres ejercen cargos de autoridad. A las mujeres, para que las respeten como trabajadoras y/o jefas, deben adaptarse y asumir los rasgos de carácter que tradicionalmente han conformado el estereotipo masculino (agresividad y competitividad).

> En esta empresa, todos eran hombres, solo había una jefa que era mujer. Pero ella llegó ahí a punta de palo, era bravísima, nadie le podía decir nada, era como un ogro, todos le tenían miedo, pero era la única forma en la que ella había logrado mantenerse en una empresa donde todos eran hombres. (Q6)[7]

El estereotipo de "la mujer brava" no solo es una reacción al "hombre depredador" sino también al "hombre boicoteador", aquel que pone todo tipo de obstáculos para el desarrollo profesional de sus compañeras. Las trabas, reconocidas por las participantes en los grupos de discusión, sobre todo en aquellos/as de cualificación alta, se encarnan de diversos modos. Por ejemplo, en la desobediencia a las órdenes de aquellas mujeres que ejercen un cargo superior, en la puesta en cuestión de sus méritos (atribuir el avance profesional de sus compañeras al hecho de ser mujeres y a su atractivo sexual) y el considerar a las mujeres como intrusas en espacios laborales masculinizados.

Incluso aunque sean jefas, los compañeros desarrollan un halo de protección porque las ven antes como mujeres que como autoridad. También su autoridad se ve minada cuando las perciben como mujeres de otro hombre al que hay que respetar.

> Al principio, los chicos no me llamaban y yo al día siguiente les escribía y no me contestaban y les digo: ¿por qué no me avisó? (Ellos): "no, es que ¡qué pena señora Silvana!, lo que pasa es que ¡cómo la voy a llamar!, ¡cómo le voy a pasar un mensaje!, ¿qué dirá su esposo?" (G6)[8]

Hay, así mismo, estereotipos que minan las relaciones entre mujeres y las dividen. Es común denominador, tanto en las participantes de Quito como en las de Guayaquil, el discurso en el que se enfrenta a las mujeres entre sí: a las consideradas mujeres "bravas", por un lado, y aquellas a las que se acusa de jugar con la

---

6 Grupo de mujeres de Guayaquil conformado por integrantes de las ramas de actividad más feminizadas y de alta cualificación.

7 Ver nota 4.

8 Ver nota 3.

ambigüedad, las que utilizan su "capital sexual" en beneficio propio, lo que en los grupos aparece denominado como "el poder del moño". A estas mujeres se las considera responsables de que todas sean juzgadas por ese patrón.

> Yo iba uniformada, yo no uso nada de tangas ni cosas chiquitas, yo uso interiores que me tapan hasta la media pierna. He visto que hay compañeras que usan rojo, usan negro y usan hilos, que están dando la pauta a… . (G4)[9]

El "poder del moño" es entendido como aquel poder que poseen las mujeres debido a su atractivo sexual y que aprovechan ante las presuntas dificultades de los hombres para reprimir su instinto. En el discurso de algunas de las participantes se indica que con el "poder del moño" intentan sacar un doble partido: como mujeres y como trabajadoras. Como mujeres, consiguiendo a un hombre proveedor, y como trabajadoras, logrando tratos de favor de sus jefes.

> – "Pero sí tú vienes a buscar aquí a los hombres, ¿por qué te quejas?". – "Que no, que ya me hizo el hijo". – "Tú estás vendiendo tu vientre", porque salió preñada, dio a luz y ahora sí, anda, demándalo. Mil, dos mil mensuales… para eso es que tú quieres." (G8)[10]

Este estereotipo, el del "poder del moño", se le achaca con especial fuerza a las mujeres de la Costa y a las mujeres extranjeras. En los grupos de discusión de Quito, las participantes lo aplican con cierta virulencia a las trabajadoras venezolanas, cuya presencia se observa como amenazante debido al importante flujo migratorio desde Venezuela a Ecuador en 2019.

> Así estamos inundados de venezolanas y así al siguiente día la venezolana entra a esa unidad. Y todos: ya le ha contratado a la venezolana, ¿por qué? Porque los cuerpecitos que se cargan…, que hay que ser realista ¿no? (Q8)[11]

Es un discurso que se detecta, sobre todo, en los grupos de discusión de mujeres con baja cualificación y en situaciones laborales más precarias, que desempeñan puestos fácilmente intercambiables y que sienten la presencia de compañeras extranjeras como una competencia añadida, acusándolas de su disponibilidad a aceptar condiciones de explotación aún mayor.

---

9 Grupo de mujeres de Guayaquil conformado por integrantes de las ramas de actividad más feminizadas y de cualificación media.

10 Ver nota 2.

11 Grupo de mujeres de Quito conformado por integrantes de las ramas de actividad menos feminizadas y de cualificación baja.

El compañerismo se considera un atributo masculino. Ellos no solo son percibidos como mejores compañeros unos con otros, sino, a veces, también con las mujeres, o bien por una actitud paternalista con sus compañeras, o bien en función del modelo tradicional de hombre caballeroso y condescendiente. En todo caso, una especie de "ángel bueno" que protege a sus compañeras de los hombres que siguen el modelo "depredador" y que engarza con el "sexismo benevolente", la contrapartida del "sexismo hostil" del que hablan Glick y Fiske (2001).

> Me topé con un señor mayor que me cuidó, me apadrinó, me defendió. Yo creo que veía en mí como una hija, entonces, siempre me respetó mucho y cuidó que nadie me faltara al respeto. (G7)[12]

A pesar de la existencia del estereotipo de la "mujer brava" como modelo a seguir y el del "poder del moño" como modelo censurable, persiste también el estereotipo de la mujer sumisa, que calla y permite como muestra de sacrificio, por lo general, por su condición de madre.

> Uno a veces por los hijos tiene que aguantar muchas cosas en el hogar, en el trabajo, en la calle. Pero como le digo a mis hijas, siempre pongo mi mente en ellas para seguir adelante. (Q5)[13]

Se observa en los grupos de discusión una diferencia relevante entre las mujeres de cualificación alta respecto a las trabajadoras de cualificación más baja. En éstas se detecta que están más normalizadas, no solo las relaciones de desigualdad entre mujeres y hombres, sino también el acoso. Sin embargo, en los grupos de más cualificación, se observa una mayor conciencia de los límites que les ha supuesto en su carrera profesional el hecho de ser mujeres.

> Una de las cosas que pienso, de por qué me pasó esto o aquello, fue justamente el no saber que tenía derechos. Como que crecí en esa cultura donde se enseña a la mujer a callar... mi madre me enseñaba a callar frente a mi papá. Antes de casarme fue el mismo consejo: no pelees con tu esposo, calla y cosas así. (G3)[14]

*b) Estereotipos y creencias detectadas en los trabajadores hombres*

¿Cómo conciben los hombres a sus compañeras de trabajo? Ellos las perciben como si aún representasen el papel adjudicado a las diosas de la mitología

---

12 Grupo de mujeres de Guayaquil conformado por integrantes de las ramas de actividad menos feminizadas y de cualificación media.

13 Grupo de mujeres de Quito conformado por integrantes de las ramas de actividad más feminizadas y de cualificación baja.

14 Ver nota 6.

griega Pandora y Peito. Ambas simbolizan la belleza y la seducción, y las dos arrastran a los hombres a un mundo de perdición. A través de sus encantos y embelesos los hombres caen en un submundo de oscuridad y se desatan todos sus males. Aunque hay estereotipos que constituyen un imaginario compartido entre mujeres y hombres (la mujer brava frente a la mujer fatal o el poder del moño), en el discurso de ellos destaca la virulencia con la que se refieren a sus compañeras de trabajo. Estamos ante lo que Glick y Fiske (2001) denominan "sexismo hostil".

Mientras en el discurso de las mujeres predomina la comprensión hacia sus compañeros (pues consideran que sus acciones están dirigidas por sus instintos), en el discurso de los hombres se destaca la agresividad hacia ellas, sobre todo en los ámbitos laborales más masculinizados, como una especie de reacción ante un cuerpo extraño que se incrusta en un mundo, el laboral, en el que la mujer aún es concebida como una intrusa. Las mujeres aparecen en el relato masculino como compañeras astutas y aprovechadas.

> Hay otro tipo de mujeres que buscan ese trato, que a veces utilizan sus encantos para tratar de escalar en la empresa […] y las mujeres terminan ya buscando, provocarlo de alguna forma. ¿Y qué pasa?, ¿qué termina pasando? Lo que tenía que pasar. (G2)[15]

Se considera que ellas incluso utilizan con fines perversos sus "cualidades perceptivas", su capacidad para detectar cuando alguien tiene un problema (es decir, el estereotipo tradicional que vincula a las mujeres con la capacidad de empatía), y en ese caso pueden llegar a ser una especie de Terminator que es capaz de acabar con todo.

> Ellas pueden percibir cuando la persona está con un problema y fungir como consejera o acompañante. […] La mujer tiene el poder de destruir todo con venganza y con odio. Cuando una mujer ve que dentro de su situación laboral o que dentro de su propia empresa hay un problema personal incluido, son capaces de destruir todo. Me refiero, destruir la vida de las personas, destruir familias completas, destruir una empresa con años de servicio. (Q2)[16]

Por otro lado, las mujeres son vistas también como compañeras de trabajo irresponsables y poco trabajadoras, lo que en ocasiones se atribuye a sus cargas familiares. Una concepción que no considera compatibles el ser buena profesional con el ser buena madre.

---

15 Grupo de hombres de Guayaquil que trabajan en los sectores menos feminizados.

16 Grupo de hombres de Quito que trabajan en los sectores menos feminizados.

> Yo a ellas les exijo: oye ¿sabes qué? ¡Deja el celular un momento! Me dice: mira, me llaman de mi hijo. Entonces le digo: si es que tú tienes tu hijo, tienes tu hogar, tienes problemas ¿para qué buscas trabajo? Si tú vienes acá, es para trabajar. (Q1)[17]

Otro estereotipo que ellos hacen recaer sobre sus compañeras está relacionado con lo que entienden como el irrespeto a la moral sexual dominante (en la que se concibe que debe ser el hombre quien tome la iniciativa sexual y las mujeres quienes cohíban su deseo). Este estereotipo recae con mayor fuerza, al igual que habíamos visto en el discurso de ellas, sobre las trabajadoras de escasos recursos económicos y las mujeres de la Costa.

> Muchas de ellas comenzaron así, de estratos sociales bajos y las *manes* vienen a buscar. Yo era administrador, y hasta por los días libres me venían a decir: "deme sábado y domingo y si quiere ahí salimos, aproveche". ¿Sí me entiende? ¡Solo por unos días libres! (G2)[18]

Resulta un escenario multicolor, como si las compañeras estuvieran en un lugar que no les corresponde de forma natural o como si el acceso al trabajo les haya permitido una serie de "suertes", de "privilegios", que hace que ellos lleguen a concebirse a sí mismos como víctimas. La primera de estas "suertes" sería el "aprovecharse" de su condición de mujer para escalar profesionalmente o, en el peor de los casos, para poder seguir manteniendo a la familia.

> – Tengo amigos alcaldes de donde yo soy. Son cosas que ellos cuentan: "mira ella va a entrar y entró".
> – Entró y ya, sin proceso de selección.
> – "Una extraña belleza es vicealcaldesa". O sea, ese es el nivel: "una extraña belleza".
> – ¿Dónde pasa eso? Donde la gente tiene miedo a hablar, como las mujeres tienen miedo a darse a respetar. Hay ciertas que sí, pero hay ciertas que les gusta, bueno me van a dar un buen puesto, me van a meter de Vicealcaldesa. ¿Qué hace una mujer más fácil? Y listo, entraron. Es así, todas las concejalas. Mira las concejalas que hay en El Triunfo. Entonces todo es un mercadeo. (Q1)[19]

La segunda "suerte" sería el "aprovecharse" de las ventajas que les proporcionan las leyes, como los beneficios por maternidad. Beneficios que, según ellos, tienen serias repercusiones en el entorno laboral.

> Una mujer tiene: un hijo, luego ¡pas,! tiene el siguiente, ¡pas! siguiente, y así llega a tener 4 o 5. Cuatro o cinco años enteros sin hacer guardias, sin hacer absolutamente

---

17 Grupo de hombres de Quito que trabajan en los sectores más feminizados.

18 Ver nota 15.

19 Ver nota 17.

> nada que le compete a su carrera, porque tiene período de gestación y períodos de lactancia durante un año entero. (Q2)[20]

¿Cómo se perciben los hombres a sí mismos? Los estereotipos con los que se autocaracterizan van desde el "hombre cazador" hasta el "hombre víctima" de los encantos o las argucias de ellas. En sus relaciones sexuales ellos se perciben con los estereotipos de género tradicionales. Se entiende que los hombres deben mostrar de forma continua su virilidad y que su fin "es tener un acto sexual y satisfacerse" (G1)21. Si se resistieran a ello temen ser percibidos de forma contraria a su masculinidad. Es decir, el hombre debe demostrar que lo es.

> Por nuestra naturaleza, se puede decir de mamíferos, es normal que a veces nos levantemos con el bicho y la veo bonita y ahí le digo algo bonito, algo agradable sin pasar de la línea del respeto; y ahí queda. (G2)[22]

No se entiende que las masculinidades puedan ser diversas, que existen distintas formas de ser mujer y de ser hombre (Fernández de Avilés 2021, 9). Se observa, de hecho, entre los participantes, una gran preocupación por no ser percibido como homosexual.

> Como enfermero, ellas tenían una visión de mí diferente porque soy soltero y se especulaba mucho sobre mí. Yo salí con un par de alumnas de la universidad y luego, cuando estaba en el hospital, también salí con las enfermeras, pero era más bien por demostrarles lo contrario. (G1)[23]

En el discurso ellos no reconocen su responsabilidad. Es decir, toda la responsabilidad recae en las mujeres, que son las que se tienen que hacer respetar.

> El hombre se emperra, se encapricha, intenta y continúa, y ahí sí viene la parte donde la mujer es la que viene a marcar la línea, ¿no? Pero cuando una mujer no te para y te permite, de una u otra manera, el acoso, sigues insistiendo… . (G1)[24]

Frente al binomio que tradicionalmente vincula los estereotipos masculinos con la racionalidad, en los grupos de discusión se ha evidenciado un discurso común: son las mujeres, y no los hombres, las que deben priorizar la razón dado que se percibe que ellos no son capaces de sobreponerse al instinto. Si actuasen priorizando la razón al instinto, podrían ser considerados menos hombres.

---

20 Ver nota 16.

21 Grupo de hombres de Guayaquil de las ramas de actividad más feminizadas.

22 Ver nota 18.

23 Ver nota 21.

24 Ver nota 23.

## 4. Conclusiones

Si bien mujeres y hombres comparten un universo de estereotipos, se diferencia el discurso de ellos por la agresividad. Queda explícito en el mismo lo que Glick y Fiske (2001) denominan como "sexismo hostil". Una hostilidad que, según estos autores, parte del percibir a sus compañeras como una amenaza al poder masculino y una intrusión en el espacio laboral. El discurso de ellas, al contrario, es más comprensivo hacia sus compañeros y parte de la asunción de la responsabilidad de frenarlos, partiendo de la idea de que no pueden reprimir sus instintos.

Frente al acoso masculino, surge como modelo la "mujer brava". Es la mujer que hace gala de su carácter para defenderse de los hombres y que, como si fuesen menores, pone claramente los límites. Las mujeres son conscientes de que, en su caso, el respeto debe ganarse, de ahí ese verbo reflexivo que utilizan con tanta frecuencia: el "respetarse" para que las respeten.

Nos alejamos así de la imagen de mujer cálida, que sobresale en estudios como los de Spence y Helmreich (1978) o Fiske *et al*. (2002). La "mujer brava" está más próxima al estereotipo de mujer hostil que Landrine (1985) relacionaba con las mujeres negras. No es una falta de calidez ligada en exclusiva a las mujeres trabajadoras, como indican Fiske *et al*. (2002), dado que la "mujer brava", en el discurso de las informantes ecuatorianas, se erige como modelo a seguir frente al acoso masculino en todos los ámbitos, no sólo el laboral.

Los estereotipos con los que se dibuja a las mujeres son diversos y están condicionados por otras categorías como la procedencia nacional, la etnia y la clase social, tal y como señalan Viladot y Steffens (2016). De hecho, el estereotipo de la "mujer fatal" o del "poder del moño" se vincula con más fuerza a las mujeres de la Costa, a las de clases sociales más desfavorecidas o a las inmigrantes, a las que se sexualiza en mayor medida.

El contrapunto de la "mujer brava" está en la "mujer fatal", o lo que los informantes denominan como el "poder del moño", en estrecha relación con lo que Hakim (2012) reconoce como "capital erótico". En el discurso de ellos subyace la idea de que una mujer, por el hecho de serlo, es sospechosa de ser una Eva o Pandora que desate todos los males, lo que explica que las trabajadoras se esfuercen en alejarse de ese modelo de mujer. Constantemente en el discurso de ellas se insiste en esa dicotomía entre las mujeres "buenas", que acatan la moral sexual establecida, y las mujeres "menos buenas", las que reúnen todas esas cualidades sancionadas negativamente en su entorno y por ellas mismas.

Ese modelo de mujer, el de la "mujer brava", en todo caso, no es una mujer feminista. No existe un discurso feminista entre las participantes sino, por el contrario, una asunción acrítica de los valores morales que les impone su entorno. Apenas se produce una reivindicación del derecho de las mujeres a construir su

imagen física y su sexualidad libremente. Aceptan sin cuestionamientos el discurso hegemónico de hacerse respetar, bajo el mandato del recato.

En el discurso de los hombres, se expresa un modelo de masculinidad muy marcado. Para ser hombre hay que tener deseo sexual hacia las mujeres y llegar al acto sexual. En definitiva, para mostrarse como hombre hay que demostrarlo. La demostración de la masculinidad antepone el instinto a la razón, lo que también cuestiona el estereotipo que vincula tradicionalmente a los hombres con la racionalidad dejando a las mujeres al margen y ligadas al mundo de las emociones.

Los hombres acaban por revertir en su discurso la discriminación que ellas sufren en lo laboral. En ningún momento hablan ellos de las dificultades de sus compañeras para conciliar, de los inferiores sueldos que cobran, de sus dificultades para acceder a puestos de poder… En el discurso de los trabajadores, ellos son las víctimas. Se apropian del discurso victimizador, para no ser considerados los agresores sino la parte vulnerable.

La agresividad de los estereotipos con que las mujeres son vistas por sus compañeros supone obstáculos e inseguridades en su desarrollo profesional y personal. Ellas deben elegir entre ser buenas madres o buenas profesionales, deben estar muy pendientes de su aspecto físico, de poner límites y se las responsabiliza si son acosadas. Son vistas como estrategas, aprovechadas, malas compañeras e incluso vagas. Estereotipos estos que, a la postre, actúan como muros, muchas veces invisibles, para su incorporación en igualdad de oportunidades al mundo laboral.

## Contribución de cada autor/a

**ATR:** Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

**BPR:** Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

**JCCL:** Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

## Agradecimientos

Agradecimientos a la Secretaría de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación (Senescyt), que financió la investigación de la que parte este proyecto. Agradecemos también a todas las personas que actuaron como informantes en los grupos de discusión mantenidos en Guayaquil y en Quito (Ecuador).

## Conflicto de intereses

Declaramos la inexistencia de intereses personales o colectivos, más allá de lo estrictamente académico.

## Referencias bibliográficas

Badinter, Elisabeth. 1993. *XY, la identidad masculina*. Trad. de Monserrat Casals. Madrid: Alianza.

Blanco, Ana, y Daniele Leoz. 2010. "La persistencia de los estereotipos tradicionales de género en las revistas para mujeres adolescentes. Resistencias al cambio y propuestas de modificación." *ex æquo* 22: 147-169.

Bourdieu, Pierre. 1987. "Los tres estados del capital cultural." *Sociológica* 2(5): 11-17.

Bourdieu, Pierre. 2000. *La dominación masculina*. Trad. de Joaquín Jordá. Barcelona: Anagrama.

Caballero, María. 2006. "El acoso sexual en el medio laboral y académico." En *Saberes, culturas y derechos sexuales en Colombia*, editado por Mara Viveros, 429-450. Bogotá: Tercer Mundo Editores.

Código del Trabajo. Registro Oficial n.º 167. 2005. Quito: Comisión de Codificación y Legislación.

Codol, Jean-Paul. 1982. "Differentiating and non-differentiating behavior." En *Cognitive Analysis of Social Behavior*, editado por Jean-Paul Codol y Jacques-Philippe Leyens, 267-292. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers.

Colom, Joana. 1997. "Aportaciones al estudio de los estereotipos de género." *Pedagogía Social: revista interuniversitaria* 15: 145-153.

Fernández de Avilés, Bakea. 2021. "Análisis de la incorporación de los hombres y las masculinidades en los planes estratégicos de igualdad en España." *ex æquo* 43: 49-68. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2021.43.04

Fiske, Susan, *et al*. 2002. "A Model of (Often Mixed) Stereotype Content: Competence and Warmth Respectively Follow From Perceived Status and Competition." *Journal of Personality and Social Psychology* 82(6): 878-902. DOI: https://doi.org/10.1037//0022-3514.82.6.878

Garrido, Alicia, José Álvaro, y Ana Rosas. 2018. "Estereotipos de género, maternidad y empleo: un análisis psicosociológico." *Pensando Psicología.* 14(23). DOI: https://doi.org/10.16925/pe.v14i23.2261

Glick, Peter, y Susan Fiske. 2001. "An ambivalent alliance: Hostile and benevolent sexism as complementary justifications for gender inequality." *American Psychologist* 56(2): 109--118. https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.2.109

Goffman, Erving. 1956. "The Nature of Deference and Demeanor." *American Anthropologist* 58(3): 473-502.

González, Verónica. 2018. "La violencia laboral desde una perspectiva de género en la Administración Pública de la provincia de Corrientes." *Revista Pilquen* 21(4): 10-21.

Groner, Carlos, Eliana Muñoz, y Verónica Angulo. 2016. *La percepción de la imagen de la mujer en los medios de comunicación social en Ecuador*. Quito: CORDICOM.

Hakim, Catherine. 2012. *Capital erótico. El poder de fascinar a los demás*. Barcelona: Debate.

INEC – Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. 2012. *Clasificación Nacional de Actividades Económicas (CIIU REV. 4.0).* Quito: INEC.

Landrine, Hope. 1985. "Race X Class Stereotypes of Women." *Sex Roles* 13: 65-75.
Ley Orgánica de servicio Público (LOSEP). Registro Oficial nº 294. 2010. Quito: Asamblea Nacional de Ecuador.
Ley Orgánica Integral para Prevenir y Erradicar la violencia contra las mujeres. Registro Oficial nº 175. 2018. Quito: Asamblea Nacional de Ecuador.
Lledó, Eulàlia. 2003. "Recomendaciones para el tratamiento de la violencia contra las mujeres en los medios informativos." En *Medios de comunicación y violencia contra las mujeres*, editado por María del Mar Ramírez Alvarado, 217-226. Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer.
Lugones, María. 2008. "Colonialidad y género." *Tabula Rasa* 9: 73-101. DOI: https://doi.org/10.25058/20112742.340
Miranda, Ma. Lourdes. 2020. "Desmitificando estereotipos de género: un análisis del delito de violación en la legislación ecuatoriana." En *Violencia contra las mujeres en Ecuador*, editado por Defensoría del Pueblo de Ecuador y Universidad UTE, 15-31. Quito: Editorial Universitaria UTE.
Organización Internacional del Trabajo. 2013. *Acoso sexual en el trabajo y masculinidad. Exploración con hombres de la población general: Centro América y República Dominicana*. San José: Organización Internacional del Trabajo.
Pazos, María. 2018. *Contra el Patriarcado. Economía feminista para una sociedad justa y sostenible*. Pamplona: Katakrak Liburuak.
Romero, Alfonso, Teresa Torns, y Vicent Borrás. 1999. "El acoso sexual en el mundo laboral: un indicador patriarcal." *Sociología del Trabajo* 36: 57-78.
Rubin, Gayle. 1996. "El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo." En *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*, editado por Martha Lamas, 35-96. México: PUEGNAM.
Spence, Janet T., y Robert Helmreich. 1978. *Masculinity and Femininity: Their Psychological Dimensions, Correlates, and Antecedents*. Austin: University of Texas Press.
Stangor, Charles. 2016. *Social Groups in Action and Interaction*. New York & London: Routledge.
Stern, Claudio. 2007. "Estereotipos de género, relaciones sexuales y embarazo adolescente en las vidas de jóvenes de diferentes contextos socioculturales en México." *Estudios Sociológicos* 25(73): 105-129.
Universidad Nacional Autónoma de México. 2019. *Protocolo de actuación en casos de violencia de género*. México: Gaceta UNAM.
Viladot, M. Àngels, y Caroline Steffens. 2016. *Estereotipos de género en el trabajo.* Barcelona: UOC.
Walker, Francisco, y Ricardo Liendo. 2005. "Derechos fundamentales y acoso sexual en el trabajo." *Revista Economía y Administración* 150: 9-18.
Yubero, Santiago, Elisa Larrañaga, y Raúl Navarro. 2011. "Estereotipos e identidad de género en la conductas de acoso escolar." *International Journal of Developmental and Educational Psychology* 2(1): 187-195.

**Ana Tamarit**. Doctora por la Universidad de Salamanca y profesora titular en la Universidad Estatal de Milagro (UNEMI), en Ecuador, e investigadora en el Instituto de Posgrado y Educación Continua de la misma Universidad. Ha dirigido el proyecto de investigación denominado "El Acoso Sexual en el Trabajo: estudio cualitativo y estrategias de intervención en Ecuador". Sus líneas de investigación son la

Comunicación Comunitaria, la Sociología de la Profesión Periodística y Comunicación y Género.

**Belén Puñal**. Doctora por la Universidad de Santiago de Compostela. Su trayectoria académica se ha centrado en la investigación en el ámbito de la Comunicación desde la perspectiva de género. Es autora del libro *La prostitución en el espejo de los medios. Un análisis de ABC y El País* (Universidad de Málaga, 2019). Fue subdirectora del proyecto de investigación "El acoso sexual en el trabajo: estudio cualitativo y estrategias de intervención en Ecuador".

**Juan Carlos Cevallos**. Magíster por la Universidad de Guayaquil y profesor titular en la Universidad Estatal de Milagro de Ecuador. Se desempeñó como profesional en el periodismo por muchos años. Ha participado como investigador en el proyecto de investigación de la Convocatoria INÉDITA financiado por Senescyt, denominado "El Acoso Sexual en el Trabajo: estudio cualitativo y estrategias de intervención en Ecuador". Sus líneas de investigación son comunicación, periodismo y comunicación y género.

*Artículo recibido el 5 de octubre de 2023 y aceptado para su publicación en 10 de febrero de 2024.*

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:
Tamarit, Ana, Belén Puñal, y Juan Carlos Cevallos. 2024. "Entre 'la mujer brava' y 'el poder del moño'. Estereotipos de género y acoso sexual en el trabajo en Ecuador." *ex æquo* 49: 179-196. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.12

[Según la norma APA adaptada]:
Tamarit, Ana, Puñal, Belén, y Cevallos, Juan Carlos (2024). Entre 'la mujer brava' y 'el poder del moño'. Estereotipos de género y acoso sexual en el trabajo en Ecuador. *ex æquo,* 49, 179-196. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.12

Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: apem1991@gmail.com

# A JANGADA DE FEDRA: A IBERICIDADE DE NATÁLIA CORREIA

*Miguel Filipe Mochila**

**Resumo**

A longevidade e profundidade da reflexão iberista de Natália Correia, em ensaios ou em entrevistas e outras intervenções, ou ainda na sua própria poesia, fazem dela uma das mais convictas e relevantes iberistas da segunda metade do século XX. Porém, uma tal importância não tem sido destacada nem mesmo no âmbito dos Estudos Ibéricos, área que tem confrontado os cânones tradicionais nacionais, visibilizando fenómenos e autorias por norma subalternizadas, incluindo recentes abordagens feministas. Nesta linha, propõe-se uma leitura do iberismo de Natália Correia, atendendo tanto aos seus substratos cultural e geopolítico, em torno da defesa do valor da pluralidade, presentes no ensaio Somos todos hispanos, como à sua articulação com um discurso feminista na sua produção poética.

**Palavras-chave:** Natália Correia, iberismo, ibericidade, Estudos Ibéricos, feminismo.

**Abstract**

**Phaedra's Stone Raft: Natália Correia's Iberianess**

Natália Correia's extensive and deep exploration of Iberian themes in essays, interviews, and poetry establishes her as one of the most significant Iberianist figures in the latter half of the 20th century. Nevertheless, her importance is often overlooked even in Iberian Studies, an area challenging traditional nationalist views and bringing attention to typically marginalized phenomena and authorship, including recent feminist perspectives. In this context, I propose to examine Natália Correia's Iberianism. This involves considering both its cultural and geopolitical foundations, emphasizing her defense of the value of plurality, as seen in the essay *Somos todos hispanos*, and its connection with a feminist discourse evident in her poetic production.

**Keywords:** Natália Correia, Iberianism, Iberianess, Iberian Studies, feminism.

---

* Universidad de Puerto Rico, Recinto de Río Piedras (UPRRP), 00925 San Juan, Puerto Rico.
Endereço postal: 839 Calle Añasco, Plaza Universidad 2000, Apt. 1419, 00925 San Juan, Puerto Rico.
Endereço eletrónico: miguel.mochila@urp.edu

**Resumen**

**La balsa de Fedra: la ibericidad de Natália Correia**

La longevidad y profundidad de las reflexiones iberistas de Natália Correia, en ensayos, entrevistas y otras intervenciones, o incluso en su propia poesía, la convierten en una de las iberistas más convencidas y relevantes de la segunda mitad del siglo XX. Sin embargo, su importancia no ha sido suficientemente destacada, ni siquiera en el ámbito de los Estudios Ibéricos, área que se viene enfrentando a los cánones nacionales tradicionales, dándole visibilidad a fenómenos y autorías habitualmente subalternizados, incluyendo recientes enfoques feministas. En esta línea, proponemos una lectura del iberismo de Natália Correia, atendiendo tanto a su sustrato cultural como geopolítico, en torno a la defensa del valor de la pluralidad, presente en el ensayo *Somos todos hispanos*, y a su articulación con un discurso feminista en su producción poética.

**Palabras clave:** Natália Correia, iberismo, ibericidad, Estudios Ibéricos, feminismo.

## 1. Iberismos, Estudos Ibéricos e Estudos Feministas

Em 1989, num programa cultural da RTP, ainda em plena primeira juventude da democracia portuguesa e na ressaca imediata da entrada de Portugal para a CEE, Natália Correia, rodeada de quatro homens, António Quadros, Boaventura de Sousa Santos, Fernando Rosas e o apresentador Alexandre Manuel, assume, com a veemência que sempre lhe foi reconhecida, uma defesa determinada da ibericidade constitutiva da cultura portuguesa: "Portugal saiu do corpo ibérico e isto é uma realidade que não se pode ofuscar, é uma realidade que pulsa nas funduras da nossa cultura e ignorar isso é aquilo a que eu chamo a mesquinheira portuguesa da hispanofobia."[1] Uma tal defesa, bem o sabemos, não constitui propriamente a posição que, em Portugal, mais simpatias congrega, o que desde logo combina com a iconoclastia insubmissa da autora. Ainda assim, e ciente desse desfavor, Natália Correia optava, estrategicamente, por empregar um termo – ibericidade –, que esquivava outro, mal-afamado – o iberismo –, demasiado conotado com uma defesa da união política entre Portugal e Espanha, o que está longe de compreender toda a densidade e variedade de perspetivas iberistas que se foram afirmando desde a segunda metade do século XIX nos diferentes territórios peninsulares.

Com efeito, a complexidade do iberismo é de tal ordem que Rina (2016) propôs, nesta matéria, uma pluralização do termo, distinguindo diferentes *iberismos* históricos, agrupados por Matos (2017) e Sardica (2013) em três modelos: 1) um iberismo económico, em torno de uma política económica comum (proposto por Sinibaldo de Más ou Henriques Nogueira no século XIX); 2) um iberismo político, assente na defesa da integração ibérica, seja por via monárquica anexionista, como a proposta por Pío Gullón, seja pela via federalista-republicana dominante

[1] Programa disponível na página online dos arquivos da RTP: https://arquivos.rtp.pt/conteudos/iberismo-parte-i/ [1ª parte]; https://arquivos.rtp.pt/conteudos/iberismo-parte-ii/ [2ª parte]. Acesso no dia 5 de novembro de 2023.

em Portugal no século XIX, com especial ênfase em Antero, e no catalanismo de inícios do século XX, com Ribera i Rovira ou Maragall; e 3) um iberismo cultural, em defesa de uma maior aproximação entre Portugal e Espanha, a pretexto da estreita relação histórica e de uma certa identidade cultural resgatada por exegese histórica, posição consagrada por Oliveira Martins.[2]

O facto de Natália Correia se esquivar ao termo "iberismo" é já revelador da linhagem que melhor lhe assentaria, afastando-se do sentido mais estrito do iberismo político e aproximando-se da primazia de um mais abrangente e fluido iberismo cultural. De facto, como notou Martínez-Gil (2002, 39), a influência de Oliveira Martins foi pregnante e duradoura em toda a Península Ibérica, e ecoa assumidamente na autora. Por outro lado, como demonstrou Matos (2017), os projetos de união política desapareceram quase por inteiro a partir de finais do século XIX, com o incremento da hispanofobia portuguesa no contexto de uma hipotética transferência do ímpeto anexionista castelhano em face da perda das últimas colónias americanas. Reputando uma tal hispanofobia de "síndroma bacoco", naquele mesmo programa televisivo, Natália Correia assume essa linhagem histórica ao dar ao ensaio que a esta matéria dedica em 1989 o título *Somos todos hispanos*, retomando uma frase de Garrett. Assim se inscreve na linhagem de um iberismo cultural que, em torno dessa comum e ancestral identidade peninsular a que chamaria ibericidade, conta, além dos citados, com outros nomes, de Menéndez Pelayo a Unamuno, de Pascoaes a Valle-Inclán, de Clarín a Pessoa, de Sardinha a Almada, de Torga a Saramago.

Em comum têm o facto de, pese embora desenvolvendo em alguns casos um pensamento político sistémico em torno de uma proposta federativa, darem primazia à noção de *génio peninsular*, para empregar ressoantes palavras de Oliveira Martins. Mas em comum têm também todos eles outro facto, que é justamente o serem "eles": este elenco iberista é inteiramente masculino, como masculino era o entorno do mencionado programa televisivo. Ora a voz feminina que nesse programa se eleva de modo tão assertivo sobre um coro de homens céticos do iberismo por ela proposto, a par de outros elementos capitais dessa sua propensão iberista, vertida não apenas em intervenções públicas, como o apoio e participação, em 1984, no I Simpósio de Escritores Ibéricos, mas também na sua produção ensaística e poética, não nos permite senão considerar Natália Correia, a par apenas de Saramago, como a mais proeminente iberista portuguesa da segunda metade do século XX, facto que não tem sido nem suficiente, nem claramente destacado.

É, pois, chegado o momento de esclarecer o título deste texto. Se aludo a uma Jangada de *Fedra* para referir o iberismo de Natália Correia, é, desde logo, para estabelecer o que me parece ser um produtivo vínculo com a posição iberista do autor d'*A jangada de pedra*, que em vários pontos se aproxima, como assinala-

---

2 Uma síntese particularmente produtiva desta questão encontra-se em Sáez Delgado e Pérez Isasi (2018, 17-23).

rei, das perspetivas que nesta matéria a autora apresenta, ao mesmo tempo que aproveito, a título não tão secundário quanto poderia parecer, para sublinhar a intempestividade e a carga dramática que das suas palavras e do seu tom, como do mito clássico, se desprendem, e que ainda hoje reclamam por se fazerem ouvir em meio dum persistente coro de homens. Precisamente, esta subversão do título do icónico romance iberista de Saramago é ainda um modo de dar ênfase à injusta desproporcionalidade da atenção que ao iberismo de Natália Correia tem sido dada.[3] Ao pretender impor sobre o P de Pedra uma pequeníssima rasura gráfica, apenas a suficiente para o transformar no F de Fedra, sublinho também o F dum Feminino que não podemos não ter em conta, já que guarda, como mencionarei, subtil relação com o iberismo de Natália Correia, aspeto que nem a crítica nataliana, nem a crítica iberista contemplaram.

Esta minha rasura do título saramaguiano responde, assim, a essoutra rasura a que a própria autora tem sido geralmente votada no âmbito da matéria iberística, tão mais surpreendente quanto os últimos anos têm assistido à consolidação de uma área científica, os Estudos Ibéricos, que se tem afirmado como campo propício à confrontação dos cânones nacionais, fazendo justamente a crítica, a partir da influência no seu corpo teórico quer da literatura comparada, quer dos *cultural studies*, quer ainda das leituras inter e polissistémicas, da parcialidade dos discursos históricos tradicionais, procurando lançar luz, de um mais abrangente ponto de vista ibérico, sobre fenómenos e agentes culturais habitualmente subalternizados. Ora, recentemente, um dos mais destacados especialistas nesta área, Pérez Isasi (2021), alertou que, opondo-se embora aos tradicionais cânones nacionais, os Estudos Ibéricos correm o risco de sedimentarem o seu próprio cânone, o qual é esmagadoramente masculino, como vimos, padecendo, portanto, dos mesmos vícios que pretendem vencer. Constatando esta lacuna, Leslie Harkema (2019) apresentou uma proposta feminista para os Estudos Ibéricos,[4] atendendo justamente ao potencial crítico do corpo teórico acima mencionado, para cuja urgência a relativa e injusta subalternização de Natália Correia no *corpus* dos próprios Estudos Ibéricos se faz argumento capital.

---

3 Sobre a dimensão iberística do pensamento de Natália Correia escreveram informativos textos, embora breves, Dasilva (2004) e González Velasco (2023). Especificamente sobre *Somos todos hispanos*, veja-se Santos (2010). Surgem também relevantes referências em Durántez Prados (2018). Em articulação com o pensamento, nesta matéria, de Saramago e Eduardo Lourenço, veja-se o trabalho de Matos (2013). Já sobre o iberismo de Saramago a produção académica é muito mais abundante e exaustiva. Vejam-se, a título de exemplo, Besse (2006), Pazos-Justo (2008), Branco (2011) ou Sáez Delgado (2020).

4 Uma abordagem feminista distingue também os trabalhos de Bermúdez e Johnson (2018) ou Cordero-Hoyo e Soto-Vázquez (2020). Cabe também assinalar o Colóquio IBÉRICAS – Mulheres e Mediação Cultural no Espaço Peninsular, organizado pelo *cluster* DIIA – Diálogos Ibéricos e Ibero-Americanos do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, em Portugal (23-25 de Novembro de 2022). Um dos seus organizadores, Pérez Isasi, publicou recentemente, com Rodrigues (2021), um inaugural trabalho sobre relações ibéricas femininas.

É pois a este repto, e contra uma notória masculinização do iberismo, que este texto responde, mais ainda quando o caso de Natália Correia nos permite evocar a efetiva existência de uma tradição iberista feminina e feminista, que compõe uma outra linhagem, de que a autora também participa, e que passa por Emilia Pardo Bazán – a única mulher realmente integrada no cânone dos Estudos Ibéricos –, mas também por Carmen de Burgos, Ana de Castro Osório ou Alice Pestana. Avancemos, pois, sumariamente, algumas das características centrais ao iberismo da autora, agora talvez ainda mais sugestivamente vertido numa feminina *ibericidade*, atendendo, por um lado, ao que nela assume um teor predominantemente cultural, mas não apenas, já que denota também uma posição geopolítica, como assinalarei, e, por outro lado, ao que nos interstícios dessa ibericidade insinua um discurso feminista, se considerarmos o que no seu postulado iberista extravasa a produção ensaística e toca a sua obra poética.

## 2. O iberismo cultural de Natália Correia

Afastando-se de qualquer intuito de uma união política, sublinha Natália Correia, a propósito do ensaio *Somos todos hispanos*, que "o meu texto pretende convidar a uma reflexão sobre as matrizes da cultura portuguesa", reclamando "que Portugal assuma as suas raízes ibéricas, ou as matrizes ibéricas da sua cultura". Visando assim, como justamente sintetiza Maria Fernanda de Abreu no texto da badana à segunda edição do ensaio, em 2003, "repensar a profunda ibericidade cultural", e assumindo este a feição de uma exegese histórico-cultural, Natália Correia interroga aquilo a que Eduardo Lourenço chamava "a doença infantil do nosso nacionalismo" (Molina 1990, 104), ou seja, nas palavras da autora, "o terror do perigo espanhol" (Correia 1988, 11), que repudia por datado, colocando a tónica no que considera ser a tríplice matriz cultural portuguesa, a saber: a maritimidade, a mediterraneidade e a continentalidade. Fazendo-o, condena, por entendê-la parcelar, a "ênfase no Portugal atlântico" oriunda de um "voluntarismo histórico que, movido pela mística nacionalista dos Descobrimentos", atrofia "as proporções da mediterraneidade e da continentalidade nas quais se afundam as raízes da nossa identidade original", postulando uma mais completa compreensão dessa identidade que incluiria a "nossa integração natural na Península cultural" (*ibidem*, 10) e, portanto, a matriz ibérica da cultura portuguesa.

Descobrindo as fontes ibéricas de alguns mitos portugueses, desde a paixão de Pedro e Inês como símbolo de um frustrado desejo de união ibérica às profecias castelhanas do Encoberto logo sebastianizado em Portugal, mas também associando a *saudade* portuguesa à *soledad* castelhana, Quixote e Camões como signos complementares, ou destacando o prolongamento de Gil Vicente em Calderón de la Barca, exalta Natália Correia, em particular, a literatura como depósito primacial, ou, nas suas palavras, como o "espelho" das "genuínas disposições culturais"

portuguesas, ensaiando uma aproximação ao modo como nela "vemos reflectido o caminho a seguir, traçado pelo contacto harmonioso das três dimensões da cultura portuguesa" (*ibidem*, 10-11).

Se Saramago (1990, 3) afirmava que "Não iríamos muito longe se não começássemos por conhecer a fundo […] o solar literário ibérico", Natália Correia (1988, 8) concretiza um tal ensejo perscrutando a história literária portuguesa em busca "de testemunhos sobre a apelação das nossas raízes ibero-mediterrâneas, continentais". Conduz-nos pelo ruralismo e interioridade presentes nas cantigas de amigo e pela mediterraneidade da mística amorosa do provençalismo, concomitantes ao pendor marítimo também presente no trovadorismo galaico-português; recorda o modelo mediterrânico-latino d'*Os Lusíadas*, onde a "maritimidade" surge agigantada, diz, mas travada pelo apego à terra personificado no Velho do Restelo; insiste no que diz ser a bifurcação da exaltação do mar e da "defesa das prerrogativas da terra" (*ibidem*, 9) em Garcia de Resende ou Gil Vicente, ou ainda na denúncia de quantos abandonaram a terra por Sá de Miranda. Evoca também a "paridade dos elementos telúrico e marítimo na obra do fundador do nosso Romantismo" (*idem*), referindo-se a Garrett, que à maritimidade de *Camões* contrapõe a interioridade antiépica das *Viagens na minha terra.* Sublinhando a rusticidade de Júlio Dinis, o panteísmo de Pascoaes, o ruralismo vernáculo de Aquilino, a ibericidade telúrica a par do fascínio do mar em Torga, ou, na constelação pessoana, o contraponto rústico de Caeiro e o apelo bucólico de Reis ao atlantismo da *Mensagem* ou da *Ode marítima* de Campos, conclui que "Esta contraposição mar-terra reproduz-se na literatura portuguesa num contínuo", configurando-se como "atestações desanimadoras para os exclusivistas do determinismo atlântico", já que

> ao fazer sobressair os formantes mediterrâneo e de interioridade obscurecidos pelo empolgamento da maritimidade e que culturalmente a precedem, logo se avivam as cores mediterrâneas e continentais que partilhamos com a Espanha na vivência historicamente diferenciada do património comum da ibericidade. (*ibidem*, 8)

A matriz cultural ibérica, desenha-a, assim, Natália Correia, em torno de uma fulcral conceção pluralista, para cuja compreensão se lhe afigura urgente "desenvolver o conhecimento mútuo e as relações entre as nacionalidades da Península". As palavras que proferiu no I Simpósio de Escritores Ibéricos, afirmando taxativamente que "Não é virando as costas que as nações se tornam diferentes umas das outras. Não à diferenciação pela cobardia!" (González Velasco 2023), antecipam claramente aqueloutras de Saramago (1986, 25): "é um pobre orgulho, este, que actua por medo de confrontação com o outro". Não é por acaso que *A jangada de pedra* ensaia uma salvífica solidariedade intraibérica entre portugueses, castelhanos, galegos, catalães e bascos, uma empresa de mútuo conhecimento que não oblitera as diferenças constitutivas das distintas identidades

peninsulares. Recorde-se que Saramago afirmaria, neste marco, que, "Quando pensamos em Espanha pensamos em Castela, e Castela já não tem o significado histórico que teve", e que, "Quando a Espanha reconhece, no seu seio, o direito à diferença, quando a Espanha olha para si própria como Catalunha, Galiza, etc., não há perigo de que Portugal seja atraído […] para integrações desse género" (Saramago 1986, 24), exaltando a "constelação socio-histórico-cultural poliforme" (Saramago 1990, 6-7) da Península. Na mesma linha, Natália Correia (1988, 29-33) distinguiria duas Espanhas: aquela a que chama "Absolutista", protagonizada pelo centralismo de Castela, perfilada na política dos Reis Católicos e no despotismo de Carlos V, e uma outra, a que chama "Espanha das Espanhas", que radica na preservação da pluralidade das identidades culturais que, tendo raízes comuns, oriundas de diversas fontes culturais, não deixam de se diferenciar e complementar.

Portanto, a defesa da ibericidade por Natália Correia é necessariamente uma defesa da diversidade cultural ibérica, contra qualquer ideia de unicismo, destacando as "forças que se contrapõem na dualidade hispânica: absolutismo e pluralidade. Ou seja: a Espanha absolutista […] [e a] Espanha das Espanhas" (*ibidem*, 30), confirmando, com efeito, o impulso anticentralista que permeou boa parte dos iberismos históricos e que encontrara já em Oliveira Martins um defensor (Matos 2017). Dessa Espanha das Espanhas se faria exemplar, precisamente, Portugal, como aquele que foi, no seu entender, "o único país que realizou essa realidade da cultura ibérica […] a Espanha das diferenças", ao defender a independência contra o absolutismo castelhano – que não contra Espanha – e ao conjugar, nessa defesa da diferença, continentalidade, mediterraneidade e atlantismo:

> enquanto as outras nações hispânicas acabam por ceder ao imperativo da Espanha Absoluta, o tenaz Estado peninsular da orla atlântica, dotado de mais robusto alento autonomista, é o país que realiza o objectivo da dinâmica da pluralidade ibérica na perseverança da sua independência. Portugal é, nesta íntegra protagonização dos desígnios últimos da componente autonomista da Península, o grande intérprete da Espanha das Espanhas, […] a consequência lógica da vertente pluralista da ibericidade. (Correia 1988, 31)

Esta clara diferenciação da Espanha castelhana daqueloutra plural Espanha das Espanhas extravasa o campo ensaístico e encontra materialização num poema de 1973, de um dos seus mais emblemáticos livros, *O anjo do ocidente à entrada do ferro*, título onde a autora reflete sobre o rumo de uma cultura europeia em cuja história encontra uma deslumbrante riqueza, mas presentemente dirigida, no seu entender de modo erróneo, ao economicismo tecnocrata. Trata-se o dito poema de "Terra filosofal" (Correia 2007, 395-397), e nele podemos ler:

porque sem ser mar Castela
é por sua sede abscôndita
quanto mais seca e de pedra
o mar que a secura sonha […]

Castela é uma procissão
atravessada numa guerra

Quisera fugir à morte
a terra que é um galopar […]
com seus membros espantados
estão os moinhos de vento

Novelas agoniadas
contando da terra escrava
séculos de sangue coalhado
em campos de Calatrava

Carregada como um revólver
das balas do seu vazio
queda-se Castela na imóvel
miséria do casario […]

Mas quando o sol armorial
com um certo brasão a pedra doura
é pedra filosofal
mais Castela e duradoira

a terra que no seu grito
extremo acha a esguia forma
de um cavaleiro esquisito
que vem completar sua opera omnia

Neste poema, a autora dota Castela de uma errónea propensão supremacista de lastro sanguinário, que não dilui por inteiro, contudo, a pluralidade da raiz ibérica, representada por uma sede do mar. Esta é signo, afinal, da incompletude castelhana em busca da integridade plural oferecida pela Espanha das Espanhas, a partir da qual se afirma o artístico ideal quixotesco, essa "esguia forma de um cavaleiro esquisito" vencendo "moinhos de vento", ou seja, transgredindo falsas barreiras em busca de uma integridade historicamente gorada, mas artisticamente projetada como a obra-prima que vence a "guerra", as "novelas agoniadas", o "vazio" e a "miséria" de uma história negativamente polarizada em equívocos

desentendimentos, que um iberismo propriamente cultural, prefigurado literariamente, retomando a raiz pluralista, transcende.

### 3. O substrato geopolítico do iberismo de Natália Correia

A afirmação desta matriz ibérica da cultura portuguesa, ganhando contornos de verdadeira hermenêutica literária, e assumindo sem dúvida uma posição que se estabelece primeiramente num plano cultural, não nos deve fazer ignorar, no entanto, o seu substrato geopolítico, patente no modo como configura uma defesa do pluralismo contra todo o cego centralismo e absolutismo que assinalaram os nacionalismos ditatoriais peninsulares. Um tal substrato é, aliás, compósito aos iberismos históricos, como nota Rina (2007), ao destacar como, mesmo no contexto dos iberismos culturais do século XIX, a aproximação ibérica se afirma em torno do binómio decadência/regeneração, no marco da situação semiperiférica e descolonial da Península na nova ordem mundial, como aliás facilmente se observa em dois textos de outras duas autoras iberistas: Ana de Castro Osório evoca, em "As qualidades colonizadoras dos povos ibéricos", conjunto de artigos publicado em vários números da espanhola *Revista de la Raza*, em 1924 e 1925, a comum herança colonial luso-espanhola como fator determinante de um também comum projeto regenerativo (Ezama Gil 2013); e Pardo Bazán lê, em páginas de *La España Moderna*, Mariana Alcoforado em clave antifrancesa (Mochila 2022).

Confirmando a tese de Matos (2017) segundo a qual é imprescindível integrar a leitura do iberismo na relação com outras geografias em face das quais se constitui, e obedecendo ainda afinal ao princípio de umbral de Hobsbawm – que permeou, como notaram Sáez Delgado e Pérez Isasi (2018, 19), parte substancial dos discursos iberistas –, segundo o qual nações mais pequenas e economicamente mais frágeis encontram em alianças comuns um modo de competir na ordem global, o iberismo de Natália Correia inscreve-se outrossim numa certa suspicácia em relação à integração europeia de Portugal, afirmando a ibericidade, justamente, como "uma exigência da nossa integração na Europa […] em íntima solidariedade cultural" (Correia 1988, 11), questionando mesmo, no mencionado debate televisivo[5], Boaventura de Sousa Santos, que alude a um perigo de absorção de Portugal pelo mercado espanhol:

> Eu pergunto-lhe, senhor doutor, se não tem medo de outro tipo de absorções. Porquê só Espanha? Não receia por exemplo que, com a circulação livre de grandes capitais, se imponham estes aqui à custa da barateza da mão-de obra nacional e, então sim, sejamos uma colónia desses grandes capitais? […] Só lhe mete medo o papão espanhol?

---

5 Ver nota 1.

Aludindo à possibilidade de que a Europa se converta, no século XX, no que representou, em termos de bloqueio económico para Portugal, a Inglaterra no século XIX, Natália Correia, reiterando sempre que "a nossa imposição tem de ser de tipo cultural", dado o atraso industrial e capitalista do país, personifica uma atitude cética em relação ao posicionamento de Portugal no marco ocidental que procura no iberismo uma estratégia de fortalecimento, afinal, geopolítico, e que surgira já, logo após a revolução democrática de 1974, no Manifesto da Liga Iberista Portuguesa, publicado em Lisboa em 1976. Um tal ceticismo justifica também, em boa medida, o iberismo de Saramago, que publica *A jangada de pedra* precisamente em 1986, ano da entrada conjunta de Portugal e de Espanha para a CEE, atendendo a que, em marco europeu, "A Península foi sempre vista como qualquer coisa de apendicular" (Saramago 1986, 24).[6]

Cabe ainda assinalar que esta dimensão geopolítica do iberismo nataliano tem outra importante faceta no modo como a autora se relaciona com os Estados Unidos, estudado por Onésimo Teotónio Almeida (2010) e por Ângela de Almeida (2018). Com efeito, como ficou já claro, o ceticismo do europeísmo dirige-se, em Natália Correia, sobretudo a uma potencial subjugação económica, inscrevendo-se, portanto, numa mais abrangente suspicácia do liberalismo capitalista, que se estende, naturalmente, aos Estados Unidos. Se Saramago (1990, 8) exaltaria as línguas peninsulares, na sua diversidade, como emblema da resistência ao inglês como "língua do império económico", Natália Correia, em crónica de 25 de Novembro de 1974, assumia uma explícita "colocação geopolítica" na defesa de "um País democrático e insubmisso a qualquer tentativa de ingerência emanada de Washington", reclamando o "universalismo" como horizonte de Portugal e a "aproximação dos países socialistas e do Terceiro Mundo" (Correia 2015, 472-474). A propósito de um encontro com o líder socialista Norman Thomas, em 1950, acusa, ecoando as palavras daquele, a "massa alienada pela abundância com que o reformismo capitalista a subjugou" (Correia 2018, 59), repudiando também o racismo, a descartabilidade do indivíduo, a marginalização dos imigrantes e a discriminação das mulheres.

Um tal sentimento não se extinguiu com o passar dos anos. Num voo entre Nova Iorque e a Califórnia, em 1983, escreve: "Esta sociedade está pior do que nunca. Em relação há trinta anos, quando cá estive e me horrorizei o suficiente para escrever o *Descobri que era europeia*, tem a mais (ou a menos) o computador, que é o prolongamento da sua imbecilidade" (Correia 2018, 237). *Descobri que era europeia*, justamente, sintetiza o seu ceticismo face ao modelo de vida norte-americano e, mais ainda, revela o seu posicionamento geopolítico, já que, afirmando não acreditar "na pureza das intenções dos países empenhados em defender os interesses de outras nações", sugere um modelo próximo do que viria a ser a União

---

6 A propósito do horizonte político do iberismo saramaguiano, veja-se o recente trabalho de Sáez Delgado (2020).

Europeia: "A Europa devia reunir-se numa cooperação económica. Era talvez o caminho mais longo para a solução das suas dificuldades, mas o processo seguro da sua independência" (*ibidem*, 112).

É caso para dizer que, em face dos Estados Unidos, Natália Correia é europeia, como em face da Europa é ibérica. Da primazia dessa matriz ibérica é exemplar a sua exaltação em emblemática solução poética, no poema "Errância móvel" (Correia 2007, 221-222), como contraponto da "América":

> Um sabor a pasta de dentes
> Foi eu ter ido à América.
> Não gostar de cachorros quentes
> É o meu modo de ser ibérica.

Ora, para reconhecer esse modo de ser ibérica, importa, como afirma, atacar

> descomplexadamente as ideias infectadas de hispanofobia. Rectifique-se a crítica histórica expurgando-a do terror do perigo espanhol. Não empolemos o que nos separa em detrimento do muito que nos aproxima. […] Não seja a legítima afirmação da nossa identidade face à Espanha uma declaração de guerra às afinidades que devem ser congregadas num projecto amplexivo. (Correia 1988, 11)

Este projeto amplexivo tem um alcance ainda mais vasto, já que a autora propõe algo que se assemelha à noção de transibericidade cunhada por Saramago, conceito superador do iberismo tradicional que engloba os países de luso e hispanófonos da América e da África (Sáez Delgado 2020). Com efeito, se *A jangada de pedra* propunha um movimento não apenas centrípeto, com os vários protagonistas das várias identidades peninsulares cruzando-se no coração da Península, mas também centrífugo, com uma insularidade móvel que se afasta da Europa para sulcar o Atlântico e posicionar-se entre a América e a África, também Natália Correia propunha formar, como destacou já Santos (2010, 253-253), uma comunidade "euro-afro-americana" de cultura ibérica, de assumido interesse geopolítico, já que, como diz,

> Numa sociedade internacional em que a dinâmica dos comunitarismos atrai os povos para agrupamentos determinados por afinidades culturais, a previsão de 645 milhões de falantes do português e do castelhano para o início do século XXI, constituindo uma das maiores comunidades linguísticas e culturais do Mundo, introduz toda a lógica numa constelação ibérica euro-afro-americana. (Correia 1988, 11)

A insularidade móvel proposta por Saramago assenta, com efeito, a Natália Correia, ela própria insular de nascença e alcance, ao enveredar por um iberismo que é simultaneamente a defesa da especificidade ibérica na relação com a Europa

e a mobilidade da própria ibericidade para incluir estreitos vínculos com a África e a América. Em *Somos todos hispanos*, a autora defende a criação de um "projecto pluricontinental que englobaria, pelo lado da lusofonia, Portugal, o Brasil e os países africanos de fala oficial portuguesa e, pelo outro ramo da cultura ibérica, a Espanha e as Américas hispanófonas", sempre sublinhando o modo como "essa comunidade hispânica pluricontinental" visava, na sua ótica, e fundamentalmente, um "relacionamento cultural" no seio do qual Portugal assumiria papel destacado, já que "daria simultaneamente satisfação ao centrifugismo atlântico e ao centripetismo da peninsularidade pela contiguidade telúrica e mediterrânica com a Espanha" (Correia 1988, 11), confirmando outrossim a primazia que ao pluralismo oferece o iberismo de Natália Correia.

## 4. O substrato feminista do iberismo de Natália Correia

Desde essa sua insularidade iberista em face da tal *mesquinheira da hispanofobia*, agudizada pela sua insularidade feminina no próprio cânone de um iberismo cartografado no masculino, Natália Correia reclama para si mesma, sugestivamente, o papel de cantora profética de uma ibericidade matricial, ela que, numa entrevista de 1989, afirmava a "força" da "mulher ibérica" e a si própria como "uma intérprete" do "feminino da cultura" (Correia 1989, 5). É, pois, natural vê-la como "A Feiticeira Cotovia" (2007, 184-185) que dá título a um seu poema com forte sentença iberista, de ênfase novamente pluralista, ao afirmar que

> Ser navegador
> É ignorar que houve Aljubarrota
> Porque Aljubarrota é ignorar
> Ser múltiplo e idêntico

É, com efeito, no transvase poético do seu iberismo que o seu substrato feminista se faz notar.[7] Um tal substrato, que encontra no conceito de mátria o centro focal, conforme demonstrou Nascimento (2016), a partir da simbologia do Espírito

[7] Pese embora a sua suspicácia em relação ao conceito de *feminismo*, afirma Duarte (2021, 84) que "o contributo de Natália Correia para uma narrativa feminista é inegável", destacando a conexão da autora com Beauvoir, postulado confirmado pelo trabalho de Furlan (2021) sobre o projecto político-literário da autora. Embora recusasse o que considerava ser o potencial limitante do termo *feminismo*, Natália, como notou Nascimento (2016) manteve afinidades com movimentos feministas internacionais, de que é paradigmática a sua defesa da lei do aborto enquanto deputada, bem como a sua intervenção na emblemática publicação das *Novas Cartas Portuguesas*. Certo é que o seu feminismo tem um larguíssimo alcance, implicando não apenas uma agenda política imediata, mas uma conceção antropossociológica em que feminino e masculino são forças complementares do humano não redutíveis a, nem subsumindo, os géneros.

Santo arraigada no culto religioso açoriano, oferecida em clave feminina, que serve à crítica do Estado Novo e que "deriva das mesmas raízes comunitárias e feministas que investiram a mulher da superioridade que desfruta nos Açores" (Correia 2005, 181), tem na verdade fundo ibérico, ao endereçar a influência pentecostal que Isabel de Aragão exerceu no arquipélago.

Assim, não apenas a pregnância da posição iberista de Natália Correia é tal que se dissemina poeticamente, como tem uma concomitância feminista, aspetos até à data não sublinhados pela crítica. Não é, pois, por acaso que o seu longo poema, de mote espanhol e feição lorquiana, "Manolo Sánchez de Sevilla", surge no emblemático título *Mátria*, no não menos emblemático ano de 1968. Antes, em *Cântico do país emerso*, de 1961, a pretexto do sequestro do navio Santa Maria por Henrique Galvão em dissídio contra o Estado Novo, Natália Correia (2007, 199-217) cantava, em "Memória da minha comunhão poética com a saga do cavaleiro da Nossa Senhora da Liberdade", causa antifascista apresentada em clave peninsular, já que esse "país emerso" não era apenas Portugal, mas a ânsia da "Liberdade dos povos ibéricos", contra cujo "Mostrengo" – Salazar, mas também Franco[8] –, se batiza a operação dos exilados ibéricos com o sugestivo nome "DULCINEIA", que a autora grafa em maiúsculas, fazendo também português o feminino ideal quixotesco de uma Castela, ou seja de uma Ibéria, perdida e sonhada:

Enquanto que subitamente todos os portos
Se enchiam de mulheres biologicamente
Convocadas pelo clarim de uma madrugada
Que faltava no mundo, uma madrugada
Espécie de púbis que faltava em seus corpos
Enquanto que todos os cais se vestiam da gala
Fremente das indormidas sensações, galhardetes
Flâmulas pendões da síntese nervosa febril
Bariolada de vestidos cosidos cingidos
Para serem rasgados ventres baldios
Pedindo os arados ardentes da pirataria
E a semente dos cravos sangrentos das violações…

Mulheres que emigraram de si mesmas como andorinhas
Filtradas de sal genesíaco, glaciários,
Cristalizadas em formas incolores hialinas

8 Da potencial iberização do ímpeto revolucionário português dá conta uma crónica que Natália Correia escreveu em 31 de Março de 1975, a propósito dos "revérberos" da revolução portuguesa na "vizinha Espanha": "Uma democratização indigitada por um clima de crescente impaciência face à ditadura moribunda de Franco está a ser toldada pelo exemplo de coloração esquerdista em Portugal, cujo pigmento alarma a vocação direitista das Forças Armadas espanholas" (Correia 2015, 528).

Quando acabou a Primavera violenta dos corsários…
E eu de repente em todas elas achada
Fugida a todos os maridos Eu
Todas as filhas que envergonham os pais
Todas as rainhas de reinos introvertidos
Todas as prostitutas de sub-reptícios cais

Eu poliedro de todas elas
Coágulo de crisálidas pretas
Asiáticas ninfas amarelas
Europeias imaturamente brancas
Americanas larvadamente fulvas
[…]
[Tudo o] que dos seus sonhos faz uma jangada
Os cerca de névoa e nasce uma ilha

Neste poema, a autora não apenas se identifica com uma ânsia revolucionária *ibérica*, que visa a ordem primeva suspensa pelos cruéis desígnios da história – "Não sou daqui", diz, porque "A minha pátria não é esta Bússola quebrada", mas a outra "entressonhada" (sonhada, precisamente, em conjunto, mas também em segredo), que sugestivamente se faz uma "jangada" que inventa uma "ilha", 28 anos antes de Saramago –, como associa uma tal ânsia a uma sublevação propriamente feminina, que visa retomar essa Ibéria perdida, uma Ibéria que transcende, não por acaso, e de acordo com a sua defesa do pluralismo como horizonte cultural, o próprio território peninsular, convocando a essa causa mulheres *asiáticas*, *europeias*, e *americanas*, conformando, mais do que um *topos*, uma utopia de cunho matricial e matriarcal.

Esta sublevação faz-se, precisamente, na desobediência feminina, concretizando a "utopia libertária" da mátria fulcral ao seu feminismo (Nascimento 2016, 21), como preconiza nos ensaios "O cativeiro de Afrodite", "O purgatório dos poetas" e "A reintegração de Eros" que em 1965 serviram de prefácio à censurada *Antologia de poesia erótica e satírica*, nos quais propugnava a libertação sexual feminina em rutura com o cativeiro de "uma moral onde à feminilidade sempre coube observar a regra de uma discrição apetecida pelo idealismo patriarcal" (Correia 1999, 11). O apelo afrodisíaco patente no poema inscreve-se, assim, num amplo projeto político em torno da liberdade do corpo feminino e da vivência erótica contra as convenções repressoras.

Este apelo tem como horizonte um novo paradigma cultural alicerçado justamente no conceito de "matrismo", contra as "racionalidades masculinas" que estiveram na base, na conceção da autora, da opressão reinante, e que na Península Ibérica cobravam à época particular incidência, com as suas ditaduras nacionalistas e centralistas, contra o que propõe retomar o pluralismo determinante ao seu

iberismo. Este novo paradigma está marcado, por isso mesmo, por uma pura liberdade erótica, que surge na cosmovisão nataliana sob signo feminino, um feminino categórico que se não esgota no género biológico, mas que deseja extensível a toda a sociedade. Essa afirmação da libertação sexual feminina como "via luminosa do amor sem culpa, dentro do qual a fulguração carnal da mulher retoma o brilho mágico primordial" (Correia 1999, 31) seria, assim, a verdadeira consumação do modelo preconizado pelo seu conceito pluralista da Espanha das Espanhas, cruzando, por via do valor do erótico, matrismo e iberismo, formas ambas da sua utopia libertária em busca dessa ordem mágica primordial.

Não é, pois, por acaso, que a proposta de uma salvífica "liberdade afrodisíaca de cunho matriarcal" (*ibidem*, 22) encontra nesta passagem poética iberista uma das suas mais expressivas realizações: as mulheres que este poema cantam são inaugurais ("convocadas pelo clarim de uma madrugada", "filtradas de sal genesíaca"), intempestivas (uma "síntese nervosa febril"), desejantes e corpóreas ("espécie de púbis que faltava em seus corpos"), revoltosas ("para serem rasgados ventres baldios"), insubmissas ("Mulheres que emigraram de si mesmas", "filhas que envergonham os pais", "rainhas de reinos introvertidos", "prostitutas de sub-reptícios cais"). São, numa palavra, Fedra dona do seu desejo, traidora, acossada, criminosa e arredia, condição de que Natália Correia se reclama porta-voz, "poliedro de todas", intérprete, como ela própria se dizia, do feminino da cultura da mulher ibérica, que, liderando a revolta, devolvesse a liberdade e a pluralidade congénitas a uma cultura ibérica que surge, afinal, como transversal utopia humana.

## Conflito de interesses

Nada a declarar.

## Referências bibliográficas

Almeida, Ângela de. 2018. "Introdução." In *Descobri que era europeia. Impressões duma viagem à América*, de Natália Correia, 7-18. Lisboa: Ponto de Fuga.

Almeida, Onésimo Teotónio. 2010. "A autodescoberta de uma europeia na América – ou quando Natália Correia descobriu que era Natália." In *Natália Correia: a festa da escrita*, organizado por Maria Fernanda Abreu *et al*., 35-52. Lisboa: Colibri.

Bermúdez, Silvia, e Roberta Johnson. 2018. *A New History of Iberian Feminisms*. Toronto: University of Toronto Press.

Besse, Maria Graciete. 2006. "La représentation de la frontière dans l'œuvre de José Saramago." In *Tropisme des frontières, approche pluridisciplinaire*, editado por Christian Bouquet e Hélène Velasco-Graciet, 179-190. Paris: L'Harmattan.

Branco, Isabel Araújo. 2011. "Amigos ou inimigos? As relações ibéricas na obra de José Saramago." In *Perspectivas actuais na Lusitanística: Literatura, Cultura, Cinema, Língua*, editado por Kathrin Sartingen e Esther Gimeno Ugalde, 77-91. Berlin: Peter Lang.

Cordero-Hoyo, Elena, e Begoña Soto-Vásquez. 2020. *Women in Iberian Filmic Culture: A Feminist Approach to the Cinemas of Portugal and Spain.* Bristol: Intellect Books.
Correia, Natália 1988. *Somos todos hispanos*. Lisboa: Edições O Jornal.
Correia, Natália 1989. "Entrevista." *Boca Bilingüe* 1: 3-7.
Correia, Natália. 1999. *Antologia de Poesia Erótica e Satírica.* 3ª edição. Lisboa: Antígona.
Correia, Natália. 2005. "A cultura pentecostal da açorianidade." In *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa: escritos de Natália Correia sobre a utopia da terceira idade feminina do Espírito Santo*, organizado por José Eduardo Franco e José Augusto Mourão, 219-227. Lisboa: Roma.
Correia, Natália. 2007. *Poesia completa*. Lisboa: Dom Quixote.
Correia, Natália. 2015. *Não percas a rosa. Diário e Algo Mais (25 de Abril de 1974 – 20 de Dezembro de 1975). Ó liberdade, brancura do relâmpago. Crónicas (15 de Julho de 1974 – 22 de Março de 1976)*, organizado por Vladimiro Nunes. Lisboa: Ponto de Fuga.
Correia, Natália. 2018. *Entre a raiz e a utopia – escritos sobre António Sérgio e o cooperativismo*. Lisboa: Ponto de Fuga/CASES.
Correia, Natália. 2018. *Descobri que era europeia. Impressões duma viagem à América*. Lisboa: Ponto de Fuga.
Dasilva, Xosé Manuel. 2004. "O iberismo portugués de Natália Correia." *Grial* 42(162): 100-102.
Duarte, Vânia. 2021. "Fragmentação na unidade: uma interpretação do feminino em Natália Correia." *Pistis & Praxis* 13: 77-85. DOI: https://doi.org/10.7213/2175-1838.13.espec.DS05
Durántez Prados, Frigdiano Álvaro. 2018. *Iberofonía y Paniberismo. Definición y articulación del Mundo Ibérico*. Málaga: Última Línea.
Ezama Gil, Ángeles. 2013. "Ana de Castro Osório, una mujer que traspasó fronteras: sobre unos textos olvidados en la española *Revista de la Raza*." *Revista de Escritoras Ibéricas* 1: 101-128. DOI: https://doi.org/10.5944/rei.vol.1.2013.1152
Furlan, Vivian Leme. 2021. "A liberdade feminina como força criadora: Natália Correia, o matrismo e o pós-matrismo." Tese de Doutoramento. Araquara: Universidade Estadual Paulista.
González Velasco, Pablo. 2023. Natália Correia, iberista. Disponível no endereço https://eltrapezio.eu/es/espanol/natalia-correia-iberista_35366.html [Consultado em 6/11/2023].
Harkema, Leslie. 2019. "Haciéndonos minoritarixs. Canon, género, traducción y una propuesta feminista para los estudios ibéricos." In *Perspetivas críticas sobre os estudos ibéricos*, editado por Cristina Martínez Tejero e Santiago Pérez Isasi, 137-152. Veneza: Edizioni Ca'Foscari.
Martínez-Gil, Victor. 2002. "'La Ilustración Ibérica' i la creació d'un mercat literari peninsular." *Els marges* 71: 37-55.
Matos, Sérgio Campos. 2017. *Iberismos: nação e transnação, Portugal e Espanha c. 1807-1931*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
Matos, Vera de. 2013. "Les Portugais, l'Ibérie et l'Europe." *Pôle Sud* 2(39): 99-110. DOI: https://doi.org/10.3917/psud.039.0099
Mochila, Miguel Filipe. 2022. "Silenciosos peregrinos. Hacia una lectura de la presencia portuguesa en las revistas del modernismo castellano." In *La invasión silenciosa. Presencia portuguesa en las revistas literarias ibéricas (1900- 1950)*, editado por Antonio Sáez Delgado *et al*., 19-36. Gijón: Trea.
Molina, César Antonio. 1990. *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*. Madrid: Akal.

Nascimento, Josyane Malta. 2016. "A mátria de Natália Correia. Uma utopia libertária." *Veredas* 26: 16-35. DOI: https://doi.org/10.24261/2183-816x0226

Pazos-Justo, Carlos. 2008. "*A Jangada de Pedra* de José Saramago: repertório e sistema interliterário ibérico." *Diacrítica* 22(3): 197-209.

Pérez Isasi, Santiago. 2021. "Luces y sombras en los Estudios Ibéricos: Un estado de la cuestión diez años después." *Revista de Estudos Literários* 11: 19-46. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-847X_11_1

Pérez Isasi, Santiago, e Catarina Sequeira Rodrigues. 2021. "Escritoras e intelectuales mujeres en las redes de intercambio cultural ibérico (1870-1930): tareas pendientes." Repositório da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Comparatistas. Disponível em http://hdl.handle.net/10451/46704 [Consultado em 10-9-2023].

Rina, César. 2016. *Iberismos. Expectativas peninsulares en el siglo XIX*. Madrid: Funcas.

Sáez Delgado, Antonio. 2020. "José Saramago, Transiberista." In *José Saramago. Nascido para isto*, organizado por Carlos Reis, 47-61. Lisboa: Fundação José Saramago.

Sáez Delgado, Antonio, e Santiago Pérez Isasi. 2018. *De espaldas abiertas: Relaciones literarias y culturales ibéricas (1870-1930)*. Granada: Comares.

Santos, Graça dos. 2010. "'Somos todos hispanos' ou la tentation des origines chez Natália Correia." In *Cultures Lusophones et Hispanophones: Penser la "Relation"*, organizado por Maria Graciete Besse, 250-258. Paris: Indigo.

Saramago, José. 1986. "A península nunca esteve ligada à Europa. Entrevista de Inês Pedrosa." *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 10 de novembro, 24-26.

Saramago, José. 1990. "Mi iberismo." In *Sobre el iberismo y otros escritos de literatura portuguesa*, editado por César Antonio Molina, 3-9. Madrid: Akal.

Sardica, José Miguel. 2013. *Ibéria. A relação entre Portugal e Espanha no século XX*. Lisboa: Aletheia.

**Miguel Filipe Mochila.** Professor na Universidade de Porto Rico ao abrigo de um Protocolo de Cooperação com o Camões I.P. Doutor pela Universidade de Évora com a tese *Modernidade Difusa. Receção Hispânica de Eugénio de Castro* (Imprensa da Universidade de Évora, 2022). Membro do Centro de Estudos Comparatistas (U. Lisboa), tem colaborado com o CIDEHUS (U. Évora) e outras equipas internacionais, focando em particular a literatura portuguesa moderna e contemporânea em articulação com outras literaturas ibéricas e ibero-americanas.

*Artigo recebido em 9 de novembro de 2023 e aceite para publicação em 19 de janeiro de 2024.*

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:
Mochila, Miguel Filipe. 2024. "A jangada de Fedra: a ibericidade de Natália Correia." *ex æquo* 49: 197-214. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.13

[Segundo a norma APA adaptada]:
Mochila, Miguel Filipe (2024). A jangada de Fedra: a ibericidade de Natália Correia. *ex æquo*, 49, 197-214. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.13

Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

# ESTUDOS SOBRE AS MULHERES, DE GÉNERO E FEMINISTAS EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA COMPARATIVA ENTRE *WEB OF SCIENCE* E *SCOPUS* (1995-2021)

*Caynnã de Camargo Santos**
*Mónica Lopes***
*Rosa Monteiro****
*Cristina C. Vieira*****
*Virgínia Ferreira******

**Resumo**

Neste artigo comparamos os resultados de duas análises bibliométricas das publicações portuguesas, entre 1995 e 2021, na área dos Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF), indexadas na *Web of Science* (WoS) e na *Scopus*. Na análise, destacamos os afastamentos e as convergências entre as duas bases de dados para evidenciar as tendências gerais que marcaram a produção portuguesa em EMGF publicada no decorrer de quase três décadas, e contribuir para a interpelação crítica de ambas as plataformas, do ponto de vista dos cuidados a ter na leitura dos dados que disponibilizam. Concluímos que algumas características da *Scopus* lhe conferem relativa vantagem sobre a WoS no que toca ao retrato da produção dos EMGF em Portugal.

* Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), 3000-995 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Endereço eletrónico: caynnasantos@ces.uc.pt

** Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), 3000-995 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Endereço eletrónico: monica@ces.uc.pt

*** Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), 3004-512 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Av. Dr. Dias da Silva, 165, 3004-512 Coimbra, Portugal.
Endereço eletrónico: rosa.monteiro@fe.uc.pt

**** Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC), 3001-802 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Rua do Colégio Novo, 3001-802 Coimbra, Portugal.
Endereço eletrónico: vieira@fpce.uc.pt

***** Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), 3000-995 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.
Endereço eletrónico: vf.virginiaferreira@gmail.com

**Palavras-chave:** Estudos sobre as Mulheres/de género/feministas, produção científica, *Web of Science* e *Scopus*, bibliometria, Portugal.

**Abstract**

**Women's, Gender and Feminist Studies in Portugal: A comparative bibliometric analysis between Web of Science and Scopus (1995-2021)**

In this article, we compare the results of two bibliometric analyses of Portuguese publications between 1995 and 2021 in the field of Women's, Gender and Feminist Studies (WGFS), indexed in Web of Science (WoS) and Scopus. In the analysis, we highlight the differences and convergences between the two databases, in order to reveal the general trends that have marked the Portuguese production in WGFS published over nearly three decades, and to contribute to the critical scrutiny of both platforms, from the point of view of the precautions to be taken when reading the data they provide. We conclude that some characteristics of Scopus give it a relative advantage over WoS when it comes to portraying the production of WGFS in Portugal.

**Keywords:** Women's/Gender/Feminist Studies, scientific production, Web of Science and Scopus, bibliometrics, Portugal.

**Resumen**

**Estudios de las mujeres, de género y feministas en Portugal: un análisis bibliométrico comparativo entre *Web of Science* y *Scopus* (1995-2021)**

En este artículo comparamos los resultados de dos análisis bibliométricos de publicaciones portuguesas entre 1995 y 2021 en el campo de los Estudios de las Mujeres, de Género y Feministas (EMGF), indexadas en *Web of Science* (WoS) y *Scopus*. Destacamos las diferencias y convergencias entre las dos bases de datos, con el fin de resaltar las tendencias generales que han marcado la producción portuguesa en EMGF publicada en casi tres décadas y contribuir a la interpelación crítica de ambas plataformas, desde el punto de vista de las precauciones que deben tomarse al leer los datos que proporcionan. Concluimos que algunas características de *Scopus* le confieren una ventaja relativa sobre WoS para retratar la producción de EMGF en Portugal.

**Palabras clave:** Estudios de las Mujeres/de Género/Feministas, producción científica, *Web of Science* y *Scopus*, bibliometría, Portugal.

## 1. Introdução

Nas últimas três décadas, o campo dos Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF) vivenciou grandes transformações em Portugal. Conforme propusemos anteriormente (Santos *et al.* 2023), a trajetória da área no país pode ser pensada em três principais fases: uma primeira fase de iniciação, na década de 1980; uma segunda fase de consolidação, de 1991 a 2000; e um terceiro período de expansão, que se estende de 2001 à atualidade. Tendo emergido na década de 1980, a área enfrentou diversos desafios nos seus momentos iniciais, decorrentes, em especial, da herança devastadora deixada pela ditadura do Estado Novo. A partir de meados da década de 1990, no entanto, registou-se uma aceleração do seu processo de desenvolvimento e institucionalização, tendência esta que se aprofundou

na década seguinte. A transição para o século XXI inaugurou uma nova fase dos EMGF em Portugal, caracterizada por uma significativa ampliação do seu alcance e presença nas instituições de ensino superior, dinâmica que foi acompanhada por uma "explosão" ao nível da investigação (Pereira 2013; Ferreira 2019).

Grande parte da literatura sobre a situação e as trajetórias do ensino e da investigação no campo dos EMGF em Portugal tem-se baseado em análises qualitativas e em perceções autorreflexivas (e.g. Ferreira 2001; Ferreira 2019; Pinheiro 2023). Alguns estudos ampliaram recentemente essa gama de abordagens analíticas, mobilizando métodos quantitativos – nomeadamente, a bibliometria – com o objetivo de mapear as características gerais da investigação nacional nos EMGF (Ferreira *et al.* 2020; Santos *et al.* 2023).

No presente artigo temos como objetivo explorar o modo como análises ancoradas em diferentes bases de dados bibliográficos produzem distintos retratos da produção nacional nos EMGF. Para o efeito, realizámos uma leitura comparativa dos resultados de duas análises bibliométricas da produção portuguesa nos EMGF publicada entre 1995 e 2021 e indexada em duas das principais bases virtuais de dados bibliográficos, a *Web of Science* (WoS) e a *Scopus*. No decorrer da leitura comparativa, pretendemos evidenciar algumas das tendências gerais que marcaram a produção bibliográfica portuguesa na área, publicada no decorrer de quase três décadas e, deste modo, contribuir para a interpelação de ambas as plataformas, do ponto de vista dos cuidados a ter na leitura dos dados que disponibilizam.

## 2. *Web of Science* e *Scopus*: caracterização e contributos de estudos comparativos anteriores

A WoS e a *Scopus* são bases de indexação bibliográfica líderes a nível mundial e comummente mobilizadas para a realização de análises bibliométricas (Echchakoui 2020; Zhu e Liu 2020). A WoS foi lançada em 1997, porém as suas raízes remontam à criação do *Science Citation Index* (SCI) por Eugene Garfield na década de 1960 (Chadegani *et al.* 2013). Propriedade da *Clarivate Analytics* desde 2016, a WoS foi durante muitos anos a única base eletrónica de citações e publicações que abrangia todos os domínios científicos. Atualmente, a Coleção Principal WoS (*WoS Core Collection*) conta com mais de 89 milhões de documentos, incluindo mais de 143 mil livros e cerca de 21 mil revistas *peer-reviewed,* publicados em todo o mundo e associados a mais de 250 matérias de todas as áreas (Clarivate 2023).

A *Scopus* foi criada pela editora Elsevier em 2004 como alternativa à WoS, congregando atualmente mais de 90,6 milhões de registos, incluindo cerca de 292 mil livros e mais de 26 mil revistas *peer-reviewed* ativas (Elsevier 2023). Os periódicos indexados na *Scopus* são categorizados em quatro grandes áreas (*Life Sciences; Physical Sciences; Health Sciences; Social Sciences & Humanities*), divididas em 27 temáticas principais, com mais de 300 categorias específicas.

As análises dedicadas à comparação das duas plataformas debruçam-se com frequência sobre a sua cobertura ao nível da procedência dos periódicos indexados por países, da diversidade de idiomas de publicação e da representação das áreas do saber. Como seria de esperar, uma tendência amplamente identificada na literatura, e que se mostra transversal a ambas as plataformas, consiste na desproporcional representação de publicações norte-americanas e europeias (Pranckute 2021). Ao explorar o modo como as dinâmicas geopolíticas e as hierarquias epistémicas globais moldam a cobertura de bases virtuais de indexação bibliográfica, Céspedes (2021) demonstra que 48% dos periódicos indexados na *Scopus* e 49% na WoS são publicados nos EUA ou no Reino Unido, ao passo que as revistas latino-americanas representam menos de 5% das publicações em ambas as plataformas. Tais resultados alinham-se com os de estudos anteriores (Rodríguez-Yunta 2010; Rodrigues e Abadal 2014).

Apesar das semelhanças entre as duas bases, em termos de funcionalidades e características de cobertura, diversos estudos têm sublinhado a existência de importantes diferenças. Não obstante o enviesamento comum a ambas, no que diz respeito ao privilégio dado a publicações norte-americanas e europeias, De Moya-Anegón *et al.* (2007) defendem que a *Scopus* apresenta melhor cobertura de publicações de países em desenvolvimento, incluindo mais documentos em idiomas que não o inglês. De facto, a maior diversidade linguística da *Scopus* é também atestada por outros estudos (e.g. Leydesdorff *et al.* 2010; Zibareva e Soloshenko 2011). Moed *et al.* (2018), por exemplo, mostram que entre 2006 e 2016 a percentagem de artigos em revistas de língua russa na *Scopus* cresceu exponencialmente, passando de 4,8% para 14,8%, ao passo que na WoS essa proporção diminui de 6,5% para 3% no mesmo período. Tal quadro geral levou Vera-Baceta *et al.* a afirmarem que "a principal vantagem da *Scopus* sobre a WoS reside na sua maior cobertura de documentos em idiomas diferentes do inglês" (2019, 1807).[1]

No que toca à cobertura das diferentes áreas do conhecimento, diversos estudos têm mostrado que, apesar do viés das duas plataformas a favor das ciências naturais, engenharias e biomedicina, a *Scopus* apresenta maior cobertura que a WoS em todas as grandes áreas de investigação (Mongeon e Paul-Hus 2016; Huang *et al.* 2020). Além disso, outras análises sugerem que a base de dados da Elsevier tem especial vantagem sobre a WoS no que respeita à cobertura das ciências sociais e humanidades (Norris e Oppenheim 2007; Pranckute 2021). Ao analisarem a produção científica eslovena publicada em ambas as bases, Bartol *et al.* (2014) constataram que a *Scopus* liderava em número de documentos e citações em todos os campos de investigação, em especial nas áreas das ciências sociais e humanidades. Um cenário semelhante foi identificado por Archambault e Larivière (2010), na sua análise da produção canadiana.

---

1 No original: "the main advantage of Scopus over WoS is in its greater coverage of non-English documents" (Vera-Baceta *et al.* 2019, 1807).

No âmbito de estudos anteriores que abordaram, de forma comparativa, as potencialidades e limites da WoS e da *Scopus* para a análise da produção científica portuguesa, destaca-se o trabalho de Vieira e Gomes (2009). Inicialmente, analisaram a produção associada a instituições de ensino superior nacionais, publicada entre 2000 e 2007, tendo encontrado um número maior de registos na *Scopus*. Com o objetivo de explorar particularidades de cada uma das bases, Vieira e Gomes centraram-se na produção publicada em 2006 de duas universidades públicas (Universidade de Lisboa e Universidade de Coimbra). Os resultados mostram que a maior parte das publicações de cada universidade estava indexada em ambas as bases de dados. O facto de alguns documentos estarem presentes apenas em uma das plataformas foi atribuído a questões como as diferenças nas políticas de indexação e a erros cometidos na transferência da informação das revistas. Estes resultados parecem indicar que uma análise assente num escrutínio conjunto das duas plataformas pode contribuir para a superação de limitações inerentes a particularidades de cada uma delas, de modo a fomentar uma leitura mais abrangente e credível da produção científica no campo dos EMGF em Portugal.

## 3. Metodologia

### *3.1 Produção da informação*

Com o objetivo de analisar a produção portuguesa específica em EMGF, publicada entre 1995 e 2021, definimos como fontes de dados bibliográficos a Coleção Principal da WoS e a *Scopus*. Atendendo aos objetivos do estudo, essa produção foi definida como as publicações na área de estudos (isto é, as que satisfazem os requisitos de pertença ao campo, detalhados adiante) indexadas na WoS e/ou na *Scopus*, e que apresentam pelo menos uma autoria associada a uma instituição nacional.

A definição do horizonte temporal da análise radicou no facto de que, a partir de 1995, na sequência da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres e a publicação da Plataforma de Ação de Pequim (Nações Unidas 1995), a integração da perspetiva de género e a promoção da investigação sobre a temática tornaram-se partes integrantes das estratégias oficiais de promoção da igualdade entre mulheres e homens, tanto ao nível europeu como português. O lançamento do primeiro Plano Global para a Igualdade de Oportunidades em Portugal, em 1997, veio detalhar estas estratégias oficiais e estabelecer medidas transversais para promover a inclusão das questões de género no ensino e na investigação (Santos *et al.* 2023). Além disso, o ano de 1995 marcou a criação do primeiro programa conferente de grau em Estudos sobre as Mulheres no país (Mestrado em Estudos sobre as Mulheres na Universidade Aberta). Uma vez que as plataformas de indexação bibliográfica tendem a apresentar alguma demora na inclusão de novos registos, a produção científica referente a 2021 pode não estar toda na nossa base de trabalho.

Uma das etapas mais importantes de qualquer análise bibliométrica consiste na definição da estratégia de recolha da informação, uma vez que esta afeta diretamente os resultados da investigação (Hoppen e Vanz 2023). No que toca à obtenção da informação disponível na WoS, foi definida a seguinte estratégia:

- Devido ao facto de muitos estudos das ciências biológicas e da saúde utilizarem "género" como sinónimo de sexo, procedendo à mera desagregação dos resultados de estudos empíricos e clínicos segundo as categorias "homem" e "mulher" ou "macho" e "fêmea", a pesquisa pelos termos "género" e "*gender*" nos títulos mostrou-se, em testes preliminares, uma importante fonte de falsos positivos, responsável por ampliar bastante – e de maneira artificial, pois tratava-se de trabalhos assentes em conceções biologizantes e descritivas do "género" (portanto, não enquadráveis nos EMGF) – a participação destas áreas nos resultados. Para superar esta limitação, optámos por uma abordagem próxima à de Hoppen (2021), de modo a integrar na nossa *query* de pesquisa uma condição que passou por excluir da análise documentos que tinham "género" ou "*gender*" nos títulos e que simultaneamente eram categorizados na WoS como pertencentes às áreas específicas das ciências biológicas e da saúde mais responsáveis pela produção de falsos positivos.
- De modo complementar, partindo da lista de palavras formulada por Hoppen (2021), definimos um conjunto de 98 expressões que seriam objeto de pesquisa nos títulos dos documentos (ver Apêndice I). A opção de pesquisar as palavras-chave apenas nos títulos dos documentos teve por base a consideração de que tal presença denota a centralidade atribuída aos temas nos estudos em questão, justificando o seu reconhecimento como parte da produção científica *específica* da área dos EMGF. Os nossos testes preliminares evidenciaram que o alargamento dos campos de pesquisa aos resumos dos documentos produzia uma grande quantidade de falsos positivos, por nos levar para diversos estudos que mencionavam apenas tangencialmente questões associadas aos EMGF.
- Para identificar trabalhos específicos de EMGF que não satisfaziam os critérios de pesquisa anteriores, levámos em conta também os 271 trabalhos categorizados como "*Women's Studies*" na WoS, assim como os que tinham como Tópico (campo TS) os "*gender studies*", "*feminist studies*" ou "*women's studies*" e que eram assinados por, pelo menos, uma pessoa com filiação a uma instituição portuguesa.
- Por fim, estabelecemos o recorte temporal de 01 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2021.

Inicialmente, numa pesquisa eletrónica realizada a 5 de setembro de 2022, obtivemos um conjunto de 1.588 resultados. No entanto, após uma criteriosa aná-

lise manual para excluir falsos positivos, reduzimos consideravelmente a nossa base de dados para 1.309 documentos.

A estratégia de pesquisa utilizada para a recolha de dados na *Scopus* teve como principal objetivo reproduzir fielmente, para os parâmetros próprios desta base, os critérios de pesquisa que foram usados na WoS. Para o efeito, recorremos às mesmas 98 expressões pesquisadas nos títulos dos documentos, estabelecemos os mesmos critérios para exclusão de falsos positivos decorrentes do uso vulgar de "género" em determinadas áreas das ciências biológicas e da saúde e definimos o mesmo período temporal de análise.

Tal estratégia conduziu-nos a um conjunto de 1.260 resultados em pesquisa realizada a 7 de outubro de 2022. Após minuciosa limpeza manual dos dados e exclusão de falsos positivos, reduzimos o *corpus* para 1.073 documentos.

As estratégias de pesquisa usadas para recolha de dados em ambas as plataformas não discriminaram quanto ao tipo de documentos, de modo que os conjuntos de dados resultantes consideraram todas as categoriais de registos bibliográficos da WoS e da *Scopus* (e.g. artigos publicados em revistas, recensões, capítulos de livros, artigos publicados em atas de eventos, entre outros).

### *3.2 Análise de dados*

As análises centraram-se em três dimensões principais: indicadores de produtividade; indicadores de dispersão; outros indicadores bibliométricos de produção (idioma; tipo de documento; áreas de investigação; e filiação institucional de autoras/es). A análise da produtividade procurou identificar se os padrões de crescimento observados se adequam aos preceitos gerais da Lei do Crescimento Exponencial, também conhecida como "Lei de Price", que preconiza que, em períodos normais (isto é, em contextos sem grandes disrupções políticas, económicas ou sociais que podem interferir nas dinâmicas científicas), o crescimento da produção numa determinada área do saber ocorre segundo um padrão de aumento exponencial. Neste enquadramento, Price (1986) identificou uma tendência para a duplicação da quantidade de informação existente a cada intervalo de 10 a 15 anos.

No que toca aos indicadores de dispersão, para identificarmos em detalhe o padrão de distribuição dos artigos portugueses em EMGF por revistas científicas e explorarmos algumas características das principais publicações indexadas em cada uma das plataformas, procedemos à análise dos dados, à luz da Lei de Bradford. Esta lei, também conhecida como lei da dispersão, preconiza que, numa determinada área ou tópico de investigação, um pequeno conjunto de periódicos concentra grande parte dos artigos (o chamado "núcleo de periódicos"), ao passo que a restante publicação na área está dispersa por grande número de outras publicações (Tsay e Li 2017; Hoppen 2021; Martínez-Heredia *et al.* 2021).

Os restantes indicadores bibliométricos, como o idioma, tipo de documento, áreas de investigação e instituições de filiação, foram analisados em termos da sua frequência nos resultados recolhidos em cada base de dados.

Os *software* usados para realização das análises foram: Bibexcel (Persson n.d.), para cálculo dos indicadores bibliométricos de frequência; VosViewer (Van Eck e Waltman 2010), para construção dos mapas de colaboração e identificação de *clusters*; e Microsoft Excel, para limpeza e padronização manual dos dados, conversão de dados para formatos compatíveis com demais *software* e criação de gráficos e tabelas de síntese.[2]

Dado o facto de cada uma das plataformas utilizar diferentes padrões de categorização de documentos quanto às suas áreas de investigação, foi necessário proceder a uma padronização, de modo a viabilizar uma análise comparativa dessa dimensão. Seguindo os procedimentos de Vera-Baceta *et al.* (2019), realizámos a tradução das *subject areas* presentes na *Scopus* para as cinco áreas disciplinares gerais utilizadas na WoS: *Arts & Humanities*; *Life Sciences & Biomedicine*; *Physical Sciences*; *Social Sciences;* e *Technology*. Pode consultar-se a descrição detalhada do processo de reclassificação no Apêndice II.

## 4. Resultados e discussão

### *4.1 Produtividade em crescimento exponencial, mas mais rápida do que preconiza a Lei de Price*

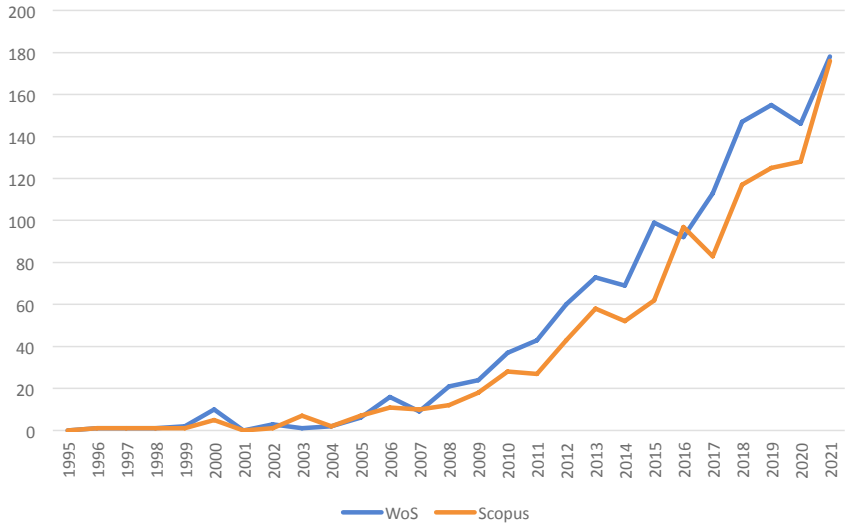
O Gráfico 1 apresenta o número de publicações portuguesas em EMGF indexadas na WoS e na Scopus, por ano, entre 1995 e 2021. Os resultados evidenciam uma tendência, comum a ambas as bases de dados, de crescimento consistente do número de publicações na área, em especial a partir do início da década de 2010. Em números totais, a WoS apresenta alguma vantagem, indexando 1.309 documentos, face a 1.073 na *Scopus*.

No sentido de aferir se os dados registados se ajustam a um modelo exponencial recorreu-se à análise de regressão de estimação de curva (ver Gráficos 2 e 3). Com coeficientes de regressão (R2) expressivos (respetivamente, 0.722 e de 0.737) e valores de probabilidade significativos ($p<0.001$) para ambas as bases de dados, os resultados fortalecem a conclusão de que o modelo exponencial é uma representação sólida do crescimento observado nas publicações entre 1995 e 2021. Essa modelagem explica uma percentagem significativa da variação (respetivamente, cerca de 72% e 74%), sugerindo uma trajetória exponencial consistente com o aumento das publicações ao longo do período analisado.

---

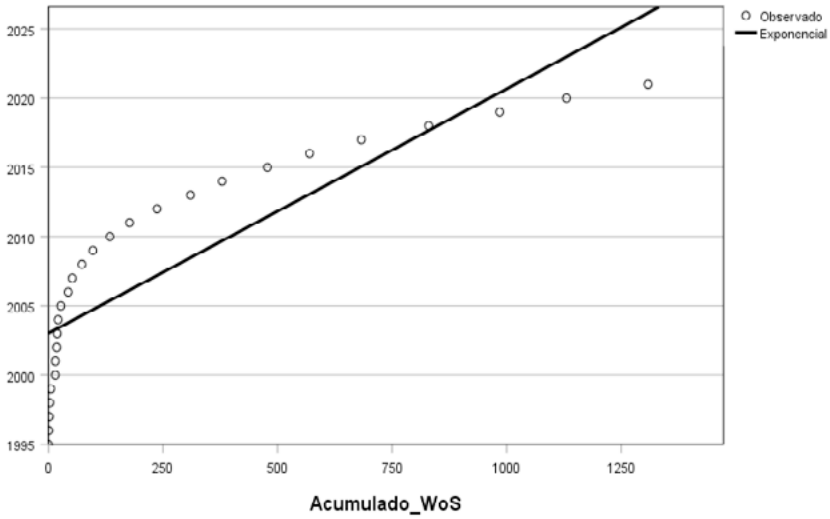
2 Os nomes das instituições consistiram nos metadados que exigiram maior limpeza e padronização, processos realizados manualmente com recurso ao Microsoft Excel.

**Gráfico 1**
Número de publicações por ano, indexadas na WoS e na *Scopus*



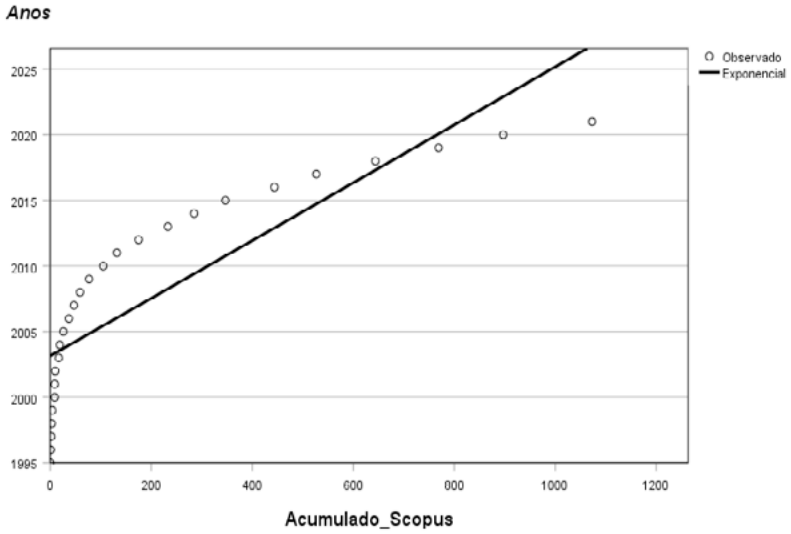

Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 2**
Crescimento do número de publicações indexadas na WoS




Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 3**
Crescimento do número de publicações indexadas na *Scopus*




Fonte: Elaboração própria.

O cálculo do período de duplicação é importante para avaliar se os dados estão em consonância com os princípios da Lei do Crescimento Exponencial de Price, atrás referida. Ambas as bases de dados evidenciam taxas de crescimento anuais[3] robustas (respetivamente, 33,3% e 32,2%), o que aponta para um aumento constante nas publicações ao longo do período considerado. O período de duplicação[4] na WoS é de aproximadamente 2,1 anos, enquanto na *Scopus* é de cerca de 2,2 anos, sugerindo que o número de publicações nestas plataformas duplica num período marcadamente mais curto do que o previsto pela Lei de Price. Estas conclusões parecem reforçar a constatação de que a área dos EMGF vivenciou, a partir de meados da década de 2000, um período de excecional crescimento em Portugal (Pereira 2017; Santos *et al.* 2023). Tal fenómeno expressou-se não apenas numa crescente recetividade e interesse em relação aos EMGF na academia portuguesa, como também na criação de programas de formação pós-graduada e de grupos e centros de investigação na área (Santos *et al.* 2022). O facto de cerca de 90% dos documentos presentes em ambas as bases de dados terem sido publicados entre 2011 e 2021 deve ser, portanto, interpretado à luz dessa transformação ampla do "clima" em relação aos EMGF na academia portuguesa, que teve lugar na primeira década do século XXI.

---

3 A taxa de crescimento anual foi calculada através da seguinte fórmula: (Valor Final / Valor Inicial) ^ (1 / Número de Períodos) – 1.

4 O período de duplicação pode ser estimado utilizando a "Regra dos 70", através da seguinte fórmula: 70/Taxa de crescimento anual (%).

*4.2 A produção muito concentrada num reduzido número de periódicos segue a Lei de Bradford*

Na Tabela 1 vê-se que a dispersão dos artigos portugueses em EMGF por periódicos segue, tanto na *Scopus* quanto na WoS, os padrões previstos pela Lei de Bradford, no sentido de que "poucos produzem muito e muitos produzem pouco". No que respeita aos dados da *Scopus*, a Zona I (núcleo) é composta por 34 periódicos que correspondem a 7,8% das revistas e publicaram 33% do total de artigos. Nesta zona, temos que cada periódico publicou, em média, 7,7 artigos. Os resultados referentes à WoS evidenciam padrões de concentração similares: os 43 periódicos componentes da Zona I (8,9%) concentram 33% do total, sendo que cada revista publicou, em média, 6,4 artigos.

**Tabela 1**
Zonas de Bradford para a distribuição de artigos indexados na *Scopus* e na WoS

| *Scopus* | | | | | WoS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Zonas** | **Nº de Periódicos** | **%** | **Nº de artigos publicados** | **%** | **Zonas** | **Nº de Periódicos** | **%** | **Nº de artigos publicados** | **%** |
| I | 34 | 7,8% | 261 | 33% | I | 43 | 8,9% | 277 | 33% |
| II | 144 | 33,0% | 259 | 33% | II | 161 | 33,5% | 276 | 33% |
| III | 258 | 59,2% | 258 | 33% | III | 277 | 57,6% | 277 | 33% |
| Total | 436 | 100% | 778 | 100% | Total | 481 | 100% | 830 | 100% |

Fonte: Elaboração própria.

A procedência nacional dos periódicos que compõem a Zona I na WoS e *Scopus* é muito díspar. Os resultados da WoS indicam que a produção de pesquisa portuguesa na área dos EMGF está claramente voltada para públicos internacionais, com foco em periódicos dos EUA e do Reino Unido como os principais canais de publicação, com um peso respetivamente de 35% e 26% nas 43 revistas que mais publicam. Os periódicos brasileiros estão representados no "núcleo" por seis títulos (correspondendo a 14% do total), destacando-se como o terceiro tipo de veículo mais utilizado para publicações de artigos com filiação portuguesa nesta área. Por outro lado, a presença de periódicos nacionais é exígua, com apenas três revistas editadas em Portugal a figurar nas 43 principais.

Tais resultados contrastam, em diversos aspetos, com os da *Scopus*. Regista-se uma menor ocorrência de revistas dos EUA (sendo 10 das 34 principais, i.e. 29%). Constata-se igualmente o aumento da participação de veículos nacionais, que passam a responder por 23% (8 revistas) dos periódicos do núcleo, figurando assim, juntamente com as publicações britânicas, como o segundo principal tipo de veículo de publicação de artigos em EMGF. Cabe também sublinhar que, nos

dados da *Scopus*, as duas revistas mais produtivas são nacionais (*ex æquo* e *Análise Social*). Refira-se ainda o facto de a *ex æquo*, apesar de ter sido indexada recentemente na *Scopus* (a partir de 2018), figurar já como a revista que mais publicou artigos portugueses em EMGF entre 1995 e 2021, tendo publicado 29 documentos, número superior a qualquer outra revista indexada tanto na *Scopus* quanto na WoS.

### *4.3 Outros indicadores bibliométricos de produção*

#### 4.3.1 Internacionalização procurada pela publicação em inglês

Observamos uma clara predominância da língua inglesa em ambas as bases de dados, seguida, com uma representação muito menor, da portuguesa. Como mostra a Tabela 2, os resultados da WoS revelam uma presença reduzida de publicações em português, sendo praticamente metade da observada na *Scopus* (10,8% na WoS vs. 20% na *Scopus*). Tal resultado alinha-se com estudos anteriores, que constataram uma maior tendência da WoS para a indexação de publicações em inglês (Vera-Baceta *et al.* 2019). Apesar deste viés da WoS, importa ressaltar que as publicações portuguesas em EMGF foram redigidas em sete idiomas diferentes (inglês, português, espanhol, francês, italiano, galego e coreano), ao passo que os registos na *Scopus* abrangem apenas cinco idiomas (inglês, português, espanhol, francês, italiano).

**Tabela 2**
Idiomas da produção indexada na WoS e na *Scopus*

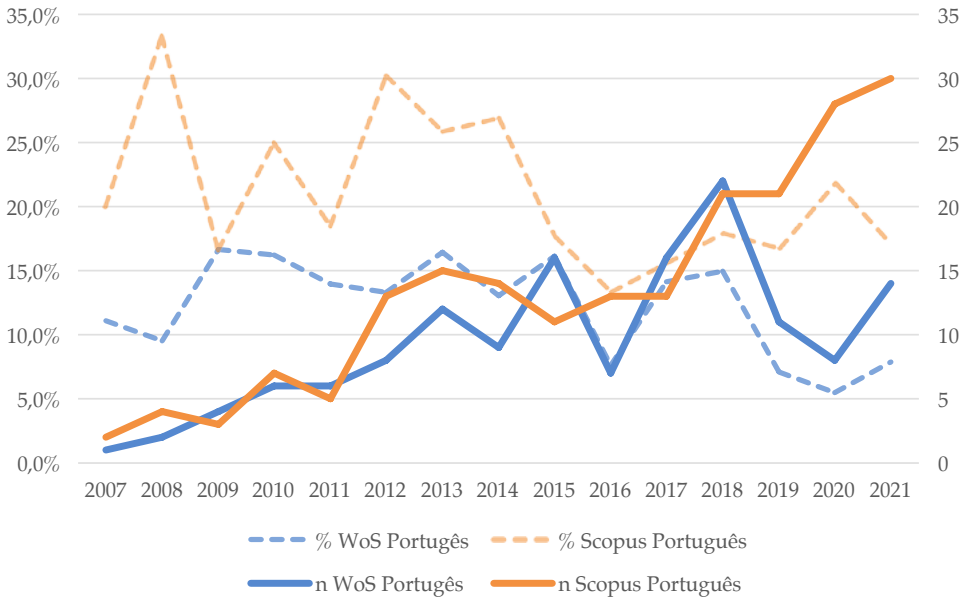
| Base de dados | Idioma de publicação | N | % |
|---|---|---|---|
| **WoS** | Português | 142 | 10,8% |
| | Inglês | 1.123 | 85,8% |
| | Outros | 44 | 3,4% |
| ***Scopus*** | Português | 215 | 20,0% |
| | Inglês | 858 | 80,0% |
| | Outros | 32 | 3,0% |

Fonte: Elaboração própria.

A presença de publicações portuguesas na área dos EMGF em português era, até 2006, nula na WoS e mínima na *Scopus*. O Gráfico 4 apresenta a evolução anual dos valores absolutos e relativos a partir de 2007. Observam-se duas tendências

divergentes: aumento relativo no número de publicações em português (mais notável na *Scopus*), e uma diminuição da representação desse idioma no conjunto de publicações portuguesas em EMGF. Esses dados indicam, portanto, que a investigação portuguesa neste campo tem progressivamente privilegiado outros idiomas (em especial, o inglês), quadro que pode ser interpretado como sintomático de uma procura crescente de internacionalização, de certo modo imposto pelos critérios de avaliação da produção científica. Confrontámos os nossos resultados com os do estudo de Hoppen e Vanz (2020), baseado em fontes de dados semelhantes, e que teve como objeto toda a produção científica internacional autointitulada como *gender studies* até 2017 presente na Coleção Principal da WoS. As autoras observaram que 74,6% das publicações eram em inglês, uma participação ligeiramente menor do que a observada no caso da produção portuguesa presente nas duas bases de dados em apreço.

**Gráfico 4**
Presença de publicações em português na WoS e na *Scopus*



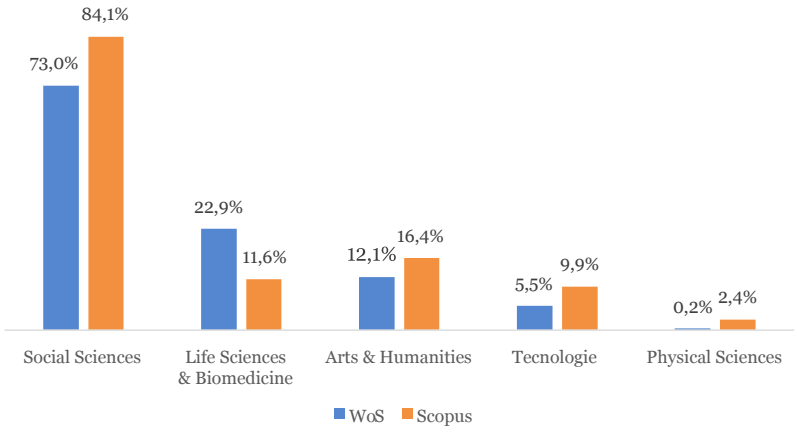

Fonte: Elaboração própria.

A diversidade que se expressa nos idiomas é também observável nos tipos de documentos que compõem a produção nacional em EMGF indexada em ambas as plataformas. O formato mais recorrente em ambas as bases é o artigo publicado em revistas científicas, que corresponde a 63,4% dos registos na WoS e 72,5% na *Scopus*.

*4.3.2 As Ciências Sociais em destaque na produção científica em EMGF*

Uma vez que cada plataforma utiliza diferentes padrões de categorização de documentos quanto às suas áreas de investigação, reclassificámos as *subject areas* presentes na *Scopus* com base nas cinco áreas disciplinares gerais utilizadas na WoS (ver o descritivo dos critérios de reclassificação no Apêndice II). Dado que um documento pode ser classificado em múltiplas áreas de investigação, a soma das frequências relativas das áreas em ambas as plataformas é superior a 100%.

**Gráfico 5**
Participação de diferentes áreas de investigação na produção portuguesa em EMGF (WoS e *Scopus*)




Fonte: Elaboração própria.

Registamos a clara predominância das Ciências Sociais na produção indexada em ambas as bases de dados. No entanto, enquanto na *Scopus* as Artes e Humanidades figuram com a segunda maior participação, na WoS a mesma ocupa apenas a terceira posição, sendo superada pelas Ciências da Vida e Biomedicina.

A interdisciplinaridade, característica fundamental dos EMGF enquanto área de investigação e ensino, está maioritariamente circunscrita ao diálogo entre disciplinas das Ciências Sociais. Nesse sentido, é possível validar tendências sugeridas em análises anteriores (Santos *et al.* 2023), de que a produção nacional em EMGF é marcada por uma "interdisciplinaridade estreita" (Huutoniemi *et al.* 2010), isto é, envolve disciplinas concetual e metodologicamente compatíveis e agrupáveis num mesmo domínio amplo. A exígua presença das Tecnologias e das Ciências ditas exatas (Matemática, Química, Física, etc.) sugere o fraco nível de interpenetração dos EMGF em áreas que continuam a ter menos mulheres nos seus corpos de docência, de investigação e estudantis (European Commission 2021; PORDATA 2023).

*4.3.3 Produção por instituições*

A Tabela 3 apresenta as cinco instituições de ensino superior portuguesas que mais publicaram em EMGF entre 1995 e 2021, segundo registos na WoS e na *Scopus*. São apresentados os valores descritivos absolutos, que não ponderam a dimensão das instituições em termos de pessoal docente e de investigação.

**Tabela 3**
Instituições portuguesas que mais contribuíram para a produção em EMGF indexada na WoS e na *Scopus*

| **WoS** | | | ***Scopus*** | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Nº | % | | Nº | % |
| Universidade de Lisboa | 209 | 16,0% | Universidade do Porto | 184 | 17,1% |
| Universidade de Coimbra | 206 | 15,7% | Universidade de Lisboa | 164 | 15,3% |
| Universidade do Porto | 197 | 15,0% | ISCTE IUL | 163 | 15,2% |
| ISCTE IUL | 163 | 12,5% | Universidade de Coimbra | 143 | 13,3% |
| Universidade do Minho | 133 | 10,2% | Universidade do Minho | 130 | 12,1% |
| **Restantes** | **440** | **33,5%** | **Restantes** | **335** | **31,3%** |

Fonte: Elaboração própria.

As mesmas cinco instituições surgem representadas, tanto na WoS como na *Scopus*, como as líderes na produção nacional na área dos EMGF com um peso à volta dos dois terços, com pequenas variações percentuais.

A Universidade de Lisboa – líder em produção na WoS e vice-líder na *Scopus* – é a maior universidade portuguesa e conta com uma sólida e longeva atividade de investigação e ensino na área dos estudos de género. A sua posição de destaque em ambas as bases de dados deve-se ao facto de a instituição concentrar investigação especializada em EMGF no seu Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG, criado em 2012), o único desta natureza no país, e em torno de dois programas conferentes de grau na área, um dos quais em associação com a Universidade Nova de Lisboa (Doutoramento em Estudos de Género).

A posição ocupada pela Universidade do Porto – líder em número de publicações na *Scopus* e terceira principal instituição na WoS – relaciona-se, em especial, com a extensa produção de investigadoras/es associadas/os à instituição sobre a temática das sexualidades e à forte interlocução que promove com as áreas da saúde, integrando especialistas da medicina, da biologia e da psicologia clínica.

A investigação em EMGF na Universidade de Coimbra – que ocupa, na WoS e na *Scopus*, respetivamente, a segunda e quarta posição –, tem-se concentrado desde meados da década de 1990 nas Humanidades e nas Ciências Sociais, tendo como um dos marcos iniciais da sua formalização institucional a criação, na Facul-

dade de Letras, ainda em 1995, do GREF – Grupo de Estudos Feministas (Abranches 1998). A instituição foi pioneira em Portugal na criação de um Doutoramento em Estudos Feministas (em funcionamento desde 2008). Além disso, conta, em várias das suas unidades orgânicas, com bastantes docentes e investigadoras/es nacionais e internacionais da área dos estudos de género, com ligação sobretudo às Ciências da Educação, História, Sociologia, Economia e Estudos Literários e Culturais. O Centro de Estudos Sociais tem sido um polo dinamizador dos EMGF nesta instituição.

A produção em EMGF no ISCTE, por sua vez, está associada às áreas da sociologia, da antropologia e da psicologia social. Desde 2000, esta instituição acolheu 40 projetos de investigação que tinham o género como tema principal.[5] A génese dos EMGF na Universidade do Minho – em quinto lugar em ambas as bases – remonta ao início da década de 1990, no Departamento de Estudos Ingleses e Norte-Americanos da instituição (Macedo e Pereira 2015).

Por fim, os dados permitem identificar uma tendência de concentração da investigação portuguesa em EMGF no subsistema universitário e público.

### *4.3.4 Redes de colaboração interinstitucional*

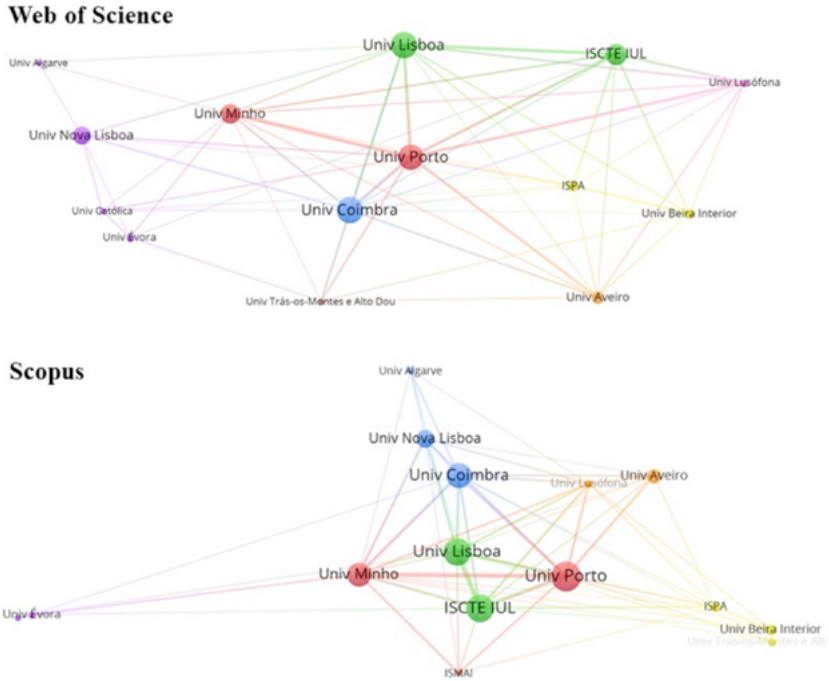
Para mapear as principais redes nacionais de colaboração interinstitucional utilizámos o *software* VosViewer, no qual estabelecemos parâmetros para visualizar os mapas de coautoria das instituições donde provinham ao menos 15 publicações entre 1995 e 2021. Um total de 14 instituições satisfaziam este critério na WoS, e 15 na *Scopus*. A Figura 1 permite-nos visualizar as instituições e suas redes de cooperação: a frequência de colaboração é indicada pela espessura das linhas que ligam os pontos (quanto maior a espessura, maior é a frequência de colaboração entre instituições), e a produtividade de cada instituição é expressa pelo tamanho dos pontos. Em paralelo, as cores indicam *clusters*, isto é, grupos de colaboração.

A análise das redes de colaboração na WoS identificou oito diferentes *clusters*, sendo o maior composto por quatro instituições e o menor por uma: (1) o verde reúne a Universidade de Lisboa e o ISCTE; (2) o vermelho, a Universidade do Porto e a Universidade do Minho; (3) o roxo é constituído pela Universidade do Algarve, Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Évora e Universidade Católica Portuguesa; (4) o laranja mostra o isolamento da Universidade de Aveiro; (5) o rosa, o da Universidade Lusófona; (6) o amarelo associa a Universidade da Beira Interior e o ISPA; (7) o castanho e (8) o azul evidenciam o isolamento, respetivamente, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Universidade de Coimbra.

---

5 Fonte: https://ciencia.iscte-iul.pt/projects/search/page/1?search_term=gender (Acesso em 14/09/2022).

**Figura 1**
Mapas de colaboração entre as instituições portuguesas
que mais publicaram nos EMGF (WoS e *Scopus*)




Fonte: Elaboração própria.

Os padrões de colaboração das cinco instituições mais produtivas são fortemente influenciados por fatores geográficos: a Universidade de Lisboa e o ISCTE, duas grandes instituições localizadas em Lisboa (*cluster* verde); a Universidade do Porto e a Universidade do Minho, ambas no norte do país (*cluster* vermelho). A Universidade de Coimbra, localizada na região centro do país, por sua vez, forma um *cluster* unitário, indicando que o fator geográfico parece contribuir para o seu relativo "isolamento" em relação às demais instituições mais produtivas na área.

Quadro similar é desenhado pelos dados da *Scopus*. Nesta base de dados foram identificados seis diferentes *clusters*, sendo três deles compostos por três instituições e três por duas instituições. A composição dos *clusters* confirma os padrões de cooperação anteriormente observados entre as cinco instituições portuguesas que mais publicam na área dos EMGF. Refletindo a tendência de relativo "isolamento" identificada na WoS, a Universidade de Coimbra não estabelece consistentes redes de cooperação com as outras quatro principais universidades. As motivações quer destas associações quer do isolamento de algumas instituições não se restringirão a fatores de ordem geográfica, mas o seu escrutínio exigiria uma investigação aprofundada de natureza qualitativa que está fora do âmbito do presente estudo.

## 5. Conclusões

O objetivo do presente artigo foi explorar os diferentes retratos da produção nacional em EMGF, construídos a partir da informação identificada em duas das principais plataformas de indexação bibliográfica. Tal leitura comparativa permite-nos validar interpretações de estudos anteriores, centrados em apenas uma plataforma de indexação, consolidando a ideia de que as tendências comuns à WoS e à *Scopus* não decorrem de vieses associados a uma base de dados em particular, mas efetivamente refletem características da produção académica com filiação parcial ou total em instituições nacionais na área dos EMGF. De modo complementar, a análise das discrepâncias entre os resultados obtidos a partir da WoS e da *Scopus* permite tematizar enviesamentos inerentes a cada uma das plataformas e, de maneira mais geral, evidenciar o papel decisivo que o processo de seleção de fontes de dados pode ter nas conclusões de análises bibliométricas. À luz dos resultados obtidos, é possível deduzir uma relativa vantagem da *Scopus* sobre a WoS na cobertura do que se produz em Portugal na área dos EMGF. Tal vantagem decorre, em especial, das suas características ao nível dos idiomas, da procedência nacional dos periódicos indexados e da sua cobertura diferencial de áreas de investigação.

No que respeita à evolução do número de publicações ao longo do tempo, as informações em ambas as plataformas de indexação adequam-se, em linhas gerais, aos padrões previstos pela Lei do Crescimento Exponencial de Price, corroborando o entendimento de que o campo dos EMGF, em Portugal, sofreu um crescimento considerável e consistente, desde meados da década de 1990, tendência que foi reforçada, em especial, a partir de 2010. Em sintonia com a literatura produzida anteriormente sobre o tema, associa-se este recente *boom* dos EMGF portugueses (Pereira 2017; Santos *et al.* 2023) a uma conjunção de múltiplos fatores, dos quais se destaca a expansão da presença institucional da área (nomeadamente, pela ampliação da oferta formativa pós-graduada), as transformações na estrutura e nos modelos de financiamento do ensino superior público português, a emergência de oportunidades de financiamento de investigação orientadas para os EMGF e a influência das políticas europeias para a ciência e investigação, como as do Horizonte 2020 (Pereira 2017; Sixto-Costoya *et al.* 2022).

Tal como estudos anteriores já mostraram, a WoS demonstrou ter uma cobertura centrada em publicações de língua inglesa, com especial ênfase nas revistas dos EUA (Leydesdorff *et al.* 2010). A *Scopus*, por seu turno, apresentou uma cobertura mais abrangente de documentos publicados em português, assim como uma maior diversidade de periódicos de diferentes países. Para além disso, importa sublinhar que os resultados de ambas as plataformas sugerem que a dispersão da produção portuguesa em EMGF entre periódicos segue o padrão preconizado pela Lei de Bradford, no que diz respeito ao facto de uma parcela considerável dos artigos se concentrar num número restrito de revistas. A presença exclusiva da

revista *ex æquo*, uma das duas revistas portuguesas interdisciplinares dos EMGF, na *Scopus*, é outro fator que nos permite inferir a relativa vantagem desta base em relação à WoS, na cobertura da produção nacional na área. Não obstante, a ausência, em ambas as plataformas, da revista *Faces de Eva*, a outra revista portuguesa dedicada aos EMGF, exclui do alcance das análises bibliométricas um volume considerável de publicações portuguesas no campo.

A distribuição da produção por diferentes áreas disciplinares indica uma clara concentração de publicações nas ciências sociais e a baixa representatividade de outras áreas científicas, como as conotadas com as ditas ciências exatas, denotando que a investigação nos EMGF em Portugal é feita sobretudo em campos do saber onde se concentram mais mulheres, quer como docentes e investigadoras, quer como estudantes. As diferenças entre os resultados apurados a partir da WoS e da *Scopus*, relativamente à participação de áreas disciplinares, também parecem refletir algumas particularidades das bases de dados que favorecem a plataforma da Elsevier, a qual apresenta uma cobertura consideravelmente maior das áreas das ciências sociais e humanidades (conforme também Bartol *et al.* 2014; Mongeon e Paul-Hus 2016).

As nossas análises sobre as instituições indicam que grande parte da produção nacional em EMGF se concentra num número restrito de universidades públicas, sendo que as redes de cooperação estabelecidas entre elas são essencialmente influenciadas por fatores geográficos.

Apesar das posições de liderança ocupadas pela WoS e pela *Scopus*, é de notar o surgimento recente de bases de dados alternativas, das quais se destaca a *Google Scholar*. Nesse sentido, estudos futuros que ampliem o leque de bases de indexação estudadas poderão avaliar de modo mais abrangente os pontos fortes e fracos de novas bases. Será desta forma possível identificar especificidades e potenciais enviesamentos da cobertura de cada uma, que se refletirão nos resultados de estudos realizados. Os estudos bibliométricos permitem-nos compreender aspetos quantitativos da produção publicada numa dada área, o que representa necessariamente uma análise limitada do trabalho científico realizado no campo em apreço. Por essa razão, para a análise de conteúdo dos EMGF, de autoria com filiação parcial ou total em instituições portuguesas, seria importante realizar uma análise sistemática, de pendor também semântico e hermenêutico, incluindo outros descritores das publicações que abranjam os objetivos, as metodologias e os quadros teóricos privilegiados nas investigações desenvolvidas.

**Contributos das/os autoras/es**

**CCS:** Concetualização; análise formal; investigação; metodologia; redação do rascunho original, revisão e edição.

**ML:** Concetualização; análise formal; metodologia; redação – revisão e edição.

**RM:** Concetualização; redação – revisão e edição.

**CCV:** Concetualização; redação – revisão e edição.

**VF:** Concetualização; metodologia; redação do rascunho original; revisão e edição.

## Financiamento

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto ENGENDER — Integração dos Estudos de Género nos curricula e práticas pedagógicas no ensino público universitário em Portugal (2021-2024), financiado pela FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. PTDC/SOC-ASO/7173/2020).

## Conflito de interesses

As pessoas autoras não têm conflito de interesses a declarar.

## Referências bibliográficas

Abranches, Graça. 1998. "'On What Terms Shall we Join the Procession of Educated Men'? Teaching Feminist Studies at the University of Coimbra." *Oficina do CES* 125.

Archambault, Éric, e Vincent Larivière. 2010. "The limits of bibliometrics for the analysis of the social sciences and humanities literature." In *World Social Science Report 2009/2010*, organizado por UNESCO, 251-254. Paris: UNESCO Publishing & International Social Science Council.

Bartol, Tomaz, *et al.* 2014. "Assessment of research fields in Scopus and Web of Science in the view of national research evaluation in Slovenia." *Scientometrics* 98: 1491-1504. DOI: https://doi.org/10.1007/s11192-013-1148-8

Céspedes, Lucía. 2021. "Latin American Journals and Hegemonic Languages for Academic Publishing in Scopus and Web of Science." *Trabalhos em Linguística Aplicada* 60(1): 141-154. DOI: https://doi.org/10.1590/010318138901311520201214

Chadegani, Arezoo Aghaei, *et al.* 2013. "A Comparison between Two Main Academic Literature Collections: Web of Science and Scopus Databases." *Asian Social Science* 9(5): 18-26. DOI: https://doi.org/10.5539/ass.v9n5p18

Clarivate. 2023. "Libguides: Resources for Librarians: Web of Science Coverage Details." Web of Science Coverage Details – LibGuides at Clarivate Analytics. Disponível em https://clarivate.libguides.com/librarianresources/coverage [Consultado em 20 de novembro de 2023].

De Moya-Anegón, Félix, *et al.* 2007. "Coverage analysis of Scopus: A journal metric approach." *Scientometrics* 73: 53-78. DOI: https://doi.org/10.1007/s11192-007-1681-4

Echchakoui, Saïd. 2020. "Why and how to merge Scopus and Web of Science during bibliometric analysis: the case of sales force literature from 1912 to 2019." *Journal of Marketing Analytics* 8: 165-184. DOI: https://doi.org/10.1057/s41270-020-00081-9

Elsevier. 2023. *Scopus Content Coverage Guide.* Disponível em https://assets.ctfassets.net/o78em1y1w4i4/EX1iy8VxBeQKf8aN2XzOp/c36f79db25484cb38a5972ad9a5472ec/Scopus_ContentCoverage_Guide_WEB.pdf [Consultado em 04 de dezembro de 2023].

European Commission/Directorate-General for Research and Innovation. 2021. *She Figures 2021*. Luxembourg: Publications Office of the EU.

Ferreira, Eduarda. 2019. "Women's, gender and feminist studies in Portugal: researchers' resilience *vs* institutional resistance." *Gender, Place & Culture* 26(7-9): 1223-1232. DOI: https://doi.org/10.1080/0966369X.2018.1553867

Ferreira, Virgínia. 2001. "Estudos sobre as Mulheres em Portugal. A construção de um novo campo científico." *ex æquo* 5: 9-25.

Ferreira, Virgínia, *et al.* 2020. "Estudos sobre as mulheres em Portugal Pós-Declaração de Pequim – Estudo bibliométrico das revistas *ex æquo* e *Faces de Eva*." *ex æquo* 42: 23-56. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.42.02

Hoppen, Natascha Helena Franz. 2021. "Retratos da pesquisa brasileira em estudos de gênero: análise cientométrica da produção científica." Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Hoppen, Natascha Helena F., e Samile A. Vanz. 2020. "O que são estudos de gênero: caracterização da produção científica autodenominada estudos de gênero em uma base de dados multidisciplinar e internacional." *Encontros Bibli* 25: 1-30. DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e71677

Hoppen, Natascha Helena F., e Samile A. Vanz. 2023. "The development of Brazilian women's and gender studies: a bibliometric diagnosis." *Scientometrics* 128: 227-261. DOI: https://doi.org/10.1007/s11192-022-04545-w

Huang, Chun-Kai, *et al.* 2020. "Comparison of Bibliographic Data Sources: Implications for the Robustness of University Rankings." *Quantitative Science Studies* 1(2): 445-478. DOI: https://doi.org/10.1162/qss_a_00031

Huutoniemi, Katri, *et al.* 2010. "Analyzing interdisciplinarity: Typology and indicators." *Research Policy* 39(1): 79-88. DOI: https://doi.org/10.1016/j.respol.2009.09.011

Leydesdorff, Loet, Félix de Moya-Anegón, e Vicente P. Guerrero-Bote. 2010. "Journal maps on the basis of Scopus data: A comparison with the journal citation reports of the ISI." *Journal of the American Society for Information Science and Technology* 61(2): 352-369. DOI: https://doi.org/10.1002/asi.21250

Macedo, Ana Gabriela, e Margarida Esteves Pereira. 2015. "Women and Gender Studies in Portugal, an Overview from an Anglicist Perspective." In *Rewriting Academia: The Development of the Anglicist Women's and Gender Studies of Continental Europe*, organizado por Renate Haas, 27-49. Frankfurt am Main: Peter Lang.

Martínez-Heredia, Nazaret, *et al*. 2021. "Dating Violence: A Bibliometric Review of the Literature in Web of Science and Scopus." *Social Sciences* 10(11): 445. DOI: https://doi.org/10.3390/socsci10110445

Moed, Henk, Valentina Markusova, e Mark Akoev. 2018. "Trends in Russian Research Output Indexed in Scopus and Web of Science." *Scientometrics* 116: 1153-1180. DOI: https://doi.org/10.1007/s11192-018-2769-8

Mongeon, Philippe, e Adèle Paul-Hus. 2016. "The journal coverage of Web of Science and Scopus: a comparative analysis." *Scientometrics* 106: 213-228. DOI: https://doi.org/10.1007/s11192-015-1765-5

Nações Unidas. 1995. *Beijing Declaration and Platform for Action*. Pequim: Nações Unidas. Disponível em http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf [Consultado em 12 de dezembro de 2023].

Norris, Michael, e Charles Oppenheim. 2007. "Comparing alternatives to the *Web of Science* for coverage of the social sciences' literature." *Journal of Informetrics* 1(2): 161-169. DOI: https://doi.org/10.1016/j.joi.2006.12.001

Pereira, Maria do Mar. 2013. "A Institucionalização dos Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas em Portugal no Século XXI: Conquistas, Desafios e Paradoxos." *Faces de Eva: Estudos sobre as Mulheres* 30: 37-53.

Pereira, Maria do Mar. 2017. *Power, Knowledge and Feminist Scholarship: An Ethnography of Academia*. London: Routledge.

Persson, Olle. n.d. *BibExcel* [Software]. Disponível em https://homepage.univie.ac.at/juan.gorraiz/bibexcel/

Pinheiro, Ana Sofia F. 2023. "A base de dados em Estudos sobre as mulheres, de género e feministas. Contributos para a construção de um campo de conhecimentos." Dissertação de mestrado, Universidade Aberta.

PORDATA. 2023. Diplomados do sexo feminino em % dos diplomados no ensino superior: total e por área de educação e formação. Disponível em https://www.pordata.pt/Portugal/Diplomados+do+sexo+feminino+em+percentagem+dos+diplomados+-no+ensino+superior+total+e+por+%C3%A1rea+de+educa%C3%A7%C3%A3o+e+-forma%C3%A7%C3%A3o++-680-4842 [Consultado em 30 de abril de 2024].

Pranckute, Raminta. 2021. "Web of Science (WoS) and Scopus: The Titans of Bibliographic Information in Today's Academic World." *Publications* 9(1): 12. DOI: https://doi.org/10.3390/publications9010012

Price, Derek de Solla. 1986. *Little Science, Big Science…and Beyond*. New York: Columbia University Press.

Rodrigues, Rosângela Schwarz, e Ernest Abadal. 2014. "Ibero-American journals in Scopus and Web of Science." *Learned Publishing* 27(1): 56-62. DOI: https://doi.org/10.1087/20140109

Rodríguez-Yunta, Luis. 2010. "Las revistas ibero-americanas en Web of Science y Scopus: visibilidad internacional e indicadores de calidad." Comunicação apresentada no *7º Seminario Hispano-Mexicano de Investigación en Bibliotecología y Documentación,* Ciudad de México, 8 de abril. UNAM. Disponível em https://digital.csic.es/handle/10261/23811 [Consultado em 07 de dezembro de 2023].

Santos, Caynnã, *et al*. 2022. "O que se ensina nos estudos de género em Portugal: uma análise bibliométrica dos planos curriculares." *Encontros Bibli:* 27(1). DOI: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2022.e87522

Santos, Caynnã, *et al*. 2023. "From Late Bloomer to Booming: A Bibliometric Analysis of Women's, Gender, and Feminist Studies in Portugal." *Social Sciences* 12(7): 396. DOI: https://doi.org/10.3390/socsci12070396

Sixto-Costoya, Andrea, *et al*. 2022. "Gender presence on the editorial boards of journals in the Women's Studies subject category." *Women's Studies International Forum* 93: 102617. DOI: https://doi.org/10.1016/j.wsif.2022.102617

Tsay, Ming-yueh, e Chia-ning Li. 2017. "Bibliometric analysis of the journal literature on women's studies." *Scientometrics* 113(2): 705-734. DOI: https://doi.org/10.1007/s11192-017-2493-9

Van Eck, Nees Jan, e Ludo Waltman. 2010. "Software Survey: VOSviewer, a Computer Program for Bibliometric Mapping." *Scientometrics* 84: 523–538. DOI: https://doi.org/10.1007/s11192-009-0146-3

Vera-Baceta, Miguel-Ángel, Michael Thelwall, e Kayvan Kousha. 2019. "Web of Science and Scopus language coverage." *Scientometrics* 121: 1803-1813. DOI: https://doi.org/10.1007/s11192-019-03264-z

Vieira, Elizabeth, e José Gomes. 2009. "A comparison of Scopus and Web of Science for a typical university." *Scientometrics* 81: 587-600. DOI: https://doi.org/10.1007/s11192-009-2178-0

Zhu, Junwen, e Weishu Liu. 2020. "A tale of two databases: the use of Web of Science and Scopus in academic papers." *Scientometrics* 123(2): 321-335. DOI: https://doi.org/10.1007/s11192-020-03387-8

Zibareva, Inna, e Nataliya Soloshenko. 2011. "Russian scientific publications 2005–2009 in the science citation index, Scopus, and chemical abstracts databases." *Scientific and Technical Information Processing* 38: 212-223. DOI: https://doi.org/10.3103/S0147688211030178

## APÊNDICE I

1) *Query* de pesquisa completa (WoS):

((TI=(genero* OR gender*) NOT WC=(" Endocrinology Metabolism" OR "Oncology" OR "Urology Nephrology" OR "Medicine General Internal" OR "Nutrition Dietetics" OR "Cardiac Cardiovascular Systems" OR "Rheumatology" OR "Clinical Neurology" OR "Peripheral Vascular Disease" OR "Reproductive Biology" OR "Pathology" OR "Infectious Diseases" OR "Pharmacology Pharmacy" OR "Physiology" OR "Immunology" OR "Gastroenterology Hepatology" OR "Biochemistry Molecular Biology" OR "Respiratory System" OR "Dermatology" OR "Genetics Heredity" OR "Sports Sciences" OR "Hematology" OR "Orthopedics" OR "Microbiology" OR "Radiology Nuclear Medicine Medical Imaging" OR "Tropical Medicine" OR "Allergy" OR "Anesthesiology" OR "Biophysics" OR "Plant Sciences" OR "Virology" OR "Medical Laboratory Technology" OR "Parasitology" OR "Cell Biology" OR "Dentistry Oral Surgery Medicine" OR "Toxicology" OR "Zoology" OR "Anatomy Morphology" OR "Optics" OR "Transplantation" OR "Critical Care Medicine" OR "Evolutionary Biology" OR "Medicine Legal" OR "Agriculture Dairy Animal Science" OR "Biotechnology Applied Microbiology" OR "Developmental Biology" OR "Marine & Freshwater Biology" OR "Mycology" OR "Primary Health Care" OR "Veterinary Sciences"))

OR

(TI=(transex* OR transexual* OR intersexua* OR homossexua* OR heterossexual* OR bissexua* OR heterosexual* OR homosexua* OR bisexua* OR transgener* OR transgender* OR pansexual* OR assexual* OR asexual* OR "não-binario" OR "non-binary" OR demissexual* OR demisexual* OR cisgener* OR cisgender* OR feminist* OR feminism* OR machist* OR machism* OR sexist* OR sexism* OR homofobi* OR homophobi* OR matriarc* OR patriarc* OR motherhood OR maternidade OR empoderamento* OR empowerment* OR misogin* OR misogyn* OR androcentr* OR sororidad* OR sororit* OR mulherismo* OR womanism* OR *feminismo OR *feminism OR "violência contra a mulher" OR "same-sex marriage" OR "violence against woman" OR "violência contra as mulheres" OR "violence against women" OR feminicid* OR femicid* OR queer* OR transviad* OR homoaf* OR gay OR gays OR lesbica* OR lesbian* OR bicha OR bichas OR faggot* OR sapata* OR heteronormativ* OR interseccional* OR intersectional* OR travesti* OR transex* OR "pink money" OR "drag queen*" OR "drag king*" OR crossdress* OR LGBT* OR GLBT* OR LGBTQ* OR LGBTT* OR quiltbag* OR "divisão sexual do trabalho" OR "sexual division of labor" OR "trabalho feminino" OR "female work" OR "trabalho das mulheres" OR "women's work" OR "trabalho da mulher" OR "woman work" OR "dupla jornada" OR "tripla

jornada" OR "trabalho reprodutivo" OR "reproductive work" OR feminização OR feminilização OR feminization OR feminiliza* OR "trabalho doméstico" OR housework OR prostitu* OR "sexual worker*" OR "work-life balance" OR "work-family balance" OR conjugali*))

OR

(WC=Women's Studies)

OR

((ts=("gender stud*") NOT ts=("gender students")) OR (ts=("gender stud*") NOT ts=("-gender, study")) OR (ts=("gender stud*") NOT ts=("gender, student")) OR (ts=("feminist stud*")) OR (ts=("women's stud*"))))

AND AD=(Portugal)

Timespan: 1995-01-01 to 2021-12-31

2) *Query* de pesquisa completa (*Scopus*):

((TITLE(genero* OR gender*) AND NOT SUBJAREA(MEDI OR NURS OR VETE OR DENT OR MULT OR AGRI OR BIOC OR IMMU OR NEUR OR PHAR))

OR

(TITLE ( transex* OR transexual* OR intersexua* OR homossexua* OR heterossexual* OR bissexua* OR heterosexual* OR homosexua* OR bisexua* OR transgener* OR transgender* OR pansexual* OR assexual* OR asexual* OR {não-binario} OR {non-binary} OR demissexual* OR demisexual* OR cisgener* OR cisgender* OR feminist* OR feminism* OR machist* OR machism* OR sexist* OR sexism* OR homofobi* OR homophobi* OR matriarc* OR patriarc* OR motherhood OR maternidade OR empoderamento* OR empowerment* OR misogin* OR misogyn* OR androcentr* OR sororidad* OR sororit* OR mulherismo* OR womanism* OR *feminismo OR *feminism OR "violência contra a mulher" OR "same-sex marriage" OR "violence against woman" OR "violência contra as mulheres" OR "violence against women" OR feminicid* OR femicid* OR queer* OR transviad* OR homoaf* OR gay OR gays OR lesbica* OR lesbian* OR bicha OR bichas OR faggot* OR sapata* OR heteronormativ* OR interseccional* OR intersectional* OR travesti* OR transex* OR {pink money} OR "drag queen*" OR "drag king*" OR crossdress* OR LGBT* OR GLBT* OR LGBTQ* OR LGBTT* OR quiltbag* OR "divisão sexual do trabalho" OR "sexual division of labor" OR "trabalho feminino" OR "female work" OR "trabalho das mulheres" OR "women's work" OR "trabalho da mulher" OR "woman work" OR "dupla jornada" OR "tripla jornada" OR "trabalho reprodutivo" OR "reproductive work" OR feminização OR feminilização OR feminization OR feminiliza* OR "trabalho doméstico" OR housework OR prostitu* OR "sexual worker*" OR "work-life balance" OR "work-family balance" OR conjugali* ))

OR

(EXACTSRCTITLE("ex aequo")))

AND AFFILCOUNTRY(Portugal)

AND ( LIMIT-TO ( PUBYEAR,2021) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2020) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2019) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2018) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2017) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2016) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2015) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2014) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2013) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2012) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2011) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2010) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2009) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2008) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2007) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2006) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2005) OR LIMIT-TO ( PUB-

YEAR,2004) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2003) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2002) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2001) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,2000) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,1999) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,1998) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,1997) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,1996) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR,1995) )

## APÊNDICE II

| Categorias originais *Scopus* | Reclassificação segundo áreas gerais WoS |
|---|---|
| Arts and Humanities | Arts & Humanities |
| Agricultural and Biological Sciences; Biochemistry Genetics and Molecular Biology; Dentistry; Earth and Planetary Sciences; Environmental Science; Health Professions; Immunology and Microbiology; Medicine; Neuroscience; Nursing; Pharmacology Toxicology and Pharmaceutics; Veterinary | Life Sciences & Biomedicine |
| Chemistry; Mathematics and Physics; Astronomy | Physical Sciences |
| Business Management and Accounting; Decision Sciences; Economics Econometrics and Finance; Psychology; Social Sciences | Social Sciences |
| Chemical Engineering; Computer Science; Energy; Engineering; Materials Science | Technology |

**Caynnã de Camargo Santos.** Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra e Mestre em Filosofia (obtido no programa de Estudos Culturais) pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é investigador no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, vinculado ao projeto ENGENDER. Os seus interesses de investigação incluem teorias feministas pós-estruturalistas, sociologia do corpo, processos de institucionalização dos estudos de género, novos materialismos feministas e realismo agencial.

**Mónica Lopes.** Doutorada em Sociologia. Investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. As políticas públicas de género e o modo como as relações de género se expressam em múltiplos processos e estruturas têm constituído eixos centrais do seu trabalho, tendo participado, desde 2002, em diversos projetos de investigação, de investigação-ação e de avaliação neste domínio. Interesses mais recentes centram-se nas políticas, instrumentos e práticas de *mainstreaming* de género em contexto académico.

**Rosa Monteiro.** Doutorada em Sociologia do Estado, do Direito e da Administração pela Universidade de Coimbra. Professora auxiliar da Faculdade de Economia e investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Investiga sobre as desigualdades de género no mercado de trabalho e nas organizações, na análise das políticas públicas, bem como na investigação-ação sobre pedagogias com

integração de perspetiva de género. Coordena o WP2 do projeto Erasmus+ *STEMGenderIN: A bridge to close the STEM gap*.

**Cristina C. Vieira.** Professora Associada da FPCE, U. Coimbra; investigadora integrada do Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária da U. Algarve (CEAD). Tem investigação e publicações nas questões de género e cidadania ao longo do ciclo de vida, com ampla experiência de docência universitária nestes temas, bem como de formação acreditada de professores/as e produção de materiais pedagógicos. Integra a equipa do Projeto ENGENDER – Os Estudos sobre as Mulheres/de Género/Feministas na academia em Portugal (2021-2024).

**Virgínia Ferreira.** Doutorada em Sociologia. Professora Associada (Aposentada) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC); Investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES-UC). Estuda as políticas públicas e as transformações dos padrões de segregação sexual do emprego sob a perspetiva de género. Integra, desde 2004, o grupo de peritas da CE sobre Género e Emprego (atualmente SAAGE). Coordena o Projeto ENGENDER – Os Estudos sobre as Mulheres/de Género/Feministas na academia em Portugal (2021-2024).

*Artigo recebido em 30 de janeiro e aceite para publicação em 2 de abril de 2024.*

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:
Santos, Caynnã de Camargo, Mónica Lopes, Rosa Monteiro, Cristina C. Vieira, e Virgínia Ferreira. 2024. "Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas em Portugal: uma análise bibliométrica comparativa entre *Web of Science* e *Scopus* (1995-2021)." *ex qæuo* 49: 215-240. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.14

[Segundo a norma APA adaptada]:
Santos, Caynnã de Camargo, Lopes, Mónica, Monteiro, Rosa, Vieira, Cristina C., Ferreira, Virgínia (2024). Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas em Portugal: uma análise bibliométrica comparativa entre *Web of Science* e *Scopus* (1995-2021). *ex æquo,* 49, 215-240. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.14

Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

# Recensões

***O papel do direito e dos tribunais na violência contra as mulheres*, de Madalena Duarte. Porto: Edições Afrontamento, 2023, 244 pp.**

Rui do Carmo
Procurador da República jubilado
ruidocarmofernando@sapo.pt

Este livro, recentemente publicado por Madalena Duarte, enuncia a seguinte questão prévia: "O Direito [estadual] pode ser um instrumento de promoção da igualdade e um recurso efetivo das mulheres para garantia dos seus direitos ou, pelo contrário, este não é mais do que um sistema de opressão?" A resposta, que a investigação realizada fundamenta, vai no sentido de o considerar um instrumento de promoção da igualdade e um "campo de batalha" de defesa dos direitos das mulheres, assumindo o seu "potencial emancipador", apesar das "incoerências" e "instabilidades", das discrepâncias entre a lei e (certas) práticas judiciárias e da disparidade destas, bem como da sua interdependência com o contexto social e político, não deixando de ser sublinhado que o "sistema legal" inclui, para além da lei propriamente dita, "também os discursos através dos quais […] são criadas e implementadas, as instituições que as aplicam ou as subvertem […], as instituições de ensino através das quais a cultura legal é reproduzida e as diferentes pessoas/atores que estão ligados à aplicação da Lei" (pp. 46-47).

O caminho entre a consideração da violência contra as mulheres e da violência doméstica como um problema da "esfera familiar", "um assunto respeitante à privacidade do casal, arredado do controlo social" e, portanto, um assunto privado, e a sua afirmação como uma violação dos direitos humanos e, portanto, um assunto público, da comunidade, também foi percorrido, inicialmente de forma tímida e com algumas hesitações, pela legislação portuguesa, desde a primitiva redação do Código Penal de 1982, que tipificou o crime de maus tratos entre cônjuges, passando pela Lei de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência (Lei nº 61/91, de 13.08), até à criação do crime de violência doméstica em 2007 (art.º 152º CP), cujo redação atual é do ano de 2021. Percurso em que, nomeadamente, se alargou a abrangência do que se entende por maus tratos (em 2023, passou a abranger explicitamente a violência económica e patrimonial) e o elenco das vítimas (unidos/as de facto, relações pretéritas, namoro, crianças que não coabitam com o/a agressor/a), assim como se consolidou, a partir de 2000, a natureza pública do crime, preservando-se, contudo, o "princípio da autonomia da vontade" da vítima (art.º 7º da Lei da Violência Doméstica[1]), que se traduz, nomeadamente, no direito de recusar o estatuto de vítima (art.º 21º) e de requerer, "de forma livre e

[1] Lei nº 112/2009, de 16.09 (Regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e assistência das suas vítimas), cuja última alteração data de 16.08 de 2021 (Lei nº nº 57/2021).

esclarecida", a suspensão provisória do processo penal (art.º 281º/7. do Código de Processo Penal).

Como refere Teresa Beleza (1990, 62), citada pela autora, "o reconhecimento legal da violência exercida nas relações de intimidade como crime foi um passo fundamental na consagração dos direitos das mulheres. Este aspecto torna-se ainda mais relevante se tivermos em conta que o direito penal é dos campos do direito que espelha de forma mais eficaz a condenação social de comportamentos considerados censuráveis pela comunidade e, portanto, o controlo social". Ou, como referiram à autora, em entrevista, profissionais de diferentes setores que trabalham no combate à violência contra as mulheres, "a natureza pública deste crime simboliza uma maior intolerância da sociedade para com a violência de género. Ao dar a indicação social de que este crime é especialmente censurável, o Direito acaba por ter um impacto não apenas na repressão desta violência, mas também na sua prevenção" (p. 152).

O livro ilustra, contudo, as resistências que subsistem à mobilização do direito penal: seja porque existe uma "desvalorização do conflito e a classificação das agressões sofridas como sendo de pouca gravidade"; seja porque se advoga a "proteção da intimidade e preservação da família", estando a liberdade da vítima "condicionada por papéis e expectativas sociais"; seja porque existe "hostilidade relativamente aos tribunais", para muitas mulheres "um lugar estranho, com rituais e processos que são incompreensíveis e sombrios". Pelo que "avançar com um processo em tribunal é um ato de coragem e de *self-empowerment*", cujas expectativas essenciais, no discurso das entrevistadas, são garantir a sua segurança e o simbolismo do "reconhecimento social do sofrimento pelo qual passaram, bem como da luta que travaram", e também "um propósito pragmático: necessitam de acionar o processo penal para que o processo social seja impulsionado e possam contar com a intervenção de um inúmero conjunto de instituições sociais" (pp. 110-115; 127; 130; 132).

Resulta das entrevistas que a autora realizou no decurso das suas investigações, que "um dos aspetos que mais frustra as mulheres quando apresentam uma denúncia" é o não afastamento do agressor da residência onde coabita com a vítima, "uma vez que o que pretendem de imediato é estar em segurança e não ter de abandonar o seu lar" (p. 121). A população das estruturas de acolhimento da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica tem oscilado, nos últimos dois anos, entre um máximo de 1841 pessoas e um mínimo de 1296 (este, o número de pessoas acolhidas no final do ano de 2023), repartida em partes praticamente iguais entre mulheres e crianças, com um número residual de homens (22 no final do ano passado).[2] É um número muito elevado de pessoas que abandonaram as suas casas e se encontram acolhidas em estruturas da rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica, grande parte delas muito para além dos prazos que

[2] Cf. *Indicadores Estatísticos* em www.cig.gov.pt.

estão previstos na lei. Por outro lado, quando se compara com o número das medidas de coação de afastamento do agressor (518 no 1º trimestre de 2019 e 895 no 4º trimestre de 2023[3]), evidencia-se que continua a existir resistência à sua aplicação. Como foi recentemente afirmado no *Parecer sobre Violência Doméstica* do Centro Económico e Social (2023, 62):

> *As respostas sociais para a vítima não podem, nem devem, ser facilitadoras de atuações funcionais, policiais ou jurisdicionais, que permitem que a pessoa agressora se mantenha na tranquilidade e no conforto da sua habitação* (mesmo que seja sua habitação enquanto bem próprio), perpetuando assim a vitimação, na qual se incluem as crianças, forçadas a permanecer numa casa abrigo por períodos de tempo inaceitavelmente prolongados.

Nesta obra também se investiga, analisa e debate o "ciclo da violência" e o discurso "desculpabilizante das atitudes dos agressores", a transmissão da normalização da violência, a menor consciencialização da violência sexual, "consequência da disseminação social dos ditos deveres conjugais", numa "hierarquização das violências que passa pela centralidade da violência física, a desvalorização da violência psicológica e a invisibilidade da violência sexual" (p. 190). E é sublinhado, à luz das entrevistas realizadas a magistrados/as, profissionais de estruturas que prestam apoio a vítimas e às próprias vítimas, que estas "tendem a avaliar as suas opções em conexão com o destino dos filhos, fazendo escolhas estratégicas que poderiam não ter considerado se tivessem de pensar apenas em si próprias" (p. 107). A frequência com que as situações de violência originam a abertura de vários procedimentos (processo crime, regulação do exercício das responsabilidades parentais, divórcio…), com as dificuldades decorrentes da não comunicabilidade entre si apesar da sobreposição de factos e do seu inter-relacionamento, dos conflitos que decorrem das distintas centralidades assumidas em cada um deles e do diferente ritmo do seu desenvolvimento, leva a autora a equacionar, na sequência dos depoimentos recolhidos, "a necessidade de se concentrar num só tribunal todos os processos desencadeados pela situação de violência doméstica" (p. 176). A investigação documentada nesta obra reforça, a meu ver, a necessidade de se "debater, serena, ampla e participadamente, a necessidade de […] se virem a demolir as barreiras, ainda praticamente estanques e em boa parte artificiais, que hoje se erguem entre as jurisdições criminal e de família e menores, por forma a que, ao contrário da atual 'rivalidade' entre as centralidades inerentes a cada processo, se promova e desenvolva uma abordagem, decisão e intervenção de cada caso que enfrente e dê resposta global ao conflito sociofamiliar nas suas diversas dimensões" (Carmo 2023, 66).

---

3 Cf. *Indicadores Estatísticos* em www.cig.gov.pt.

A aplicação da lei é influenciada, como bem se assinala, "pelos códigos sociais, morais e éticos de cada magistrado/a", e a "cultura legal dos magistrados pode condicionar o potencial progressista da lei", dando-se como exemplo, pertinente, que "é possível encontrar decisões que valorizam a reiteração e decisões que a dispensam" (pp. 188; 193) mesmo após a descrição do crime de violência doméstica (art.º 152º CP) ter, em 2007, esclarecido que os maus tratos previstos na norma podem ocorrer "de modo reiterado ou não". O que se relaciona com o tema da formação dos/as magistrados/as e das/os outras/os intervenientes no processo de aplicação da lei, que "tem tido uma componente de facto mais legalista e com uma ênfase reduzida na desigualdade de género", alertando-se para a necessidade de o conhecimento se basear "igualmente nas experiências das mulheres vítimas de violência doméstica" (p. 227).

Esta obra contém informação e reflexão de inegável relevância para a melhoria do combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, muito para além dos tópicos selecionados nesta recensão, emergindo da sua leitura e conclusões a necessidade de diminuir o fosso que existe entre os inegáveis avanços da lei e as insuficiências e dificuldades identificadas na sua implementação.

## Referências bibliográficas

Beleza, Teresa. 1990. "Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra." Tese de Doutoramento em Direito, Faculdade de Direito de Lisboa.

Carmo, Rui do. 2023. "As crianças vítimas de violência doméstica." *Revista do Ministério Público* 175(jul-set): 35-66.

Conselho Económico e Social. 2023. *Violência doméstica. Retrato de um país na sombra*. Coimbra: Almedina.

Duarte, Madalena. 2023. *O papel do direito e dos tribunais na violência contra as mulheres*. Porto: Edições Afrontamento.

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:
Carmo, Rui do. 2024. "Recensão: *O papel do direito e dos tribunais na violência contra as mulheres,* de Madalena Duarte. Porto: Edições Afrontamento, 2023." *ex æquo* 49: 243-247. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.15

[Segundo a norma APA adaptada]:
Carmo, Rui do (2024). Recensão: *O papel do direito e dos tribunais na violência contra as mulheres,* de Madalena Duarte. Porto: Edições Afrontamento, 2023. *ex æquo,* 49, 243-247. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.15

Este é um texto de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

***Direitos humanos das mulheres*, organizado por Margarida Martins, Mariana Cunha e Paulo Pinto de Albuquerque. Lisboa: UPC Editora, 2022, 528 pp.**

Adelina Barradas de Oliveira
Tribunal da Relação de Lisboa, Portugal
apem1991@gmail.com

*Durante séculos, a mulher teve de pedir autorização*
*ao seu marido ou ao seu pai para fazer fosse o que fosse.*
*Como é que pudemos viver assim tanto tempo condenando*
*metade da humanidade à subordinação e à humilhação?*
José Saramago, in L´Orient-le Jour (2007)

DIREITOS HUMANOS

## Da Mulher (que também sou)

O livro chama-nos. Não só pela sua capa que nos atinge em cheio (quer pela força quer pela fragilidade da imagem criação de Paula Rego), mas também pelo título. Será a imagem a de uma mulher que protege a sua dignidade ainda que derrubada, caída? Ou antes a imagem de uma mulher forte, de olhos fechados, como quem não quer ver o que lhe fizeram, o que lhe fazem e que, ainda que atingida na sua essência, tem a força suficiente para se proteger numa pose, não de subjugação, mas de preservação daquilo que, ainda que atingido ou violentado, é totalmente e apenas seu.

Uma mulher que apesar de tudo, não tem de engolir a maçã envenenada.

É disso que o livro fala, da preservação dos direitos que são dela, da mulher, das mulheres, dos/as seus/suas filhos/as, das suas vontades, da sua carreira, da integridade física e psicológica, da sua autodeterminação sexual, do seu direito à maternidade, ao seu corpo, à habitação e à assistência social e da violação desses direitos. O direito absoluto ao todo do meu Eu, e a que nada implique a diminuição desse absoluto.

A mulher e as suas circunstâncias, pensada e analisada do ponto de vista jurídico, do ponto de vista da aplicação das normas, do ponto de vista de quem sabe e entende que os estados podem e devem ser responsabilizados por aquilo que acontece aqueles a quem garantem os direitos, mas não protegem o exercício dos mesmos apesar de todos os diplomas criados para o efeito.

No centro de tudo, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) e a Convenção de Istambul ou Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, o tratado internacional que impõe aos estados o envolvimento de todas as agências e serviços

estatais relevantes, para que a violência contra as mulheres e a violência doméstica sejam combatidas de uma forma coordenada e empenhada.

Isto significa que as agências e as ONG não devem agir isoladamente, mas sim criar protocolos de cooperação. Significa que os estados e os seus agentes podem ser responsabilizados pela indiferença a que votam tantas vezes a escalada de violência doméstica, que produz vítimas em catadupa e plurifacetadas (como diz Teresa Morais no seu texto que faz parte da compilação que nos é oferecida neste livro), responsabilizados pela escalada de situações como o tráfico de seres humanos e a exploração sexual das mulheres e crianças, a escalada da exploração laboral dessas mesmas mulheres e meninas e a desvalorização do sofrimento feminino só porque a mulher atingiu uma idade em que não ambiciona ter mais filhos ou uma vida sexual realizada, como aconteceu no Acórdão de 4 de outubro de 2013 do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, tratado em Estrasburgo a 25 de julho de 2017.

Através da análise de alguns casos de estudo, à volta dos quais surgem opiniões e análises de juristas, psicólogos/as, juízes/as, professores/as universitários/as, o/a leitor/a vai vendo desenrolar sob os seus olhos o sofrimento, a solução quase perfeita e a busca da solução que, mais do que repressiva, seja preventiva e permita que situações semelhantes não se repitam.

Mais, o/a leitor/a vai tomando consciência de que a violência contra as mulheres e a violência doméstica não podem continuar a ser consideradas uma questão da vida privada, *e que os Estados têm a obrigação*, através de políticas globais e integradas, de prevenir, proteger as vítimas e punir os seus autores. Não invadindo a esfera pessoal de cada um, ou cada uma, mas, defendendo essa esfera pessoal.

Veja-se o caso da mãe a quem foram retirados os/as 7 filhos/as por falta de condições para os/as criar e a quem se exigiu a laqueação das trompas como solução do problema. É exemplar o texto da Conselheira Maria do Carmo Silva Dias, incluído neste volume, que se debruça sobre o direito ao respeito pela vida privada e familiar. Como muito bem diz "a imposição de não ter mais filhos não é compatível com a obrigação legal de assegurar os direitos fundamentais de qualquer mãe em idade reprodutiva" (p. 225).

Ratificada que está a Convenção, os governos comprometem-se a alterar a sua legislação, a tomar medidas concretas com vista a ter tolerância zero relativamente a comportamentos que ponham em causa a dignidade da vítima, neste caso mulher, sob pena de serem tão responsabilizados quanto os arguidos dos crimes contra os quais a Convenção se insurge e o Direito Penal não esquece.

Não se trata só de julgamentos em Tribunal, trata-se de medidas governamentais, estatais, que, a não serem aplicadas, podem levar à responsabilização dos estados que desvalorizarem essa obrigação juridicamente vinculativa em toda a Europa e não só.

Basta ler os casos de estudo para perceber que não se ficou o livro apenas pela Europa, assim como não se ficou a Convenção, nem se esqueceu o art.º 3.º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH).

No ano em que se celebram 50 anos de uma revolução a que chamaram a Revolução dos Cravos, que teve lugar num tempo em que era dado à mulher um papel secundário, de segundo plano, ou pelo menos com menos direitos (que nunca o papel da mulher como mãe e formadora de gerações poderá ser alguma vez considerado secundário), desperta este livro a noção de que não mais poderá ficar no seio de famílias silenciosas "a proteção dos seus membros", se isso implica a fragilização e o silenciar dos mesmos.

A questão do crime de violência doméstica não ser apenas um assunto privado e fechado em agregados familiares, mas dever ser visto como uma questão de Direito Público e empenhamento estatal, situação na qual o Direito Penal deve ter a palavra, é levantada na leitura desta complicação fantástica que não esqueceu os casos que nos marcaram como cidadãs/ãos e foram agitando a opinião pública aqui e ali, e as decisões dos tribunais também.

Para além deste conjunto de pensamentos em que o TEDH ganha relevo, muitas decisões futuras implicarão estudo e mudança de paradigma. E não se pense que o livro se passeia apenas pelos direitos das mulheres porque não esquece os das crianças. Vejam-se os casos focados que tratam o abuso sexual baseado em imagens de crianças e os que tratam os casos de pornografia e abuso da imagem da mulher.

Num mundo como o de hoje em que o tráfico de seres humanos e o isolamento de indivíduos em campos de refugiados facilita o crime que mais rentável se tornou nos nossos dias, paralelamente ao da venda de armamento e estupefacientes, há um alerta que é feito neste livro que não pode deixar de ser tido em conta e que esperamos seja ainda mais explorado num próximo livro que virá certamente a caminho.

A corresponsabilização de Estados e Governos é um elemento essencial para a mudança que se pretende, devendo ser tido em conta por quem investiga, dirige investigações e decide.

A dignidade não se consegue só pela letra da Lei, mas pela criação de oportunidades e prolação de decisões que são pedidas ao julgador, ao aplicador da Lei que, tantas vezes, na sua jurisprudência provoca mudanças de interpretação e mesmo alterações legislativas.

A jurisprudência é fonte de Direito, ela vive o dia a dia diretamente ligada à realidade, não pode ignorar o que lhe chega, nem agarrar-se a conceitos estáticos. O Direito *é um ser vivo* que tem de acompanhar as mudanças sob pena de não alcançar a Justiça.

As mulheres estão como sempre estiveram, no centro do mecanismo que move o mundo, para o bem e para o mal. Não podem mais ser tratadas como cidadãs de segunda, como as que se silenciam porque não têm voz, que se respon-

sabilizam por não terem condições para criar os/as filhos/as, sob pena de lhes ser constantemente negada a dignidade que lhes pertence.

Talvez a imagem de capa do próximo livro possa ser também a de uma mulher vencedora pela sua resiliência, uma mulher que não se rende, que recorre ao TEDH, que tem quem pense o seu assunto e calce os seus sapatos como nos diversos casos aqui estudados.

E por cá, neste ano de 2024, 50 anos depois de lhes ser dada voz, estamos talvez na altura de pensar em mulheres para cargos maiores, quiçá para a Presidência da República... Pensarão as mulheres portuguesas em si mesmas como possíveis presidentes de uma república que se fundamenta na dignidade da pessoa humana?

Com um obrigada às organizadoras e ao organizador desta obra que proporcionaram a sua leitura imprescindível a quem, como eu, julga e decide todos os dias da violação do Direito e do cumprimento da Lei.

## Referências bibliográficas

Martins, Margarida, Mariana Cunha, e Paulo Pinto de Albuquerque (Org.). 2022. *Direitos humanos das mulheres*. Lisboa: UPC Editora.

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:
Oliveira, Adelina Barradas de. 2024. "Recensão: *Direitos humanos das mulheres*, organizado por Margarida Martins, Mariana Cunha e Paulo Pinto de Albuquerque. Lisboa: UPC Editora, 2022." *ex æquo* 49: 248-251. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.16

[Segundo a norma APA adaptada]:
Oliveira, Adelina Barradas de (2024). Recensão: *Direitos humanos das mulheres*, organizado por Margarida Martins, Mariana Cunha e Paulo Pinto de Albuquerque. Lisboa: UPC Editora, 2022. *ex æquo*, 49, 248-251. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.16

Este é um texto de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

## *Menino, Menina*, by Joana Estrela. Carcavelos: Planeta Tangerina, 2020, 48 pp.

Susana Amante
Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Instituto Politécnico de Viseu, CI&DEI
susanamante@estgv.ipv.pt

Children's literature has a profound impact on children's holistic development, as it fosters their understanding of different cultures and of their sense of self. It nurtures their cognitive abilities, develops their emotional intelligence, and contributes to shaping their social interactions and interpersonal skills. When writing for children, we have to bear in mind that the books should be age-appropriate, sensitive to the developmental stage of the readers and crafted with a clear intention to educate, inspire, encourage open dialogue and entertain, rather than imposing particular beliefs or viewpoints (Amante *et al*. 2019).

In light of the above, many books have recently been challenging traditional gender roles and norms, breaking down barriers, promoting diverse representations and offering young readers new perspectives on what it means to be human (Madalena & Ramos 2022). The narrator(s) and characters provide a fresh lens through which readers can examine societal expectations that are related to, or that defy, masculinity and femininity, fostering a more inclusive and empathetic understanding of the world around us, and empowering girls and boys equally (Amante 2023). I subscribe to Levitt's conceptual framework of gender, which encompasses the intertwined elements of gender identity, gender expression, and sexuality:

> [M]y thesis is that genders are social constructs that cohere sets of personal qualities that are either associated with physiological sex or developed in response to existing genders. Genders function to address unmet psychological, interpersonal, and cultural needs. They support people's needs to (1) coalesce sets of gender characteristics that provide a sense of authenticity and fit with their sense of selfhood and positioning in relationship to others, (2) create cultures that value characteristics that were stigmatized and denied within prior gender norms, (3) communicate affiliation and status to moderate safety, and (4) embody these characteristics via an erotic aesthetic that fuels sexual attraction and self esteem. (Levitt 2019, 60)

In this context, my aim is to discuss the representation of gender in Estrela's writing, by reviewing her picturebook *Menino, Menina* (2020). Thus, in the next few pages, I will explore the subjectivity of the writer and illustrator in portraying diverse characters, with a particular focus on gender, highlighting that they are not necessarily confined by their physical appearance or societal expectations.

In *Menino, Menina*, we find, right on the first page, the question "Menino ou menina [Boy or Girl]?", and we are shown a baby boy lying in a cot with blue bedding, dressed in a blue outfit, almost as if challenging us to think about the deeply ingrained societal constructs and expectations surrounding gender. In fact, the first page underscores the immediate association between the color blue and the male gender identity; hence, the question leads us to reflect critically on the ways in which early childhood representations may inadvertently reinforce gender stereotypes. The phenomenon of gendered color association manifests itself during the prenatal period, when expectant mothers and fathers, friends and family often select clothing and accessories in either blue or pink as soon as they ascertain the sex of their unborn children. Such prenatal expressions of gendered colors contribute to a complex tapestry of gender socialization, raising questions about the extent to which these seemingly innocuous choices may shape and perpetuate gender stereotypes throughout an individual's lifetime (Gieseler 2017).

Interestingly enough, in a world of binomial constructs, such as the binary gender system, we are struck with the question that follows on the second page: "Traquina ou traquina [spirited or spirited child]?" The repeated use of a neutral[1] adjective here is intentional to show that there are no differences in the nature and attitude of the two kids, and it puts into perspective the need to embrace a more inclusive and nuanced perception of gender, one that recognizes its fluidity and diversity beyond the traditional binary framework.

The pages that follow continue to explore various scenarios, either by depicting two young characters sharing the middle part of a blue and pink ice cream bowl and asking, "Azul ou rosa [blue or pink] / Guloso ou gulosa [sweet-toothed]?", or by portraying a blue character cutting his/her hair, paired with the question "Curto ou comprido [short or long]?", and then "Calção ou vestido [shorts or dress]?" We cannot help but notice the fact that now we have a gender-specific adjective to refer to the sugar-loving kids, but we cannot really tell who is what, and one willingly chooses the inner, purple part, while the other awaits his/her turn with a smile.

The rhythm and rhyme that connect each pair of pages are also important, one complementing the other, as part of a symbiosis, revealing a perfect balance and profound interconnectedness. When two pages make a single panel, such as the one where there is a "Ponta de lança [striker]", the next pair complements the former – "ou génio da dança [dance prodigy]?" – both in terms of rhyme and sensitivity, one more sporty, the other more artistic. And if we could possibly and immediately associate soccer with boys and maybe the performative arts with girls, we are once again challenged and asked "Precisas de saber se é rapariga ou

1 In Portuguese and in many Indo-European languages, unlike English, adjectives are typically gender-specific, meaning they agree in gender with the nouns they are modifying. However, there are also epicene adjectives, like "traquina", meaning that they remain unchanged regardless of the gender of the noun.

rapaz [Do you need to find out whether it's a girl or a boy]?" No conclusive answer is provided: "Só olhando nem sempre és capaz [Just by looking, you cannot always tell]". Further on, we read "Já dizia a minha avó… [My grandmother used to say]"/ "'Entre gostos e cores, cada um com seus amores' [Among tastes and colors, everyone has their own flavors]"/"Pois caras vemos,/O resto não sabemos [for faces we see,/the rest is a mystery]."

That is exactly what we are shown later in the book, where we find a gender-ambiguous character, with short hair, hairy legs, and a flower held in between his/her lips, like a toothpick. Despite wearing a skirt, his/her relaxed posture suggests a freedom of expression that transcends typical gender norms, a transcendence aligned with the pages that follow and that question not only body appearance and one's actions but also draw attention to the blurring of lines regarding self-expression and societal expectations, because, after all, "A resposta não está debaixo da roupa [The answer is not beneath one's clothing]", that is, "Não há só dois tipos de pessoas [There are not only two types of people]…"/"Que entre si são iguais [who are equal to each other]", because each one is special and unique, and their uniqueness goes beyond just a single trait or characteristic. In other words, there is more to them than meets the eye, as we are told: "As identidades são múltiplas [Identities are multiple]"/"Somos todos muito mais! [We all are much more]", emphasizing the complexity and multifaceted nature of each person.

Thus, this picture book reminds the reader that the truth does not lie in the eyes of the beholder but within oneself. We are the ones who know ourselves best, and we should forge our own path, as depicted through the complex and intricate network of routes and pathways found in the last pages of the book.

Transcending cultural and linguistic boundaries, this book illustrates a universal message, one of self-discovery. Using exactly the same pictures, Jay Hulme, a British writer, poet, and LGBTQ+ activist, adapted it to an English version entitled *My Own Way* (Estrela & Hulme 2022), inviting readers from different linguistic backgrounds to enjoy this visually captivating, rhymed message.

## References

Amante, Fátima Susana. 2023. "In her hands: navigating [sexual] identity and gender roles in a Portuguese graphic novel for young adults by Joana Estrela." *Journal of Graphic Novels & Comics*. DOI: http://dx.doi.org/10.1080/21504857.2023.2292065

Amante, Susana, *et al*. 2019. "Tradução e re-IMAG[EM]Inação como *Locus* e Foco Central em *The Adventures of Tom Sawyer*." *Journal of Anglo-Portuguese Studies* 28: 191-227. Available at https://run.unl.pt/bitstream/10362/141979/4/REAP28%20ACT.pdf

Estrela, Joana. 2020. *Menino, Menina*. Carcavelos: Planeta Tangerina.

Estrela, Joana, & Jay Hulme. 2022. *My Own Way: Celebrating Gender Freedom for Kids*. London: Wide Eyed Editions.

Gieseler, Carly. 2017. "Gender-reveal parties: performing community identity in pink and

blue." *Journal of Gender Studies* 27(6): 661-671. DOI: https://doi.org/10.1080/09589236.2017.1287066

Levitt, Heidi. 2019. "A Psychosocial Genealogy of LGBTQ+ Gender: An Empirically Based Theory of Gender and Gender Identity Cultures." *Psychology of Women Quarterly* 43(3): 275-297. DOI: https://doi.org/10.1177/0361684319834641

Madalena, Emanuel, & Ana Margarida Ramos. 2022. "Gender Diversity in Picturebooks: Challenges of a Taboo Topic in Portuguese Schools." In *Exploring Challenging Picturebooks in Education: International Perspectives on Language and Literature Learning*, edited by Åse M. Ommundsen, Gunnar Haaland, & Bettina Kümmerling-Meibauer, 143-160. New York: Routledge.

How to cite this text

[Chicago Style]:
Amante, Susana. 2024. "Review: *Menino, Menina*, by Joana Estrela. Carcavelos: Planeta Tangerina, 2020." *ex æquo* 49: 252-255. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.17

[APA Style – adapted]:
Amante, Susana (2024). Review: *Menino, Menina*, by Joana Estrela. Carcavelos: Planeta Tangerina, 2020. *ex æquo*, 49, 252-255. DOI: https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.17

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial re-use, please contact apem1991@gmail.com

## ESTATUTO EDITORIAL

- A ***ex æquo*** é uma publicação semestral, fundada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento, visibilização e legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres/Estudos Feministas/Estudos de Género. É um veículo de intercâmbio entre quem faz investigação sob a égide das perspetivas destes estudos, ao nível académico, governamental ou das organizações cívicas e culturais. Assim, destina-se a investigadores/as e a estudantes nestas áreas, procurando dirigir-se também ao público em geral no sentido da sensibilização para estes campos do saber.

- Reconhecendo que os Estudos sobre as Mulheres, do Género e Feministas se têm caracterizado pelo alargamento e entrosamento disciplinar, pela diversidade temática e pela pluralidade de perspetivas teóricas e epistemológicas, a revista assume-se interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. Dado que a estrutura matricial da revista é a APEM, é objetivo da ***ex æquo*** contribuir para a alteração de práticas e representações estereotipadas e discriminatórias em função do sexo ou de outras pertenças identitárias, adotando, nomeadamente, uma linguagem não discriminatória, inclusiva e promotora da igualdade. No mesmo sentido, as investigações empíricas podem e devem sustentar artigos que incluam uma reflexão teórica e contribuam para a problematização das principais questões que afetam as relações sociais entre mulheres e homens na sociedade. A ***ex æquo***, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspetivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que no respeito pelo princípio de defesa dos Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade.

- As áreas de interesse da revista são os Estudos sobre as Mulheres, os Estudos de Género e os Estudos Feministas.
  A ***ex æquo*** publica trabalhos originais em Português, Espanhol, Francês e Inglês, provenientes de todas as áreas científicas, que se inscrevam no quadro dos Estudos sobre as Mulheres ou dos Estudos de Género ou dos Estudos Feministas. Publica, ainda, recensões sobre obras publicadas nos referidos domínios.

## PROCESSO DE APRECIAÇÃO DOS ARTIGOS

- Os artigos submetidos à revista são objeto de uma primeira triagem (realizada pela Equipa Editorial) para verificação de que cumprem todas as regras aqui apresentadas e de que são originais, com recurso a programas de deteção de plágio. Depois desta primeira apreciação, seguem para arbitragem científica.

- No caso de submissões feitas por membros da Equipa Editorial ou por editor/as de dossiers temáticos, o processo usual de dupla revisão anónima por pares da revista é conduzido por outros membros da Equipa Editorial.

- Os artigos apresentados à ***ex æquo*** para publicação são submetidos à emissão de pareceres por duas pessoas (*double blind peer review*), especialistas na área em que o texto se enquadra. Os textos são enviados sob anonimato aos/às *referees*, a quem é solicitado que o parecer emitido tenha em conta os seguintes aspetos: a adequação e enquadramento do artigo nos objetivos da revista; a sua qualidade

científica; a pertinência, originalidade, clareza e coerência de conteúdos; a adequação e atualidade; a pertinência, adequação e explicitação da metodologia e da informação; a clareza da escrita e a coerência e o equilíbrio formais. Os pareceres deverão incluir uma recomendação em relação a possível publicação, entre as seguintes: aceite; aceite com restrições (indicando quais); rejeitado. Será ainda solicitada a indicação de sugestões e sua justificação, para melhoria da qualidade científica do artigo submetido a parecer, a ser enviadas, sob anonimato, à(s) pessoa(s) autora(s).

- A Equipa Editorial pode sugerir aos/às autores/as a revisão dos artigos propostos, mediante as indicações constantes dos pareceres recebidos dos/das *referees* e condicionar a sua publicação a uma nova apreciação das versões revistas.

- A Equipa Editorial pode ainda comunicar aos/às autores/as que os artigos propostos foram aceites sem restrições ou rejeitados, baseando-se nos pareceres recebidos dos/as *referees*.

# NORMAS DE PREPARAÇÃO, PUBLICAÇÃO E SUBMISSÃO DE ARTIGOS

## 1. INTRODUÇÃO

A *ex æquo* publica textos de múltiplas áreas disciplinares que contribuam para o conhecimento no âmbito dos estudos sobre as mulheres, estudos feministas e estudos de género. Os textos podem ser redigidos em português, espanhol, francês ou inglês, devendo adotar uma linguagem não discriminatória, inclusiva e promotora da igualdade.

## 2. TIPOS DE TEXTOS

i. Os textos propostos para publicação podem ser:

- Artigos científicos, com um limite máximo de 40.000 caracteres (incluindo espaços, tabelas, notas e referências bibliográficas, excluindo os resumos);
- Recensões críticas de obras, com um limite máximo de 10.000 caracteres (incluindo espaços, notas e referências bibliográficas). A referência bibliográfica da obra deve ser incluída no final do texto;
- Outros tipos de texto, tais como ensaios críticos, revisões de literatura, entrevistas ou biografias, poderão ser publicados se a Equipa Editorial considerar que se enquadram nos objetivos da revista. A revista encoraja propostas neste sentido, as quais serão avaliadas caso a caso e poderão ser debatidas entre autoras/es e editoras/es previamente à submissão.

ii. Os artigos propostos para publicação devem ser inéditos, não tendo sido publicados nem se encontrando em qualquer outro processo de avaliação para publicação. Excetuam-se os trabalhos publicados em atas de eventos académicos ou decorrentes de teses e dissertações. Nesses casos, o/a primeiro/a autor/a do artigo deverá ser o/a mesmo/a que o/a do projeto original. O texto proposto deve conter indicação das suas versões anteriores sempre que existam, com os devidos elementos (autor/a, título e data da conferência, instituição e ano de defesa da tese ou dissertação, etc.). Os artigos apresentados para publicação são da total e exclusiva responsabilidade dos/as autores/as, garantindo estes/as que não infringem qualquer direito de autor ou outro direito de terceiras pessoas ou entidades.

iii. Só muito excecionalmente, e mediante justificação expressa, a *ex æquo* aceita a submissão de artigos ou outros textos com mais de 4 autoras/es.

## 3. PREPARAÇÃO DE MANUSCRITOS

**Cada artigo proposto para publicação deve ser** formatado de acordo com o modelo disponibilizado **aqui** https://exaequo.apem-estudos.org/files/2022-05/modelo-artigos-pt-final.docx?9bc99d31f8. **A proposta deve incluir:**

**a) Ficheiro de texto com a identificação da autoria**, incluindo para **cada autor/a**:

i. Nome;
Indicação de ORCID ID (https://orcid.org/);
ii. Nome completo e sigla das instituições de pertença (máximo duas) e respetivo endereço postal completo, com indicação do código postal e país;
iii. Endereço de e-mail;
iv. Nota biográfica, com um limite máximo de 500 caracteres;
v. Especificar agradecimentos (onde deverão ser incluídas as referências a quaisquer colaboradoras ou colaboradores e/ou financiamentos);
vi. Incluir declaração de interesses ou da sua inexistência.

Identificação do contributo de cada autor/a, com base na taxonomia CRediT (https://credit.niso.org/), sempre que seja submetido um texto de autoria coletiva. Deverá preencher-se a seguinte tabela, incluída no modelo para formatação de artigos disponível no *website* da revista.

| Contributo | Nome de autor/a 1 | Nome de autor/a 2 | Nome de autor/a 3 | Nome de autor/a 4 |
|---|---|---|---|---|
| **Concetualização**: ideias, formulação ou evolução de objetivos e metas abrangentes da investigação. | | | | |
| **Análise formal**: aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar os dados do estudo. | | | | |
| **Investigação**: realização da investigação, executando especificamente as experiências e a recolha de dados/evidências. | | | | |
| **Metodologia**: desenvolvimento ou desenho da metodologia e/ou criação de modelos. | | | | |
| ***Software***: programação, desenvolvimento de *software*, conceção de programas de computador, implementação do código de computador e algoritmos de suporte, teste de componentes de código existentes. | | | | |
| **Validação**: verificação, seja como parte da atividade ou separadamente, da replicabilidade geral dos resultados e das experiências e outros resultados da investigação. | | | | |
| **Redação do rascunho original**: preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redação específica do rascunho inicial (incluindo tradução substantiva). | | | | |
| **Redação – revisão e edição**: preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por pessoas do grupo de pesquisa original, revisão crítica, comentário ou revisão, incluindo as etapas de pré ou pós-publicação. | | | | |
| Outra. Especifique | | | | |

**b) Ficheiro de texto anonimizado,** revisto de gralhas, em formato Word. Os artigos devem incluir:

> Um título e um resumo com o máximo de 750 caracteres. Quer o título, quer o resumo devem ser traduzidos para três línguas (sendo o português e o inglês obrigatórios; a terceira língua pode ser o espanhol ou o francês).

> Indicação de 4 ou 5 palavras-chave, traduzidas nas mesmas línguas dos resumos, apresentadas em minúsculas (com exceção da 1.ª da lista), separadas por vírgula e terminadas em ponto final.

> Um título abreviado (no máximo 4 palavras), destinado ao cabeçalho.

c) Na **composição e formatação dos textos**, deve tomar-se em conta as seguintes orientações:

- Os textos devem ser formatados de acordo com o modelo disponibilizado.
- Sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, sem numeração ou com numeração árabe.
- As transcrições deverão abrir e fechar com aspas, quando não excederem 40 palavras (ou 4 linhas); no caso de citações mais longas, devem ser entalhadas e transcritas sem aspas e sem itálico.
- Os vocábulos noutras línguas que não aquela em que o artigo está escrito devem ser formatados em *itálico*, sem aspas.
- Todas as citações devem ser traduzidas para a língua em que o texto é publicado. O texto original, no entanto, deve ser incluído em nota de rodapé.
- No caso de textos na língua portuguesa, deve ser usada a grafia do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em caso de dúvida, consultar: http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=lince
- Os elementos não textuais devem ser organizados em quadros, gráficos ou figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos; todos devem ter um título e indicar a respetiva fonte. As tabelas devem ser compostas com recurso à função "inserir tabela" do Word. Usar espaços ou tabulações criará problemas quando a tabela for composta e poderá resultar em erros. Em paralelo, todas as imagens ou tabelas devem ser enviadas em ficheiro à parte, em formato png ou jpg, com clara identificação da sua inserção no texto.
- Nas chamadas de notas de rodapé deve utilizar-se apenas números sem parênteses.

d) A *ex æquo* adota o estilo de referenciação Chicago (sistema Autor-Data), cujas regras podem ser consultadas aqui: https://www.chicagomanualofstyle.org/tools_citationguide/citation-guide-2.html. Referem-se e exemplificam-se a seguir algumas dessas regras.

**Normas de inclusão de referências bibliográficas no corpo do texto**

- **Entre parênteses, de acordo com o seguinte padrão (sem vírgula entre o apelido e a data de publicação e com vírgula a anteceder a indicação das páginas)**: (Leach 1993, 103); (Balibar e Wallerstein 1991, 80-84); (Yuval-Davis 1997a); (Yuval-Davis 1997b).
- Quando se citam autores/as ou obras diferentes sobre uma mesma questão, deve respeitar-se **a ordem cronológica, elencando as referências da mais antiga para a mais recente e a ordem alfabética dos apelidos, quando se trata de obras com a mesma data**. Ex: (Rosende 2002; Miller e Clark 2008; Lo Sasso *et al.* 2011; Riska 2011).

**No final do artigo deve ser incluída a lista de todas as obras referidas ao longo do texto (e apenas estas)**, por ordem alfabética, organizadas de acordo com o **Chicago Manual of Style. Alguns exemplos**:

- **Livro com um/a autor/a:** Apelido, Nome próprio. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: Editora.

  Ex: Lamas, Maria. 1948. *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Actuália Lda.

- **Livro com duas/ois ou três autoras/es:** Apelido, Nome próprio, Nome próprio Apelido, e Nome próprio Apelido. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: editora.

  Ex: Pimentel, Irene Flunser, e Helena Pereira de Melo. 2015. *Mulheres Portuguesas – História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor.

- **Livro com quatro ou mais autoras/es:** Apelido, Nome próprio (da/o 1.ª/º) *et al.* Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: editora.
- **Capítulo ou parte de livro**: Apelido, Nome próprio. Ano. "Título do capítulo." In *Título do livro* (em itálico), editado (ou organizado) por Nome Próprio Apelido, Nome Próprio Apelido, e Nome Próprio Apelido, números das páginas unidos por hífen. Local de edição: editora.

  Ex: Piscitelli, Adriana. 2009. "Gênero: a história de um conceito." In *Diferenças, igualdade*, organizado por Heloísa Buarque de Almeida, e José Szwako, 116-149. São Paulo: Berlendis & Vertecchia.

- **Artigo de revista**: Apelido, Nome próprio. Ano. "Título do artigo entre aspas." *Título da revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por hífen.

  Ex: Guimarães, Elina.1986. "A mulher portuguesa na legislação civil." *Análise Social* XXII(92-93): 557-577.

  No caso de o artigo ter DOI, a referência deve ser incluída do seguinte modo, sem parágrafo:

  Crenshaw, Kimberle. 1993. "Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color." *Stanford Law Review* 43(6): 1241-1299. DOI: https://doi.org/10.2307/1229039

- **Sempre que a publicação tenha associado um DOI, este deve ser impreterivelmente incluído nas referências bibliográficas, como no exemplo anterior.**
- **Artigo com duas/ois ou três autoras/es**: Apelido, Nome próprio, Nome próprio Apelido, e Nome próprio Apelido. Ano. "Título do artigo entre aspas." *Título da revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por hífen.
- **Documento na Internet**: Apelido, nome próprio. Ano. Título do documento. Disponível no endereço … [Consultado em …… (data segundo a fórmula dia de mês de ano)]
- **Publicações em revistas na Internet**: Apelido, Nome próprio. Ano. "Título do Artigo (entre aspas)." *Título da Revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por hífen. Disponível em … . **DOI:** (se não estiver disponível, acrescente o URL).
- **Locais na Internet e páginas pessoais ou de instituições sem data**: Nome. Título do Documento. Disponível em ….. . [Consultado em …… (data segundo a fórmula dia de mês de ano)].
- **Em caso de dúvidas ou para outro tipo de referências**, consultar: http://www.chicagomanualofstyle.org/tools_citationguide/citation-guide-2.html

**4. SUBMISSÃO DE ARTIGOS**

- O ficheiro informático (em Word) deve ser submetido através da plataforma OJS, disponível em https://apem-estudos.org/ojs. Para tal, bastará criar uma conta nesta plataforma clicando em "Registo" (canto superior direito) e seguir os passos indicados. Caso já possua uma conta na plataforma, clique em "Acesso" (canto superior direito) e autentique-se com o seu nome de utilizador/a e senha.
- Na plataforma, aquando da submissão, ser-lhe-á pedido que indique, no campo intitulado "Comentários à equipa editorial", pelo menos 4 especialistas que tenham no seu *curriculum* trabalho/publicações na temática tratada no artigo, com o intuito de poderem ser contactados/as para avaliar o texto, caso passe a triagem inicial (ver secção 4 acima). Caso seja autor/a de recensão, por favor valide este item para poder prosseguir, mas sem necessidade de indicar especialistas.

**5. INCLUSÃO DE MATERIAIS SUPLEMENTARES *ONLINE***

A revista pode colocar materiais suplementares *online*, disponíveis através do artigo publicado no seu *website*. Decisão tomada caso a caso.

Sempre que solicitado pela autoria dos artigos, poderão ser incluídos *links* para materiais suplementares que se encontrem alojados em repositórios de dados em regime de *acesso aberto*. Todos os dados em *acesso aberto* são geridos pelas/os autoras/es dos artigos, estando sujeitos às condições das plataformas em que se encontram alojados. Esta informação deverá ser incluída em secção própria, antes das referências bibliográficas.

A revista não se responsabiliza pelo acesso e/ou manutenção dos dados/*links* disponibilizados nesta secção.

## PRÉMIOS EX ÆQUO/APEM

- A partir de 2023, a revista distingue, de dois em dois anos, o melhor artigo publicado na *ex æquo*, que será selecionado por um júri composto por três especialistas independentes (750€) (a 1.ª edição, em 2025, abrangerá os artigos publicados em 2023 e 2024).
- A revista distingue, de dois em dois anos, o melhor parecer para artigo submetido à *ex æquo*, que será selecionado pela Equipa Editorial (250€) (a 1.ª edição, em 2025, abrangerá os pareceres emitidos em 2023 e 2024).

## DIREITOS DE PUBLICAÇÃO

- Os/as autores/as dos textos publicados na *ex æquo* autorizam a transferência dos direitos de edição, publicação, distribuição e reprodução dos artigos para a revista, tanto nos suportes em papel como eletrónico. A transferência destes direitos é feita a título gratuito, não cabendo à *ex æquo* outra retribuição para além da oferta aos/às autores/as de 2 exemplares do número da revista em que o seu texto tenha sido publicado.
- No caso de os/as autores/as pretenderem republicar, reutilizar, distribuir ou depositar num repositório institucional um artigo aceite para publicação na *ex æquo*, poderão fazê-lo, sendo apenas obrigatória a referência à publicação original na *ex æquo*, tal como definido pela licença Creative Commons Atribuição CC BY NC, que a revista adotou.

## DECLARAÇÃO DE ÉTICA E DE BOAS PRÁTICAS DA *EX ÆQUO*

A Revista ***ex æquo*** é uma revista com arbitragem científica, interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. A ***ex æquo***, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspetivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que respeitem os Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade.

A ***ex æquo*** é uma publicação da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) estando por conseguinte vinculada à sua missão de apoiar, promover e dinamizar os Estudos sobre as Mulheres / Estudos de Género / Estudos Feministas em todas as áreas do saber.

Na Revista ***ex æquo*** são defendidos os princípios da declaração de ética e de boas práticas na publicação de acordo com o Código de Conduta e Normas de Boas Práticas para Editores de Revistas do Comité sobre Ética na Publicação – COPE (disponível em http://publicationethics.org/).

## RESPONSABILIDADES DA EQUIPA EDITORIAL (EDITORAS E EDITORAS DE SECÇÕES)

Decidir quais os artigos submetidos à revista que devem ser publicados. Esta decisão é orientada pelas normas da revista (Normas para apresentação e publicação de textos da ***ex æquo***, disponíveis em http://www.apem-estudos.org/pt/page/submissao-de-artigos) e pelos requisitos legais em matéria de difamação, violações de direitos de autoria e plágio;

Orientar a/o(s) organizador/a(s) convidada/o(s), autor/a(s) e avaliador/a(s) sobre o seu papel, bem como esclarecer sobre o processo de arbitragem científica por pares;

Informar os novos elementos do corpo editorial sobre as suas funções, práticas em vigor e projetos em lançamento;

Avaliar os artigos exclusivamente com base no seu mérito científico e intelectual, independentemente de fatores como: raça, idade, sexo, orientação sexual, deficiência, origem étnica, crença religiosa, nacionalidade, orientação política ou classe social da/o(s) autor/a(s);

Assegurar que o processo de arbitragem científica dos artigos é anónimo (*double-blind peer review*), justo, rigoroso e isento e que toda a informação a eles relativa permanece confidencial. Assegurar, ao mesmo tempo a proteção da identidade das autoras e dos autores e das avaliadoras e avaliadores;

Constituir e manter uma base de dados de avaliadoras/es pertinentes nas diferentes áreas disciplinares, sempre atualizada;

Garantir uma seleção adequada das avaliadoras/es em cada nova edição da revista;

Garantir que os materiais não publicados não são utilizados na investigação realizada por membros do Corpo Editorial sem consentimento expresso por escrito da(s) autora(s) ou autor(es);

Responder atempadamente a eventuais reclamações apresentadas sobre um artigo submetido ou publicado. Perante suspeita de má conduta, seguir os fluxogramas do COPE, disponíveis em http://publicationethics.org/files/Full%20set%20of%20flowcharts.pdf;

Publicar correções, esclarecimentos, retratações e pedidos de desculpa sempre que necessário.

*Boas práticas a observar pela equipa editorial*

Auscultar a visão de autoras/es, leitoras/es, avaliadoras/es, revisoras/es e membros do corpo editorial sobre a forma de melhorar a revista ***ex æquo***.

Encorajar e estar consciente da investigação levada a cabo pela revisão por pares e publicar e reavaliar os processos da ***ex æquo*** à luz de novas investigações.

Apoiar iniciativas para informar e sensibilizar as/os investigadoras/es sobre as regras de ética da ***ex æquo***.

Avaliar os efeitos das suas políticas editoriais sobre autoras e autores e avaliadoras/es, incentivando um comportamento responsável e desencorajando as más condutas.

Garantir que todos os relatórios de investigação e revisão de investigação foram revistos por avaliadoras/es com a devida qualificação (incluindo análise estatística quando apropriado), capazes de julgar os textos propostos e livres de desqualificar interesses concorrentes.

Respeitar os pedidos de autoras/es para excluir alguém de rever os textos submetidos, se estes forem bem fundamentados.

Incentivar avaliadoras/es a fazer comentários sobre a originalidade do manuscrito e estar alerta para publicações redundantes e plágio e tomar medidas para garantir um elevado nível de qualidade.

## RESPONSABILIDADES DO CONSELHO CIENTÍFICO

Apoiar o Conselho de Redação na interpretação e orientação da política editorial da revista;

Assegurar a arbitragem de propostas de artigos desde que inseridos nas respetivas áreas de especialização;

Estabelecer a ligação a potenciais avaliadoras/es [*referees*] para o processo de arbitragem científica e em situações em que as propostas originaram pareceres antagónicos ou outro tipo de dúvidas, analisar pareceres e, com base neles, recomendar a rejeição ou publicação de originais;

Divulgar os apelos a contributos na sua rede de contactos;

Contribuir para a divulgação da revista ***ex æquo***;

Participar em reuniões da Comissão Científica que eventualmente venham a ser convocadas.

## RESPONSIBILIDADES DE QUEM FAZ A AVALIAÇÃO [*peer review*]

*Contribuição para a decisão editorial*

A revisão por pares ajuda a equipa editorial na decisão e pode também contribuir para a melhoria do manuscrito submetido.

*Prontidão*

Cada avaliador/a convidada/o que considere não possuir a qualificação para avaliar o manuscrito submetido ou que anteveja a impossibilidade de comunicar a sua avaliação em tempo oportuno deverá informar de imediato a equipa editorial ou a pessoa que fez o convite para que possam ser encontradas alternativas em tempo útil.

*Confidencialidade*

Quaisquer trabalhos recebidos para avaliação devem ser tratados como documentos confidenciais. Não devem ser mostrados ou discutidos com outras pessoas, exceto se for autorizado pela equipa editorial.

*Padrões de objetividade*

Os comentários devem ser apresentados de forma objetiva. Críticas pessoais são inaceitáveis. As opiniões devem ser claras com argumentos justificativos adequados.

*Conhecimento das fontes*

*D*evem identificar obras publicadas relevantes e que não tenham sido citadas. E devem, também, chamar a atenção da equipa editorial para qualquer semelhança substancial ou sobreposição entre o manuscrito em questão e quaisquer outras informações ou publicações sobre as quais tenham conhecimento pessoal.

*Conflito de interesses*

Informações privilegiadas ou ideias obtidas através da avaliação por pares devem ser mantidas confidenciais e não usadas para vantagem pessoal. Quem avalia não deve aceitar participar quando existem conflitos de interesse resultantes da concorrência, colaboração, ou outros relacionamentos ou ligações com as/os autoras/es, empresas ou instituições ligadas à submissão.

## RESPONSABILIDADES DO/A AUTOR/A

*Autoria do manuscrito*

A autoria diz respeito a quem fez contribuições significativas para o estudo. Todas as pessoas que contribuíram significativamente devem ser listadas como co-autoras. Outras que tenham participado em certos aspetos substantivos do projeto de pesquisa devem ser listadas nos agradecimentos ou contributos. Cara autora e/ou autor deve garantir que toda a co-autoria devida está incluída no manuscrito, e que viu e aprovou a versão final do documento e concordou com a sua apresentação para publicação.

*Padrões de apresentação*

Os resultados de pesquisas originais devem ser acompanhados da apresentação clara e precisa do trabalho realizado, bem como de uma análise objetiva do seu significado. Um documento deve conter detalhes e referências suficientes para permitir que outras pessoas possam replicar o trabalho. Declarações fraudulentas ou intencionalmente imprecisas são inaceitáveis. As regras da revista devem ser escrupulosamente observadas.

*Originalidade e plágio*

Cada autora e cada autor deve garantir que escreveu obras inteiramente originais, devendo o trabalho e/ou as palavras de outras autoras e autores ser objeto da devida citação ou referência.

*Declarações e conflito de interesses*

Cada autora e cada autor deve divulgar no manuscrito qualquer contradição significativa financeira ou outra de interesse que possa ser interpretada no sentido de influenciar os resultados ou a sua interpretação no manuscrito. Todas as fontes de apoio financeiro para o projeto devem ser divulgadas.

*Publicação múltipla, redundante ou concorrente*

É considerado um comportamento não ético de publicação descrever a mesma pesquisa em vários artigos e submeter o mesmo artigo a mais de uma revista.

*Erros fundamentais em obras publicadas*

Quando um/a autor/a descobre um erro significativo ou imprecisão no manuscrito submetido, deve notificar imediatamente a equipa editorial.

*Remoção*

Os artigos publicados serão removidos se avaliadoras/es, leitoras/es, bibliotecárias/os, equipa editorial ou outras entidades detetarem erros significativos ou plágio. Antes de retirar um artigo, o conselho editorial contactará de imediato as/os respetivas/os autoras/es, estabelecendo um prazo suficiente para obter as explicações devidas. Se for decidido que o artigo deve ser retirado então ele deve sair de imediato das bases de dados em linha onde esteja, incluindo o website da APEM, e na versão impressa deve ser referida a sua retirada no número seguinte de forma visível.

## RESPONSABILIDADES DA EMPRESA EDITORA

*Autonomia editorial*

A Empresa Editora garante a autonomia de decisões editoriais, sem influência de anunciantes ou de outros parceiros comerciais.

*Propriedade intelectual e direitos autorais*

A Empresa Editora protege a propriedade intelectual e direitos de autoria, o material impresso, autoras/es e parceiros de publicação promovendo e mantendo o registo de cada versão publicada. Defende a transparência de cada artigo publicado no que diz respeito a: conflitos de interesse, de publicação e de financiamento da investigação, de publicação e de ética em investigação, má conduta de publicação e investigação, confidencialidade, autoria, correções do artigo, esclarecimentos, e publicação atempada de conteúdo.

*Má conduta científica*

Em casos de alegada ou provada má conduta científica, publicação fraudulenta, a entidade responsável pela publicação em estreita colaboração com a equipa editorial, tomará todas as medidas adequadas para esclarecer a situação e para alterar o artigo em questão. Isso inclui a publicação rápida de um comunicado, correção ou errata ou, nos casos mais graves, a retração da obra afetada.

## CONSELHO CIENTÍFICO/SCIENTIFIC BOARD

Louise ACKERS (U. Salford, UK)
Tindara ADDABBO (U. Modena e Reggio Emilia, ITA)
Teresa ALVAREZ (U. Aberta, PRT)
Lígia AMÂNCIO (ISCTE – IUL, PRT)
Ana Luísa AMARAL (U. Porto, PRT)
Helena Costa ARAÚJO (U. Porto, PRT)
Madeleine ARNOT (U. Cambridge, UK)
Adriana BEBIANO (U. Coimbra, PRT)
Chiara BERTONE (Inst. Piemonte Orientale 'Amedeo Avogadro', ITA)
Josefina BIRULES BERTRAN (U. Autònoma Barcelona, ESP)
Gisela BOCK (Freie Universität Berlin, DEU)
Carolyn BYERLY (Howard U., USA)
Erica BURMAN (U. Manchester, UK)
Rosa CABECINHAS (U. Minho, PRT)
Pat CARLEN (U. Leicester, UK)
Nuno CARNEIRO (U. Porto/U. Complutense Madrid, ESP)
Sara Falcão CASACA (U. Lisboa, PRT)
Fernando CASCAIS (U. Nova Lisboa, PRT)
Richard CLEMINSON (U. Leeds, UK)
Zowie DAVY (U. Lincoln, UK)
Jonathan DEAN (U. Leeds, UK)
Maria Angeles DURAN (Higher Council for Scientific Research, ESP)
Antonia FERNANDEZ VALENCIA (U. Complutense Madrid, ESP)
Juana GALLEGO (U. Autònoma Barcelona, ESP)
Silvana Vilodre GOELLNER (U. Federal do Rio Grande do Sul, BRA)
Jack HALBERSTAM (U. Southern California, USA)
Jeff HEARN (U. Örebro, SWE)
Tone HELLESUND (U. Bergen, NOR)
Fernanda HENRIQUES (U. Évora, PRT)
María Jesús IZQUIERDO (U. Autònoma Barcelona, ESP)
Elisa JATO (U. Santiago Compostela, ESP)
Celia JENKINS (U. Westminster, UK)
Jane JENSON (U. Montreal, CAN)
Teresa JOAQUIM (U. Aberta, PRT)
Maria KARAMESSINI (Panteion U. Social and Political Sciences, GRC)
Maria José MAGALHÃES (U. Porto, PRT)
Barbara MERRILL (U. Warwick, UK)
Sofia NEVES (Instituto Universitário da Maia, PRT)
Áine Ní LÉIME (National U. Ireland, IRL)
Conceição NOGUEIRA (U. Porto, PRT)
Karen OFFEN (U. Stanford, USA)
João Manuel de OLIVEIRA (Inst. Universitário de Lisboa, PRT)
Joanna OSTROUCH-KAMIŃSKA (U. Warmińsko-Mazurski Olsztynie, POL)
Heloísa PERISTA (Centro Estudos para Intervenção Social, PRT)
Teresa PINTO (U. Aberta, PRT)
Vânia C. PINTO (Universidade de Brasília, BRA)
Adriana PISCITELLI (U. Estadual Campinas, BRA)
Lucas PLATERO (U. Rey Juan Carlos, ESP)
Sílvia PORTUGAL (U. Coimbra, PRT),
Marco Aurélio PRADO (U. Federal Minas Gerais, BRA)
Alicia PULEO (U. Valladolid, ESP)
Rebecca ROGERS (U. Paris-Descartes, FRA)
Karen ROSS (U. Northumbria, UK),
Jill RUBERY (U. Manchester, UK)
Ana Cristina SANTOS (U. Coimbra, PRT)
Gina dos SANTOS (U. Minho, PRT)
Joan W. SCOTT (Institute for Advanced Study – Princeton, USA)
Lynne SEGAL (U. London, UK)
Paula SILVA (U. Porto, PRT)
Teresa TAVARES (U. Coimbra, PRT)
Filomena TEIXEIRA (Inst. Politécnico Coimbra, PRT)
Teresa TOLDY (U. Fernando Pessoa, PRT)
Juracy TONELI (U. Federal Santa Catarina, BRA)
Anália TORRES (U. Técnica Lisboa, PRT)
Miguel VALE DE ALMEIDA (ISCTE – IUL, PRT)
Paola VILLA (U. Trento, ITA)
Karin WALL (U. Lisboa, PRT)
Claire WALLACE (U. Aberdeen, UK)
Michelle ZANCARINI-FOURNEL (U. Lyon-1, FRA)

**PROPOSTA DE ASSINATURA**

Se deseja assinar a **ex æquo** recorte este talão e envie-o, devidamente preenchido, para edições afrontamento,
Rua de Santa Catarina, 895, 2.º Dto. – 4000-455 Porto

✂ - - -

# ex æquo

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS SOBRE AS MULHERES

N.º 49 | 2024



**DOSSIER: GÉNERO E LINGUAGEM: PERSPECTIVAS E DESAFIOS | GENDER AND LANGUAGE: PERSPECTIVES AND CHALLENGES** Coordenação de | Edited by *Maria Antónia Coutinho, Gabriele Diewald & María Muelas-Gil*

**INTRODUCTION – GENDER AND LANGUAGE: PERSPECTIVES AND CHALLENGES.** *Antónia Coutinho, Gabriele Diewald & María Muelas-Gil*

**QUEM INCLUSIVO FALA, SEMPRE ACERTA: UMA DISCUSSÃO SOBRE LINGUAGEM INCLUSIVA.** *Daniela Leal, Jorge Peixoto Freitas, Sara Isabel Magalhães e Marisa Matias*

**DA INEXISTÊNCIA À INCLUSÃO: ANÁLISE LINGUÍSTICA DO DIREITO AO VOTO DAS MULHERES EM PORTUGAL.** *Violeta Amélia Magalhães*

**LE PARI GLOTTOFÉMINISTE, UN AGENDA DE RECHERCHE.** *Erika Velandia et Ernesto Cuba*

**GENDER, SEXUALITY, AND SHIFTING STYLES: KNOWLEDGE PRODUCTION AND CODIFYING LANGUAGE USE IN STYLE GUIDES.** *Meg Robertson & Riki Thompson*

**"QUE DEGENERADOS, UMA VERGONHA": A REAÇÃO CONSERVADORA CONTRA A LINGUAGEM NÃO BINÁRIA NO DISCURSO DE POSSE DA ACADÊMICA HELOÍSA TEIXEIRA.** *Gabriel Chagas, Cristiane Soares e Gláucia V. Silva*

**IMPLICIT SEXIST BIAS IN LANGUAGE AND ITS IMPACT ON ARTIFICIAL INTELLIGENCE.** *Andrea Ariño-Bizarro & Iraide Ibarretxe-Antuñano*

**THIRD GENDER MARKING IN SPANISH: EVALUATION OF CURRENT OPTIONS FROM A LINGUISTIC CHANGE POINT OF VIEW.** *Irene Checa-García*

**ESTUDOS E ENSAIOS**

**GÉNERO E AUTO-RASTREIO: A UTILIZAÇÃO DE *SMARTPHONES* POR JOVENS EM IDADE ADULTA EM PORTUGAL.** *Eduardo Antunes, Rita Basílio de Simões, Inês Amaral, e Ana Marta M. Flores*

**DOS DIREITOS AOS 'PÓS-DIREITOS': A PLATAFORMIZAÇÃO JORNALÍSTICA DOS DIREITOS DAS MULHERES.** *Elizângela Carvalho Noronha*

**ENTRE 'LA MUJER BRAVA' Y 'EL PODER DEL MOÑO'. ESTEREOTIPOS DE GÉNERO Y ACOSO SEXUAL EN EL TRABAJO EN ECUADOR.** *Ana Tamarit, Belén Puñal y Juan Carlos Cevallos*

**A JANGADA DE FEDRA: A IBERICIDADE DE NATÁLIA CORREIA.** *Miguel Filipe Mochila*

**ESTUDOS SOBRE AS MULHERES, DE GÉNERO E FEMINISTAS EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA COMPARATIVA ENTRE *WEB OF SCIENCE* E *SCOPUS* (1995-2021).** *Caynnã de Camargo Santos, Mónica Lopes, Rosa Monteiro, Cristina C. Vieira e Virgínia Ferreira*

**RECENSÕES**

***O PAPEL DO DIREITO E DOS TRIBUNAIS NA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES*, DE MADALENA DUARTE. PORTO: EDIÇÕES AFRONTAMENTO, 2023.** *Rui do Carmo*

***DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES*, ORGANIZADO POR MARGARIDA MARTINS, MARIANA CUNHA E PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE. LISBOA: UPC EDITORA, 2022.** *Adelina Barradas de Oliveira*

***MENINO, MENINA*, BY JOANA ESTRELA. CARCAVELOS: PLANETA TANGERINA, 2020.** *Susana Amante*



15€

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

ISSN 0874-5560

49

9 770874 556002

49 2024

APEM